

Desenvolvimento SC: uma visão da indústria



FIESC
CIESC
SESI
SENAI
IEL

FIESC 60 ANOS

O documento Desenvolvimento SC: uma visão da indústria oferece um novo ponto de vista sobre as oportunidades e desafios de Santa Catarina, que apresentamos nesse importante momento de renovação do setor público com as eleições de 2010. Nele procuramos demonstrar a importância da indústria para o desenvolvimento socioeconômico de nosso estado e apontamos os fatores de pressão sobre sua competitividade representados por variáveis não gerenciáveis pelos empresários. São questões referentes ao setor público que precisam ser equacionadas para que Santa Catarina continue a se destacar no processo de desenvolvimento do país, que vive seus melhores momentos em muitos anos. A fartura escamoteia uma série de ineficiências e se não aproveitarmos o bom momento para atacá-las estaremos perdendo uma grande oportunidade de colocar o estado na rota do crescimento sustentável.

Para conformar uma Agenda da Indústria, contendo os principais temas relacionados à competitividade internacional, em longo prazo, da indústria catarinense, fomos a campo e ouvimos o empresariado. Por meio de pesquisa de opinião, realização de seminários e abertura de novos canais de comunicação, pudemos aferir com precisão quais são as questões que afligem a indústria e se constituem em oportunidades de crescimento. Além de apresentar uma pauta mínima da indústria, este trabalho incorpora reivindicações de diversas entidades empresariais, como o Conselho das Federações Empresariais de Santa Catarina. Que elas sirvam como um mapa para que os candidatos a governador do estado planejem seus programas e o futuro governante oriente suas ações em favor do desenvolvimento de Santa Catarina. Queremos que essa abertura de diálogo com os candidatos não pare na entrega deste documento. Por isso propomos uma sólida parceria, que envolve construirmos juntos, os setores público e privado, um projeto de desenvolvimento para Santa Catarina. Este é apenas o primeiro passo.



Alcantaro Corrêa
Presidente do Sistema FIESC



Índice

5 Introdução

9 Santa Catarina: um estado em desenvolvimento

36 Uma proposta de parceria

45 Em busca do desenvolvimento sustentável

53 Agenda da indústria catarinense

70 Acompanhamento e execução da Agenda

73 Anexos

Introdução

O industrial catarinense quer ter voz ativa. É justo que assim o queira, não apenas pelo simples direito de expressar seus pontos de vista. É fato que o sucesso de sua atividade não depende apenas das variáveis que estão sob seu estrito controle, dentro das fábricas ou na alçada dos contratos privados que realiza com fornecedores e clientes. Seu sucesso é tão dependente dos padrões de excelência que incorpora ao negócio quanto de fatores que não lhe são gerenciáveis, como a qualidade das estradas por onde sua mercadoria circula ou a quantidade de impostos que incidem sobre os produtos que fabrica. É por isso que a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) vem cobrando com veemência o poder público, responsável pela grande maioria dos fatores não gerenciáveis da indústria. E tem obtido vitórias fundamentais.

Em 2006, antes das eleições, a FIESC preparou um documento contendo as questões que considerava essenciais para o desenvolvimento

e fortalecimento da indústria catarinense. Seu presidente, Alcantaro Corrêa, cobrou dos então candidatos ao governo do estado o cumprimento da agenda proposta, o que foi assumido por alguns. Dentre eles o vencedor do pleito de 2006, Luiz Henrique da Silveira. Tempos depois, quando o governo decidiu aumentar as alíquotas de ICMS do estado, a FIESC possuía uma arma para defender

os interesses do empresariado. Em respeito ao compromisso que havia assumido o governo recuou, e o fato se constituiu em um importante ganho para Santa Catarina. A sociedade catarinense livrou-se de um aumento na carga tributária, e o governo aumentou substancialmente a arrecadação melhorando sua eficiência.

A FIESC pretende ir além, participando ainda mais ativamente da articulação do processo de desenvolvimento do estado. Por isso propõe uma parceria com o futuro governo, que envolva profundamente os setores público e privado, para a construção de um amplo projeto de desenvolvimento que coordene ações e busque objetivos comuns. Justamente o que tem faltado nos diversos planos de governo apresentados

A realização de um novo pacto para o desenvolvimento é urgente. Fatores não gerenciáveis, fora do alcance do setor privado, minam a competitividade da indústria.

nos últimos anos, idealizados sem a participação efetiva do setor produtivo. A este restou apenas a cobrança de seus interesses, ação nem sempre tão bem-sucedida quanto no caso do aumento do ICMS. Basta ver o estado da infraestrutura de Santa Catarina, da qualidade da educação, da própria carga tributária e de diversos outros aspectos que impactam diretamente a competitividade da indústria do estado. É por isso que a indústria deseja ter voz ainda mais ativa na definição dos rumos do estado. Trata-se de uma demanda justa, pois temos certeza de que toda a sociedade catarinense ganhará com isso.

É importante ressaltar que este documento não se constitui em um projeto de desenvolvimento. Optamos por não apresentar ideias prontas, como em ocasiões do passado, mas propor um pacto para o desenvolvimento, que entendemos ser fundamental para o futuro de Santa Catarina. À proposta de parceria agregamos uma visão da indústria sobre as questões que afligem seu bom funcionamento, para que seja incorporada ao futuro

O projeto Desenvolvimento SC: uma visão da indústria abriu canais de comunicação para obter uma visão apurada do que o industrial catarinense pensa para o estado e espera do governo.

projeto que desejamos ver constituído. Essa visão foi condensada no que chamamos de Agenda para o Desenvolvimento. Também foram incorporados mecanismos para acompanhamento da evolução da agenda, por meio da avaliação do governo pelos empresários e pela população. A agenda, acreditamos, constitui-se no conjunto de meios, ou ao menos uma parte deles, para que se atinja a meta

de acelerar o desenvolvimento socioeconômico do estado.

Para dar sustentação e coerência às questões centrais deste documento – a proposta de parceria e a agenda – relatamos brevemente a trajetória da indústria e da economia do estado, e procuramos apontar suas conquistas, oportunidades e desafios. Para a elaboração deste trabalho foram utilizadas fontes secundárias, como estudos, documentos e dados de instituições como a própria FIESC, governo do estado, governo federal, IBGE, reportagens e muitas outras fontes. Também foram realizadas entrevistas com lideranças empresariais, técnicos, especialistas e representantes do setor público.

Propostas

Porém, as fontes mais importantes foram os próprios empresários catarinenses. Eles foram consultados por meio de uma pesquisa de opinião realizada especialmente para o projeto (algumas citações de empresários para a pesquisa estão editadas ao longo do documento), e foram ouvidos em seminários realizados pela FIESC em abril de 2010 nas cidades de Joinville, Criciúma, Chapecó, Lages e Blumenau, dos quais participaram centenas de empresários. A tônica das reuniões, coordenadas pela diretoria da FIESC – o presidente Alcantaro Corrêa, o primeiro vice-presidente Glauco José Côrte e o diretor de relações industriais e institucionais Henry Quaresma –, foi de receber propostas que pudessem ser levadas para a parceria com o setor público. Os empresários que não tiveram oportunidade de participar puderam encaminhar suas propostas por meio de outros canais abertos exclusivamente para tal finalidade. Também se manifestaram as áreas técnicas da FIESC, suas diretorias, gerências e câmaras. Por fim, a FIESC também recebeu propostas de outras

representações empresariais, catalisando, com seu projeto, os anseios de toda a classe produtiva catarinense.

Assim foi possível detectar com precisão a visão do empresário industrial catarinense acerca do desenvolvimento do estado, do papel do governo e dos fatores fora da alçada de sua gestão que impactam seus negócios. Isso permitiu organizar um conjunto de metas que devem ser perseguidas (que chamamos de Premissas Básicas para o desenvolvimento) e definir uma agenda que contempla 10 áreas de atuação.

O trabalho não estaria completo, entretanto, se não apresentasse também um conjunto de propostas para cada uma das áreas da agenda. Considerou-se mais importante ressaltar os pontos considerados críticos pelo empresariado que se referem à esfera do estado. Afinal, ele pretende ser a base para uma parceria em âmbito estadual. Porém incluímos questões pontuais de alcance federal que impactam especialmente Santa Catarina, como, por exemplo, infraestrutura. Entendemos que é papel do setor público catarinense lutar pela inclusão e execução de demandas locais junto ao poder central, o que é feito hoje de maneira extremamente tímida e ineficaz. Outros itens de uma pauta de reivindicações da indústria para a esfera federal também serão listados.

As propostas destacadas têm grande influência sistêmica para o desenvolvimento industrial do estado. Outras propostas, de caráter mais fortemente regional ou setorial, estão contempladas nos Anexos, para que também possam ser avaliadas e incorporadas em planos de governo. As principais propostas foram agrupadas em conjuntos que denominamos Pauta Mínima, em função do impacto que possuem para o processo de desenvolvimento industrial de Santa Catarina. A estrutura de nossa proposta pode ser visualizada por meio do esquema gráfico abaixo.

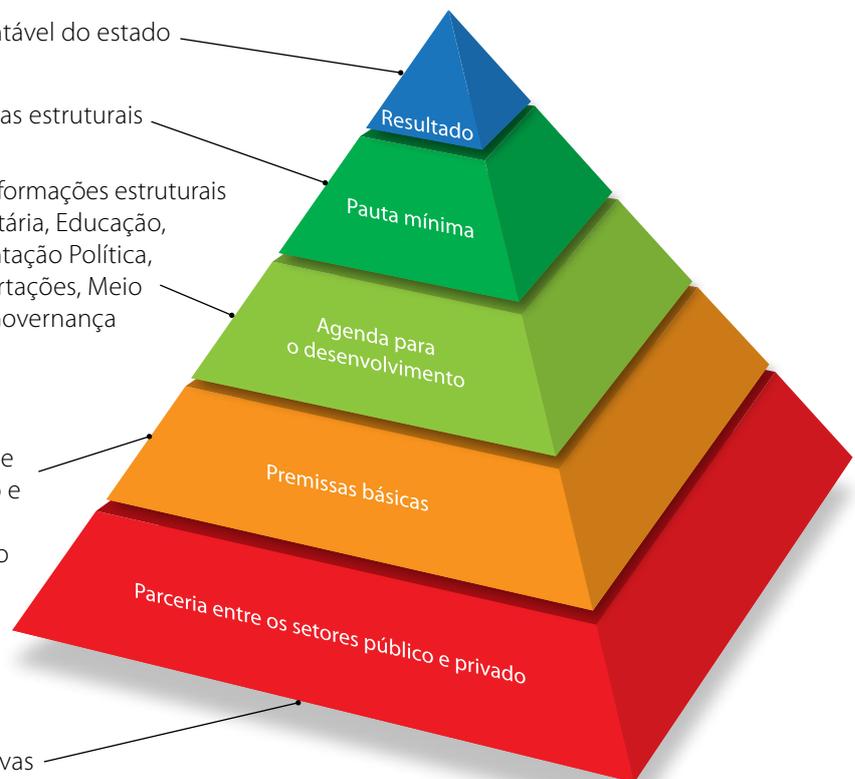
• Alcance do desenvolvimento sustentável do estado

• Propostas da indústria para mudanças estruturais

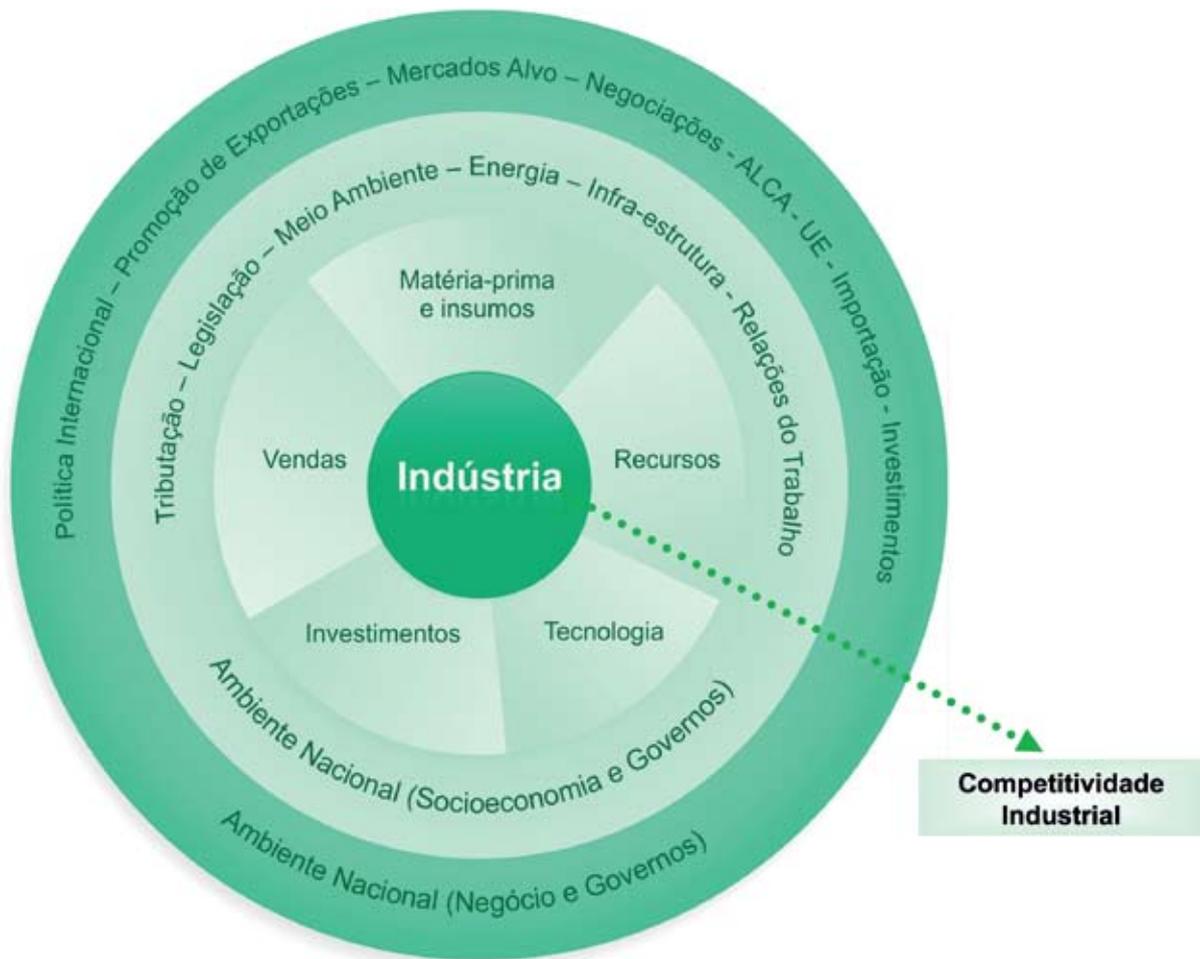
• 10 áreas que devem passar por transformações estruturais (Infraestrutura, Racionalização Tributária, Educação, Inovação e Modernização, Representação Política, Políticas de Desenvolvimento, Exportações, Meio Ambiente, Relações de Trabalho e Governança para o Desenvolvimento)

• São os sete objetivos estratégicos a serem perseguidos (Competitividade internacional da indústria, Retenção e atração de empresas, Adensamento de cadeias produtivas, Diversificação e novos setores, Integração do estado, Economia em harmonia com o meio ambiente, Epicentro logístico)

• Permite o alinhamento de expectativas e coordenação de ações



A FIESC se compromete a levar a voz do empresariado local até onde for possível para que se viabilize a aceleração do crescimento do estado. Esperamos que seja longe, com o acolhimento de nossa proposta pelo futuro governante de Santa Catarina. A complexidade dos tempos contemporâneos exige tal atitude. Não podemos mais nos ater a velhas definições simplistas, como a de que o sucesso econômico do estado deve-se exclusivamente à vocação empreendedora e ao amor ao trabalho de imigrantes e seus descendentes. E menos ainda acreditar que são os governos os verdadeiros vetores do desenvolvimento, com poder de manipulação das forças de mercado. Mais do que nunca, o desenvolvimento hoje é resultado de uma ampla parceria público-privada. É disso que trata este documento.



I – Santa Catarina: um estado em desenvolvimento

1.1 Caracterização do estado

Termos como contraste, diversidade e heterogeneidade tornaram-se lugares-comuns nas diversas tentativas de se caracterizar o estado de Santa Catarina. Difícil, entretanto, é realizar a tarefa sem se valer desses conceitos. Afinal, o estado tem urbano e rural, quente e frio, praia e montanha, planície e planalto, tudo sobre uma pequena área de 95 mil quilômetros quadrados – a sétima menor do país, considerando os demais estados da Federação. A diversidade étnica é outro fator que confere características peculiares ao estado. A pequena população de seis milhões de habitantes tem sangue de alemães, italianos, portugueses, poloneses, austríacos, russos, japoneses, negros, índios, e outros mais, e ainda os representantes das correntes migratórias contemporâneas que buscam no estado oportunidades e qualidade de vida. Nesse quesito, aliás, a reputação catarinense é das melhores.

Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano, da Organização das Nações Unidas, Santa Catarina é o estado campeão de qualidade de vida – fica atrás somente do Distrito Federal, onde a renda – um dos componentes do índice – atinge níveis estratosféricos para os padrões nacionais. Os outros fatores do IDH são a expectativa de vida ao nascer e a educação. O catarinense vive, em média, 75 anos, dois anos e meio a mais do que a média nacional. Noventa e nove por cento das crianças frequentam o Ensino Fundamental, o que representa a melhor taxa de escolaridade do país para crianças de 7 a 14 anos. O estado possui a quarta melhor riqueza *per capita* do Brasil, graças a uma grande capacidade de gerar e distribuir valor. O Produto Interno Bruto, da ordem de 119 bilhões de reais, provém de um complexo sistema de forças que conjuga vocação para o empreendedorismo, um povo laborioso, conhecimento acumulado, recursos naturais abundantes, instituições sólidas e governos competentes (alguns mais do que outros), ao longo da história, no cumprimento de suas funções.

Essa combinação edificou um estado altamente industrializado, fator que é causa direta de desenvolvimento socioeconômico. Durante tem-

*“A marca Santa
Catarina por si só é
um selo de garantia.”*

Grande indústria,
Vale do Itajaí

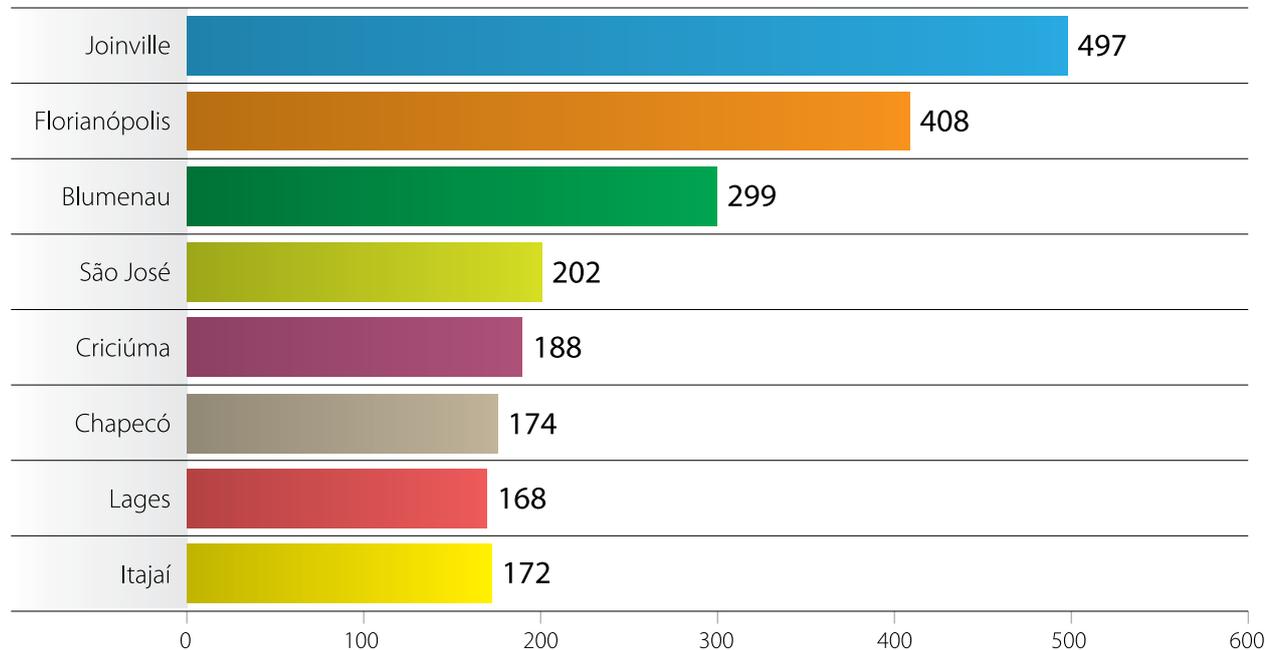
pos recentes a indústria ocupou o posto de principal gerador de riquezas em Santa Catarina, após um longo predomínio da agropecuária, que reinou desde os primórdios até os anos 70 do século XX. Atualmente, como se observa em economias mais maduras, o setor terciário, formado por comércio e serviços, projeta-se como o principal gerador de riquezas. Santa Catarina destaca-se em atividades como o turismo, explorando-o em diversas modalidades, e em serviços associados ao conhecimento, como pesquisa e desenvolvimento, ensino e serviços tecnológicos. O sistema produtivo se organiza de modo equilibrado. Não há grandes metrópoles em Santa Catarina, mas cidades médias – os polos regionais – e pequenas. No campo predomina a pequena propriedade familiar, praticante da policultura. A população é distribuída de maneira equilibrada entre as diversas regiões.

Santa Catarina – Dados gerais

População	6 milhões de habitantes
População economicamente ativa	3,5 milhões de habitantes
População em relação ao Brasil	3,2%
Território	95.442 km²
Área em relação ao Brasil	1,1%
Litoral	561 km
Municípios	293

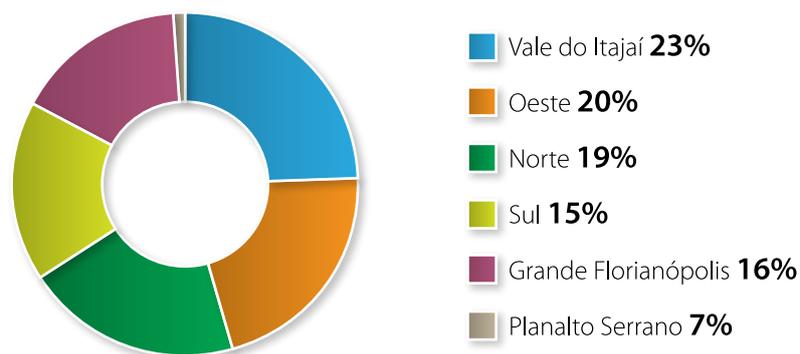
Principais municípios

Mil habitantes (2009)



Fonte: IBGE

Distribuição regional da população (2009)



Fonte: IBGE

Perfil populacional

Densidade	62,5 hab/km ²
Crescimento demográfico	1,8% a.a.
População urbana	83,3%
Famílias (resid. domicílios particulares)	2 milhões (2008)
Menores de 5 anos na população	7,8%
Idosos (mais de 60 anos)	10%
Esperança de vida ao nascer	75,0 anos
Eleitores	4,42 milhões (2010)

Obs.: dados de 2006

Fontes: IBGE, RIPSA-IDB 2007, Governo do Estado, TRE

Se a caracterização de Santa Catarina parasse neste ponto, estaria descrito algo próximo ao melhor lugar do Brasil, senão do mundo, para citar uma antiga campanha de marketing governamental. E, acrescentando-se, o lugar é dos mais promissores, devido às cantadas e decantadas potencialidades existentes. Trata-se de um diagnóstico realista, porém incompleto. Os mesmos conceitos de contraste, diversidade e heterogeneidade, que servem à caracterização excessivamente idealizada de Santa Catarina, também se prestam para destacar pontos de estrangulamento do processo de desenvolvimento do estado, que ameaçam seu futuro.

Santa Catarina é, de fato, uma terra de contrastes. Se o estado é o que possui a maior cobertura original de mata atlântica, por outro lado está entre os que mais a degradam¹. Se a malha viária catarinense é uma das mais adensadas e interiorizadas do país, suas dimensões são insuficientes para a adequada mobilidade de pessoas e mercadorias pelo território. Oportunidades de transportes óbvias, como a marítima na

¹ De acordo com o 6º Atlas de Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, do Instituto SOS Mata Atlântica, Santa Catarina foi o terceiro estado (dentre nove analisados) que mais desmatou entre 2008 e maio de 2010 – um total de 2.149 hectares.

Grande Florianópolis e a ferroviária em todo o estado, são subutilizadas. Há uma centena de instituições de ensino superior presentes em todas as regiões, o que sem dúvida é um destaque em relação à média nacional. Isso, entretanto é insuficiente para atender a demanda atual por profissionais qualificados, especialmente engenheiros, e está muito distante do necessário para sustentar novos projetos que Santa Catarina deseja sediar. Se os índices educacionais estão entre os melhores do país, cerca de metade dos trabalhadores da indústria não possui nível médio, e um terço sequer o fundamental².

Integração

A heterogeneidade social, infelizmente, cresce a olhos vistos. As principais cidades se modernizam e adquirem ares cosmopolitas, porém de forma insustentável, e a atração exercida por elas cria bolsões de pobreza e ocupações irregulares, causando degradação ambiental e pressionando a infraestrutura social, que não acompanha a demanda³. A fabulosa diversidade econômica e cultural de Santa Catarina, estado formado por regiões com características próprias, configurou-se historicamente em obstáculo para a sua integração. A diversidade de iniciativas empreendedoras, salutares, típicas do espírito de autonomia e independência que reina no estado, pode estar impedindo a cooperação entre os diversos atores sociais, fundamental para o alcance de objetivos comuns.

A FIESC tem a missão de construir pontes. Como representante da complexa e diversificada indústria catarinense, esforça-se em integrar o setor produtivo em favor de conquistas que beneficiem todo o estado, sempre respeitando as peculiaridades de cada setor e região. As pesquisas e seminários que deram origem a este documento são exemplos desse esforço. Para melhor compreender a relevância e o alcance dos pontos de vista e das demandas empresariais, é importante caracterizar a economia estadual e o papel exercido pela indústria, em termos quantitativos e qualitativos. E também analisar sua trajetória, a superação de desafios em passado recente e as oportunidades e desafios atuais, conforme segue.

“SC tem um potencial muito grande, porque existe uma diversificação em todo o seu território e indústrias, com atividades diferentes.”

Média indústria,
Planalto Serrano

1.2 Perfil econômico

A diversificação existente em aspectos climáticos, geográficos, étnicos e culturais reflete-se, de muitas maneiras, na economia de Santa Catarina. Enquanto o litoral de mais de 500 quilômetros é um dos destinos turísticos mais cobiçados do Mercosul, o turismo de inverno, praticado principalmente na região Serrana, está entre os mais destacados do Brasil, assim como as modalidades de ecoturismo, de aventura, religioso e rural. O estado é o maior produtor brasileiro de ostras e pescados, explorando as características do litoral, e também de suínos e maçãs, ativi-

² Fonte: SESI SC / RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) 2008

³ No caso de Florianópolis, por exemplo, um levantamento de 2000 da Secretaria de Habitação indicava que 10% da população habitava favelas. Um estudo de Maria Inês Sugai, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, concluiu que em 2005 o número crescera para 14%. Fonte: ONG FloripAmanhã

dades desenvolvidas graças à organização fundiária no interior e ao clima. A produção de aves e fumo é a segunda maior do Brasil, e o estado se destaca na exportação desses produtos. A carne de frango e o fumo

Uma indústria diversificada e competitiva é vetor fundamental do crescimento econômico em países que não atingiram estágios avançados de desenvolvimento.

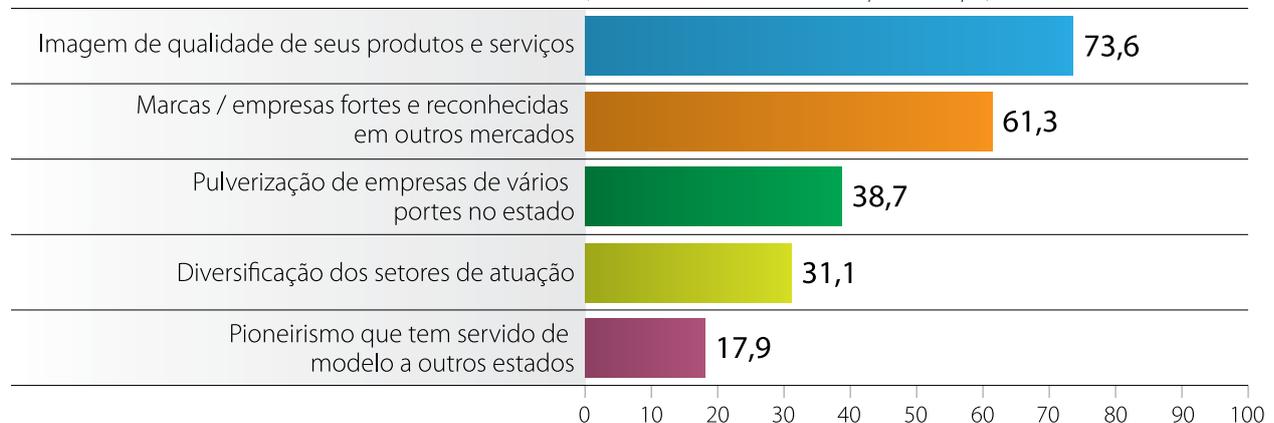
constituem-se nos principais itens da pauta de exportações catarinenses. O estado detém cerca de 14% das exportações mundiais de frango. Na produção de embutidos de carnes, incluindo suínos, bovinos e aves, Santa Catarina lidera o mercado brasileiro.

A agroindústria é a principal potência industrial do estado, destacando-se ainda no beneficiamento de grãos, leite e frutas, mas produtos industrializados catarinenses de vários setores são líderes na América Latina. Dentre eles motores, geradores e transformadores elétricos, blocos e cabeçotes para motor, impulsores de partida, mancais e polias para veículos, revestimentos cerâmicos, porcelanas de mesa, parafusos e porcas, camisetas de malha, portas de madeira e outros. O polo têxtil catarinense é o segundo maior do Brasil, e a indústria naval é a segunda maior em número de trabalhadores. A indústria moveleira é líder nacional em exportações de seu setor, e a de papel e celulose lidera a produção nacional de embalagens de papelão ondulado. A indústria catarinense goza de boa reputação no Brasil e no exterior. Segundo a pesquisa encomendada pela FIESC, na avaliação dos empresários o principal ponto forte da indústria do estado é a boa imagem construída ao longo dos anos.

Principais citações

*Pergunta - Quais pode se dizer que são os pontos fortes, os marcos positivos, da indústria catarinense?
(Estimulada - ATÉ 3 PRINCIPAIS - resposta múltipla)*

Gráfico em %



Resposta múltipla, total superior a 100%

Base: 106 empresas

Período de coleta: março-abril/2010

Fonte: FIESC / Instituto MAPA

Relativamente novos no estado, os segmentos de tecnologia e informática obtêm cada vez maior participação na economia. Os principais polos situam-se em Blumenau, Chapecó, Criciúma, Joinville e Florianópolis, onde se produzem softwares de gestão empresarial e para projetos prediais, soluções para o setor têxtil e para gerenciamento de filas em bancos, dentre outros. Ainda na área de tecnologia destacam-se a produção de centrais telefônicas e aparelhos de telefonia fixa, equipamentos de rede, segurança eletrônica e computadores, e outros equipamentos de telecomunicações. No

total, atuam no estado cerca de 1.600 empresas nessa área.

O setor de serviços é o que apresenta maior crescimento relativo em Santa Catarina. Em parte isso se deve à expansão e à profissionalização do turismo, segmento em que o estado é considerado o melhor destino do Brasil por publicações especializadas, mas há outros motivos. Somente na Grande Florianópolis, que recebe dois milhões de turistas por temporada, há também 18 instituições de ensino superior, boa parte delas instaladas há poucos anos. Destacam-se na região hospitais de referência em oncologia e outras especialidades, sendo que três novos hospitais privados estão para entrar em operação. Na mesma região, além dos cinco shopping centers existentes, mais dois devem entrar em operação até 2012. A localização privilegiada está atraindo também investimentos em centros de distribuição de grandes empresas, e já há várias deles no entorno da capital.

Cadeias globais

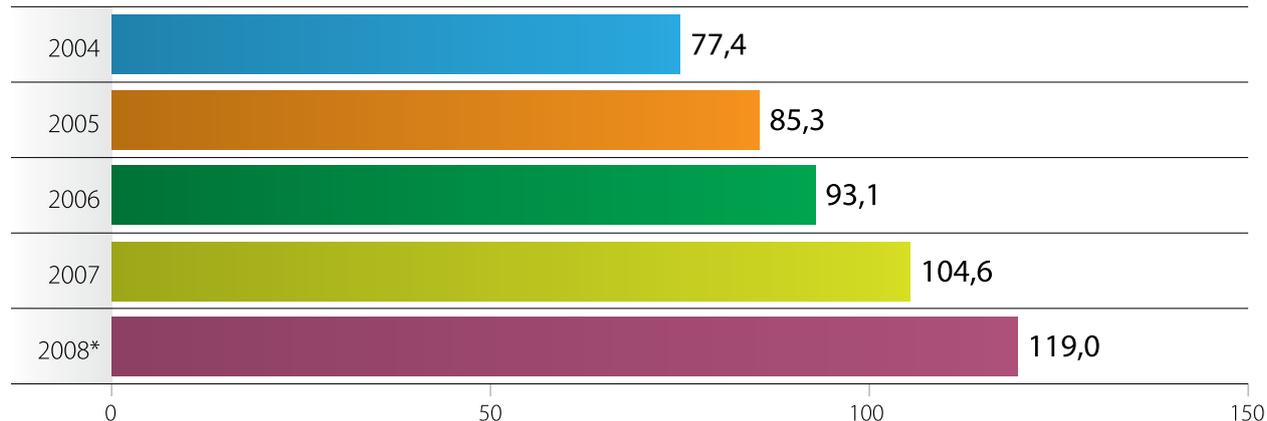
O processo recente de desenvolvimento de Santa Catarina, que envolveu industrialização e urbanização aceleradas, fez com que a produção agropecuária perdesse peso relativo na geração de riqueza do estado, ao longo das últimas décadas. Ainda assim, Santa Catarina se destaca na produção de milho, soja, trigo, arroz, banana, alho, ovos e mel, além dos já citados frangos, suínos, bovinos, peixes, moluscos, leite e fumo. É importante ressaltar, mais uma vez, a forte ligação entre a produção primária e a indústria. Esta atua em parceria com pequenos produtores agrícolas por meio do sistema de integração, viabilizando economicamente a permanência de famílias no campo. Elas são donas de suas próprias terras, em geral com áreas inferiores a 50 hectares. Há cerca de 190 mil propriedades rurais no estado, sendo que muitas delas incorporaram modernas tecnologias e sistemas de gestão, integrando cadeias de fornecimento globais em segmentos como os de carnes, madeira e fumo.

O setor de serviços também possui estreitas ligações com a atividade industrial. A interação se dá de formas variadas, como a geração de conhecimento específico em centros tecnológicos e universidades, nos quais existe uma cultura de parceria com o setor produtivo. Outra forma é a oferta de serviços logísticos para a intensa movimentação de insumos e mercadorias existente no estado. Somente para citar a área de transporte marítimo, Santa Catarina conta com cinco portos ativos, e um sexto em fase final de construção. O estado é o maior responsável no país pela movimentação de cargas de carnes congeladas e um dos mais destacados na movimentação de contêineres. São serviços estreitamente vinculados à atividade industrial.

Em termos absolutos, o PIB catarinense é o sétimo maior do Brasil, correspondente a 3,9% do total (IBGE, 2007). Considerando-se o PIB *per capita* o estado ocupa a quarta posição. A participação da indústria de transformação catarinense no total da indústria nacional é de 5,7%, superior, portanto, ao peso da economia catarinense na economia brasileira, o que demonstra a importância relativa de sua indústria. A indústria catarinense ocupa a quarta posição em número de empresas no Brasil e a quinta em número de trabalhadores. Há 29 mil indústrias instaladas no estado, empregando aproximadamente 600 mil pessoas. Considerando-se a construção civil (76 mil empregados em 2008), o total de empregados da indústria atinge 670 mil. Levando-se em conta o setor secundário como um todo (indústrias de transformação, extrativa e construção), seu peso no PIB catarinense é de 35,7%.

PIB catarinense

R\$ bilhões



Fonte: IBGE (*) Estimativa

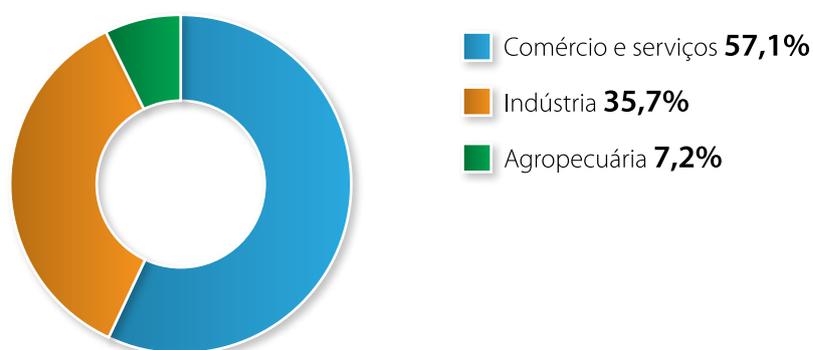
PIB per capita

Em R\$ mil



Obs: em 2007. Fonte: IBGE

Distribuição Setorial do PIB - SC



Fonte: IBGE 2006

A força da indústria catarinense

Número de indústrias	29 mil
Empregos diretos	670 mil
Participação no consumo de energia em SC	46%
Investimentos (2003-2009)	R\$ 11,2 bilhões
Exportação de produtos industrializados (2009)	US\$ 3,6 bilhões
Participação nas exportações mundiais de carne de frango	14%
Participação nas exportações brasileiras de móveis	30%

Fontes: FIESC, Celesc, MDIC

A indústria de Santa Catarina é diversificada setorial e espacialmente, fato que proporcionou um equilíbrio regional único entre as unidades da Federação do Brasil. Ao longo do século XX a indústria organizou-se em polos regionais, e atualmente novas características são agregadas aos polos tradicionais. Em termos gerais, os polos possuem as seguintes características:

- Sul: cerâmico, carvão, vestuário e descartáveis plásticos.
- Oeste: alimentar e móveis.
- Vale do Itajaí: têxtil, vestuário e cristal.
- Norte: metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plásticos, confecção e mobiliário.
- Planalto Serrano: base florestal.
- Capital: tecnológico.

Os principais complexos industriais catarinenses podem ser assim resumidos, considerando-se o número absoluto de empresas e trabalhadores e a participação relativa na economia e exportações do estado:

Complexos industriais catarinenses (2008)

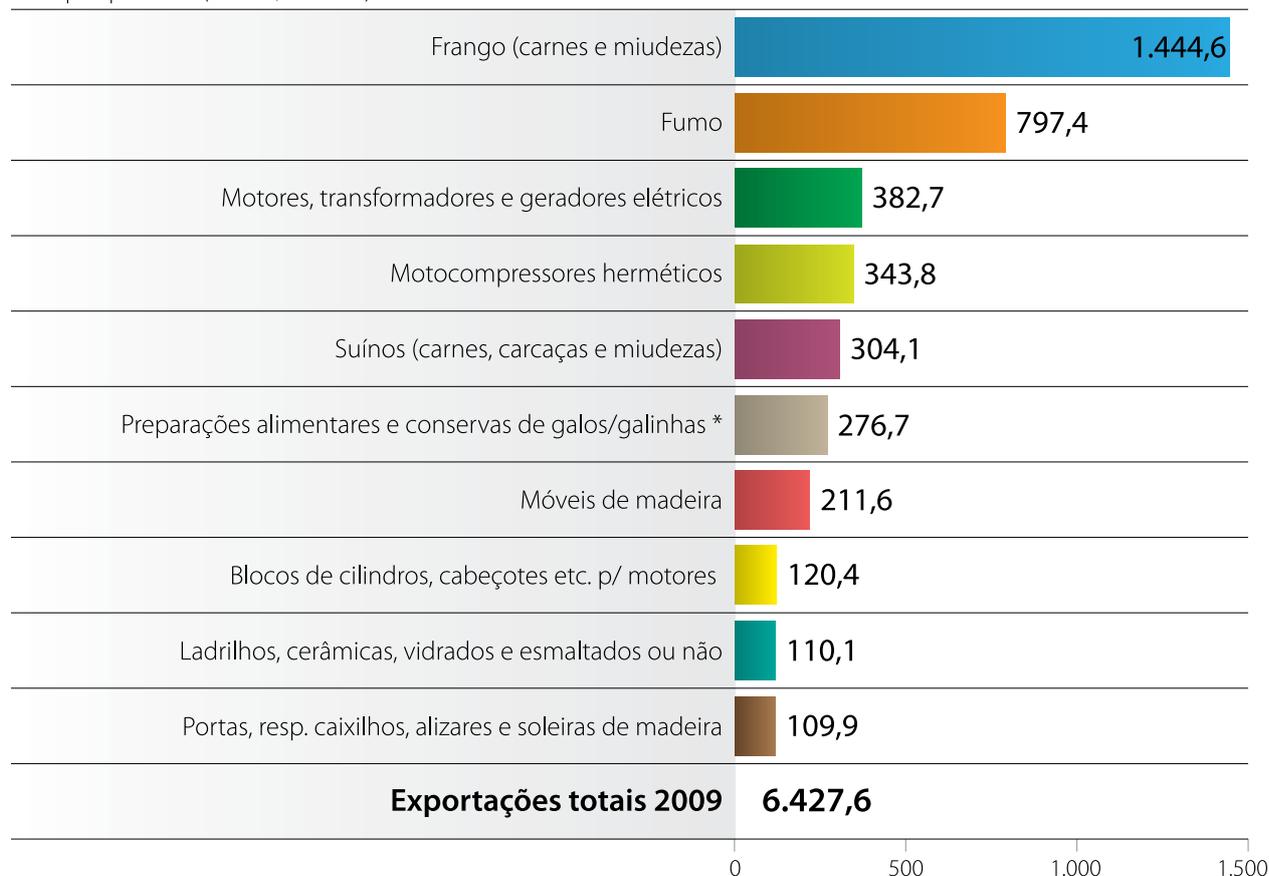
Setor	Nº de empresas	Trabalhadores	Part. VTI (*)	Part. exportações
Alimentos	3.745	100 mil	19,3%	38,3%
Autopeças e veículos	341	13 mil	4%	3%
Base florestal	3.300	56,6 mil	9,3%	8,6%
Cerâmica	730	18 mil	2,5%	2,3%
Máquinas, equipamentos e materiais elétricos	2.025	64 mil	18,5%	24,8%
Metalurgia e produtos de metal	3.287	49 mil	8,7%	2,7%
Móveis	2.060	26 mil	2,1%	4,0%
Plásticos	943	31 mil	5,4%	0,8%
Têxtil e vestuário	8.321	155 mil	16%	3,2%

Fonte: MTE, IBGE, MDIC (*) Valor da Transformação Industrial de SC – dados de 2007

Ao mesmo tempo em que a indústria de Santa Catarina é diversificada, ela se apresenta especializada regionalmente, com forte adensamento das cadeias produtivas. Isso é fator de aumento da competitividade da indústria, e justifica sua forte presença internacional. As exportações são especialidade de vários segmentos industriais do estado, que fornece mercadorias para cerca de 190 países. Santa Catarina é atualmente o décimo maior exportador brasileiro, com vendas externas de US\$ 6,4 bilhões em 2009, equivalentes a 4,2% das exportações nacionais no período. Para obter competitividade em nível internacional a indústria adequou seus produtos e processos ao longo dos anos, buscando ganhos de produtividade e de qualidade, além de aumento do valor agregado. O perfil exportador também é associado à forte estrutura portuária no estado. Em relação aos demais portos brasileiros, os custos locais são competitivos, os serviços são de qualidade e há linhas regulares estabelecidas para todos os mercados importantes, capazes de transportar qualquer tipo de produto.

Exportações de SC - 2009

Principais produtos (em US\$ milhões)



Fonte: MDIC/Secex

Obs: para a seleção dos produtos foi utilizada a listagem dos 100 mais exportados e feita a soma de NCMs similares.

(*) Empanados de frango, hambúrgueres e outros industrializados.

1.3 Evolução e panorama atual da indústria catarinense

O desenvolvimento econômico e social do estado de Santa Catarina está fortemente associado ao desenvolvimento de sua indústria. Algumas das mais importantes características socioeconômicas do estado, como a distribuição bem equilibrada de população e riqueza pelo território, e a organização do meio rural em pequenas propriedades familiares, têm vínculos com o perfil industrial catarinense. A cultura empreendedora e o conhecimento industrial trazidos por imigrantes europeus são pontos de partida para a compreensão do desenvolvimento industrial. Ele começou periférico, distante do eixo dinâmico da economia brasileira, mas com o tempo ganhou protagonismo, num processo que contou com a participação e vontade política de toda a sociedade catarinense, unida em busca do desenvolvimento econômico.

Os rudimentos da indústria remontam ao século XVIII, no litoral, com o surgimento de engenhos, alambiques e captura e beneficiamento de baleias, atividades desenvolvidas por portugueses e imigrantes das ilhas dos Açores e da Madeira. No início do século XIX surgiram be-

neficiamentos de madeira e erva-mate, mas a industrialização de fato se deu na segunda metade do século, com a chegada de grande número de imigrantes europeus. Blumenau, fundada em 1850, foi colonizada por alemães, assim como Dona Francisca (1851), que originaria Joinville. Alemães e italianos fundaram Brusque em 1860, e o Sul do estado foi ocupado por italianos e eslavos. No Norte e no Vale do Itajaí imigrantes ergueram as primeiras indústrias têxteis, muitas delas existentes até hoje. A indústria têxtil, e outras que floresceram depois, dissociadas dos recursos naturais existentes no estado, demonstram a importância da experiência e do conhecimento técnico trazidos pelos imigrantes para a conformação do parque industrial do estado.

O Planalto Serrano e o Oeste de Santa Catarina passaram por grandes mudanças no início do século XX, com o fim da disputa territorial travada com o Paraná. Milhares de colonos oriundos do Rio Grande do Sul, em grande parte descendentes de italianos e alemães, ocuparam essas regiões. Eles ajudaram a edificar a indústria de artefatos de madeira, preponderante no Planalto, e a de alimentos, na região Oeste. Esta última evoluiu baseada na parceria com a pequena propriedade rural graças ao sistema de integração, em que pequenos produtores abastecem de suínos e aves a indústria, que gerencia os padrões dos animais, fornecendo assistência técnica e garantia de compra.

A indústria catarinense, baseada nesses três setores tradicionais – têxtil, alimentos e madeira –, cresceu com a necessidade de substituição de importações, devido às duas grandes guerras mundiais. Até os anos 1960, entretanto, o estado ainda seria predominantemente rural, sendo a indústria (setor secundário) o setor que menos contribuía para a geração de riqueza.

O desenvolvimento industrial de Santa Catarina é consequência da cultura empreendedora aliada ao ambiente positivo criado pelo setor público.

Setores dinâmicos

Essa realidade começaria a mudar nas décadas de 50 e 60, com a diversificação industrial e o surgimento de setores dinâmicos. Diferentemente do que ocorria no Sudeste do país, que recebia grandes empresas estatais e a instalação de multinacionais estimuladas por políticas governamentais, Santa Catarina teve que contar com seus próprios recursos. Para que sua industrialização desse um salto foi fundamental a associação entre a cultura empreendedora disseminada no estado e o papel do governo estadual, que criou infraestrutura e fontes de recursos financeiros para viabilizar empresas locais de grande porte, modernas e competitivas.

No Norte surgiram empresas do segmento eletrometalmecânico: fundições, fábricas de motores elétricos, refrigeradores, compressores, autopeças, implementos agrícolas e rodoviários, entre outras. Na região Sul, que já se destacava no setor carbonífero, desenvolveu-se um parque industrial de revestimentos cerâmicos para a construção civil. No Norte e no Sul do estado surgiram indústrias de plásticos – tubos e conexões de PVC, filmes, embalagens e outros. No processo, os setores tradicionais também foram beneficiados. Cresceram e incorporaram novas tecnologias, e com os ganhos logísticos puderam se integrar com mais eficiência aos mercados consumidores.

As mudanças definiram a distribuição espacial da indústria no estado, que se caracterizou pela especialização em polos regionais: eletrometalmecânico no Norte, têxtil no Vale do Itajaí, cerâmico no Sul, base florestal no Planalto Serrano e alimentar no Oeste. Essa característica foi determinante para o desenvolvimento econômico do estado, pois permitiu o adensamento das cadeias produtivas, sendo que algumas delas possuem características de *clusters* industriais, como complementaridade horizontal e colaboração entre empresas. A concentração da indústria em alguns segmentos levou a uma capacidade de produção superior à demanda local, e a um alto padrão de competitividade. Devido ao pequeno mercado consumidor, Santa Catarina desde sempre se voltou para as exportações, primeiro para o restante do país, depois para outros países.

Milagre brasileiro

Nos anos 1970, embalada pelas altas taxas de crescimento econômico, a indústria deslanchou, aproveitando oportunidades no mercado brasileiro e no exterior. A indústria catarinense tornou-se líder nacional em carne de aves e suínos, refrigeradores, motores elétricos, tubos e conexões de PVC e revestimentos cerâmicos. O avanço da indústria acelerou a urbanização de Santa Catarina e, em 1980, 60% da população vivia nas cidades. Com a indústria de Santa Catarina crescendo sempre a médias superiores à do Brasil, o setor secundário tornou-se o principal gerador de riquezas em Santa Catarina.

O perfil exportador de Santa Catarina foi fundamental para que a crise dos anos 80, a “década perdida”, não afetasse tanto a economia do estado quanto à do restante do país. A fraca demanda do mercado interno foi em parte compensada pelo comércio exterior, consolidando o porte internacional de grandes grupos do estado, especialmente indústrias de alimentos. Novos produtos entraram na pauta de exportações, como moto-compressores, papel kraft, pisos e azulejos, refrigeradores e calçados. Em 1970 as exportações catarinenses representavam 2% do total nacional, contra 6% no início dos anos 90, sendo que 70% dos produtos eram industrializados ou semi-industrializados. Ainda assim, em um ambiente de recessão e hiperinflação, a indústria se retraiu, e passaria por profundas mudanças para retomar o rumo do crescimento.

Os anos 90 foram repletos de desafios para a indústria, que resultaram em substancial mudança em seu perfil. Os diversos planos de estabilização econômica levaram a uma aceleração da abertura comercial do Brasil, por meio do desmonte de um sistema de barreiras alfandegárias erigido nos anos 40. As tarifas de importação passaram de mais de 78%, em média, em 1989, para 13% em 1996, expondo a indústria nacional à concorrência estrangeira. O movimento combinava com o aprofundamento da internacionalização da economia e a formação de blocos regionais, como o Mercosul. A economia brasileira se reorganizou nesse contexto, com a reavaliação do papel do estado enquanto produtor e protetor do capital nacional – características do período do “nacional-desenvolvimentismo” vigente até os anos 80. A abertura comercial e as privatizações de

A abertura comercial dos anos 90 expôs a indústria à competição internacional e acelerou sua modernização.

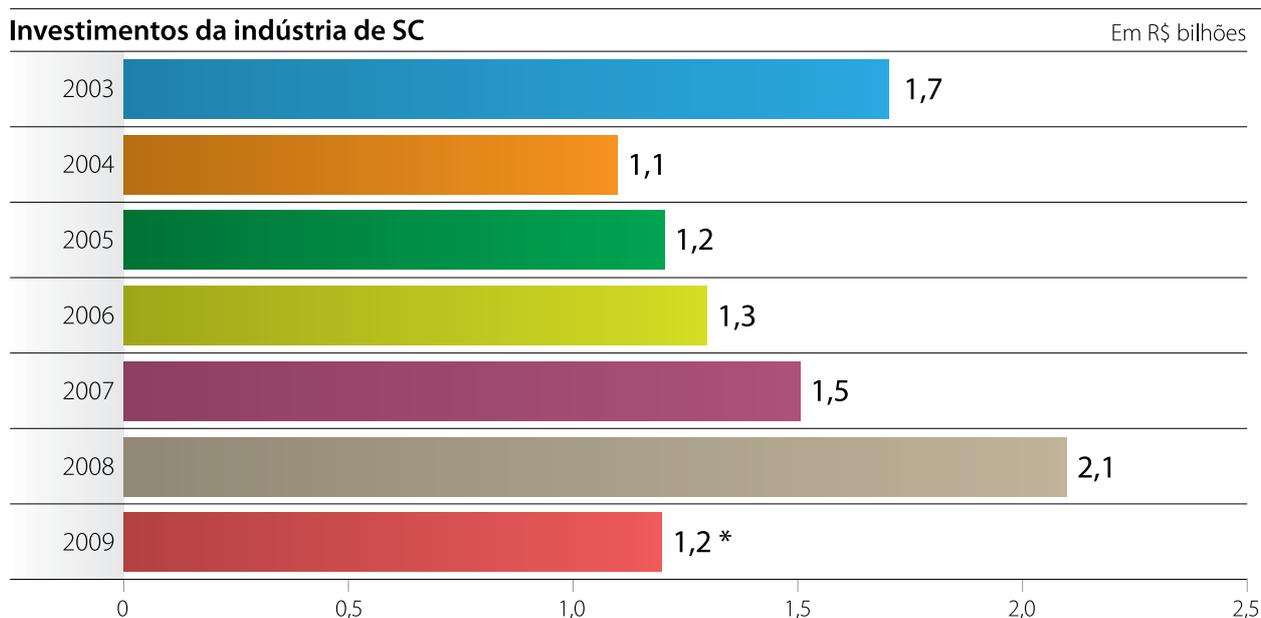
“A gente (empresa entrevistada) não para de investir no desenvolvimento de novos produtos, novas tecnologias, máquinas e assim por diante ...”

Grande indústria, Grande Florianópolis

estatais foram as principais consequências das mudanças.

Tais fatos foram fundamentais para a modernização da economia. Houve uma verdadeira reestruturação produtiva, com as empresas voltando-se fortemente para as imposições do mercado. No período a produtividade média da indústria cresceu a taxas de 7% ao ano, e os preços das mercadorias foram reduzidos. As indústrias que venceram os desafios se modernizaram em todos os aspectos, mas muitas sucumbiram ou foram absorvidas por multinacionais. Em Santa Catarina, as fusões e aquisições ocorreram em indústrias têxteis, de eletrodomésticos, equipamentos elétricos, autopeças e outros. Grupos locais, em compensação, ganharam musculatura no exterior, posicionando-se como multinacionais em setores como alimentos, materiais elétricos e plásticos. Santa Catarina revelou-se ainda um terreno fértil para a indústria de base tecnológica, com polos se desenvolvendo nas principais cidades e produzindo desde softwares para gestão empresarial até equipamentos de informática e telecomunicações.

A indústria catarinense que emergiu do processo de mudanças é flexível, capaz de produzir pequenos lotes de mercadorias com qualidade e alto valor agregado. Além de reorganizar a produção, a indústria investiu em pesquisa para produzir inovações e passou a exigir dos colaboradores competências como criatividade e autonomia para resolução de problemas. O perfil do investimento industrial mudou. Ao invés de priorizar a expansão física, os recursos foram dirigidos à maior qualificação dos produtos, por meio de itens como design, desenvolvimento de processos e produtos, atualização tecnológica e marketing. Sistemas de gestão de qualidade e ambiental passaram a orientar a produção. Em vários aspectos a indústria catarinense antecipou-se às exigências ambientais. As principais empresas estão integradas ao conceito de modernização ecológica, em que sua atividade, crescimento e planejamento são condicionados pela sustentabilidade, que engloba as esferas econômica, ambiental e social.

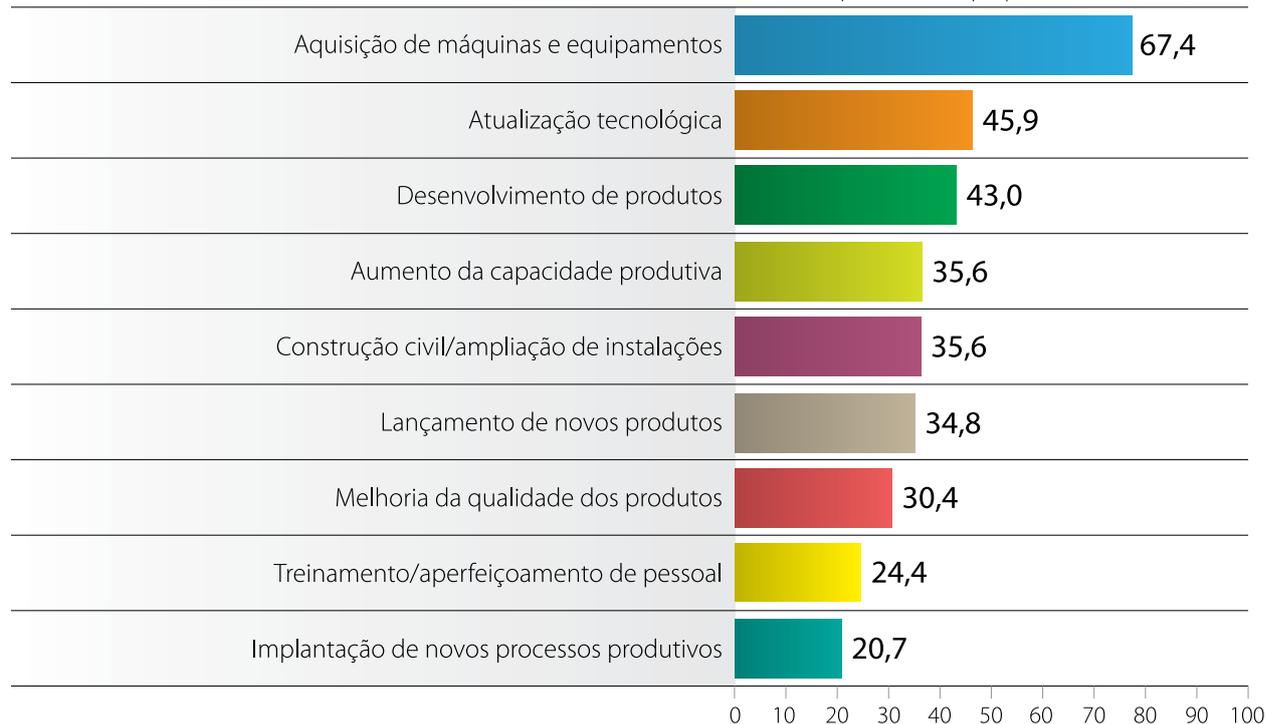


Fonte: FIESC – Pesquisa com maiores empresas do estado (135, em 2010)

(*) A queda substancial deveu-se à crise econômica mundial no período

Finalidades dos investimentos – 2010 a 2012

Total de empresas de SC que pretendem investir (em %)



Fonte: FIESC. Obs: pesquisa realizada em 2010

“O empresariado catarinense é muito dinâmico, ele está participando de feiras, está viajando, está muito globalizado.”

Média indústria,
Planalto Serrano

Exemplos das mudanças encontram-se em todos os setores importantes. Para fornecer a diversos mercados com características distintas, produtores de carne de frango desenvolveram mais de dois mil cortes diferentes. Fabricantes de motores elétricos investiram na eficiência energética dos produtos e desenvolveram linhas completas para atender às mais diversas aplicações e ocupar novos mercados. Para o desenvolvimento de produtos, empresas de autopeças realizam engenharia simultânea com seus clientes em qualquer lugar do planeta. Nos setores têxtil, moveleiro e de revestimentos cerâmicos investiu-se em *design* e fortalecimento de marcas, para maior agregação de valor aos produtos. No setor de base florestal, indústrias possuem certificações ambientais para suas florestas reconhecidas em todo o mundo. As principais indústrias têxteis obtiveram certificados internacionais comprovando que seus produtos não fazem mal à saúde nem degradam o meio ambiente. Todos os setores investiram para diversificar seus mercados e abriram novas fronteiras em países da África, da Ásia, do Oriente Médio, da América Latina e do Leste Europeu, que se somaram aos mercados tradicionais dos EUA, Europa, Argentina e Japão.

Em suma, a indústria catarinense atingiu um padrão de categoria mundial, o que lhe permitiu integrar-se fortemente às novas cadeias produtivas globais que se organizaram. A competitividade obtida no interior das fábricas, entretanto, não é suficiente para garantir que novos desafios serão superados. O ambiente em que a indústria está inserida, considerando-se os planos nacional e estadual, não é adequado ao desenvolvimento industrial. Fatores estruturais como a precária infraestrutura logística, o pesado e confuso sistema tributário, legislação trabalhista inflexível, baixos níveis educacionais e a ausência de uma política indus-

“O Brasil tem que se proteger, tem que mudar essa política cambial, para ser mais competitivo e poder barrar a entrada de tanto produto importado.”

Grande indústria,
Grande Florianópolis

trial minam continuamente a competitividade da indústria. São componentes do famigerado Custo Brasil e, não é inadequado dizer, do Custo Santa Catarina. Eles são fatores não gerenciáveis pela indústria e dependem do governo para que sejam equacionados.

Quando a economia segue a todo vapor, as fragilidades estruturais, que redundam em altos custos, são encobertas pela opulência aparente. Em momentos de crises conjunturais, como em 2008/2009, os obstáculos à competitividade aparecem de maneira incisiva. E lembram que a retomada do desenvolvimento depende de investimentos em itens como infraestrutura e educação, sem o que o crescimento não tem como se sustentar. É inegável que hoje o estado vive um verdadeiro “apagão” nesses dois itens, senão em outros. O que sinaliza para a necessidade de um novo pacto entre as forças da sociedade com vistas a garantir prosperidade no futuro.

1.4 Importância do setor exportador

Não é por acaso que Santa Catarina possui alguns dos mais destacados indicadores socioeconômicos do Brasil. A explicação para isso encontra-se na força de sua indústria. É a indústria de transformação o setor da economia que espalha mais efeitos multiplicadores de riqueza sobre outras áreas. Quando o foco de uma economia está na indústria, ela geralmente está destinada ao crescimento. Um dos motivos é a associação

Produtos importados a baixo custo e dificuldade em exportar devido ao câmbio são percebidos como as principais ameaças à indústria.

existente entre o desenvolvimento tecnológico e a indústria. Tanto nos processos produtivos quanto no desenvolvimento de produtos é constante a necessidade de atualização tecnológica. Para que isso seja possível, por sua vez, é fundamental a existência de recursos humanos qualificados e em constante evolução para acompanhar as mudanças.

Isso acaba por constituir um ciclo virtuoso de geração de riqueza e desenvolvimento social.

O Relatório de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas de 2009 concluiu que a produção e a exportação de manufaturas – em outras palavras, atividade industrial competitiva internacionalmente – é o melhor caminho existente para que seja feita a transição de uma economia de baixa renda para uma economia de renda média ou alta. Isso é, a indústria é o melhor meio para o desenvolvimento. Sua diversificação em vários setores, constante aumento de valor agregado das mercadorias e conquista de novos mercados demandam investimentos em capital humano e em pesquisa e desenvolvimento. Expostas à competição internacional, as empresas tendem a ser inovadoras, internalizam padrões elevados de produção e disseminam ganhos de produtividade localmente.

São vários os exemplos de países que aumentaram fortemente a participação da indústria de transformação em suas economias e galgaram patamares extraordinários de desenvolvimento – taxas médias de crescimento de 5% ou mais entre 1970 e 2007. Os exemplos mais conhecidos são Coreia do Sul e China. Na América do Sul, o Chile é uma referência.

No Brasil ocorreu o contrário. A indústria respondia por 30% do valor adicionado da economia nos anos 70, e em 2007 a taxa era inferior a 24%. Isso certamente ajuda a explicar por que entre 1980 e 2008 a renda *per capita* da população brasileira aumentou de US\$ 8.500 para US\$ 10.466 (PPP, preços de 2008), enquanto a do Chile passou de US\$ 6.400 para US\$ 14.500 e a da Coreia foi de US\$ 6.000 para US\$ 27.700, segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria. Muitos países ultrapassaram o Brasil em renda *per capita* no período. E o Brasil não ultrapassou um único país.

Os maiores desafios da indústria são competir com empresas de países de legislação moderna e baixo custo de produção, e adaptar-se às rápidas mudanças no ambiente de negócios.

Em países cujo estágio de desenvolvimento é avançado, é natural que a indústria perca espaço relativo para o setor de serviços. Para países em desenvolvimento como o Brasil, não. Por isso ocorre no país o que economistas classificam como desindustrialização precoce. Ou seja: a indústria perde peso na economia antes da hora, antes de estágios de desenvolvimento mais avançados

terem sido alcançados. Ao invés de perder participação relativa para os serviços, a indústria perde terreno para *commodities* agrícolas e minerais.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) destaca o privilégio à agropecuária no Brasil. A tributação incidente sobre cada etapa da cadeia produtiva do agronegócio inibe a industrialização de produtos básicos e torna mais rentável exportar produtos agrícolas *in natura* ao invés de industrializados. Nas negociações internacionais, o Brasil tem privilegiado a abertura de mercado para seus produtos agrícolas, negociando em troca seu próprio mercado para produtos industrializados. O problema nisso é que a tarifa média de importação de industrializados, 13%, é das mais baixas do mundo. A indústria está desprotegida. E ainda mais exposta devido ao câmbio.

“As indústrias catarinenses estão perdendo mercado no exterior, até por que nós temos outras indústrias de outros países que estão sendo mais eficientes.

A China é um exemplo clássico. E nós estamos perdendo mercado aqui dentro porque estamos importando barato. O dólar barato favorece a importação. Está certo? Nós estamos desestimulando a indústria intensiva em tecnologia, porque essa indústria tem dificuldade em competir, e nós estamos estimulando o pessoal a voltar ao produto de baixo valor agregado.”

Grande indústria, Joinville

Déficit industrial

A extrema valorização do real diante das outras moedas é um dos fatores mais críticos para a competitividade da indústria. A relação cambial encarece os produtos brasileiros lá fora e torna mais baratos os importados no mercado interno. Os setores de vestuário e de calçados, por exemplo, perderam mercado para os artigos chineses em países como a Argentina e os Estados Unidos e também no próprio Brasil. Isso vale para todos os setores. Uma indústria que perde mercado no exterior acaba perdendo também internamente. Os números da balança comercial demonstram isso de modo eloquente. Enquanto o país exportou US\$ 88 bilhões em artigos industrializados em 2009, importou US\$ 109 bilhões. O déficit industrial se repete por toda a década.

Nesse cenário, a posição de Santa Catarina é especialmente preocupante. Sua arrancada desenvolvimentista deu-se exatamente no período em que sua indústria cresceu mais do que a média brasileira, fato que se repetiu praticamente ao longo de toda a segunda metade do século XX. Tanto que a indústria catarinense chegou aos anos 1990 líder em vários setores e com uma pauta de exportações extremamente dinâmica e diversificada, conforme exposto anteriormente. Com as recentes dificuldades para a indústria exportadora, Santa Catarina parece ter

ficado exposta aos males da desindustrialização precoce. O que evidentemente coloca em risco o processo de desenvolvimento socioeconômico do estado.

Na última década a indústria catarinense cresceu abaixo da média brasileira, conforme demonstram as tabelas a seguir. Sua pauta de exportações empobreceu: os artigos industrializados tiveram perda de participação em favor dos produtos básicos. Como Santa Catarina não é grande produtora de *commodities*, a resultante é uma perda de importância no setor exportador. Se em meados dos anos 90 o estado era responsável por 5,7% das exportações brasileiras, em 2009 detinha apenas 4,2%.

Produção física industrial – variação % (indústria geral)

Ano	Santa Catarina	Brasil
2000	4,2	6,5
2001	3,73	1,42
2002	-8,21	2,73
2003	-5,53	0,04
2004	11,36	8,3
2005	0,04	3,09
2006	0,23	2,82
2007	5,42	6,01
2008	-0,65	3,09
2009	-7,75	-7,39
Média anual 2000-2009	0,11	2,58

Fontes: FIESC, CNI, IBGE

Vendas industriais – variação % (indústria de transformação)

Ano	Santa Catarina	Brasil
2000	-4,49	10,75
2001	5,89	11,70
2002	-0,02	1,96
2003	-11,85	0,53
2004	13,14	14,3
2005	-11,89	2,03
2006	-2,21	1,72
2007	8,10	5,10
2008	6,98	5,70
2009	-6,64	-4,30
Média anual 2000-2009	-0,63	4,81

Fontes: FIESC, CNI

Exportações catarinenses – fator agregado (%)

Ano	Básicos	Industrializados
1998	29,6	70,4
1999	26,6	73,4
2000	25,6	74,5
2001	33,1	66,9
2002	30,7	69,3
2003	28,4	71,5
2004	30,1	69,8
2005	32,8	67,1
2006	29,2	70,7
2007	36,1	63,8
2008	39,7	60,3
2009	44,1	55,8

Fonte: MDIC/Secex

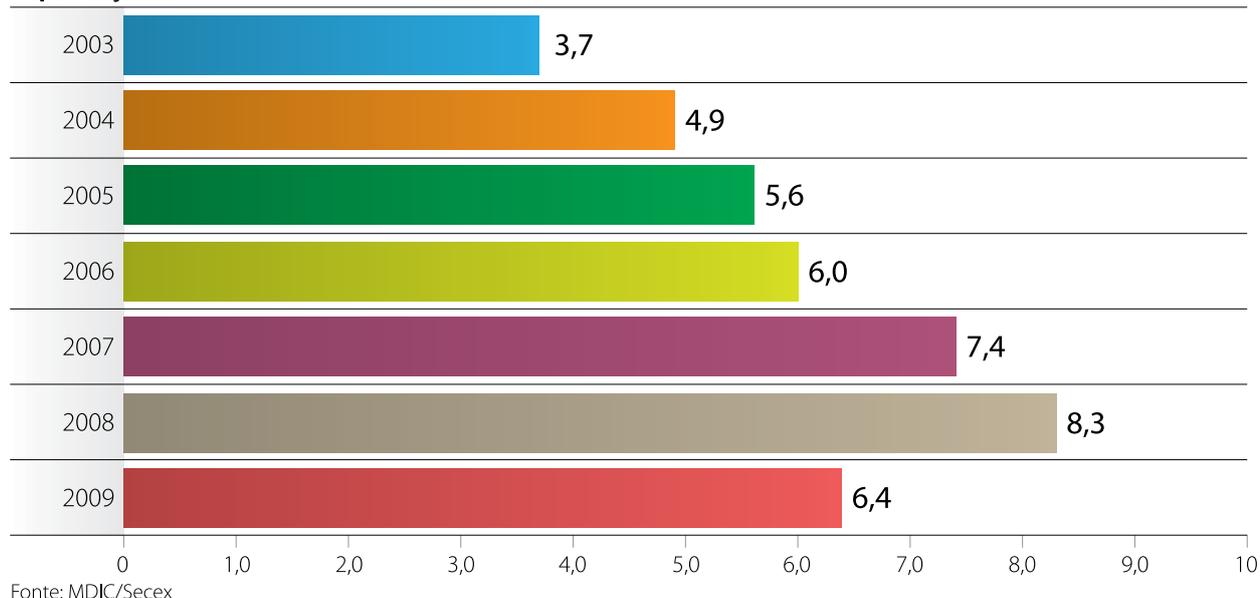
“Acabou se criando no estado a ‘indústria das tradings’, que gera imposto para o governo, mas se esqueceu que é a indústria produtiva que é a que gera emprego e que gera o imposto. O investidor (da trading) não arrisca nada, não compra um metro de terra, não constrói, não faz nada, só importa. [...] E nós investidores (industriais) é que ficamos com o risco e não temos o incentivo.”

Grande indústria,
Vale do Itajaí

O Brasil e Santa Catarina estão caminhando em sentido inverso ao da fórmula de desenvolvimento identificada pela Organização das Nações Unidas. Ao invés de o país promover a migração de uma pauta de produtos de baixo conteúdo tecnológico para artigos de alto conteúdo tecnológico, faz exatamente o contrário, apostando em *commodities* e tirando competitividade das indústrias. As consequências podem ser gravíssimas. Para analistas, a falta de atenção do governo ao setor exportador está destruindo o que tínhamos de mais valioso, que é uma indústria diversificada e sofisticada. Questiona-se se daqui a 20 anos a agricultura tecnificada será capaz de gerar 150 milhões de empregos de boa qualidade para brasileiros entre 15 e 65 anos. A resposta óbvia é não. A meta só será cumprida com um robusto setor industrial exportador, por mais que o mercado interno brasileiro cresça com vigor. Os desafios são aumentar a participação no comércio internacional de manufaturados e participar das cadeias produtivas de mais alto valor agregado.

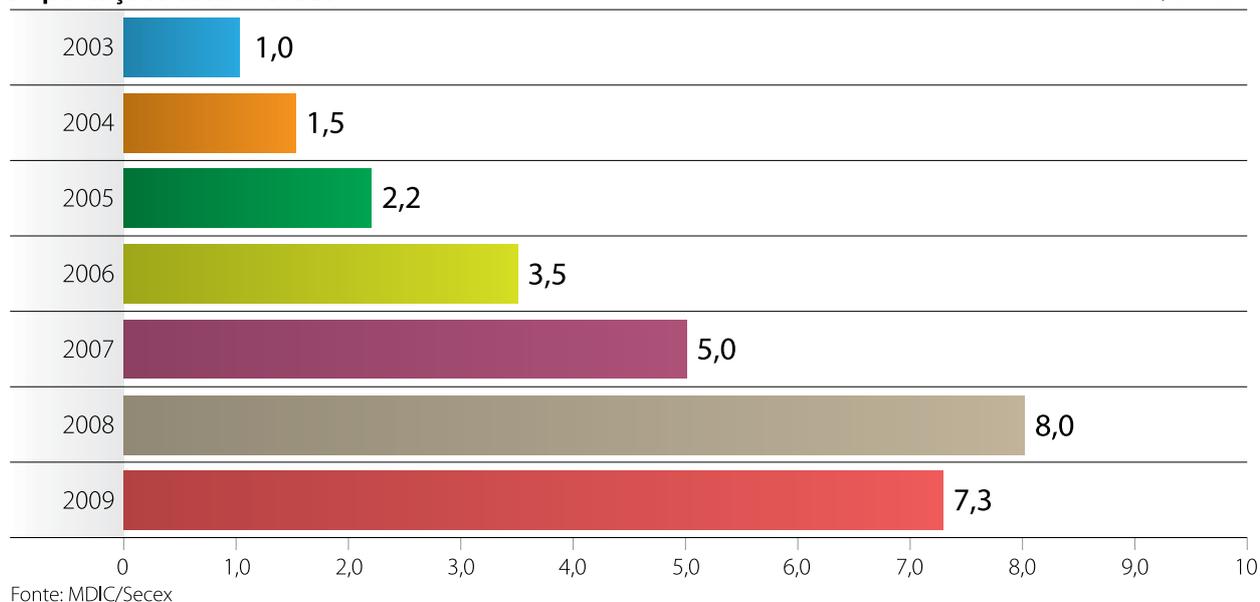
Exportações catarinenses

Em US\$ bilhões



Importações catarinenses

Em US\$ bilhões



As exportações de Santa Catarina caíram em 2009, o que não ocorria desde 1999. E também em 2009 as importações superaram as exportações, fato jamais registrado desde que passaram a ser divulgadas informações da balança comercial dos estados, em 1989. Vários fatores explicam as variações. A queda nas exportações é razão direta da recessão nos principais mercados catarinenses, especialmente os Estados Unidos, e também da perda de competitividade das exportações brasileiras devido à sobrevalorização cambial. Tanto que a queda catarinense, de 22,7%, está em linha com o recuo das exportações do Brasil. O câmbio também ajuda a explicar o bom desempenho das importações, mas o principal fator é o estímulo fiscal à entrada de mercadorias pelos portos do estado, que ampliou as importações por Santa Catarina sem que isso signifique

necessariamente que elas sejam consumidas no estado.

Mesmo ponderando-se as razões conjunturais atípicas, deve-se ressaltar o inusitado de um saldo negativo na balança comercial catarinense, assim como a acentuada queda nas exportações. O desempenho do comércio exterior, fonte constante de números positivos, é reiteradamente, ao longo dos anos, relacionado à saúde da economia do estado.

Os primeiros meses de 2010 trouxeram novamente o otimismo para a indústria, com a confiança empresarial subindo no ritmo da recuperação dos negócios. As exportações subiram 13,1% no primeiro quadrimestre do ano, em comparação com igual período de 2009. O déficit comercial, entretanto, cresceu, devido à subida das importações. No quadrimestre, elas subiram 62% sobre o ano anterior. A boa notícia é que a maioria dos produtos importados são matérias-primas para a indústria, que aumenta a produção para o atendimento de um mercado interno aquecido.

Apesar do otimismo momentâneo, o gráfico a seguir, extraído da pesquisa da FIESC, demonstra os fatores inibidores do desenvolvimento econômico de Santa Catarina na visão do industrial.

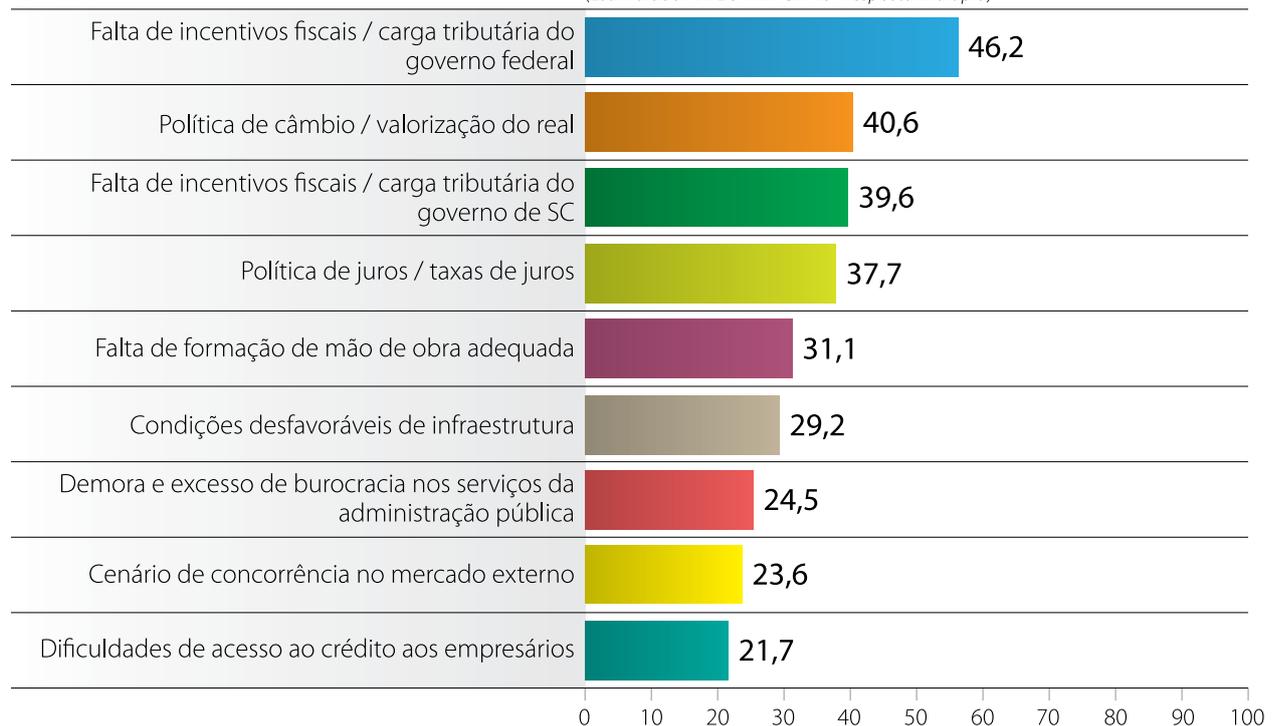
Fatores inibidores do desenvolvimento econômico de SC

Principais citações

Pergunta – E quais fatores tem sido, até aqui, os maiores entraves ao crescimento e desenvolvimento econômico de SC?

Gráfico em %

(Estimulada - ATÉ 5 PRINCIPAIS - resposta múltipla)



Base: 106 empresas. Fonte: FIESC / Instituto MAPA 2010

Para a indústria catarinense manter as posições conquistadas no exterior e ampliar seus domínios quantitativa e qualitativamente, não basta o esforço empresarial. É necessária uma ação planejada e coordenada, que inclua todos os atores envolvidos no processo. As oportunidades existentes no estado para sustentar o seu desenvolvimento são enormes, conforme se verá. Não são, entretanto, maiores que os desafios para aproveitá-las.

1.5 Oportunidades e desafios

A pequena cidade de Biguaçu, de pouco mais de 50 mil habitantes, era uma das mais apagadas da região da Grande Florianópolis. Enquanto a fulgurante capital é a cidade da moda no país e destino turístico dos mais cobiçados, São José ostenta altos índices de crescimento econômico e Palhoça ficou conhecida como o município mais dinâmico do país, segundo uma pesquisa recente⁴, Biguaçu parecia condenada ao atraso e à insignificância. Até se saber que receberia o maior investimento privado de todos os tempos em Santa Catarina, US\$ 1,5 bilhão para a edificação do mais moderno estaleiro do país. O empreendimento da companhia OSX é apresentado como a “Embraer dos mares”, devido ao enorme grau de complexidade

Investimentos privados locais são considerados o maior impulsionador do desenvolvimento econômico de Santa Catarina, segundo os industriais catarinenses.

tecnológica aplicada à construção de navios e plataformas marítimas. O estaleiro atenderá demandas crescentes do setor de petróleo e gás e integra um novo capítulo da economia brasileira, inaugurado com a identificação da camada de petróleo pré-sal. A empresa do grupo EBX, do empresário Eike Batista, não somente põe Biguaçu na rota de um dos negócios mais promissores do país como dá uma

dimensão totalmente diferente à indústria naval do estado.

Embora ainda ausente das listas tradicionais de setores mais importantes de Santa Catarina, a indústria naval já era a segunda mais importante do país e vinha desenvolvendo novos negócios no Vale do Itajaí e no Norte do estado. De uma atuação inicialmente discreta, voltada à manutenção da frota pesqueira, o setor evoluiu para a fabricação de rebocadores, barcos de suprimentos de plataformas de petróleo, navios para transporte de gás liquefeito de petróleo e embarcações para transporte e lazer.

A chegada da OSX redefine o setor. Além do volume de capital empregado e da quantidade e do nível dos empregos gerados (serão quatro mil vagas, contra um total de 2,7 mil empregos gerados pela indústria naval em 2008), traz o estado da arte em tecnologia naval. O projeto inclui parceria com a sul-coreana Hyundai Heavy Industries, que terá 10% da empresa e fornecerá seu *know-how* de líder mundial no setor. Em meados de 2010 o projeto do estaleiro estava sendo adequado para atender a exigências ambientais. Meses depois do anúncio da OSX, a maré continuava a ser favorável ao setor naval no estado. Em maio o estaleiro Brunswick, dos Estados Unidos, anunciou a instalação de uma unidade no litoral catarinense, em município ainda indefinido. Investirá US\$ 50 milhões para poder fabricar barcos de passeio.

Decisões como essas, de localizar os empreendimentos em Santa Catarina, são provas do grau de atratividade que o estado exerce para atividades econômicas desse porte. No caso da OSX, certamente pesou na escolha a localização de Santa Catarina, privilegiada em relação aos principais centros do Mercosul e às áreas de exploração de petróleo, assim como o vasto litoral e a existência de linhas navais estabelecidas em função dos vários portos em operação – que facilitarão a chegada de componentes

“O desafio, na verdade, é a velocidade da informação, é você estar acompanhando o que está ocorrendo no mundo.”

Média indústria,
Planalto Serrano

⁴ Em 2008, de acordo com metodologia desenvolvida pela Florenzano Marketing.

para a montagem dos equipamentos. A reconhecida qualidade da mão de obra local é outro fator, que poderá ser potencializado com a instalação de uma unidade do SENAI voltada às necessidades do empreendimento e, por extensão, a toda a indústria naval. Isso sem mencionar incentivos fiscais negociados com o governo do estado e a prefeitura de Biguaçu.

As apostas no estado não se resumem ao setor naval. Há também investimentos privados em ampliação e modernização de portos, como o anunciado pelo grupo Santos Brasil em Imbituba, da ordem de R\$ 137 milhões. Também na área de infraestrutura, mas dessa vez energética, o Grupo Global anuncia aplicar R\$ 2 bilhões na construção de um complexo termelétrico no Sul do estado. Numa outra frente vale citar também a decisão da Brasil Foods, empresa resultante da fusão entre Perdigão e Sadia, em estabelecer sua sede social no município de Itajaí. Originadas em Santa Catarina, as duas empresas haviam retirado suas sedes do estado e direcionado a expansão física para novas fronteiras agropecuárias. Agora juntas, formando a maior processadora e exportadora de carnes de aves do mundo, valorizam o potencial logístico da região, que abriga o complexo portuário do Itajaí-Açu. Composto pelos portos de Itajaí e Navegantes, o complexo tem forte especialização em movimentação de cargas perecíveis.

A seguir, uma amostra de investimentos industriais anunciados para o estado, veiculados pela mídia:

Empresa	Valor (milhões de R\$)	Local	Ano
ZF (alemã, autopeças)	100,0	Lages - SC	2010
Grupo Global (termoelétrica)	2.000,0	Treviso - SC	2010 - 2012
Laticínios Bela Vista	35,6	Maravilha - SC	2010
Columbia Logística (área portuária)	30,0	Itajaí - SC	2010
Ibrame (metais não ferrosos)	20,0	Joinville - SC	2010 - 2012
Eletrosul (energia)	78,9	Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima - SC	2010
Condor (escovas, pincéis)	9,9	São Bento do Sul - SC	2010
Hyosung (coreana, fio de elastano)	US\$ 100,0	Araquari - SC	2010
OSX (tecnologia naval)	15	Florianópolis - SC	2010
KTR (espanhol, peças de metal)	US\$ 1,0	São Francisco do Sul - SC	2010
Lafran (francês, porcas e parafusos)	N.D	São Francisco do Sul - SC	2010
Komeco (aquecedores)	20,0	Palhoça - SC	2010
EBX (estaleiro)	US\$ 1.500,0	Biguaçu - SC	2010
Santos Brasil (área portuária)	137,0	Imbituba - SC	2010
Keppel Sigmarine (Cingapura, naval)	US\$ 50,0	SC	2010
Paranapanema (cobre)	US\$ 300,00	SC	N.D.
Brunswick	US\$ 50,00	SC	N.D.

Fontes: Diário Catarinense e Boletins de Investimentos do Bradesco.

A análise dos projetos aprovados pelo Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), que oferece incentivos fiscais a novos empreendimentos produtivos, revela uma série de novos investimentos. Os enquadramentos apontavam, em janeiro, 32 projetos a serem realizados em 2010, envolvendo investimento total de quase R\$ 430 milhões. Somente esses projetos irão gerar cerca de 2.900 empregos diretos no estado. Novos projetos certamente foram enquadrados e outros irão ser incluídos no decorrer do ano. Um bom sinal disso é o crescimento expressivo da indústria de bens de capital ocorrido no início de 2010, que irá abastecer projetos de expansão. O otimismo do empresário catarinense não era tão grande desde o ano 2000, segundo

o Índice de Confiança Empresarial apurado pela FIESC nos primeiros meses de 2010. Isso certamente irá se refletir em um crescimento no volume de investimentos das indústrias já instaladas no estado. Segundo levantamento da FIESC junto a um grupo de 135 indústrias, elas pretendem aplicar em 2010 o montante de R\$ 1,4 bilhão em investimentos, sendo que 86,2% no estado.

73,6%

dos industriais consideram a imagem de qualidade de seus produtos e serviços um dos pontos fortes da indústria de Santa Catarina, segundo a pesquisa.

A se considerar os pontos fortes do estado, e também as lacunas a eles relacionadas, há inúmeras oportunidades de investimentos produtivos em Santa Catarina prontas para serem realizadas. Suas características físicas e sociais definem alguns dos pontos fortes. O estado encontra-se a meio caminho dos principais centros consumidores do Mercosul e possui um vasto litoral equipado com um conjunto de portos eficientes que estabelecem ligações comerciais com todo o mundo. A mão de obra é qualificada e há interação entre instituições de ensino e pesquisa com o setor produtivo. Ainda que o ambiente institucional para a realização de negócios não possa ser considerado evoluído, o estado conta com diferenciais importantes em relação ao restante do país. É o caso da legislação ambiental estadual, feita de acordo com as características de Santa Catarina e, portanto, mais adequada do que a legislação federal para estabelecer o melhor equilíbrio entre as atividades produtivas e a conservação ambiental.

Do ponto de vista econômico, a especialização setorial presente nas diversas regiões é atrativa sob vários aspectos. De um lado, oferece densidade de conhecimentos técnicos e mercadológicos, assim como especialização de mão de obra. Um dos fatores que atraiu a indústria japonesa Takata, fabricante de cintos de segurança para automóveis instalada desde 2004 em Piçarras, foi a abundância de trabalhadores especializados no ramo têxtil. Além, é claro, das condições logísticas. Instalada às margens da BR-101, a empresa importa 70% de suas matérias-primas e exporta tudo o que produz pelo Porto de Itajaí, distante 20 quilômetros da fábrica.

De outro lado, a especialização industrial requer o adensamento cada vez maior das cadeias produtivas, oferecendo oportunidades de investimentos. Mesmo em setores há muito estabelecidos, como o têxtil e de vestuário, há lacunas a ser preenchidas. No Vale do Itajaí, onde esse ramo industrial tem mais tradição e peso, faltam empresas de beneficiamento e produção de fios sintéticos como elastano e poliéster para

atender às indústrias locais. No Sul do estado, onde um importante polo de vestuário se conformou mais recentemente, há espaço para a instalação de indústrias fornecedoras de tecidos (jeans, especialmente) e acessórios como botões e zíperes.

No setor de alimentos, onde são cada vez mais rígidos os controles sanitários, é necessária a implementação da rastreabilidade de animais, o que inclui desde o fornecimento de brincos de identificação até o desenvolvimento de sistemas. Se no setor de carnes as cadeias produtivas são completas, em fruticultura a situação é inversa. Santa Catarina é destacado produtor de frutas como maçãs, mas não há grandes unidades de industrialização para sucos, por exemplo. O segmento de vitivinicultura evoluiu fortemente no estado nos últimos anos, com o domínio da produção de uvas europeias em regiões de altitude, como São Joaquim. Alguns dos vinhos produzidos no estado obtiveram excelente reconhecimento no mercado e há várias oportunidades em torno da consolidação desse setor.

Nas áreas que envolvem metalurgia, máquinas, equipamentos e autopeças, as oportunidades são evidentes. A indústria naval é uma potência em construção, assim como a indústria automobilística. Visto pela ordem inversa, a existência de uma cadeia de negócios que reúne a oferta de todos os componentes de eletrodomésticos, como motores elétricos, geradores, transformadores, ferramentaria e peças de plástico, é um atrativo para a instalação de médias e grandes empresas do setor.

O quadro a seguir aponta os investimentos que deverão ser realizados por indústrias de Santa Catarina no próprio estado em 2010. Sua análise, em conjunto com a tabela anterior de investimentos anunciados, muitos deles de empresas que vêm de fora, permitem um vislumbre do tipo de oportunidades detectadas no estado.

“Eu acho que, pelo tamanho do estado, o modelo catarinense é bem interessante. Nós não temos aqui nenhuma grande cidade [...] Uma coisa é o aspecto econômico [...] mas também é a qualidade de vida das pessoas. A qualidade de vida numa cidade como São Paulo deve estar horrível!”

Média, Vale do Itajaí

“Nós estamos no litoral e a área de estaleiros, construção de plataformas, está sendo muito pouco explorada.”

Média indústria, Planalto Serrano

Gêneros de Atividade	Investimentos em SC em 2010 (R\$)
Metalurgia Básica	343.931.000,00
Produtos Alimentícios e Bebidas	214.141.076,00
Celulose, Papel e Produtos de Papel	210.300.000,00
Máquinas, Aparelhos e Mat. Elétricos	100.771.000,00
Confecções de Artigos do Vestuário	63.426.412,33
Máquinas e Equipamentos	62.822.327,00
Produtos de Minerais não Metálicos	42.719.000,00
Mat. Elet., Apar. e Equip. de Comunicação	35.242.958,08
Artigos de Borracha e Plástico	32.709.200,00
Produtos Têxteis	20.558.000,00
Edição, Impressão e Repr. de Gravações	20.000.000,00
Produtos de Metal – exceto máquinas	17.000.000,00
Artigos do Mobiliário	13.500.000,00
Produtos Químicos	13.300.000,00
Veículos Automotores	6.300.000,00
Produtos de Madeira	6.200.000,00
Tecnologia, Automação, Informática	4.600.000,00
Outros Equipamentos de Transporte	2.000.000,00
Produtos Diversos	500.000,00
Total	1.210.020.973,41

Fonte: FIESC

Na região do Planalto Serrano, algumas das melhores oportunidades estão relacionadas à economia florestal. O alto rendimento das florestas plantadas de pinus e eucaliptos, graças às condições naturais e ao constante processo de aprimoramento genético, oferece diferenciais muito significativos em relação a concorrentes no resto do mundo. O rendimento das florestas é sete vezes maior que o da Escandinávia e três vezes maior que o da Península Ibérica, por exemplo. Não é à toa que um dos projetos estruturantes para a renovação e crescimento da economia do estado, identificado em estudo anterior da FIESC, é a ampliação da base florestal plantada em um milhão de hectares, para sustentar a expansão dos setores de papel e celulose, móveis e painéis reconstituídos.

O estudo Oportunidades de Negócios para o Desenvolvimento Econômico e Estratégico de Santa Catarina (ondeeSC), lançado pela FIESC em 2003, identificou dezenas de oportunidades de investimentos não apenas na indústria, mas também em setores como o turismo e a infraestrutura energética e de transportes. Seria enfadonho enumerá-los, indo além do que já foi exposto acima. É importante, entretanto, ressaltar os projetos considerados estruturantes. O espírito do ondeeSC era

apresentá-los como oportunidades rentáveis, que pudessem atrair investidores privados. Mas sua importância vai muito além, pois os projetos constituem-se em verdadeiros alicerces para o desenvolvimento econômico catarinense. São eles: um gasoduto integrando o estado no sentido leste-oeste, complementar ao já existente no sentido norte-sul (Gasbol); uma ferrovia cruzando o estado no sentido leste-oeste, que permitisse escoar a produção de alimentos e de base florestal com facilidade pelos portos; a criação de um complexo portuário ao Norte, com a ampliação do Porto de São Francisco do Sul e a criação do Porto de Itapoá, e a já citada expansão das florestas comerciais.

87,7%

dos industriais afirmam que a pavimentação, duplicação e conservação das estradas deve ser o foco do governo na área de transportes.

De todos eles, o que melhor evoluiu é o Porto de Itapoá, que sob os auspícios da iniciativa privada – trata-se de uma associação entre o grupo Battistella, de Lages, e a alemã Hamburg Süd –, deverá ser inaugurado em 2010, após investimentos superiores a R\$ 300 milhões. Vai trazer inúmeras e importantes vantagens para a economia estadual. Não apenas aumentará a capacidade de movimentação de cargas a custos competitivos com o

que há de mais moderno no setor, mas permitirá a atracação de navios de grande porte graças ao seu calado maior. A nota dissonante de todo o empreendimento é um pequeno trecho rodoviário de 27 quilômetros de extensão, a SC-415. A rodovia estadual que dá acesso ao porto não é pavimentada, fato que se não for equacionado obrigará o transporte de cargas a passar por dentro de perímetro urbano, acarretando evidentes problemas para a sociedade de Itapoá e para a atividade econômica. A incapacidade do poder público em resolver o problema da estrada remonta aos anos 1980.

Orçamento insuficiente

Trata-se de uma típica variável não gerenciável pelo setor privado, que faz parte do intrincado nó da infraestrutura de transportes catarinense. Uma situação que prejudica enormemente a competitividade da indústria local e afasta novos empreendimentos produtivos. Se por um lado o novo Porto de Itapoá é um atrativo para novas indústrias, outros vetores da competitividade sistêmica do estado, infelizmente, provocam repulsa ao capital produtivo. O que ajuda a explicar a não realização de muitas das oportunidades de investimentos expostas acima e inviabiliza o crescimento das indústrias locais dentro do próprio estado. Muitas delas optam pela expansão em outros estados ou mesmo no exterior.

O pequeno trecho de Itapoá ilustra um problema de grandes proporções, cujas soluções não são bem encaminhadas. O volume de investimentos previstos no Orçamento Geral da União para o setor de transportes em Santa Catarina, se cumprido à risca, já seria insuficiente para suprir as demandas locais. Mas entre 2004 e 2010, dos R\$ 4 bilhões previstos, apenas R\$ 1,9 bilhão (49%) foi efetivamente pago. Os números referentes ao governo estadual não são melhores. Há necessidade de investimentos urgentes de ampliação e modernização em todos os modais de transporte – portos, aeroportos, rodovias e ferrovias. A indústria estima em R\$ 15 bilhões o volume de recursos que deveriam ser aplicados até 2023.

Um dos casos mais graves é o da duplicação do trecho sul da BR-101, que liga a região da Grande Florianópolis ao Rio Grande do Sul. O processo de duplicação iniciou-se pelo menos duas décadas depois do que seria razoável. E suas obras irão atrasar em pelo menos seis anos em relação ao cronograma original. Levantamento realizado pela FIESC concluiu que a duplicação não terminará antes de 2014. Com isso mais prejuízos serão acumulados pelo setor privado, assim como investimentos deixarão de ser realizados. Reportagem publicada pela Revista Exame em janeiro de 2006 compara a região Norte do estado, servida pela BR duplicada, com a região Sul, onde a estrada é simples, e constatou a diferença que faz uma boa infraestrutura.

Segundo a reportagem, o Norte recebeu investimentos industriais de R\$ 2 bilhões desde a duplicação da BR, no ano 2000. Os dirigentes das empresas Vega do Sul, Marcegaglia e Takata, algumas das que se instalaram nas proximidades da estrada, afirmaram que as condições logísticas foram decisivas para a escolha do local dos empreendimentos. Não apenas a estrada, mas a facilidade de acesso aos portos de Itajaí e São Francisco do Sul e aos aeroportos de Joinville e Navegantes, dentre outros itens. Olhando-se para o trecho Sul, a situação era oposta. Cálculo realizado pela Associação Empresarial de Criciúma informava que a região perdia R\$ 1,2 bilhão por ano devido à precariedade da rodovia, considerando custos adicionais com transporte e investimentos que deixavam de ser realizados. Enquanto o PIB das principais cidades do Norte próximas à BR crescia em média 7% ao ano, o desempenho das cidades do Sul era de apenas 3%, de acordo com a reportagem.

É importante buscar a harmonização tributária, com o equilíbrio das alíquotas de ICMS praticadas pelos estados.

Guerra fiscal

Dentre os projetos em andamento que podem melhorar as condições logísticas destaca-se o Complexo Intermodal Catarinense, na região de Araquari, no Norte do estado. O projeto contempla terminal aeroviário e marítimo, terminal ferroviário para acesso aos portos, armazém refrigerado e a implantação de uma área industrial para processamento de exportações. Caso seja efetivado, o Complexo Intermodal terá grande complementaridade com o Porto de Itapoá, significando mais um avanço naquela região. As críticas à concepção do projeto ficam por conta de sua localização, na região mais desenvolvida e mais bem dotada de infraestrutura do estado, ao invés de contemplar uma visão mais integrada de Santa Catarina, beneficiando outras regiões.

A infraestrutura logística é apenas um dos fatores de competitividade da economia que estão, em grande parte, fora do controle do empresário. Em vários dos demais itens não gerenciáveis o empresário catarinense é pressionado por limitações e dificuldades. A exposição a uma carga tributária equivalente a 36% do Produto Interno Bruto é um deles. Se a carga vale, no geral, para todo o Brasil, há pontos específicos que poderiam ser mais bem trabalhados. Um deles é a luta pela harmonização tributária, com o equilíbrio das alíquotas de ICMS praticadas pelos estados. O desequilíbrio gera guerra fiscal e beneficia estados mais poderosos, como São Paulo. Por outro lado, o estado ficou, num primeiro

“A dificuldade não é conseguir crédito. É conseguir crédito barato. Nos financiamentos do BNDES, que são sempre mais baratos, você encontra dificuldade [...] o grau de exigência de documentação.”

Média indústria,
Planalto Serrano

momento, de fora de importantes programas de benefícios fiscais como o Repenec, que incentiva investimentos nas áreas petroquímica, refino de petróleo e produção de amônia e ureia. Diga-se que a indústria petroquímica é considerada uma das vocações do estado, que possui reservas de petróleo e gás em seu litoral e forte estrutura portuária.

A rigidez das leis trabalhistas e os altos encargos sociais são problemas enfrentados por toda a indústria brasileira, que perde competitividade no exterior. Mas a adoção do piso regional em Santa Catarina, que eleva sensivelmente os custos das empresas, desequilibrou o jogo em prejuízo da indústria local na relação com seus concorrentes internos. Já a oferta de mão de obra qualificada para a indústria é insuficiente e os novos empreendimentos já estão sofrendo com isso.

Santa Catarina está diante de um enorme desafio. Possui um patrimônio notável: uma indústria moderna, flexível, com renome e mercados conquistados no Brasil e no exterior. Possui também atrativos ímpares, capazes de atrair investimentos para várias regiões. Mas esses patrimônios precisam passar por benfeitorias, para que se valorizem e possam continuar remunerando o estado com desenvolvimento socioeconômico e qualidade de vida.

II - Uma proposta de parceria

2.1 A força das ações coordenadas

Em 1950, há exatos 60 anos, a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) era criada. Sob o comando de Celso Ramos, que a presidiu entre 1950 e 1960, a FIESC deu suas primeiras e decisivas contribuições para a modernização do estado. Com a realização do Seminário Socioeconômico, que permitiu um diagnóstico detalhado de todas as regiões catarinenses, a FIESC identificou as potencialidades e os gargalos para o crescimento. O conteúdo serviu de base para o mais importante projeto de desenvolvimento jamais concebido e realizado em Santa Catarina, o Plano de Metas do Governo (PLAMEG). O plano foi implementado pelo mesmo Celso Ramos, que conduziu o estudo à frente da FIESC. Em 1961, Ramos assumiu o governo do estado, promovendo uma fundamental sintonia entre os setores público e privado que iria mudar para sempre as feições de Santa Catarina.

Sob as diretrizes do PLAMEG Celso Ramos abriu estradas, integrando as regiões produtoras aos centros consumidores. Consolidou e expandiu o setor energético, então fragmentado e ineficiente, modernizou a telefonia e revolucionou a educação, construindo em média uma sala de aula por dia. Foram criadas universidades e centros de pesquisa e bancos de fomento à economia local. Com o estado dotado de infraestrutura adequada, pessoal qualificado e disponibilidade de capital, o setor privado pôde cumprir o seu papel de agente do desenvolvimento socioeconômico, gerando riqueza, empregos e oportunidades em todas as regiões. Sobre terreno fértil, o empreendedorismo, o arrojo e a capacidade de trabalho do empresário catarinense resultaram na construção do quarto maior parque industrial do país, em um estado que ocupa apenas 1,1% do território nacional e possui 3,2% da população.

As conquistas sociais do estado refletem em boa medida as conquistas da indústria, que, presente em todas as regiões, propiciou um modelo de desenvolvimento equilibrado e inclusivo. Santa Catarina ostenta hoje o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dentre os estados brasileiros (à exceção do Distrito Federal), sem que tenha sido contem-

plado, décadas atrás, com os grandes investimentos de empresas estatais e multinacionais que beneficiaram principalmente a região Sudeste. A empreitada iniciada por Celso Ramos em 1950, que conjurou as forças locais em torno de propósitos comuns, se mostrou vencedora.

Não se pretende, com este trabalho, reeditar o PLAMEG. O projeto capitaneado pelo saudoso Celso Ramos teve seu lugar e seu tempo, quando as características do estado eram muito distintas das atuais. Mas

Os principais inibidores do desenvolvimento estão na esfera pública: carga tributária elevada e falta de incentivos, tanto federais quanto estaduais, e políticas de câmbio e juros.

recordá-lo – e buscar tirar proveito de suas lições – é extremamente pertinente nesse momento em que o desenvolvimento econômico de Santa Catarina enfrenta enormes desafios. E a maior das lições é o poder resultante da parceria entre os setores público e privado, alinhando expectativas e coordenando ações para alavancar o desenvolvimento socioeconômico.

Este documento pretende ser a colaboração da indústria para a elaboração de um projeto maior, que conte com o engajamento de toda a sociedade e cujo objetivo seja viabilizar a modernização do estado, dotando-o de recursos para continuar se destacando pela qualidade de vida de seu povo e pela qualidade de seus produtos e serviços. E ir além. É, desde já, uma proposta de parceria, que a FIESC gostaria de ver assumida pelos pretendentes ao cargo executivo mais importante do estado, o de governador de Santa Catarina.

Visão empreendedora

A necessidade de um pacto para o desenvolvimento em Santa Catarina não é nova. O Programa Estratégico de Desenvolvimento Industrial, elaborado para a FIESC ainda no início dos anos 90, apontava enfaticamente a necessidade de uma parceria entre os setores público e privado. Segundo o documento, os obstáculos que impediam a realização do “considerável potencial produtivo que o estado encerra” eram de natureza institucional: “Não que as instituições da sociedade civil e do governo funcionem mal. Na realidade, o estado se caracteriza por um conjunto de instituições e agências atuantes, relativamente eficientes, e de grande seriedade, ainda que ausentes em algumas áreas-chave (como o apoio às exportações, por exemplo). Falta, fundamentalmente, coordenação e comunicação entre os atores-chave da sociedade, economia e governo catarinenses. O espírito de independência catarinense não pode ser um óbice à cooperação de modo que objetivos maiores sejam alcançados”.

Com o **Desenvolvimento SC: uma visão da indústria**, o setor produtivo oferece o que tem de melhor, que é a visão empreendedora. É a visão dos verdadeiros agentes do desenvolvimento, os empresários, aqueles que investem, constroem, correm riscos, geram empregos, pagam impostos. Quando bem-sucedida, a atividade empresarial privada espalha benesses pelo entorno e atrai ainda mais riquezas, gerando ciclos virtuosos que beneficiam toda a sociedade. Esse é o papel social do empresário. Porém, sua voz nem sempre é ouvida quando se buscam estabelecer planos e marcos visando o desenvolvimento econômico. Talvez por esse motivo a maior parte das iniciativas dessa natureza tenham se mostrado inócuas no estado.

“Com certeza (cabe pensar numa política industrial para SC), discutida com a FIESC, com as federações, com pessoas que entendam. Não só dentro (do governo), com os políticos, porque deputado não entende de indústria, não entende de comércio [...]”

Grande indústria,
Vale do Itajaí

A falta de mão de obra qualificada e a atuação tímida em segmentos inovadores são apontadas como os principais pontos fracos da indústria de Santa Catarina.

Afinal, ninguém melhor do que os próprios empresários para saber quais são as principais limitações exteriores ao desenvolvimento de seus negócios, quais são os verdadeiros gargalos para a sua competitividade. Trata-se de uma abordagem crucial. Por ser um estado industrializado, em que suas empresas dependem da manutenção e conquista de mercados no Brasil e no exterior, a competitividade de sua indústria é um elemento crítico para o desenvolvimento de Santa Catarina.

Representatividade setorial

Foi com esse espírito que a FIESC buscou elaborar este documento. E por isso ele se apresenta de forma diferente de outros muitos já traçados, alguns contando inclusive com a assinatura da própria FIESC. Desta vez, ao invés de se buscar uma visão acadêmica ou técnica da questão da competitividade, valorizou-se a visão do empreendedor. Ao invés de se buscar a colaboração de renomadas instituições de fora do estado e do país para traçar diagnósticos e elaborar projetos, valorizou-se a visão local. Não se quer dizer com isso que as demais colaborações não sejam pertinentes. Ao contrário, este trabalho incorpora o conhecimento gerado por diversos estudos e análises realizados sobre a realidade socioeconômica catarinense. Só que desta vez associado à visão empreendedora.

Trata-se de um documento muito bem embasado, o que lhe garante representatividade setorial. As informações que contém foram captadas junto a empresários de todos os segmentos industriais, em todas as regiões do estado, entre o final de 2009 e meados de 2010. A captação se deu de várias formas, todas com a finalidade específica da elaboração deste projeto. Por meio de centenas de entrevistas quantitativas e qualitativas, realizadas de forma científica e apresentadas sistematicamente pelo Instituto Mapa, obteve-se um rico painel do que pensa o empresário

acerca de vários temas, com ênfase nas condições de competitividade. Por meio de seminários realizados nos principais polos regionais e abertos à participação de toda a classe empresarial, permitiu-se a todos que se manifestassem e tivessem a oportunidade de verem incluídas suas reivindicações e observações no documento. Por meio de

canais de comunicação, via internet, abertos pela FIESC aos sindicatos associados, todos puderam dar suas contribuições.

Por tudo isso, este documento constitui-se numa verdadeira síntese do pensamento empresarial catarinense acerca do estado, das instituições, do setor público, da infraestrutura, das relações trabalhistas, das questões tributárias e outros temas que se apresentarão a seguir. O trabalho se propõe a ir além e também capta a visão da população sobre o estado e seus governantes. Com a sua continuidade, espera-se criar um meio de avaliação, com periodicidade anual, da evolução dos compromissos assumidos e da qualidade das ações do governo em favor do desenvolvimento socioeconômico, essencial para que a iniciativa não fique esvaziada com o tempo, como tantas outras.

Ao conclamar o setor público para a parceria em defesa da competitividade da indústria catarinense, a FIESC não defende apenas interesses de classe diante dos vários interesses que disputam espaço na

agenda política. A FIESC defende o desenvolvimento de Santa Catarina, pois uma indústria forte e competitiva é vetor fundamental para o crescimento econômico. Conforme o já citado Relatório de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas, produzir e exportar manufaturas é o caminho para a transição de uma economia de baixa renda para a renda média ou alta.

Papel do estado

O melhor modo de proporcionar isso é oferecer condições de isonomia competitiva para a indústria local, para que, fazendo a sua parte por meio do investimento, da gestão profissional e da disposição em

assumir riscos inerentes aos negócios, o empresário cumpra sua função social de gerar riquezas e empregos. Santa Catarina é uma terra repleta de oportunidades, com sólida cultura de empreendedorismo, recursos humanos do mais alto nível, rica em conhecimentos produtivos e dona de abundantes recursos naturais, fatores que apontam para a consolidação do estado como um dos mais importantes centros industriais do Brasil – prova disso é a geração de empregos no primeiro

trimestre de 2010, o melhor saldo em 10 anos no estado. O objetivo da FIESC é oferecer um novo olhar sobre os problemas de Santa Catarina, sendo parceira na formulação de um programa de governo voltado ao desenvolvimento do estado.

Vivemos tempos em que muito se discute o papel que cabe ao estado na economia, após um período de diminuição do seu peso nas atividades e decisões econômicas. Alguns, equivocadamente, se arvoram a defender modelos arcaicos e desacreditados de Estado Produtor, Estado Intervencionista. A FIESC orgulha-se de ter uma visão clara a esse respeito, construída em uma trajetória iniciada há 60 anos por Celso Ramos, personalidade que revelou a essência da simbiose existente entre os setores público e privado.

A FIESC não acredita em intervencionismo ou dirigismo estatal, mas crê na eficácia das forças de mercado como geradoras de riquezas. Cabe ao estado prover as condições estruturais de competitividade para que o setor privado cumpra a sua parte, em benefício de todos. A FIESC acredita em parcerias, como as que ao invés de opor unem interesses de empresários e trabalhadores, do setor privado e do setor público, todos integrantes de um ente maior denominado sociedade. É em nome de seu desenvolvimento que a FIESC propõe esta parceria com o poder público, que seja desde já assumida por seus postulantes. E põe à disposição sua estrutura física e de conhecimento para aprofundar o tema e ajudar a construir um estado economicamente desenvolvido e socialmente justo. Assim a FIESC exerce sua representatividade social e contribui com o fortalecimento industrial e o desenvolvimento socioeconômico do estado, com o protagonismo que lhe foi historicamente definido.

94%

dos empresários concordam com a ideia de que o governo deve ser administrado como uma empresa privada, e mais de 80% são contra o paternalismo e a ingerência na esfera privada.

2.2 Propostas anteriores para o desenvolvimento de Santa Catarina

O processo de desenvolvimento catarinense ao longo dos últimos 20 anos tem sido alvo de diversos estudos e projetos realizados por instituições privadas e públicas. Alguns deles tiveram origem na própria FIESC e todos eles, em seu tempo, foram importantes para realizações efetivas ou ao menos como novas contribuições que enriqueceram amplamente o debate. Dentre as ideias que foram apresentadas no passado e estão se tornando realidades importantes para o crescimento econômico catarinense destaca-se o complexo portuário da região de Joinville, materializado pela construção do Porto de Itapoá por investidores privados. A necessidade e a viabilidade desse projeto são evidenciadas principalmente nos estudos Infraestrutura de Longo Alcance, de 1997, e ondeeSC, ambos realizados pela FIESC. A construção de uma usina termelétrica no Sul do estado, anunciada recentemente, está alinhada com as propostas do Infraestrutura de Longo Alcance.

A seguir, uma breve análise do conteúdo de quatro projetos e o destaque de algumas das contribuições que ainda são excepcionalmente pertinentes para se projetar o desenvolvimento sustentado de Santa Catarina.

*** Programa Estratégico de Desenvolvimento Industrial de Santa Catarina**

Elaborado a pedido da FIESC pela Interbusiness Consultoria Internacional de Negócios, em 1992, o projeto procurou definir as bases para a instituição de uma política industrial no estado, já detectando debilidades na área de infraestrutura e alertando para a falta de coordenação existente entre governo, empresas e trabalhadores. O projeto propunha a criação de uma instância em que se pudesse aglutinar interesses e coordenar iniciativas.

O diagnóstico apresentado pelo estudo revelou um grande potencial de desenvolvimento industrial em Santa Catarina, e por outro lado um frágil suporte à competitividade das empresas. Aí se incluíam aspectos de infraestrutura – especialmente transportes, mas também energia e telecomunicações –, baixo nível de escolaridade e lacunas de suporte tecnológico às empresas, que apresentavam, segundo o estudo, reduzido grau de difusão de novas técnicas organizacionais e sistemas de automação industrial.

Os pontos fortes da indústria, de acordo com o projeto, estavam principalmente na presença de uma classe empresarial modernizante, competente e com capacidade de articulação, vontade de investir e orientada para o futuro; trabalhadores disciplinados, experientes e com conhecimento técnico; estrutura produtiva diversificada e em processo de atualização tecnológica.

A proposta de uma política industrial para o estado, entendida como a constituição de mecanismos de colaboração entre setor privado e governo, e as ações daí decorrentes, envolviam três frentes. Em primeiro

“E a burocracia talvez pudesse ser uma coisa a ser melhorada bastante pelo governo do estado. [...] A coisa demora, as licenças demoram, tudo é demorado. [...] Na hora que precisa registrar uma empresa, tudo é demorado. [...]”

Grande indústria,
Grande Florianópolis

lugar, aumentar o peso específico de Santa Catarina para que as reivindicações junto ao governo federal fossem atendidas. Depois, definir um programa de investimentos liderado pelo setor privado para os gargalos da infraestrutura: transportes, energia, telecomunicações e tecnologia. Por fim, elaborar um programa para melhorar o nível educacional e de capacitação profissional da população catarinense.

*** Infraestrutura de Longo Alcance para o desenvolvimento sustentado de Santa Catarina**

Coordenado pelo ex-ministro Eliezer Batista, o projeto foi apresentado em 1997 como uma contribuição da FIESC para o desenvolvimento do estado. Focou a questão da logística, identificando dois componentes básicos para a sustentação do crescimento. Um deles era a saída à leste para o mar, com a construção de um complexo portuário na região de Joinville/Babitonga. A outra condicionante apontada foi uma saída à oeste, com a construção de uma integração ferroviária da região de Joinville até a Hidrovia Paraguai-Paraná. A criação de um eixo de desenvolvimento “horizontal” (leste-oeste) significaria, segundo o estudo, o engajamento da economia do estado com a economia do além-mar (EUA, Europa e Oriente) e com o Mercosul (centro-sul do continente sul-americano), representando a quebra da tradicional “economia de passagem” norte-sul, apontada como a característica física central da economia do estado.

O projeto incluía ainda as sugestões da instalação de uma usina siderúrgica no estado, para sustentar o crescimento da indústria metal-mecânica, e a implantação de um “Teleporto” em Joinville, para integração total das comunicações com o mundo. Na área energética o projeto apontava a necessidade de usina termelétrica no litoral sul, visando a estabilidade energética, e de uma nova via de gás para aproveitar as grandes reservas do noroeste argentino. Dentre outras sugestões, o projeto evidenciou ainda a necessidade de um engajamento político das lideranças políticas e empresariais do estado para a realização do bem comum.

A criação de um eixo de desenvolvimento leste-oeste representaria, segundo o estudo, a quebra da tradicional “economia de passagem” norte-sul.

*** Oportunidades de Negócios para o Desenvolvimento Econômico e Estratégico de Santa Catarina (ondeeSC)**

Estudo idealizado pela FIESC e realizado pela Agência de Desenvolvimento Tietê-Paraná que teve suporte técnico e supervisão do Sistema FIESC (por meio do Instituto Euvaldo Lodi) e do Governo do Estado de Santa Catarina. Apresentado em 2002, buscou identificar oportunidades de investimentos em projetos de infraestrutura capazes de estimular o desenvolvimento de setores em que Santa Catarina possui vantagens naturais. Considerou projetos que poderiam ser assumidos integralmente ou parcialmente pelo setor privado, e apresentou-os para investidores em potencial.

O trabalho identificou quatro projetos considerados estruturantes, de suporte ao desenvolvimento, e outros nas áreas de energia, transportes, em sintonia ou complementares àqueles estruturantes, e ainda nas áreas de agronegócios e turismo, perfazendo um total de 48 projetos. Os projetos estruturantes apontados foram o Gasoduto Trans-Catarinense, a Ferrovia TransCatarinense, o Porto de Itapoá (terminal marítimo e retroporto) e o RefloreSC – Programa para reflorestamento em escala comercial.

Os dois primeiros projetos, gasoduto e ferrovia, foram apontados como fundamentais pela possibilidade de integrar o estado no sentido

A implantação de gasoduto e ferrovia no sentido leste-oeste é considerada fundamental para a integração do estado, segundo o ondeeSC.

leste-oeste, tanto em termos de transportes como energético. O objetivo expresso no documento era que a ferrovia poderia fazer parte de um projeto ainda maior, a Ferrovia Bioceânica, ligando Atlântico e Pacífico. O projeto de Itapoá focava o aumento de trânsito internacional de mercadorias no eixo Sudeste-Sul em função do aprofundamento

da globalização e da abertura comercial do Brasil. Também citava o fato de que o Porto de São Francisco do Sul possui microlocalização pouco propícia à exploração de atividades industriais retroportuárias. Essas atividades poderiam ser amplamente exploradas em Itapoá, segundo o ondeeSC. Por fim, a questão do reflorestamento foi considerada estruturante devido ao potencial encontrado na região do Planalto Serrano. O documento sugeria a transformação de Santa Catarina em um dos principais polos nacionais fornecedores de matéria-prima florestal.

*** Masterplan**

Realizado pela Fundação Universitária José Bonifácio, sob a coordenação de Eliezer Batista, o Masterplan é um estudo relativamente recente, apresentado em 2005 pelo Governo do Estado. Foi elaborado a partir de dois eixos, a logística de transportes e o desenvolvimento com base na inovação.

A frente de logística procurou identificar projetos estruturantes de infraestrutura, e identificou potencial de desenvolvimento e expansão de três eixos logísticos, centrados nos portos que considerou de maior potencial, com destaque para Imbituba. O primeiro eixo, São Francisco do Sul-Babitonga, foi apresentado como tendo potencial de expansão em granéis e contêineres. O Itajaí-Navegantes foi identificado como de grande potencial devido ao investimento, então em curso, da Portonave, um projeto privado que deveria ser apoiado pelo governo. Seria especialmente útil na exportação de carga containerizada proveniente do Vale do Itajaí e cargas frigorificadas do Oeste do estado. Finalmente, o estudo apontou Imbituba com potencial para se tornar um dos portos de maior volume de carga movimentada no Brasil – com investimentos adequados poderia tornar-se um *hub* de contêineres e um importante porto de embarque de grãos. O porto possui um grande calado e retroárea de tamanho suficiente para abrigar um terminal de granéis.

Ainda em relação à infraestrutura, o Masterplan não indicou a via-

bilidade de construção de grandes ferrovias como a “Ferrovia do Frango”, um antigo (e ainda atual) pleito dos empresários do estado, que uniria o leste ao oeste do estado. O problema seria o alto custo de implantação e as baixas taxas de retorno, segundo o estudo. A sugestão é recuperar e ampliar a malha rodoviária do estado, viabilizando investimentos por meio de parcerias público-privadas.

Na área de desenvolvimento com base em inovação, o Masterplan destacou o potencial de formação de um *cluster* de alta tecnologia, abrangendo tecnologias da informação e comunicação (TIC). Trata-se de um setor que se desenvolveu de modo consistente no estado nos últimos anos e que precisa, para sua materialização como um *cluster*, de criação de condições institucionais (como legislação favorável e financiamento), articulação entre os agentes, criação de centros de excelência na área (com formação de mão de obra) e apoio governamental.

2.3 Desenvolvimento SC: uma nova visão incorporando boas ideias

A análise de diversos estudos e projetos anteriores com propostas para o desenvolvimento de Santa Catarina permite uma interessante leitura da evolução de ideias para o crescimento do estado e dos avanços e retrocessos ocorridos em várias áreas. Os estudos consultados tornaram-se, associados à pesquisa realizada e às consultas à classe empresarial, fontes para a elaboração deste **Desenvolvimento SC: uma visão da indústria**. Registre-se que essa ação foi bastante facilitada pela grande sintonia encontrada entre várias das antigas propostas e as demandas empresariais colhidas durante a elaboração do atual documento. Ou seja, de vinte anos para cá muita coisa não evoluiu de maneira significativa no estado. Mas é importante ressaltar que há avanços em frentes importantes.

Vale, por exemplo, notar a importância dada à carência de infraestrutura pelo primeiro dos estudos analisados, o Programa Estratégico de Desenvolvimento Industrial de Santa Catarina. A atual pesquisa junto à classe empresarial reafirma a importância de avanços significativos na área de logística como um fator crítico para a competitividade da indústria. Outros aspectos de infraestrutura apontados no estudo de 1992, entretanto, não aparecem mais no centro das preocupações da indústria. São eles a energia e, principalmente, as telecomunicações. O estudo detectou ainda a necessidade urgente de se universalizar o acesso à educação de primeiro e segundo graus, propondo inclusive mecanismos para isso. Hoje, pode-se dizer que esse objetivo foi satisfatoriamente alcançado no estado. O desafio presente, porém, não é menor: se todos vão à escola, a escola deixa muito a desejar e elevar os padrões de qualidade do ensino básico é, na visão do empresário, um fator crucial para a competitividade da indústria.

Outro aspecto relevante do primeiro estudo é a detecção da necessidade da formulação de uma política industrial para o estado, com a participação de representantes de todos os setores da sociedade. A lógica reinante aí é a de que a competitividade da indústria é o elemento

“O papel do governo hoje é muito mais de criar os incentivos fiscais e eu diria divulgar o que é o potencial do estado. [...] O governo tem que também identificar que condições as empresas precisam para se desenvolver. Ninguém quer padrinho, ninguém quer doação, nada, nada. [...]”

Média indústria,
Grande Florianópolis

crítico para o desenvolvimento do estado. Essa, pode-se dizer, constitui-se na própria essência desta proposta de parceria que é o **Desenvolvimento SC: uma visão da indústria**. Ela não é propriamente um projeto de desenvolvimento, mas um convite à cooperação dos setores em busca de soluções.

Todos os estudos analisados apontam para questões de infraestrutura logística, o que consolida a ideia de que esteja aí o principal entrave para a continuidade do desenvolvimento do estado. E todos os estudos, de uma maneira ou de outra, apontam para a necessidade de uma maior capacidade de articulação do estado para viabilizar grandes obras de infraestrutura. Seja em relação à influência junto ao governo federal (responsável pela parte mais importante da infraestrutura logística do estado), seja em relação à necessidade de se criar mecanismos como PPPs para a realização de obras estruturantes.

Todos os estudos analisados apontam a carência de infraestrutura logística e indicam a necessidade de uma maior articulação para que grandes obras sejam viabilizadas.

Integração

Os três documentos mais recentes apontam de modo veemente a necessidade de uma maior integração do estado consigo mesmo e com os demais mercados, por meio de um eixo de desenvolvimento no sentido leste-oeste. No presente levantamento esse assunto também foi bastante enfatizado, especialmente pelos empresários das regiões do Planalto Serrano e Oeste do estado, que se ressentem de isolamento e consideram suas regiões pouco atrativas a novos investimentos.

Outro aspecto reinante nos estudos anteriores é o enorme potencial do estado como centro logístico do Sul do país, devido principalmente à sua localização. Potencial que é ofuscado pelas enormes carências existentes em infraestrutura. O Masterplan ressalta ainda a importância da formação de *clusters* no estado, apontado o setor de base tecnológica como o candidato mais promissor a ser estimulado com essa finalidade.

O ondeeSC ressalta a importância de um outro *cluster*, o de base florestal, que além de aproveitar vantagens naturais teria o poder de alavancar o desenvolvimento do Planalto Serrano e viabilizar a ferrovia leste-oeste, em função da grande demanda por transporte de madeira que se criaria. Diga-se que os empresários da região estão entre os mais preocupados com seu futuro dentre todos os que se contribuíram para o conteúdo deste documento. Apontam o fato de que Lages, maior cidade da região, vem empobrecendo rapidamente, tendo passado de segundo maior arrecadador de ICMS do estado em 1975 para a oitava posição atualmente. Algumas lideranças chegaram a afirmar que a região não tem condições de desenvolver-se com recursos próprios, daí a necessidade da criação de programas especiais e diferenciados para o atendimento de suas demandas.

A incorporação dos conteúdos dos estudos antigos é pertinente quando validada pelas informações colhidas recentemente junto ao meio empresarial. Esses conteúdos se fazem presentes na visão estratégica que se buscou construir neste documento, para embasar a elaboração de um futuro projeto de desenvolvimento industrial de grande amplitude para o estado.

III – Em busca do desenvolvimento sustentável

3.1 Fatores não gerenciáveis: obstáculos para a indústria

O estudo desenvolvido pela consultoria Interbusiness no início dos anos 1990, a pedido da FIESC, identificou a competitividade industrial como o elemento crítico para o desenvolvimento do estado. Isso é fato devido a uma característica peculiar de Santa Catarina: a grande participação da indústria no conjunto da economia em relação ao restante do país. Enquanto na média brasileira a indústria de transformação responde por 17% do valor adicionado bruto do total das atividades econômicas, em Santa Catarina essa participação é de 24,2%, sem contar a construção civil e a extração mineral (IBGE, 2007). Por ser industrializado e suas indústrias dependerem da conquista de espaço nos demais estados e no exterior – Santa Catarina possui pequeno mercado consumidor –, o desenvolvimento socioeconômico do estado é diretamente proporcional ao desenvolvimento de sua indústria.

Graças em boa parte à diversificação e ao crescimento da indústria, a riqueza foi distribuída de modo equitativo pelas várias regiões e Santa Catarina atingiu padrões diferenciados de desenvolvimento em relação ao

Santa Catarina destacou-se no cenário nacional pelo fato de sua indústria crescer, por décadas, a taxas superiores à média brasileira. Na última década, porém, seu crescimento ficou aquém da média.

restante do país. A liderança industrial em mercados como os de carnes de aves e suínos, revestimentos cerâmicos, motores e geradores elétricos, autopeças, móveis, papel e celulose, confecções e tecidos, dentre outros, garantiu a geração de empregos de qualidade. Os constantes investimentos para o aumento da capacidade industrial, combinados com os novos conhecimentos gerados no desenvolvi-

mento de produtos e processos, permitiram o adensamento de cadeias produtivas, tornando o estado ainda mais atrativo e multiplicando oportunidades de novos negócios. A economia de Santa Catarina ingressou em um ciclo virtuoso, que elevou a qualidade de vida de seu povo.

A história já demonstrou isso e volta a desafiar Santa Catarina a construir bases sólidas para o crescimento sustentável. A indústria catarinense se modernizou radicalmente nos últimos anos para sobreviver em um mercado muito mais aberto e competitivo. Fez a sua parte. Mas fatores

“Desenvolvimento sustentável é aquele que permite o crescimento ano após ano, com o investimento em produtividade e o crescimento em tecnologia e desenvolvimento humano.”

Grande indústria,
Joinville

“A indústria catarinense, como a brasileira, talvez a catarinense mais, porque ela é mais voltada ao exterior, está sofrendo duplamente, pelo Custo Brasil e uma taxa cambial que lhe desfavorece.”

Grande indústria, Joinville

fora do alcance do setor privado afetam a competitividade das empresas, colocando em risco um patrimônio inestimável: mercados conquistados no Brasil e no exterior, à custa de paciente trabalho de prospecção e consolidação. As dificuldades atuais da indústria se traduzem por indicadores preocupantes. Santa Catarina obteve destaque como um dos maiores estados exportadores, chegando a ocupar a quarta posição dentre as 27 unidades da Federação. Mas sua participação nas vendas externas brasileiras vem caindo e em 2009 o estado ocupou a décima posição. Santa Catarina destacou-se no cenário nacional pelo fato de sua indústria crescer, por décadas, a taxas superiores à média brasileira. Na última década, porém, seu crescimento ficou aquém da média.

Um dos fatores que mais prejudicam a competitividade catarinense é a precária infraestrutura de transportes. Devido à debilidade representativa do estado junto à esfera federal, apenas uma parte ínfima das verbas federais para a infraestrutura chega efetivamente ao estado. Por isso o estado está ficando para trás. Levantamento realizado pela Fundação Dom Cabral para o Anuário Exame de Infraestrutura 2009-2010 aponta os 10 estados com infraestrutura de melhor qualidade para o desenvolvimento e os 10 estados em que a infraestrutura mais avançou entre 2004 e 2009. Santa Catarina não aparece em nenhuma das listas.

Pontos fracos

A qualidade da educação básica também é fator limitante da competitividade: a indústria moderna necessita de recursos humanos altamente qualificados, e a boa formação profissional requer uma base sólida de conhecimentos. É fato que o ensino público catarinense está entre os melhores do Brasil, mas em um mundo globalizado isso não é suficiente. A base de comparação deve ser o ensino praticado em países desenvolvidos, cujas indústrias disputam os principais mercados mundiais com a indústria de Santa Catarina.

Some-se a isso aspectos como dificuldades de desenvolvimento e acesso a novas tecnologias, alta carga tributária e um ambiente pouco propício à realização de negócios, e tem-se o retrato de um país – e de um estado – que não oferece boas condições de competitividade para suas empresas. Um estudo desenvolvido pelo IMD (International Institute for Management Development), em parceria com a Fundação Dom Cabral, classificou o Brasil em 38º lugar num ranking de competitividade em que foram analisados 58 países. Apesar de ter subido duas posições no ranking, o estudo apontou a infraestrutura e a educação como pontos fracos do país – nesses itens específicos o Brasil perdeu posições no ranking em relação à edição anterior. Um outro estudo, apresentado recentemente pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, calculou que o chamado “Custo Brasil” encarece em 36,3% os produtos brasileiros em relação aos fabricados na Alemanha e nos Estados Unidos.

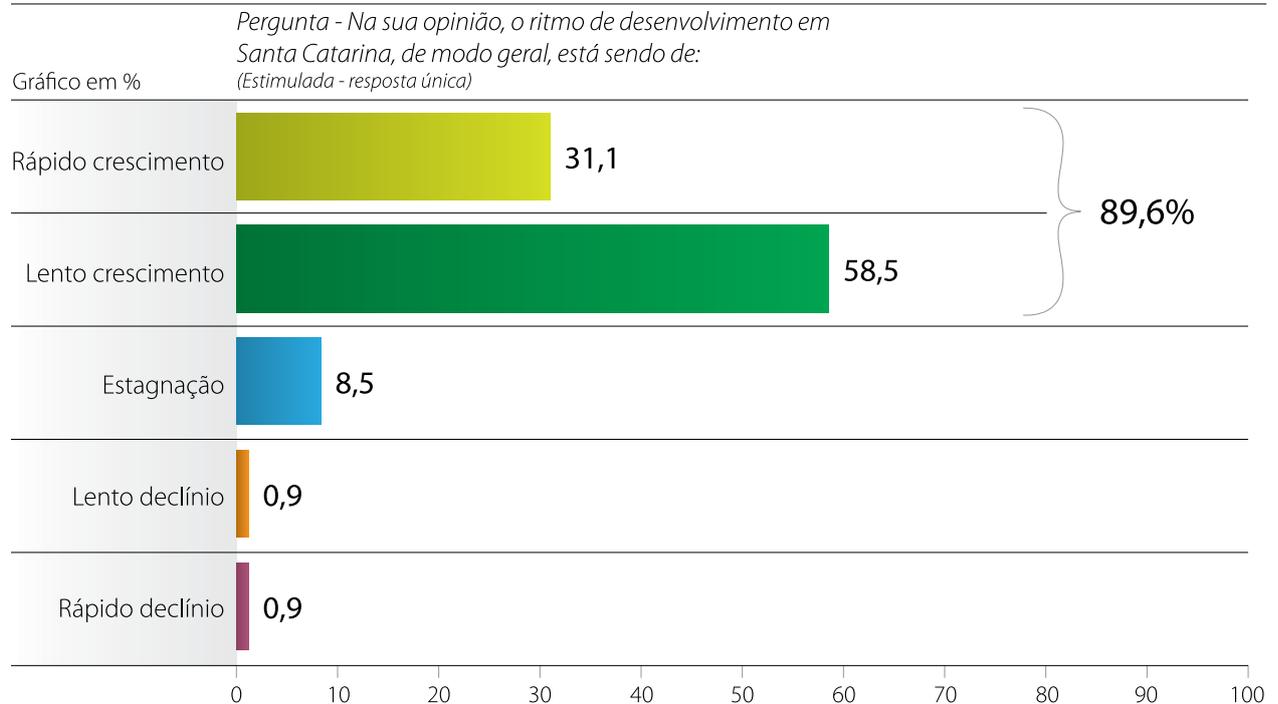
Por isso é importante olhar com prudência o atual momento de crescimento econômico, e não perceber a chegada de novos consumidores ao mercado como um sinal inequívoco de saúde da economia brasileira. Em vários setores a indústria nacional tem dificuldades para competir com os importados (que têm custos de produção mais bai-

xos), e o crescimento do país é ameaçado pela falta de infraestrutura para suportá-lo. O já citado estudo da Interbusiness identificou, há quase 20 anos, que graves deficiências na infraestrutura de transportes, o baixo nível de escolaridade, lacunas no suporte tecnológico às empresas e ausência de um sistema de apoio a exportações constituíam-se em graves ameaças à indústria catarinense. É correto afirmar que essa agenda está atualíssima.

3.2 Estabelecendo metas

A economia brasileira pisou fundo no acelerador no último trimestre de 2009, atingindo velocidade asiática. Em março de 2010, estimativas de mercado do crescimento do Produto Interno Bruto situavam-se em torno da marca de 7%, e o Banco Central aumentou a taxa básica de juros para conter a escalada da inflação. Mas a percepção dos empresários industriais catarinenses, captada pela pesquisa de opinião realizada pela FIESC/Instituto Mapa para este estudo, não é tão entusiasta. Questionados nos meses de março e abril sobre o ritmo de desenvolvimento econômico do estado, a maioria apontou lento crescimento. Para um em cada dez empresários o cenário é de estagnação ou declínio. Menos de um terço dos entrevistados achava que o estado andava em ritmo acelerado, tal qual o engatado pelo país em seu conjunto:

Ritmo de desenvolvimento de SC



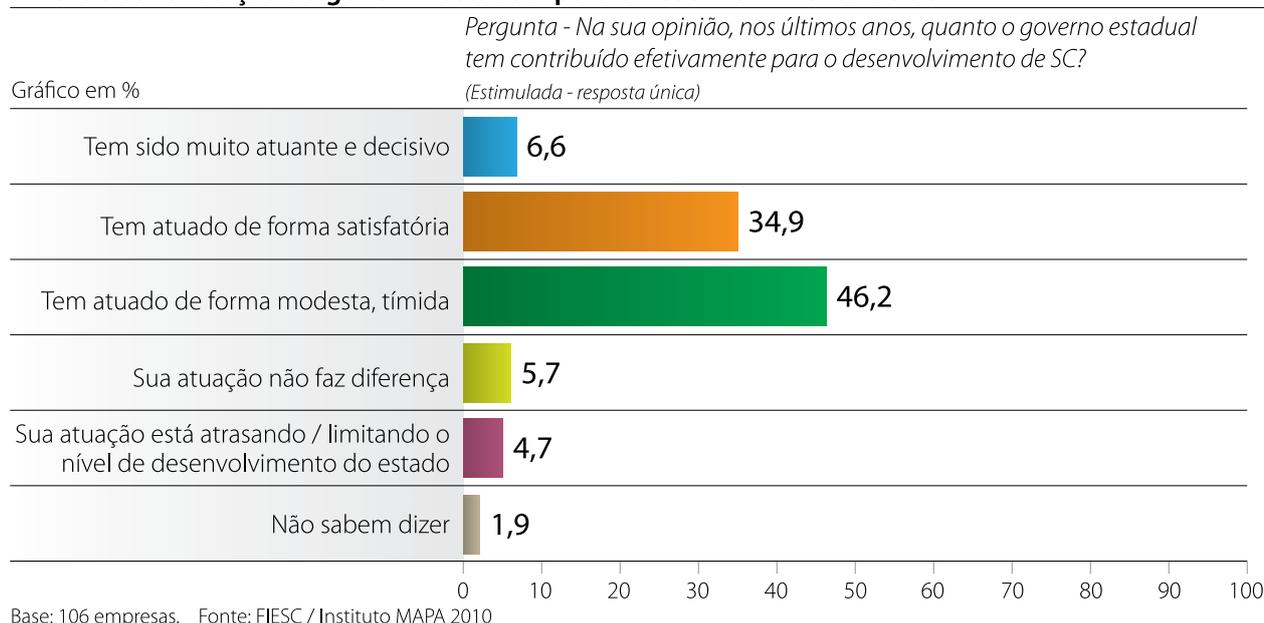
Já entre a população, as percepções dominantes são de lento crescimento (40,6%) e estagnação (37,0%). As respostas poderiam refletir tanto o início de 2010, momento de recuperação da crise vivida em 2009, quanto um período mais longo: nos últimos anos o crescimento da

indústria catarinense foi mais modesto que a média nacional. Considere-se ainda que na última década os destaques da economia foram *commodities* agrícolas e minerais, setores em que Santa Catarina não possui grande participação. É compreensível a sensação de lento crescimento do estado.

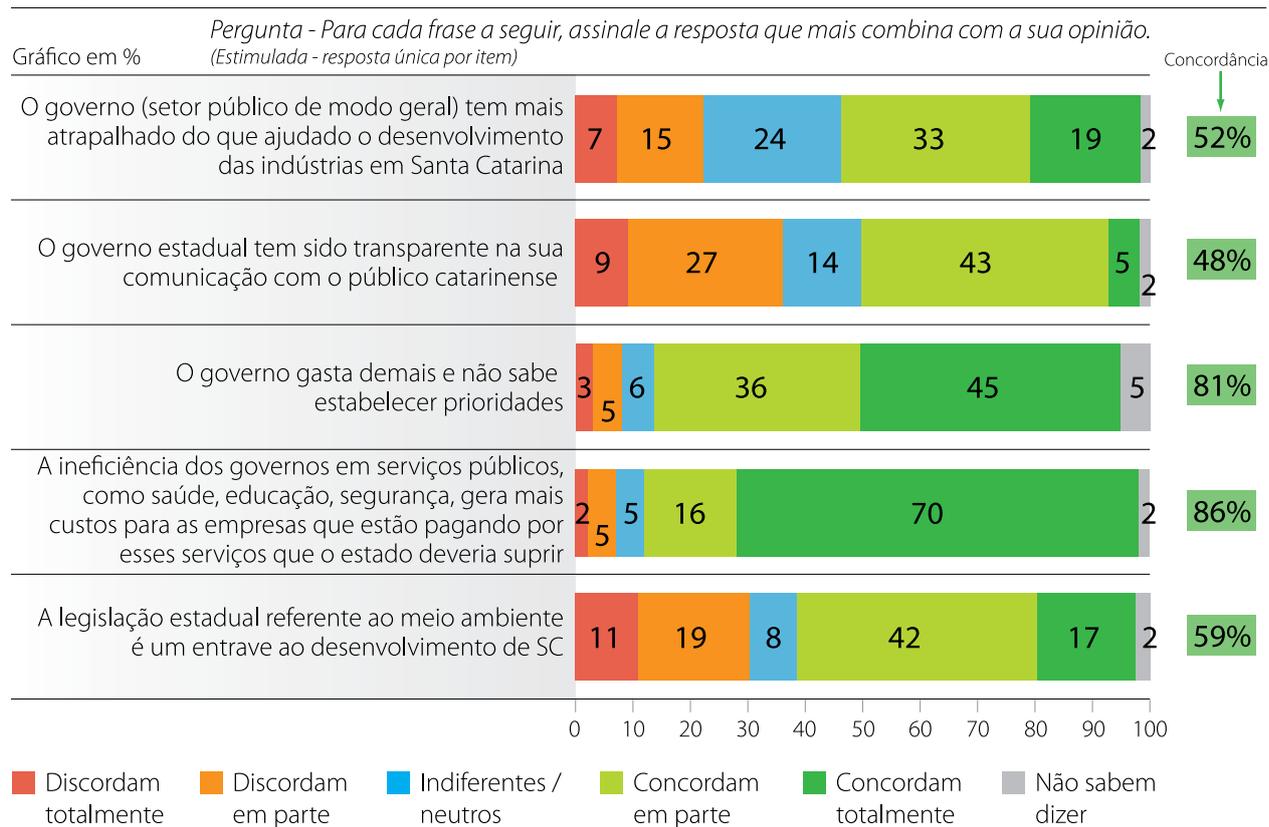
Com forte atuação exportadora, a indústria de Santa Catarina tem sido especialmente penalizada pelo câmbio e também por outros fatores não gerenciáveis pelos empresários. De acordo com a pesquisa, para os industriais locais a carga tributária elevada, o câmbio e os juros altos são os principais inibidores do desenvolvimento. Outros fatores importantes são infraestrutura insuficiente, falta de mão de obra adequada e excessiva burocracia.

Diante da falta de isonomia competitiva em relação aos concorrentes externos, a indústria de Santa Catarina não tem encontrado no governo estadual um parceiro à altura para o enfrentamento dos desafios. Segundo a ótica empresarial, a contribuição do governo para o desenvolvimento do estado é tímida (46,2%), ou satisfatória (34,9%). Metade dos industriais acredita que o governo mais atrapalha do que ajuda a economia do estado, e a grande maioria afirma que ele gasta muito e mal, e que a precária oferta de serviços públicos pressiona os custos empresariais. A “nota” atribuída pelos empresários ao governo do estado é 5,1, considerando-se uma escala até 10.

Nível de contribuição do governo estadual para o desenvolvimento de SC



Percepções quanto ao desenvolvimento de SC



Base: 106 empresas. Fonte: FIESC / Instituto MAPA 2010

É razoável afirmar que nas últimas décadas a economia catarinense cresceu sobre bases lançadas anteriormente, por meio de iniciativas como o PLAMEG, mas governos recentes parecem não ter percebido as novas dimensões e necessidades da economia, e tampouco o novo momento histórico de inserção internacional da indústria. A continuidade do processo de desenvolvimento de Santa Catarina, à altura de suas diferenciadas características socioeconômicas, requer uma ação governamental atuante e decisiva, capaz de dotar o estado de um ambiente de negócios competitivo.

A construção de uma agenda para o desenvolvimento que envolva esforços conjuntos dos setores público e privado deve objetivar a competitividade internacional da indústria catarinense. Esse é um fator fundamental para o desenvolvimento do estado, cuja economia é fortemente assentada em uma indústria exportadora. Por isso, essa é a primeira de uma série de premissas básicas definidas a partir das pesquisas e reuniões realizadas para este projeto, além da consulta a outros estudos com foco no desenvolvimento estadual realizados anteriormente. As premissas básicas, que adotamos como metas associadas ao processo de desenvolvimento sustentado do estado, são as norteadoras da agenda que iremos propor mais à frente.

3.3 Premissas básicas

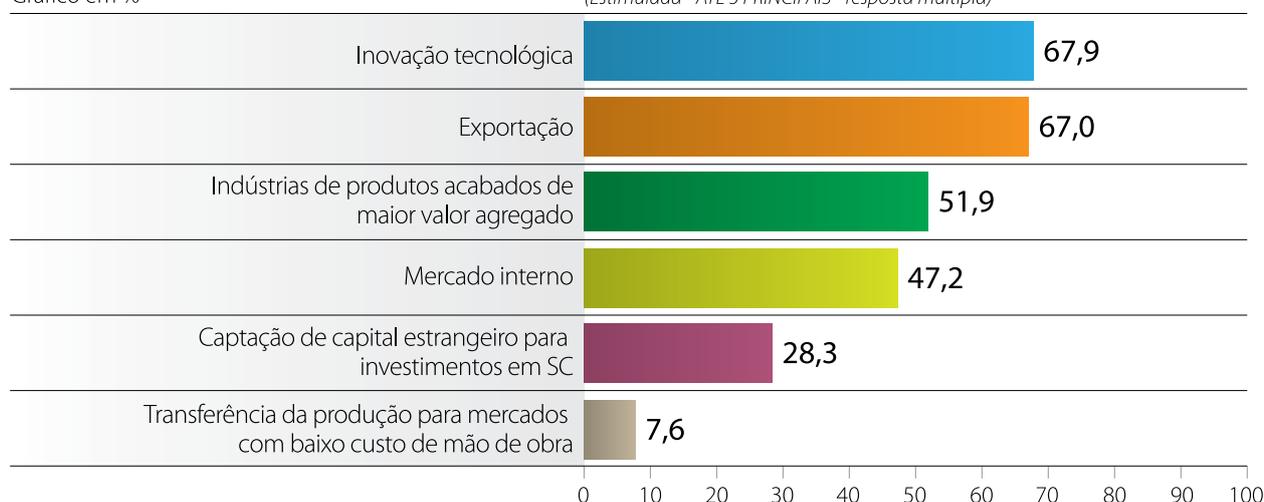
a) Competitividade internacional da indústria. Em um mundo globalizado, a competição se dá em nível mundial. A indústria exportadora catarinense atingiu status de classe mundial em suas operações, mas fatores não gerenciáveis reduzem sua competitividade. Para a maioria dos industriais do estado, as melhores oportunidades de desenvolvimento encontram-se na inovação, exportações e produtos de maior valor agregado, sendo essas percepções mais significativas do que as que envolvem a atuação no mercado interno.

Opções de oportunidades

Principais citações

Pergunta - As principais oportunidades de crescimento e desenvolvimento do segmento industrial de SC, segundo a sua percepção, podem estar principalmente em quais destas opções? (Estimulada - ATÉ 3 PRINCIPAIS - resposta múltipla)

Gráfico em %



Base: 106 empresas. Fonte: FIESC / Instituto MAPA 2010

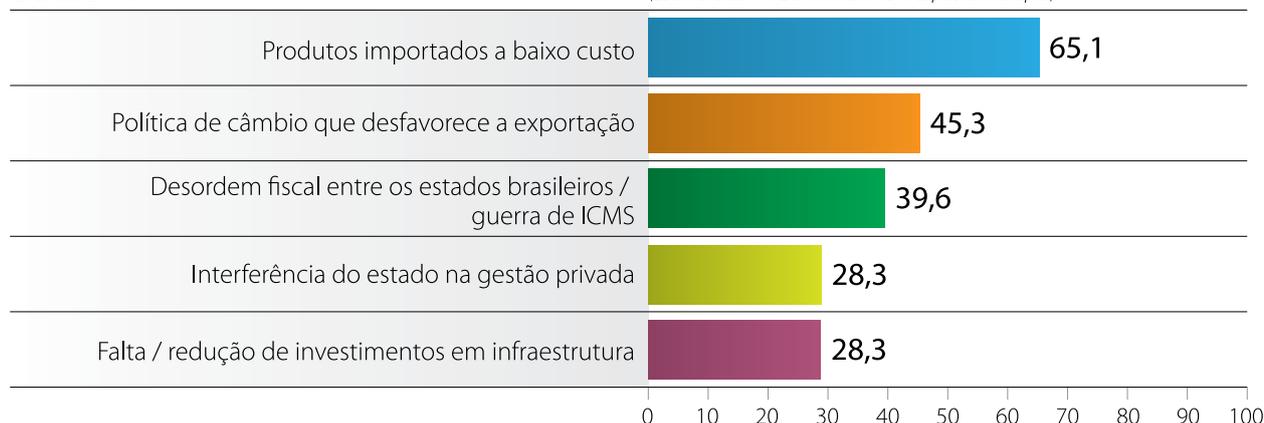
Por outro lado, a maior ameaça à indústria catarinense são os produtos importados a baixo custo. E o maior desafio é a competição com países de legislação moderna e com custo menor em relação ao Custo Brasil, seguido de rápidas mudanças no ambiente de negócios.

Ameaças à indústria catarinense

Principais citações

Pergunta - Por outro lado, onde o(a) sr(a) vê as principais ameaças às indústrias de SC? (Estimulada - ATÉ 3 PRINCIPAIS - resposta múltipla)

Gráfico em %



Base: 106 empresas. Fonte: FIESC / Instituto MAPA 2010

Principais desafios à indústria catarinense

Principais citações

Pergunta - Na sua opinião, quais são os principais desafios que a indústria de modo geral enfrenta, no momento?

(Estimulada - ATÉ 3 PRINCIPAIS - resposta múltipla)

Gráfico em %



Base: 106 empresas. Fonte: FIESC / Instituto MAPA 2010

A competitividade internacional é a chave-mestra de um novo projeto de desenvolvimento. A questão engloba ações em inúmeras frentes, que devem ser tomadas com base em projetos planejados e integrados.

b) Retenção e atração de empresas. Mais do que apenas atrair novas indústrias, é fundamental criar condições para que as já instaladas continuem a investir em Santa Catarina. Do total de investimentos realizados pela indústria de Santa Catarina em 2007, 2008 e 2009, foram aplicados fora do estado, respectivamente, 17%, 43% e 10%, segundo levantamento da FIESC. Quanto à expectativa dos empresários em relação a ações de governo, nove entre dez entendem que os incentivos devem ser prioritariamente direcionados às empresas catarinenses já estabelecidas.

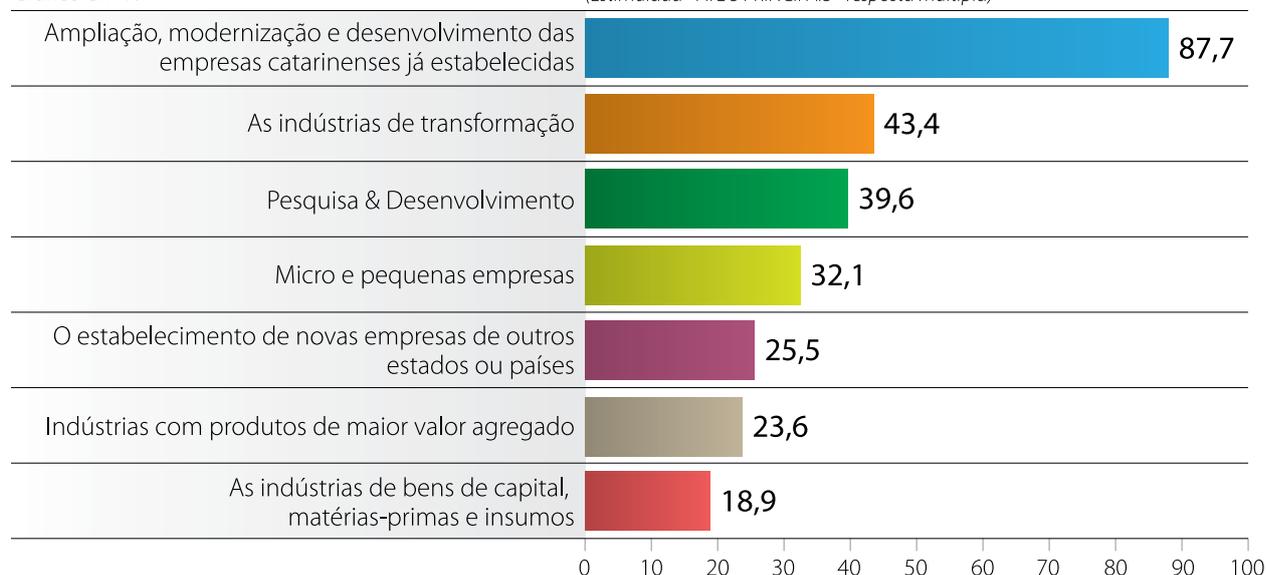
Direcionamento dos incentivos fiscais e outras formas de apoio

Principais citações

Pergunta - Na sua opinião, os incentivos fiscais e outras formas de apoio às empresas devem ser mais dirigidos em SC para: ...

(Estimulada - ATÉ 3 PRINCIPAIS - resposta múltipla)

Gráfico em %



Base: 106 empresas. Fonte: FIESC / Instituto MAPA 2010

c) Adensamento de cadeias produtivas. A formação de *clusters* industriais, arranjos que possuem complementaridade horizontal e colaboração entre empresas, dentre outras características, confere grande poder competitivo a uma região sob vários aspectos. Santa Catarina já possui cadeias com características de *clusters* que podem ser ainda mais adensadas, como a têxtil no Vale do Itajaí, a de cerâmica no Sul e a de carnes no Oeste. E há outros setores em que o estado tem condições de conformar cadeias produtivas completas, como o naval, o da pesca e o de base florestal, dentre outros.

d) Diversificação e novos setores. Diante de novas características de organização da economia mundial e brasileira, surgem oportunidades de geração de riqueza em que Santa Catarina tem amplas condições de tirar proveito. Vale citar a indústria de base tecnológica e o setor de petróleo e gás, que podem encontrar no estado excelentes características físicas, culturais e tecnológicas para o seu desenvolvimento.

e) Integração do estado. Nos últimos anos o crescimento econômico de Santa Catarina foi muito mais evidente no litoral. Há inúmeras potencialidades em diversas regiões do interior, que em muitos casos encontra-se “isolado”, considerando-se dificuldades logísticas, infraestrutura precária e pouca atenção política, dentre outros fatores. É preciso fomentar a criação de um eixo de desenvolvimento horizontal, no sentido leste-oeste, e integrar a economia do estado de modo racional, orientando o processo de desenvolvimento por meio de ações políticas quando for pertinente.

f) Economia em harmonia com meio ambiente. Santa Catarina destacou-se pelo pioneirismo com que suas indústrias abraçaram a causa ambiental, um dos pilares do tripé clássico do conceito de sustentabilidade, que engloba ainda equilíbrio econômico e desenvolvimento social. O posicionamento ambiental do estado pode ser aprimorado, tanto em favor da qualidade de vida da população quanto pelos seus efeitos mercadológicos.

g) Epicentro logístico. O litoral de mais de 500 quilômetros e seus cinco portos, com rotas estabelecidas para todos os mercados importantes do mundo, e a localização geográfica a meio caminho entre os principais centros produtores e consumidores do Mercosul, da região Sul e do Sudeste do Brasil, colocam Santa Catarina como centro logístico regional. Mas essa condição tem que ser devidamente assumida, para que se possa usufruir das vantagens econômicas que ela oferece. Para tanto o estado precisa ser dotado de infraestrutura logística de qualidade.

IV – Agenda da indústria catarinense

4.1 A visão empreendedora

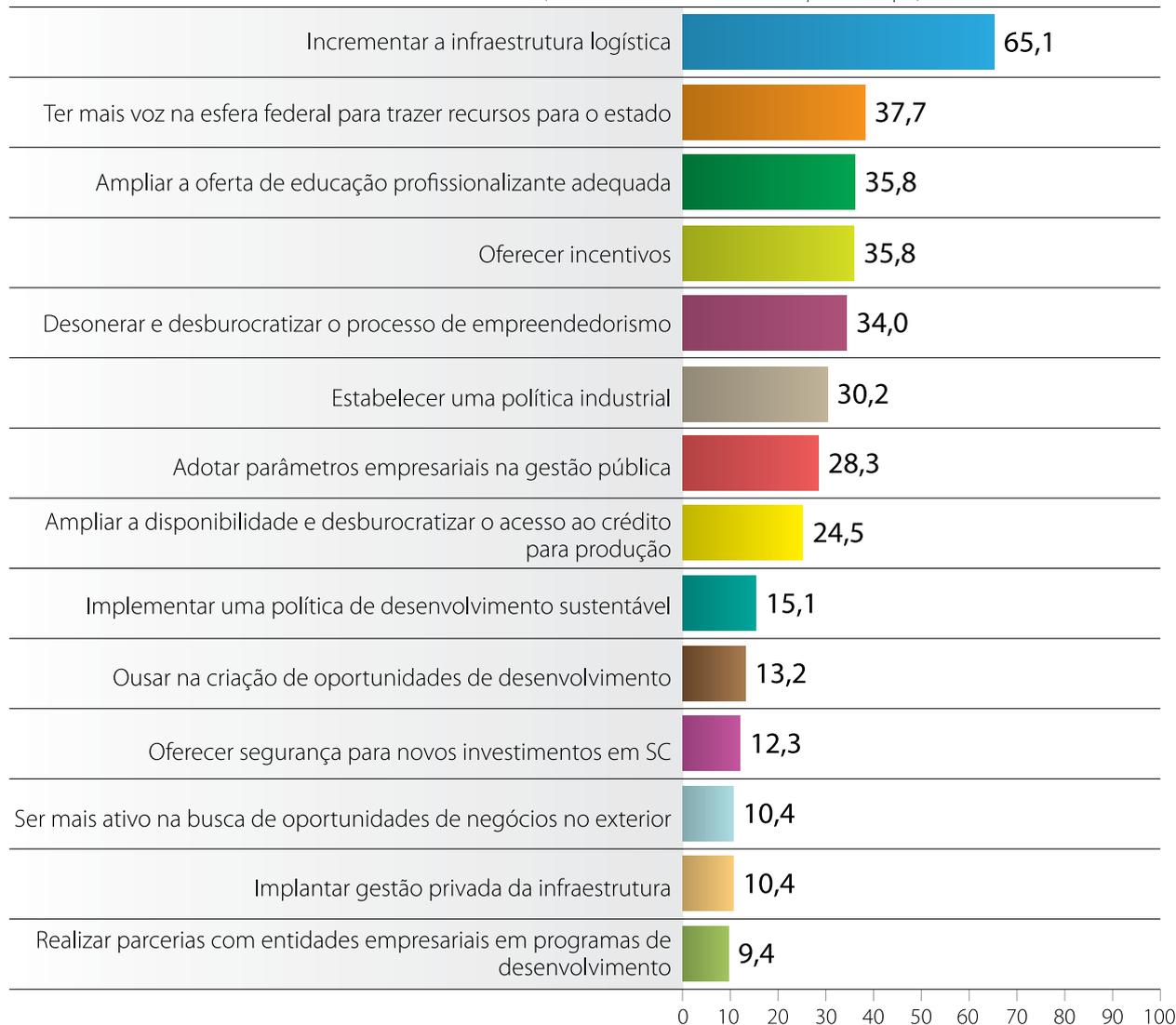
A ideia central da formulação de uma agenda é que ela se constitua no conjunto de meios que permitam atingir as premissas básicas, fazendo com que Santa Catarina alcance um estágio dinâmico de desenvolvimento. Para obter a visão mais apurada possível do que a indústria pensa para o estado e espera do governo, a FIESC realizou as já citadas pesquisa de opinião, reuniões regionais e outras iniciativas. A pesquisa revela que, para fomentar o desenvolvimento econômico, a atuação do governo na área de infraestrutura logística é fundamental (ver gráficos na página seguinte).

Para o fomento do desenvolvimento econômico do estado

Principais citações

Pergunta- Que ações de governo estadual o(a) sr(a) acha mais importantes para fomentar o desenvolvimento econômico de SC?
(Estimulada - ATÉ 4 PRINCIPAIS - resposta múltipla)

Gráfico em %

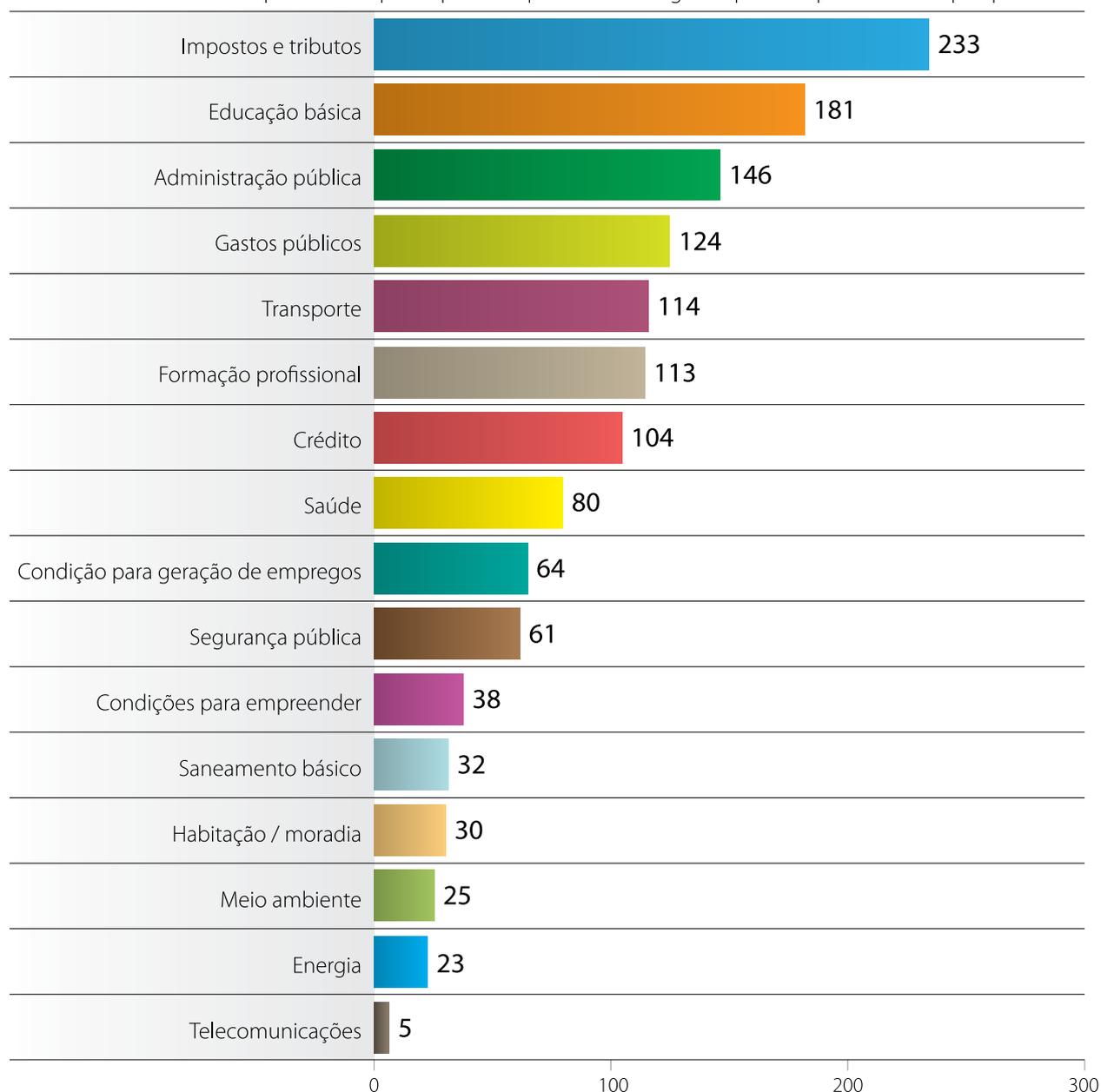


Base: 106 empresas. Fonte: FIESC / Instituto MAPA 2010

Numa outra abordagem, foi estimulada a elaboração de um ranking de prioridades para ações governamentais, segundo o ponto de vista dos industriais. Alternativas foram apresentadas e os entrevistados puderam ordenar as cinco mais importantes. A metodologia permitiu identificar a ordem de prioridades, com atribuição de pesos para as citações do primeiro ao quinto lugar. Nesse caso, a pesquisa buscou captar aspectos mais gerais, considerando questões além da esfera econômica. Fica evidente aqui a percepção da inadequação da carga tributária existente para o retorno social que o setor público oferece, em confronto com seu nível de gastos e qualidade administrativa. Ressalte-se que na área de infraestrutura o maior volume de citações concentra-se em Transportes. A pesquisa também estabelece claramente a importância da educação básica e profissional para o desenvolvimento.

Ranking de prioridades testadas na pesquisa

Os números desta escala representam apenas pontos a partir do ranking feito pelos respondentes da pesquisa



Base: 106 empresas. Fonte: FIESC / Instituto MAPA 2010

4.2 Áreas de atuação e propostas da indústria

As inúmeras informações, opiniões e indagações captadas junto ao empresariado permitiram o estabelecimento de uma agenda que contempla 10 áreas de atuação, que deve ser trabalhada por meio de projetos e ações desenvolvidas em parceria com o setor público para que não se perca o espírito cooperativo que desejamos imprimir neste trabalho. Esse conjunto de ações é que se constituirá efetivamente em um Projeto de Desenvolvimento. A indústria, entretanto, já identificou um conjunto de propostas que levará para o setor público. Essas propostas se configuram em uma Pauta Mínima, fundamental para a indústria. A seguir estão justificadas as 10 áreas de atuação da Agenda e a Pauta Mínima referente a cada uma delas.

4.2.1 Infraestrutura

As exportações brasileiras são intensivas em transporte, e seu custo é um fator crítico para o sucesso do produto nacional. Estudo do BID aponta que uma redução de 10% no custo dos transportes faria as exportações para os EUA subirem 30%. Em Santa Catarina a situação é ainda mais crítica. Pesquisa da FIESC indica um custo logístico na indústria que pode chegar, proporcionalmente, ao dobro do que se gasta em relação ao faturamento nos EUA. O alto custo de logística é um dos componentes principais do chamado Custo Brasil, um conjunto de ineficiências que afeta a competitividade internacional da indústria brasileira. As prioridades da indústria local, segundo a pesquisa, são desatar os nós do transporte rodoviário com a pavimentação, duplicação e conservação de estradas e a diversificação dos modais de transporte. A FIESC estima em R\$ 15 bilhões o volume de recursos que deverão ser aplicados até 2023 para a adequação de todos os modais às necessidades do estado. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) calcula que as necessidades de infraestrutura de transporte rodoviário do país sejam de R\$ 183,5 bilhões, sendo que a maior parte da demanda refere-se à recuperação, adequação e duplicação de estradas. O desenvolvimento industrial depende ainda de oferta confiável de energia de qualidade, a custos compatíveis com a competitividade internacional.

Pauta Mínima

a) Transportes

Rodovias:

- Definir normas abrangentes que garantam a segurança jurídica no transporte de cargas.
- Concluir a duplicação da BR-101 no trecho sul.
- Duplicar a BR-470 entre Rio do Sul e a BR-101 (Navegantes).
- Adequar a capacidade do trecho catarinense da BR-116.
- Duplicar a BR-280 no trecho Mafra – São Francisco do Sul.
- Construir o trecho São Miguel do Oeste – fronteira Brasil/Argentina na BR-282.
- Duplicar a BR-282.
- Ligar a BR-282 com a BR-101 pela Serra do Corvo Branco.
- Ampliar e recuperar rodovias estaduais de acesso aos eixos rodoviários de ligação com o mercado brasileiro e com os portos e aeroportos do estado.
- Construir, adequar e recuperar os acessos rodoviários aos portos de Santa Catarina.
- Adequar a capacidade da BR-101, trecho norte, entre Florianópolis e Joinville.
- Fazer o contorno Rodoviário da Região Metropolitana da Grande Florianópolis – trecho Biguaçu e Palhoça.
- Construir acesso rodoferroviário ao Porto de São Francisco do Sul.
- Recuperar a BR-480.
- Pavimentar a BR-285 – trecho Timbé do Sul – Bom Jesus – 80 km; BR-477 – trecho Itaiópolis – Doutor Pedrinho, com 76 km.
- Construir o acesso rodoviário ao aeroporto Hercílio Luz.
- Adequar a capacidade da BR-163, trecho São Miguel do Oeste – Dionísio Cerqueira.
- Construir o trecho na BR-158 no entroncamento da BR-282 até a divisa com o Paraná.

- Estudar a viabilidade da implantação do Complexo Intermodal em Santa Catarina.

Portos:

- Ampliar e modernizar a estrutura física dos portos catarinenses: ampliação dos pátios, dragagem de berços, bacias de evolução, canais de acesso e recuperação e ampliação de molhes.
- Sinalização Náutica – Implantação do VTS (Vessel Traffic Service) – Sistema de Acompanhamento do Tráfego de Navios.

Ferrovias:

- Construir as ferrovias Leste-Oeste e Litorânea (Norte-Sul).
- Construir contornos ferroviários nos municípios de Joinville, São Francisco do Sul e Jaraguá do Sul.
- Revitalizar o trecho ferroviário Porto União – Mafra – São Francisco do Sul.

Aeroportos:

- Ampliar e modernizar terminais e pistas dos aeroportos de Florianópolis, Navegantes e Joinville.
- Dar continuidade à construção dos aeroportos regionais de Jaguaruna, Correia Pinto e Chapecó.
- Criar mecanismos de gestão de aeroportos regionais.

Modal dutoviário:

- Instalar terminal Flexível de GNL em São Francisco do Sul e gasoduto de 40 km ligando o terminal ao Gasoduto Bolívia-Brasil.

b) Energia

- Instalar gasoduto integrando o estado no sentido leste-oeste, complementar ao já existente no sentido norte-sul.
- Instalar terminal de gás natural liquefeito (GNL) em Santa Catarina.
- Revisar o contrato de concessão do gás natural; regulação e fiscalização das tarifas.
- Fortalecer a Agência Reguladora de Energia em Santa Catarina.
- Instituir programas de incentivo à geração de energia através de fontes alternativas.
- Diminuir a carga tributária sobre as tarifas de energia elétrica.
- Agilizar o licenciamento ambiental para projetos de geração de energia elétrica.
- Viabilizar alternativas de suprimento de gás natural para Santa Catarina (gás nacional e do pré-sal).

4.2.2 Racionalização tributária

“Pontos fracos são vários. Primeiro, uma carga (tributária) brutal; segundo, é uma complexidade absurda [...] e a gente não vê o retorno em infraestrutura, educação e saúde.”

Grande indústria, Joinville

A carga tributária é um fardo pesado demais para o empresário brasileiro. Ela corresponde atualmente a 36% do Produto Interno Bruto, e seu ritmo de crescimento nos últimos anos foi assustador: em 1996 correspondia a menos de 26% do PIB. O volume de impostos pagos pelo empresário brasileiro é muito superior ao que se paga nos demais países em desenvolvimento, configurando-o em um dos itens principais do Custo Brasil. Se não bastasse a carga tributária, o sistema é extremamente complexo. A burocracia para lidar com mais de 60 impostos e uma legislação de mais de três mil normas em vigor custa 1,5% do faturamento das empresas, sem considerar o valor pago em impostos, segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. O setor público arrecada muito, pressionando margens de lucro e minando a competi-

tividade internacional da indústria. E gasta mal, pois pouco investe em educação, saúde e infraestrutura, corroendo duplamente a competitividade industrial.

Pauta Mínima

- Assumir compromisso absoluto em não aumentar a carga tributária
- Buscar meios de reduzir a carga tributária.
- Propor e apoiar mecanismos para harmonização tributária entre os estados.
- Apoiar a aprovação de um novo Sistema Tributário Nacional, capaz de assegurar a competitividade industrial.
- Simplificar as obrigações fiscais e ampliar os prazos para recolhimento dos tributos.
- Restituir os saldos credores de tributos das empresas exportadoras (incluindo mudanças nos cálculos de aproveitamento e correção monetária).
- Criar mecanismos para ressarcimento automático do crédito tributário.
- Desonerar investimentos.
- Desonerar o ICMS incidente sobre o transporte de mercadorias.
- Desonerar impostos para os adimplentes.

4.2.3 Educação

“Hoje, qualquer máquina está muito informatizada. Então, aquela pessoa que era um bom funcionário quando a máquina era meramente mecânica hoje não tem habilidade para explorar um equipamento desses.”

Média indústria,
Vale do Itajaí

A escassez de recursos humanos qualificados é fator limitante para o desenvolvimento industrial e a inovação tecnológica. Os maiores problemas não estão na oferta de ensino profissionalizante, onde há vagas sobrando em Santa Catarina, mas na qualidade do ensino básico. O acesso ao ensino é praticamente universal, mas a qualidade deixa a desejar, ainda que os índices catarinenses estejam entre os melhores do Brasil. A qualidade da educação básica brasileira é uma das piores do mundo, segundo o Programa Internacional de Avaliação do Estudante (PISA). Isso prejudica as instituições de ensino profissionalizante e superior, que são obrigadas a dedicar tempo e recursos à formação básica. Nas formações superiores há descompasso com o mercado, pois apenas 10% dos egressos no Brasil têm formação em carreiras científicas e tecnológicas.

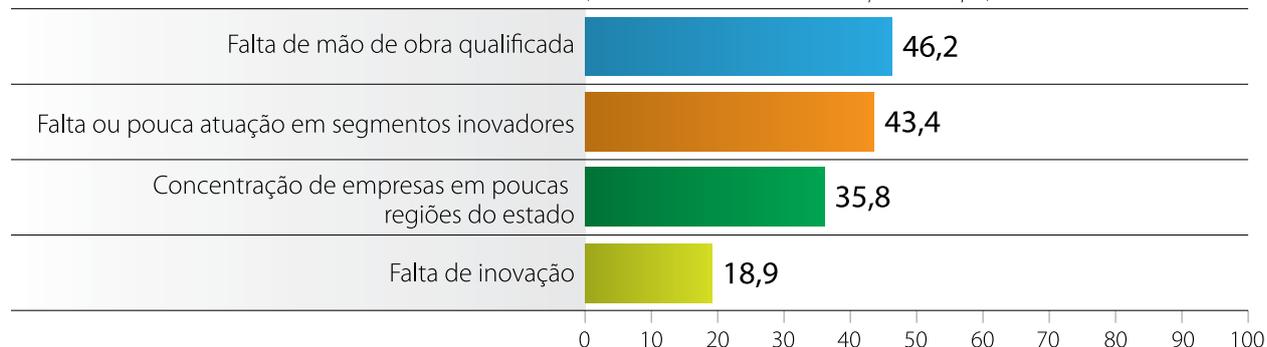
A importância desse tema para a indústria é evidenciada pela pesquisa. Note-se que a capacidade de inovação também tem relação com a capacidade dos recursos humanos.

Pontos fracos da indústria catarinense

Principais citações

Pergunta - E quais podem ser considerados os pontos fracos, as deficiências, da indústria catarinense? (assinale até 3 principais)
(Estimulada - ATÉ 3 PRINCIPAIS - resposta múltipla)

Gráfico em %



Base: 106 empresas. Fonte: FIESC / Instituto MAPA 2010

Pauta Mínima

- Investir no aumento da qualidade da educação básica em Santa Catarina, com estipulação de metas.
- Remunerar os professores com base nos resultados alcançados.
- Criar mecanismos para incentivar empresas a manter programas sociais voltados à educação básica de qualidade.
- Criar programas de formação profissional que antecipem as demandas da indústria em setores emergentes.
- Utilizar o Fundo Social do estado para concessão de bolsas para educação profissional de nível médio, a exemplo do que já ocorre com o ensino superior.
- Incentivar a formação de tecnólogos.
- Priorizar o desenvolvimento de cursos de graduação e pós-graduação voltados às necessidades do mercado.
- Associar a concessão de benefícios sociais à qualificação profissional.

4.2.4 Inovação e modernização

Devido às rápidas mudanças no ambiente de negócios, a competitividade está cada vez mais relacionada à capacidade de mudanças tecnológicas e organizacionais. O sucesso nos negócios é resultante da inovação e do conhecimento e as empresas mais bem-sucedidas são as que conseguem explorar as partes de maior valor das cadeias produtivas. Nos países desenvolvidos, a inovação está no centro das agendas de política industrial. Santa Catarina tem muitos desafios a superar. Cerca de metade dos industriais do estado citam a pouca atuação em segmentos inovadores como um dos pontos fracos da indústria. Também a constante modernização fabril é fundamental para a indústria se manter atualizada em relação aos competidores globais.

Pauta Mínima

- Cumprir compromisso constitucional de aplicar 2% do orçamento do estado em projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação – atualmente aplica-se somente a metade do estipulado.
- Criar incentivos para atividades de inovação, desenvolvimento de infraestrutura tecnológica, centros tecnológicos e mecanismos de acesso ao conhecimento.
- Fomentar parcerias entre universidades e empresas, permitindo que a instituição proponente de projetos possa custear as horas da equipe técnica envolvida na operacionalização dos mesmos.
- Criar fundo garantidor de crédito para pesquisa e inovação nas empresas.
- Viabilizar a criação de incubadoras e parques tecnológicos.
- Manter e atualizar, com a participação do setor produtivo, o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) e o Programa Pró-Emprego.
- Direcionar os bancos locais de desenvolvimento (Badesc e BRDE) para a concessão de crédito adequado: 1) à inovação tecnológica, e 2) a exportações.

4.2.5 Representação política

O retorno em investimentos federais que Santa Catarina obtém em relação à sua contribuição em impostos é injusto. Pior: os poucos investimentos direcionados ao estado não são integralmente realizados. Apenas 49% do total de recursos previstos para o setor de transportes no Orçamento Geral da União no período 2004-2010 foi efetivamente pago. Em 2010, somente 7% dos recursos previstos para rodovias deverão de fato chegar ao estado. A pouca força política para trazer recursos é fator crítico para o desenvolvimento do estado, na visão do empresariado.

O PAC em SC

Ano	Previsto	Executado	%
2008 (*)	R\$ 945 milhões	R\$ 509 milhões	53,8%
2009 (**)	R\$ 487 milhões	R\$ 83 milhões	17,2%

Fonte: Congresso Nacional – Comissão Mista de Orçamento da União

(*) Valores atualizados até 31/12/09; (**) Valores atualizados até 05/03/10

Obs: estão incluídos os repasses de exercícios anteriores e restos a pagar

Pauta Mínima

- Ter atitude mais incisiva na cobrança dos recursos a que Santa Catarina tem direito.
- Criar mecanismos de acompanhamento e cobrança envolvendo representantes dos setores público e privado.
- Apoiar o Fórum Industrial Parlamentar Sul.
- Incentivar a redefinição da partilha da arrecadação dos impostos federais.
- Incluir Santa Catarina no Repenec, programa de benefícios fiscais para investimentos em petroquímica, refino de petróleo e produção de amônia e ureia.

4.2.6 Políticas de desenvolvimento

Costuma-se dizer que a melhor ajuda que o governo pode dar para o empresário é não atrapalhar – uma referência ao excesso de burocracia, impostos e outras interferências do Estado nos negócios. Mas é certo que o desenvolvimento econômico pode e deve ser estimulado e direcionado por meio de políticas, para que regiões ou setores estratégicos possam superar dificuldades pontuais para depois seguirem com as próprias pernas, garantindo retorno à sociedade com geração de empregos e pagamento de impostos. Há em Santa Catarina oportunidades em setores emergentes, em sintonia com as vocações do estado, e regiões e setores tradicionais com problemas.

Pauta Mínima

- Incentivar o investimento de empresas catarinenses dentro do próprio estado.
- Incentivar a indústria naval.
- Desenvolver o setor de petróleo e gás, incluindo a indústria petroquímica.
- Estimular empresas de base tecnológica e desenvolvimento de software.
- Incentivar a modernização da indústria da pesca.
- Estimular o cooperativismo.
- Criar políticas de apoio a micro e pequenas empresas.
- Orientar e estimular a exploração sustentável dos recursos minerais do estado.
- Criar eixo de desenvolvimento entre o Planalto Serrano e a Região Oeste, envolvendo instalação de gasoduto; elaborar conjunto de projetos em sintonia com potencialidades e necessidades locais; gerar conhecimento e meios de agregar valor à madeira; constituir incentivos diferenciados para a região Serrana.
- Viabilizar a participação do BRDE em projetos de infraestrutura.
- Instituir planejamento estratégico para o estado.
- Utilizar o poder de compra do setor público para estimular e fortalecer a produção local de tecnologia.
- Reduzir a tributação a empresas do estado para compras governamentais.
- Buscar maior internacionalização do estado, com ampliação de acordos para obtenção de financiamentos externos.
- Criar incentivos ou captar financiamento para habitações com intuito de fixar mão de obra.
- Estimular a criação de cooperativas de crédito e viabilizar a abertura de linhas de microcrédito com foco no empreendedorismo entre a população de baixa renda.

4.2.7 Exportações

A competitividade internacional da indústria depende de uma gigantesca e intrincada teia de fatores internos e externos às empresas, muitos deles contemplados nesta agenda. Com relação às questões pontuais que envolvem a prática de comércio exterior, há uma série de ineficiências e custos do setor público que devem ser atacados para melhorar o desempenho das exportações, além da adoção de itens de política industrial que incentivem a indústria exportadora.

Pauta Mínima

- Promover incentivos para a construção de armazéns e silos para o escoamento de produtos para exportação.
 - Auxiliar na desoneração tributária da produção destinada à exportação.
 - Reduzir custos portuários.
 - Ampliar o crédito destinado à exportação através de acordos para obtenção de financiamentos externos.
 - Apoiar a adoção de uma política cambial e de uma taxa de juros favoráveis às exportações.
 - Facilitar os investimentos de empresas catarinenses em bens de capital e aumento da produção destinada à exportação.
 - Ampliar o acesso a mercados importadores através da participação em eventos internacionais.
 - Promover e divulgar os produtos catarinenses no exterior.
-

4.2.8 Meio Ambiente

O meio ambiente não pode ser um entrave ao desenvolvimento socioeconômico, deve estar integrado ao processo. Encontrar o ponto de equilíbrio tem sido desafiador, devido ao excesso de regulamentações e à falta de informações objetivas que envolvem o tema. A resultante é a insegurança jurídica para a atividade empresarial, e esta, como se sabe, é um dos maiores obstáculos para o investimento. A sustentabilidade é um valor cultivado pelos industriais de Santa Catarina, pioneiros em vários processos. Esse é um ativo que deve ser valorizado.

Pauta Mínima

- Assegurar a participação da indústria na construção de regulamentações sobre o tema.
 - Estimular a realização de projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo.
 - Garantir a representatividade da indústria na regulamentação da Política Estadual e Nacional de Mudanças Climáticas.
 - Fortalecer e reaparelhar os órgãos ambientais, para maior agilidade nos processos de licenciamento.
 - Padronizar diretrizes, condutas e aplicações das normas pelas agências do órgão ambiental.
 - Buscar maior clareza na definição de competências entre as esferas federal, estadual e municipal.
 - Defender um pacto federativo ambiental descentralizado, que respeite a realidade de cada estado.
 - Seguir os preceitos do Código Ambiental de Santa Catarina.
 - Assegurar a responsabilidade compartilhada dos resíduos sólidos.
 - Reavaliar a gestão dos Comitês de Bacias Hidrográficas em Santa Catarina e fortalecer a participação do setor produtivo.
 - Implantar aterros sanitários industriais e saneamento básico nos municípios.
 - Regulamentar a Lei Estadual de Gerenciamento Costeiro.
 - Criar mecanismos de incentivo fiscal para a reciclagem de materiais.
 - Criar incentivos e linhas de financiamento para transformar o lixo em fonte energética.
-

4.2.9 Relações de trabalho

O mundo do trabalho passou por alterações profundas nas últimas décadas devido à reorganização da economia e à reestruturação produtiva ocorrida nas empresas. As leis trabalhistas, entretanto, são da década de 40, absolutamente incompatíveis com a realidade atual do setor produtivo. A legislação é ultrapassada, rígida e excessivamente burocrática, tornando alto demais o custo do trabalho, provocando situações de conflito e, portanto, de insegurança jurídica. Dentre artigos constitucionais e legais, convenções, súmulas, instruções normativas e precedentes normativos e administrativos, há cerca de 2.500 normas vigentes sobre a matéria trabalhista.

Pauta Mínima

- Garantir a predominância da livre negociação entre as partes, evitando a intervenção do Estado no negociado.
- Apoiar a modernização e adequação da legislação trabalhista à nova realidade produtiva e às exigências da competitividade.
- Estimular a utilização de mecanismos extrajudiciais para solução de conflitos.
- Buscar maior segurança jurídica nas rescisões trabalhistas.
- Apoiar a manutenção da jornada de trabalho legal em 44 horas semanais, e estimular a negociação para ajustes entre as partes.
- Apoiar a manutenção da unicidade e o fortalecimento da representatividade dos sindicatos.

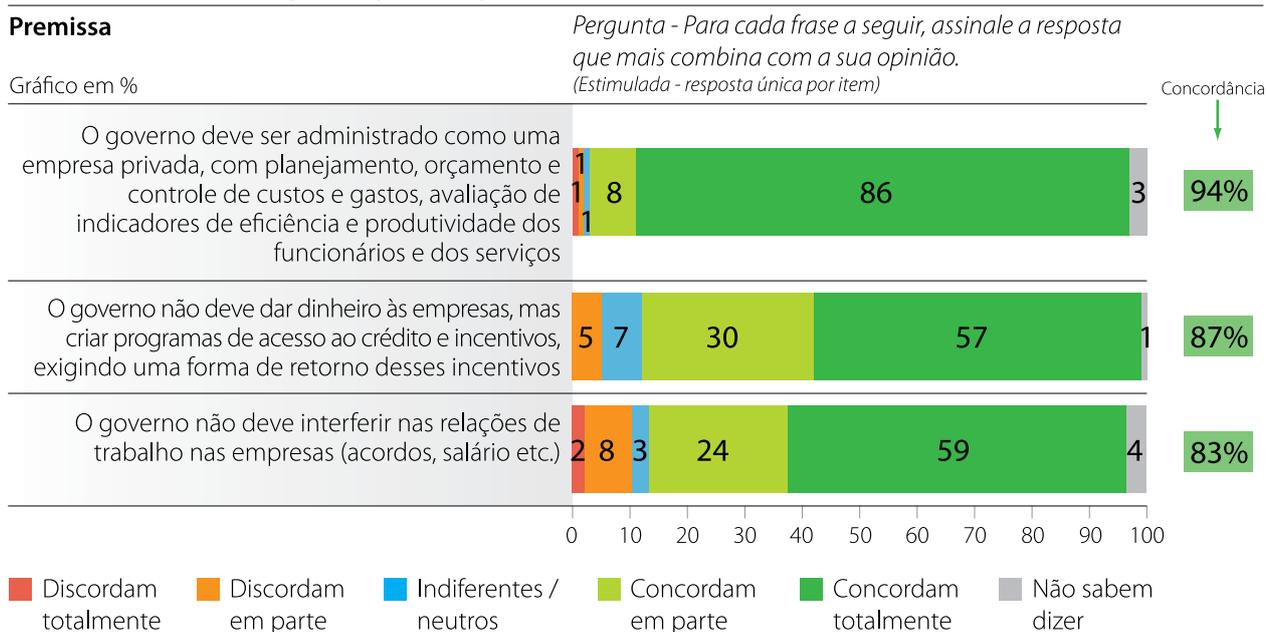
“O Estado brasileiro, seja municipal, estadual ou federal; Executivo Legislativo ou Judiciário não funciona bem. É uma máquina inchada, cobra muito da sociedade e devolve pouca qualidade de serviços.”

Grande indústria, Joinville

4.2.10 Governança para o desenvolvimento

A estabilidade, a transparência, a previsibilidade de regras e a exigibilidade de direitos conformam um ambiente saudável para a dinamização da economia. A atuação do governo tem muito a ver com isso. A boa governança também requer o combate à burocracia e à corrupção, e especialmente uma gestão eficiente dos recursos. Ressalte-se que seis em cada dez empresários catarinenses avaliam como ruim ou péssima a atuação do governo estadual em relação aos gastos públicos, enquanto a avaliação geral da administração fica entre regular e ruim. Já as expectativas em relação à atuação do governo são as seguintes:

Expectativas com relação a ações do governo



Obs: Concordância = concordam + concordam em parte
Base: 106 empresas. Fonte: FIESC / Instituto MAPA 2010

Pauta Mínima

- Adotar transparência total nos gastos e atos públicos.
- Estipular metas e melhorar a eficiência da gestão pública.
- Criar programa permanente de combate à burocracia.
- Valorizar e facilitar o empreendedorismo e respeitar os direitos dos cidadãos e das empresas.
- Valorizar o funcionalismo com base na eficiência e no mérito.
- Restringir o uso de medidas provisórias.
- Fortalecer a Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, para que possa atuar com independência e agilidade.
- Criar ouvidoria para interlocução com a classe empresarial.
- Modernizar os sistemas públicos de segurança, incluindo combate ao contrabando.

4.3 Quadro Síntese

O quadro a seguir demonstra as principais intersecções entre as premissas básicas e os 10 itens da agenda aqui proposta. Ainda que de alguma forma todos os itens contribuam para a consecução do conjunto de objetivos (as premissas básicas), algumas relações são mais evidentes.

Premissa básica	Agenda
a) Competitividade internacional da indústria	<ul style="list-style-type: none">• Infraestrutura• Racionalização tributária• Educação• Inovação e modernização• Representação política• Políticas de desenvolvimento• Exportações• Meio ambiente• Relações de trabalho• Governança para o desenvolvimento
b) Retenção e atração de empresas	<ul style="list-style-type: none">• Infraestrutura• Racionalização tributária• Educação• Inovação e modernização• Políticas de desenvolvimento• Meio ambiente• Relações de trabalho
c) Adensamento de cadeias produtivas	
d) Diversificação e novos setores	
e) Integração do estado	<ul style="list-style-type: none">• Infraestrutura• Representação política• Políticas de desenvolvimento
f) Economia em harmonia com meio ambiente	<ul style="list-style-type: none">• Meio ambiente• Governança para o desenvolvimento
g) Epicentro logístico do Mercosul	<ul style="list-style-type: none">• Infraestrutura• Representação política• Políticas de desenvolvimento• Exportações

4.4 Pauta mínima para o âmbito federal

“O transporte mais barato que devia ser incentivado é o transporte ferroviário. Nós não temos praticamente nada em SC. [...] No Brasil praticamente não existe o transporte marítimo de cabotagem, que é muito caro. Teria que melhorar a infraestrutura e baratear esses custos.”

Média indústria,
Planalto Serrano

Uma agenda de interesse da indústria passa necessariamente por grandes temas nacionais, como reformas tributária, trabalhista e política, além de questões de regulação, infraestrutura e políticas de governo de âmbito federal. A FIESC tem claras as suas demandas nessas áreas. Além disso, como integrante do Sistema Confederação Nacional da Indústria (CNI), participou da elaboração do documento **A Indústria e o Brasil: Uma agenda para crescer mais e melhor**, produzido pela CNI, que contém a visão da indústria brasileira e norteará sua orientação política nos próximos anos. Ainda assim, atendendo às demandas do empresariado catarinense, organizamos uma pauta mínima de Santa Catarina dirigida ao âmbito federal. A FIESC continuará cobrando o acolhimento de suas demandas junto ao governo e ao Legislativo federal como vem fazendo com extrema disposição nos últimos anos.

Para organizar as principais propostas da indústria catarinense para o âmbito federal, procuramos utilizar a mesma estrutura de agenda utilizada nas propostas para o âmbito estadual. Foram suprimidos os itens Representação Política e Políticas de Desenvolvimento. O primeiro refere-se, na agenda estadual, à necessidade de uma maior representatividade do estado junto à esfera federal. O segundo item refere-se à necessidade da adoção em Santa Catarina de políticas mais pertinentes a um planejamento estratégico do governo estadual. A reforma do sistema político, fundamental do ponto de vista do empresário industrial, foi incluída sob um item extra, denominado Sistema Político.

4.4.1 Infraestrutura

- Elevar a capacidade de planejamento e execução do setor público e reduzir burocracia nas licitações.
- Aprovar a PEC para atuação das agências reguladoras e aperfeiçoar a lei geral das agências.
- Aplicar efetivamente os recursos da Contribuição sob Intervenção de Domínio Econômico – CIDE em infraestrutura.
- Incluir dotações orçamentárias que garantam, através dos investimentos físicos necessários às obras de infraestrutura de competência da União, a eficiência logística do setor industrial.
- Definir normas abrangentes para segurança jurídica do transporte de cargas.
- Aprovar marcos regulatórios que favoreçam os investimentos privados, incluindo as Parcerias Público-Privadas.
- Elaborar política para o gás natural, com tarifas adequadas à realidade da indústria, ampliação da rede de distribuição, alternativas de fornecimento e construção de termelétricas, inclusive com regulamentação para acesso ao mercado livre.
- Definir política energética que contemple alternativas que proporcionem estabilidade de fornecimento e de custos ao setor produtivo.
- Instituir marcos regulatórios claros, racionais e estáveis.
- Estruturar agências reguladoras do setor de saneamento básico e finalizar discussões sobre titularidade de outorgas.

4.4.2 Racionalização tributária

- Aprovar novo Sistema Tributário, que assegure a competitividade do setor industrial.
- Eliminar o uso de Medidas Provisórias em matéria tributária.
- Rejeitar qualquer iniciativa de aumento da carga tributária. Propor medidas de redução da carga tributária.
- Aprovar Código Nacional de Defesa do Contribuinte.
- Eliminar exigência de depósitos para fins de recursos nas esferas administrativas.
- Ampliar prazos de recolhimento de tributos.
- Eliminar conflitos federativos.
- Desonerar as exportações e os investimentos.
- Adotar mecanismos de ressarcimento automático dos créditos tributários das empresas.
- Revisar critérios de distribuição dos recursos federais em favor dos municípios e estados.

4.4.3 Educação

- Aumentar a qualidade da educação em todos os níveis.
- Estimular o ensino médio profissionalizante.
- Adequar o conteúdo da educação superior às necessidades do mercado.
- Instituir incentivos para as empresas que, suprindo serviços de educação e saúde básicos, de responsabilidade do Estado, aplicam recursos próprios para o atendimento das necessidades de seus empregados e familiares.
- Associar a concessão de benefícios sociais à qualificação profissional.

4.4.4 Inovação e modernização

- Incentivar atividades de inovação, desenvolvimento de infraestrutura tecnológica, centros tecnológicos e mecanismos de acesso ao conhecimento.
- Aumentar a subvenção em P&D do setor privado.
- Utilizar poder de compra do setor público para estímulo e fortalecimento da indústria nacional de tecnologia.
- Reestruturar o Sistema Nacional de Propriedade Industrial, para agilizar os processos de registro de marcas e patentes.
- Instituir tributação diferenciada para os casos de importação de bens de capital e equipamentos destinados à pesquisa científica sem similar nacional.

4.4.5 Exportações

- Construir mais armazéns e silos para o escoamento de produtos para exportação.
- Promover a desoneração tributária da produção destinada à exportação.
- Reduzir os custos do transporte internacional, principalmente custos portuários.
- Diminuir a burocracia existente e decorrentes custos das operações de exportação.
- Ampliar o crédito existente e simplificar as linhas de financiamento à exportação.
- Facilitar o acesso e ampliar os incentivos fiscais para exportação.
- Adotar uma política cambial favorável às exportações brasileiras.
- Reduzir a taxa de juros permitindo que as empresas consigam recursos para investimentos em bens de capital e aumento da produção destinada à exportação.
- Ampliar o acesso a mercados importadores através da conclusão das negociações de acordos internacionais, principalmente o acordo Mercosul/União Europeia.

4.4.6 Meio ambiente

- Estabelecer regras claras para licenciamento ambiental.
- Valorizar o pacto federativo priorizando as legislações estaduais e municipais.
- Implantar sistema organizacional e de regulação dos órgãos públicos federais que confira agilidade aos processos de licenciamento, não bloqueie as decisões de investimento e reduza os custos de implantação das exigências ambientais.
- Aprovar política nacional de resíduos sólidos.
- Revisar o Plano Nacional de Recursos Hídricos.
- Aplicar recursos públicos na recuperação de rios e córregos urbanos.
- Incluir o setor privado na elaboração de políticas públicas sobre pagamentos por serviços ambientais.
- Valorizar e incentivar as ações da iniciativa privada que tenham por finalidade a preservação ambiental.

4.4.7 Relações de trabalho

- Modernizar e adequar a legislação trabalhista às exigências da competitividade, com formas alternativas de contratação, diminuição dos encargos trabalhistas e predominância da livre negociação entre as partes e o estabelecimento da segurança jurídica nas decisões.
- Reformular o sistema sindical, com manutenção da unicidade e fortalecimento da representatividade dos sindicatos.
- Reformular o sistema previdenciário, visando eliminar as distorções e o déficit existentes e potenciais.
- Reduzir despesas de contratação que incidem na folha de pagamentos e demais custos crescentes que oneram o emprego.

4.4.8 Governança para o desenvolvimento

- Buscar mais eficiência na gestão pública.
- Reduzir gastos correntes como proporção do PIB.
- Reduzir a burocracia.
- Restringir o uso de medidas provisórias.
- Respeitar e garantir a propriedade privada.
- Respeitar o princípio de separação de poderes.
- Introduzir legislação moderna para fomentar o desenvolvimento do setor industrial.
- Adotar medidas para coibir a informalidade e estimular a formalização de todos os setores produtivos nacionais.
- Regular o “direito de greve”, garantindo-se a prestação de serviços que não coloquem em risco os direitos de exercício da atividade produtiva nem os direitos da população.
- Revitalizar os princípios federativos assegurando maior autonomia aos estados e municípios.
- Eliminar controles cruzados que transferem para as empresas e para os cidadãos a responsabilidade fiscalizadora do Estado.
- Modernizar os sistemas públicos de segurança física e patrimonial.

4.4.9 Sistema político

- Realizar reforma política, de modo a estimular a fidelidade partidária, o fortalecimento dos partidos e valorizar os princípios da ética política.
- Aperfeiçoar a legislação eleitoral de proporcionalidade da representação compatível com o pacto federativo.

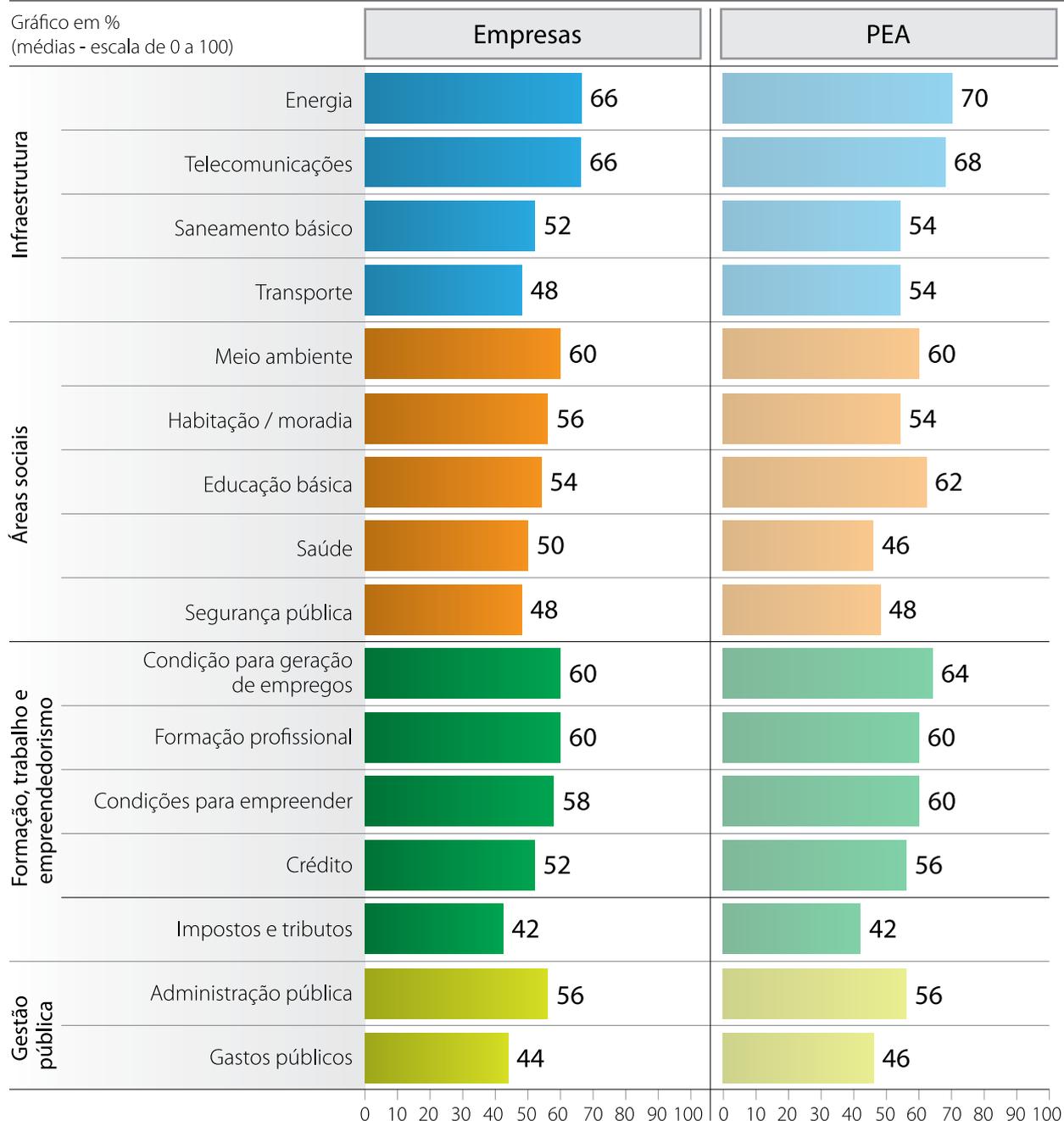
V – Acompanhamento e execução da Agenda

A pesquisa realizada junto aos empresários industriais e à população economicamente ativa de Santa Catarina é um dos pilares deste projeto. Além de captar os problemas e anseios da sociedade, ela incluiu um mecanismo de avaliação do governo do estado em diversas áreas de atuação. A avaliação será replicada anualmente, o que permitirá observar a evolução da percepção dos empresários sobre ações de governo relacionadas à agenda aqui proposta, além das percepções da sociedade sobre temas gerais.

Nesta primeira avaliação, segundo pesquisa realizada nos meses de março e abril de 2010, a indústria atribuiu média 51 à atuação do governo, considerando uma escala de 0 a 100. Note-se que as piores notas atribuídas pelos empresários vão para os itens impostos e tributos, gastos públicos, transportes e segurança, enquanto as melhores avaliações são em infraestrutura de energia e telecomunicações.

Avaliação dos empresários e PEA

Pergunta: Que avaliação o(a) sr(a) faz da atuação do governo do estado de Santa Catarina em cada uma dessas áreas? (estimulada – resposta única por item – respostas transportadas para escala de 0 a 100)



Média GERAL DO GOVERNO segundo Empresas: 51 PEA: 54

Bases: 106 empresas

624 entrevistados

Fonte: FIESC / Instituto MAPA 2010

Obs.: as médias gerais atribuídas pelos industriais e pela PEA foram calculadas com base nas avaliações feitas a cada item, sendo cada um deles ponderado pela importância dada a cada um também segundo os industriais e a PEA.

O resultado geral da avaliação da população economicamente ativa é semelhante àquele observado junto aos empresários: a média atribuída ao governo é de 54. O que demonstra que o setor público ainda

tem muito a avançar para cumprir satisfatoriamente o seu papel e atender aos anseios da sociedade catarinense.

A parceria proposta por meio do projeto **Desenvolvimento SC: uma visão da indústria**, se acolhida pelo setor público, poderá ser uma poderosa ferramenta para que os indicadores atinjam níveis mais elevados nas próximas pesquisas. E, muito mais importante que isso, será uma ação fundamental para situar Santa Catarina em uma trajetória de desenvolvimento econômico sustentado.

Para que o trabalho de parceria possa ser colocado em prática, propomos a constituição de um **Grupo de Trabalho Interdisciplinar** tão logo seja definido o(a) novo(a) governador(a) do estado. O grupo deverá elaborar calendário de reuniões técnicas com secretários e formular uma agenda mínima a ser adotada para os próximos anos, bem como desenvolver mecanismos e criar soluções que permitam o seu cumprimento. Trata-se de uma primeira atitude, que esperamos que dê frutos e evolua para a consolidação de uma instância permanente de troca de experiências e informações para identificação dos entraves ao desenvolvimento da indústria e a busca de meios para superá-los.

Anexos

74 Pesquisa de opinião
Desenvolvimento SC: uma visão da indústria

153 Propostas enviadas por entidades empresariais

181 Reuniões regionais

Pesquisa de opinião

Desenvolvimento SC: uma visão da indústria.

Realizada pelo Instituto Mapa com exclusividade para a Fiesc

I – Introdução

Apresentação e contexto da pesquisa

► **Lançamento, pela FIESC, do documento “Desenvolvimento SC – Uma visão da indústria”, marcando o 60º aniversário da instituição:**

- a) Elenco de **propostas visando o desenvolvimento sustentável do estado em longo prazo.**
- b) **Subsídios para a elaboração dos planos de governo** dos candidatos ao Executivo nas eleições de 2010.
- c) Conjunto de **indicadores para avaliação periódica de desempenho** do governo estadual.

► **Documento será elaborado com base em três conteúdos principais.**

- 1) Resultados de **pesquisa qualitativa e quantitativa** junto às lideranças industriais e à população de SC, sobre percepções quanto às **iniciativas prioritárias de impacto de longo prazo para os próximos mandatos**, visando o desenvolvimento sustentável do estado.
- 2) **Pesquisa documental**, pela FIESC, sobre aspectos ligados ao desenvolvimento de Santa Catarina.
- 3) **Propostas** de ações e iniciativas sugeridas pelas lideranças industriais a serem **colhidas** em **seminários com debates regionais** promovidos e conduzidos pela FIESC.

Desenvolvimento SC: uma visão da indústria

- **Lança as bases para uma aproximação e o diálogo entre as esferas pública e privada, objetivando o pensar conjunto e lançar um olhar sobre o futuro, sobre o desenvolvimento sustentável em longo prazo.**

Se perguntássemos a um profeta hebreu “O que é política?”, ele nos responderia: “A arte da jardinagem aplicada às coisas públicas.”

...O político por vocação é um apaixonado pelo grande jardim para todos... Vocação é diferente de profissão... Nosso futuro depende dessa luta entre políticos por vocação e políticos por profissão.

...Se os políticos por vocação se apossarem do jardim, poderemos começar a traçar um novo destino. Então, ao invés de desertos e jardins privados, teremos um grande jardim para todos, obra de homens que tiveram o amor e a paciência de plantar árvores em cuja sombra nunca se assentariam.”

RUBEM ALVES, in “Conversas sobre Política”

Objetivos da pesquisa

- **Conhecer a visão dos industriais de Santa Catarina sobre as ações necessárias e esperadas dos próximos governos estadual e federal para o desenvolvimento sustentável do estado.**

Levantar percepções quanto à situação vigente (vantagens e desvantagens, pontos fortes e fracos; aspectos a melhorar, modificar, abolir ou implantar, e necessidades não atendidas) e às suas demandas e expectativas, dentro de diversos temas relacionados ao desenvolvimento de SC.

Metodologia

Métodos: Pesquisa qualitativa exploratória e pesquisa quantitativa por amostragem

Técnicas e instrumentos de coleta de dados:

Qualitativa: entrevistas pessoais em profundidade, com base em roteiro, a partir de marcação prévia por telefone

Quantitativa: questionário estruturado, de autopreenchimento, com envio por e-mail a indústrias sorteadas no cadastro FIESC, a

partir de contato telefônico para atualização dos dados e solicitação de adesão à pesquisa.

Universo de público objetivado e amostra:

- **Empresarial: proprietários ou presidentes de indústrias de todos os portes e ramos diversificados, em todas as regiões do estado de SC**
- **20 na qualitativa e 106 na quantitativa**

Período das entrevistas:

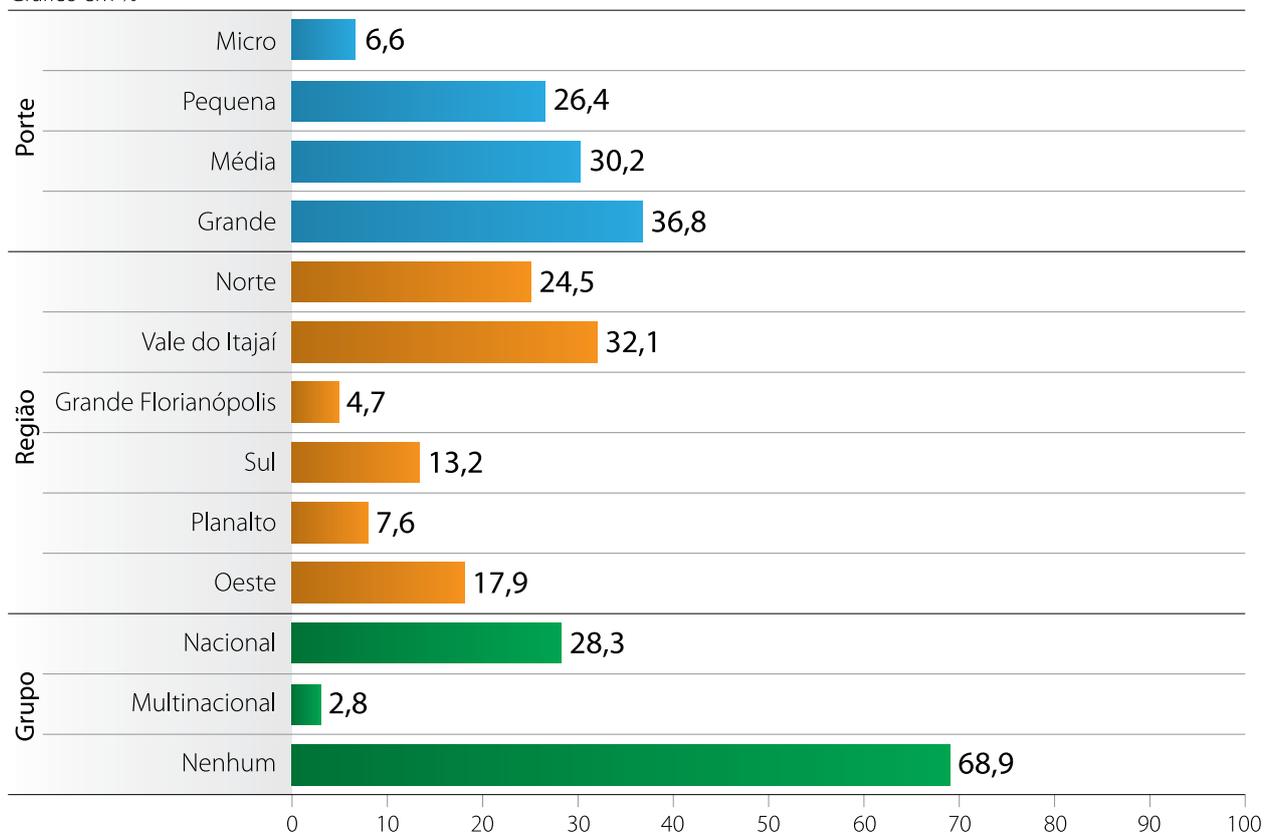
Qualitativa: 27 de janeiro a 9 de março de 2010

Quantitativa: 17 de março a 20 de abril de 2010

Características da amostra de indústrias

Etapa quantitativa

Gráfico em %



Base: 106 empresas

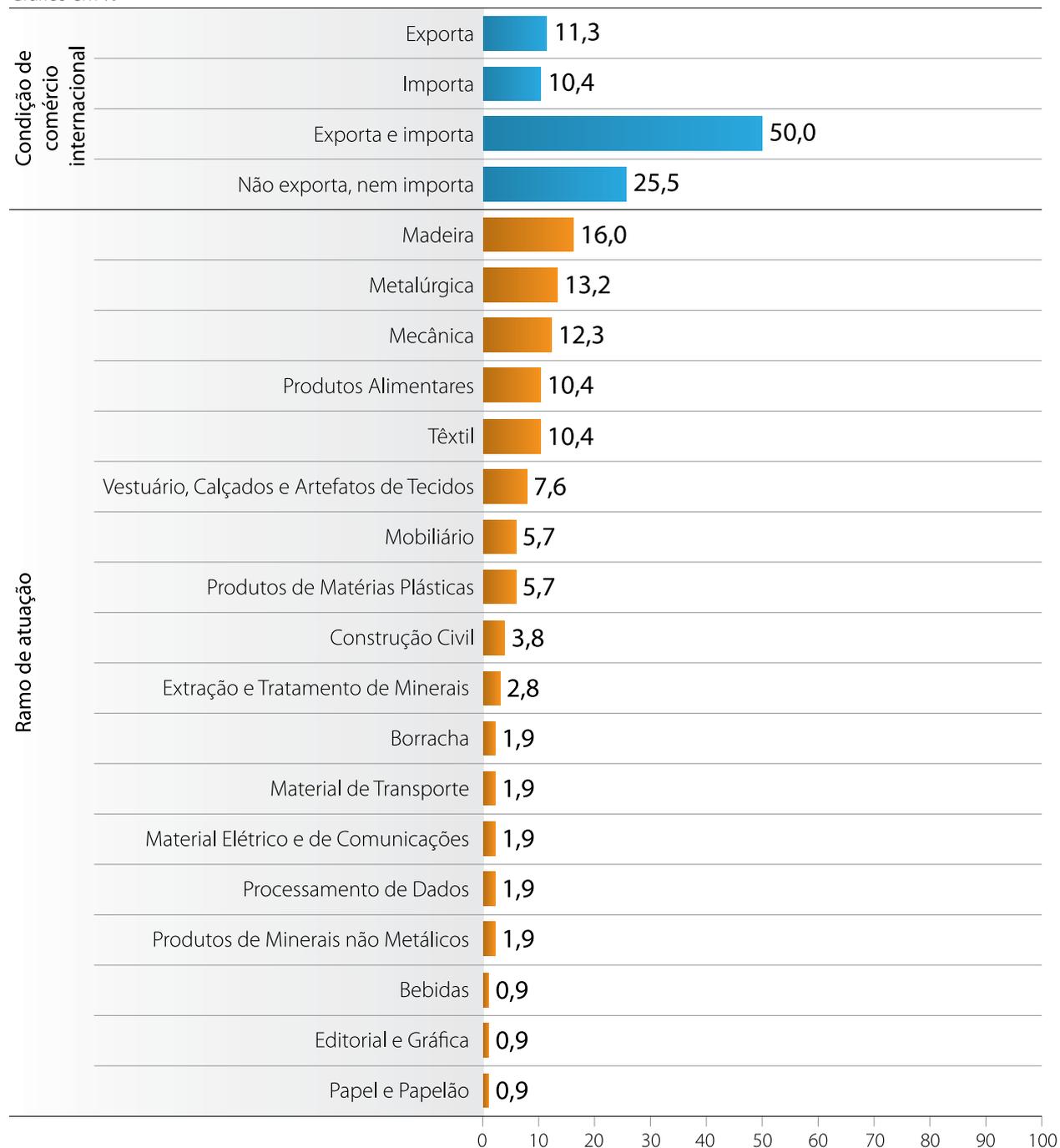
Período de coleta: março-abril/2010

Fonte: Instituto MAPA

Características da amostra de indústrias

Etapa quantitativa

Gráfico em %



Base: 106 empresas

Período de coleta: março-abril/2010

Fonte: Instituto MAPA

Pesquisa de opinião

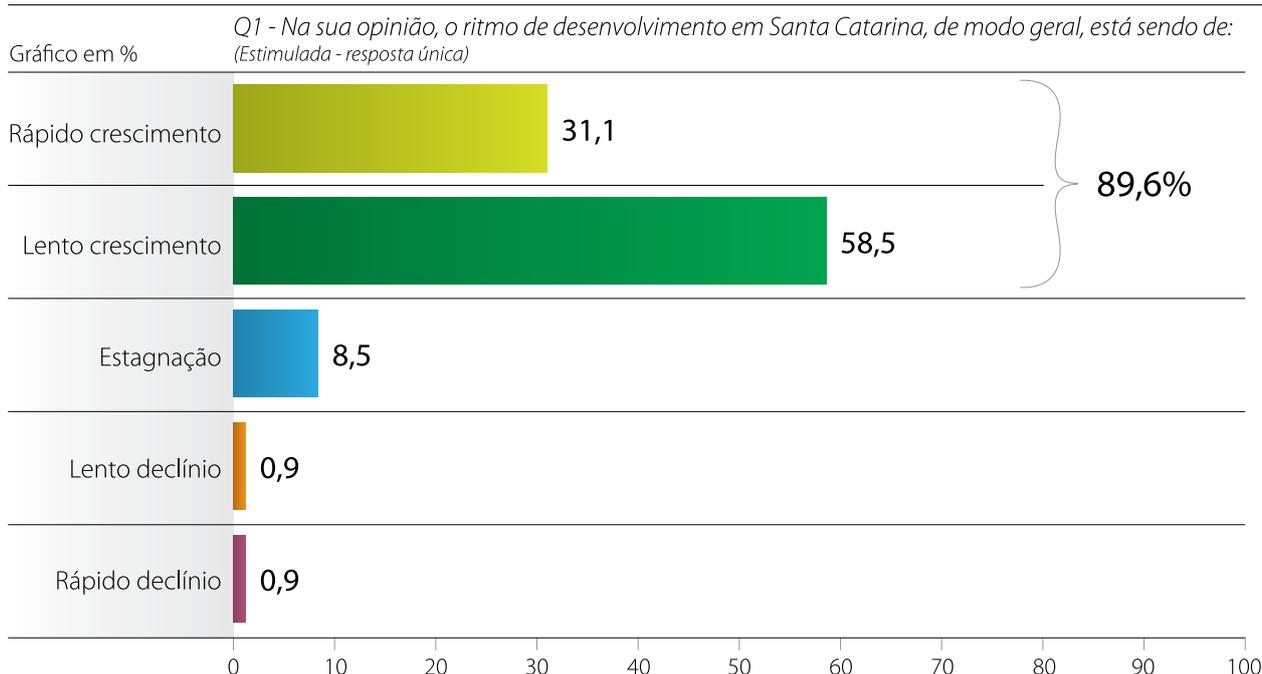
Desenvolvimento SC: uma visão da indústria.

Realizada pelo Instituto Mapa com exclusividade para a Fiesc

II – Resultados da pesquisa realizada com os industriais catarinenses

1 – Percepções quanto ao desenvolvimento de SC

1.1 Ritmo de desenvolvimento de SC



Base: 106 empresas
Período de coleta: março-abril/2010
Fonte: Instituto MAPA

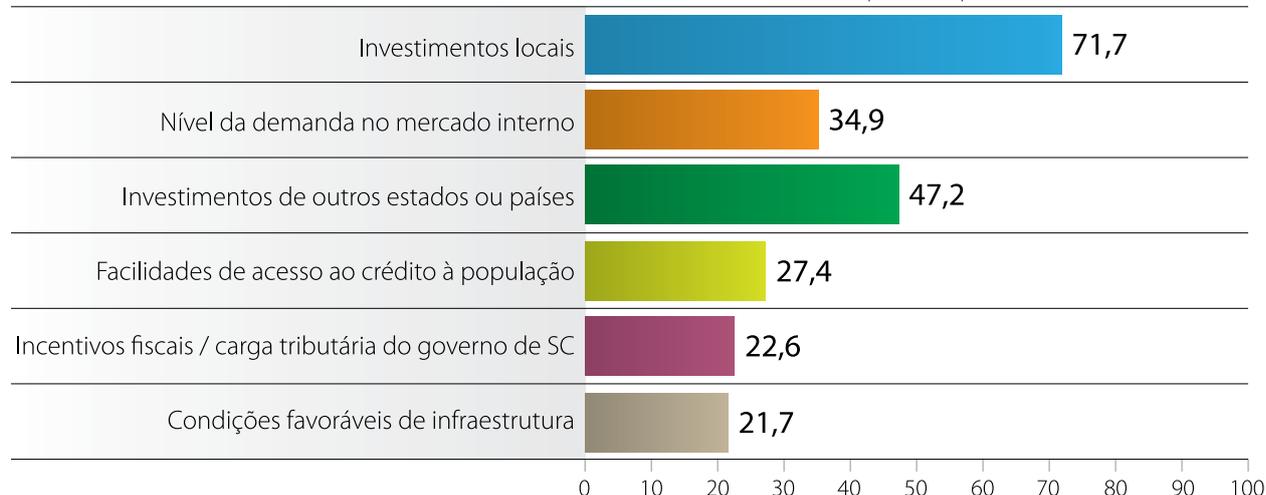
Avaliação dos industriais é positiva (90% veem crescimento), mas não entusiasta: prevalece a percepção de que o desenvolvimento em SC está sendo lento.

1.2 Fatores impulsionadores do desenvolvimento econômico de SC

Principais citações

Q2 - Quais fatores têm, até aqui, ajudado mais no crescimento e desenvolvimento econômico de SC?
(Estimulada - ATÉ 5 PRINCIPAIS - resposta múltipla)

Gráfico em %



Resposta múltipla, total superior a 100%

Base: 106 empresas

Período de coleta: março-abril/2010

Fonte: Instituto MAPA

Investimentos locais da iniciativa privada são a principal mo-
la propulsora do desenvolvimento econômico em SC, na visão dos
industriais. O mercado interno aquecido também é importante ala-
vancador, seguido dos investimentos de fora.

Quali - Fatores impulsionadores do desenvolvimento econô- mico de SC

"Hoje está (se desenvolvendo) mais com a força do próprio empreendedorismo do catarinense do que de incentivos para a indústria em si."

Grande, Vale do Itajaí

"Eu acho que, pelo tamanho do estado, o modelo catarinense é bem interessante. Nós não temos aqui nenhuma grande cidade [...] Uma coisa é o aspecto econômico, desenvolvimento e tal, mas um pouco também é a qualidade de vida das pessoas. A qualidade de vida numa cidade como São Paulo deve estar horrível!"

Média, Vale do Itajaí

"Acho que hoje em dia a indústria (em SC) está muito desenvolvida e tem uma localização muito boa. [...] Acredito que SC tem muito para crescer nos próximos anos. Acho que vai ser uma loucura. [...] Eu acho que já estamos numa fase de explosão, porque a instalação de novas indústrias em SC vai ser uma explosão..."

Grande indústria, Grande Florianópolis

"Para a atividade econômica, o mais importante que existe é a liberdade de empreender. A liberdade de ter lucro e de poder usufruir desses lucros (o que se tem em SC, no Brasil)."

Média, Vale do Itajaí

"SC, apesar de ser pequena, com um vírgula pouco só do território nacional, é a quinta economia do país. Por quê? Por que o povo tem sua vocação bem distribuída, faz o que sabe fazer e faz bem feito."

Grande, Oeste

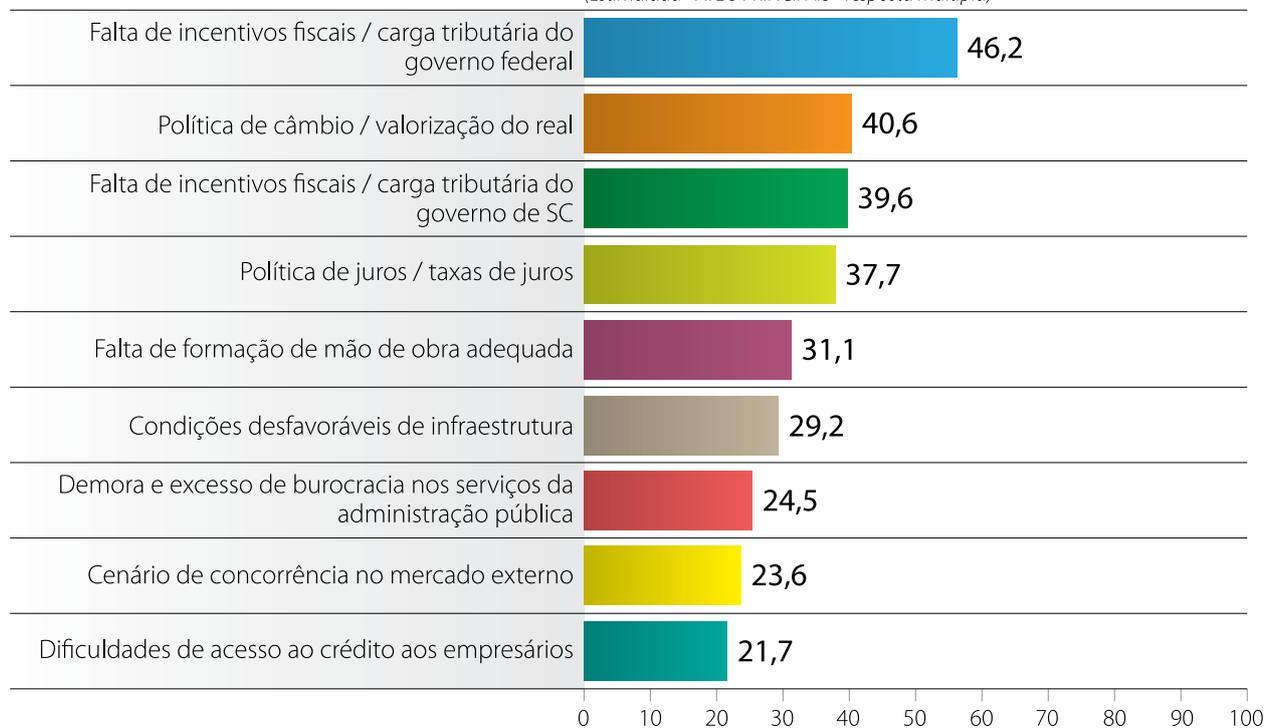
1.3 Fatores inibidores do desenvolvimento econômico de SC

Principais citações

Q3 – Quais fatores têm sido, até aqui, os maiores entraves ao crescimento e ao desenvolvimento econômico de SC?

(Estimulada - ATÉ 5 PRINCIPAIS - resposta múltipla)

Gráfico em %



Resposta múltipla, total superior a 100%

Base: 106 empresas

Período de coleta: março-abril/2010

Fonte: Instituto MAPA

Os maiores entraves ao desenvolvimento de SC residem na esfera pública: carga tributária e falta de incentivos fiscais (tanto federais quanto estaduais), além das atuais políticas de câmbio e de juros. A infraestrutura também é um dos principais entraves na visão de quase 1/3 dos industriais.

Quali - Fatores inibidores do desenvolvimento econômico de SC

“Metade do resultado que conseguimos temos que dedicar a pagar juros. Talvez essa outra metade, se não tivesse os juros, se a empresa fosse mais capitalizada, não ficasse dependendo dos bancos, pudesse ser usada como resultado para crescer...”

Grande indústria, Grande Florianópolis

“A dificuldade não é conseguir crédito; é conseguir crédito barato. Nos financiamentos do BNDES, que são sempre mais baratos, você encontra dificuldade [...] o grau de exigência de documentação.”

Média indústria, Planalto Serrano

“E a burocracia, talvez isso pudesse ser uma coisa a ser melhorada bastante pelo governo do estado. [...] A coisa demora, as licenças demoram, tudo é demorado. [...] Na hora que precisa registrar uma empresa, tudo é demorado. [...] Hoje, qualquer coisinha precisa de uma certidão negativa de não sei das quantas... uma licença ... é tudo demorado, tudo é custoso. Isto tudo está certo, tem que ter, tem que ser feito, só que tem que ser feito mais rápido!”

Grande indústria, Grande Florianópolis

“Aqui em SC, se você quiser criar uma nova indústria existem sistemas de incentivo como do Prodec. Eles de fato existem. A única coisa é que eles são muito burocráticos. O governo tem que simplificar.”

Grande indústria, Sul

► Tributos e impostos

- Sistema confuso
 - » Difícil entendimento
 - » Gera mais custos nas indústrias: necessidade de equipes especializadas nas grandes e médias empresas
- Carga elevada
 - » Impostos em cascata
- Guerra de ICMS entre os estados
 - » Até mesmo de certos incentivos concedidos em SC

“Essa balbúrdia tributária tem que ser urgentemente solucionada. A legislação tributária deveria ser como a Constituição, o mínimo possível de mudanças. Aqui é todo dia! [...] Então, reforma tributária é coisa urgente para ajudar a desenvolver o estado.”

Média indústria, Planalto Serrano

“Eu acho que primeiro deveriam diminuir os impostos. Porque é muito imposto para as empresas pagarem. Então o que acontece? Elas têm que demitir. Daí a mão de obra é cara e o produto final é caro também, não tem como... Com uma fábrica de meias ocorre que o produto vem da China por centavos e aqui não se consegue fabricar e competir em igualdade. Então, isso dificulta também. Como é que ele vai crescer pagando um monte de impostos, pagando um fio caríssimo. Como vai produzir as meias e competir? É difícil”

Microindústria, Vale do Itajaí

“Com relação à questão fiscal, acho que devemos observar como é nos outros países. [...] Nos EUA os impostos são iguais (em tudo), 20%? É 20%. Todos os preços são colocados sem impostos [...] Daí, quando vai pagar, é quanto? X mais o imposto. [...] Sabe-se quanto se paga de imposto. [...] Aqui, se o governo permitisse que você soubesse quanto paga de imposto, ia ser legal. [...] O governo não aceita que você saiba quanto é a carga fiscal. [...] O nosso grupo origina de impostos, o ano passado [...] R\$ x por ano, isso dá R\$ x por mês, R\$ X por semana, R\$ X por dia. Nós fizemos um cálculo aqui: em duas horas são R\$ 200 mil de impostos que nossa empresa origina. O que nós ganhamos? Veja, só fiquei reclamando do governo para você... Nada, eles nem vêm aqui. Aliás: eles vêm para pedir voto!”

Grande indústria, Sul

“Nós temos que reduzir o número de tributos, simplificar. Você não pode estar tributando diversos produtos dentro de uma cadeia produtiva. [...] Você tem que intensificar a fiscalização para que todos paguem os impostos devidos. [...] Para suprir a falta de fiscalização e a corrupção eles (o governo) tornam as exigências tributárias cada vez mais rigorosas.”

Grande indústria, Joinville

► Política cambial

- Valorização do real:
 - » Desfavorável às indústrias exportadoras, às que agregam valor e ao turismo
 - Que são justamente grandes forças econômicas de SC
 - » Favorável às importações em detrimento da produção local
 - Invasão da indústria estrangeira, em especial da China
 - Limita a geração de empregos
 - » Favorável à exportação de produtos sem ou de baixo valor agregado
 - Volta ao passado, à comercialização predominante de *commodities*

“As indústrias catarinenses estão perdendo mercado no exterior, até por que nós temos outras indústrias de outros países que estão sendo mais eficientes. O chinês é um exemplo clássico, nós estamos perdendo mercado exterior. E nós estamos perdendo mercado aqui dentro, porque está entrando, importando barato, o dólar barato favorece a importação. Está certo? Nós estamos desestimulando a indústria intensiva em tecnologia, porque essa indústria tem dificuldade em competir, e nós estamos estimulando o pessoal a voltar ao produto de baixo valor agregado.”

Grande indústria, Joinville

“O Brasil tem que se proteger, tem que mudar essa política cambial, para ser mais competitivo e poder barrar a entrada de tanto produto importado.”

Grande indústria, Grande Florianópolis

► Falta de formação de mão de obra adequada

- Existe uma dissonância entre:
 - » oferta de cursos de nível técnico e superior no estado (cursos específicos, grade e conteúdos /focos desses cursos)

e

- » as novas carreiras e novos processos industriais e de gestão demandados pelas indústrias (quer em setores novos quanto tradicionais)
- Insuficiência de cursos disponíveis (entidades, cursos e cobertura geográfica)
 - » Os poucos que atendem aos requisitos das indústrias são insuficientes ante a demanda (exemplo: SENAI, SENAC etc.)
- Necessidade das indústrias formarem seu pessoal internamente (investimento de tempo e de recursos)
 - » Em todos os níveis (técnicos, administrativos, até chão de fábrica – em setores que exigem conhecimentos específicos)
- Falta mão de obra qualificada inclusive para as atividades de chão de fábrica
 - » trabalhadores ‘under qualified’ (sem formação para atividades básicas)
 - » e trabalhadores ‘over qualified’ (não aceitam mais trabalhar nas atividades básicas, mas desqualificados para outras funções, além dos que veem mais vantagens em se valer de programas sociais, como Bolsa Família etc.)

“O setor têxtil daqui tem escola, tem tudo isso e a cidade respira um ambiente têxtil. Então, se uma indústria têxtil tem algum problema de mão de obra, ela vai achar a resposta aqui em Blumenau e eu (de outro setor) não vou achar..., não vou achar resposta aqui em Blumenau.”

Média indústria, Vale do Itajaí

“Hoje qualquer máquina na produção está muito informatizada (CNC); então, aquela pessoa que era um bom funcionário quando a máquina era meramente mecânica, hoje ele não tem habilidade para explorar um equipamento desses (máquinas computadorizadas) com os recursos todos que ele oferece.”

Média indústria, Vale do Itajaí

“Existe uma excessiva preocupação (do governo) com cursos de bacharelado, não sei o que, e um foco muito pequeno nesse ensino profissionalizante. Esse ensino parece que está mais a cargo de entidades como o SENAI. Eu acho que a atuação do governo é mínima nisso. As empresas aqui da região (do seu setor de atuação), em parceria com o SENAI, criaram um curso de formação e foi muito bom, mas é muito limitado. Ele é limitado às aulas teóricas, [...] e aulas práticas realizamos no dia a dia aqui dentro. Não posso exigir por aqui escolas do nível que tem em São Paulo, porque lá os grandes fabricantes de equipamentos alimentam a escola com os equipamentos, está sempre atualizado, porque é do próprio interesse deles. [...] O mercado aqui é muito pequeno, então é só em São Paulo mesmo e lá tem ‘o estado da arte’, o que tem de melhor no mundo.”

Média indústria, Vale do Itajaí

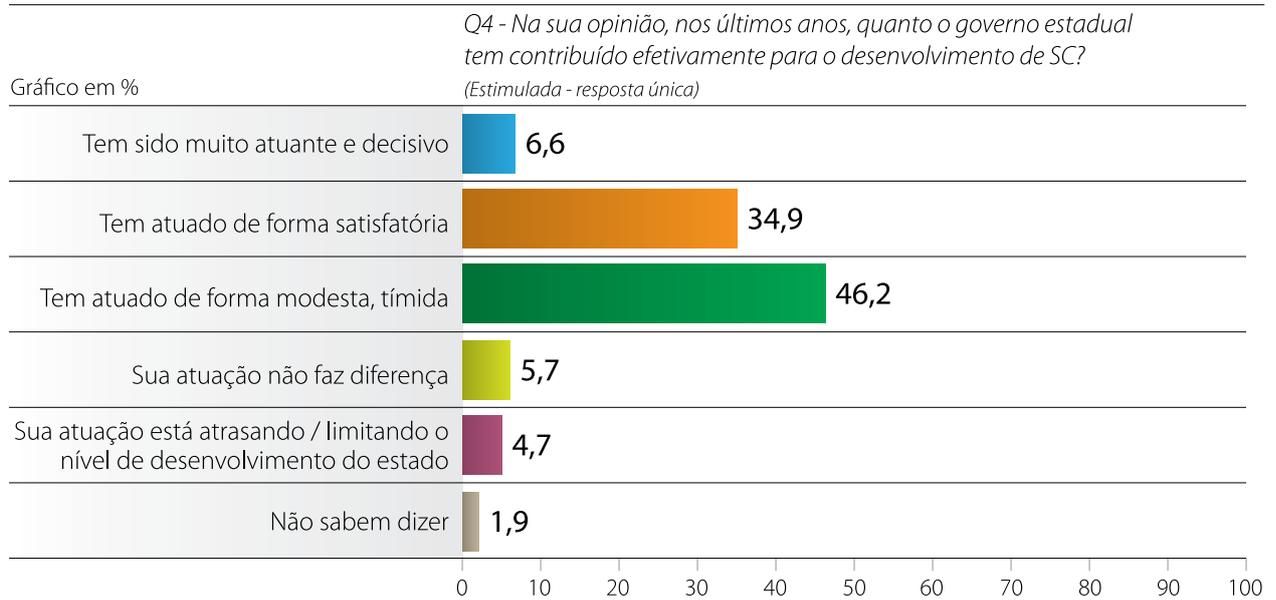
“Hoje contratar pessoas com pouca experiência é muito ruim. Formar um profissional dentro da empresa demora muito tempo [...] Agora, se há uma parceria muito forte com a educação, com a universidade, é possível antecipar esses prazos e formar pessoas para o seu negócio. [...] Hoje a mão de obra não sai preparada da universidade [...], o empresariado não acha um profissional com aquela qualificação que ele precisa. Temos [a universidade] que ter também disciplinas que formem pessoas para o mercado, para as empresas locais. [...] O papel do governo é um papel regulador [...] Interferir diretamente na grade curricular das universidades. [...] O governo tem que estimular cursos de formação dentro das vocações que os municípios têm. Só que hoje nós temos universidades com profissionais muitas vezes descasados com o que o mercado precisa.”

Média indústria, Grande Florianópolis

“Todas as empresas com que eu falo hoje, todas sem exceção estão com problemas de mão de obra.”

Grande indústria, Vale do Itajaí

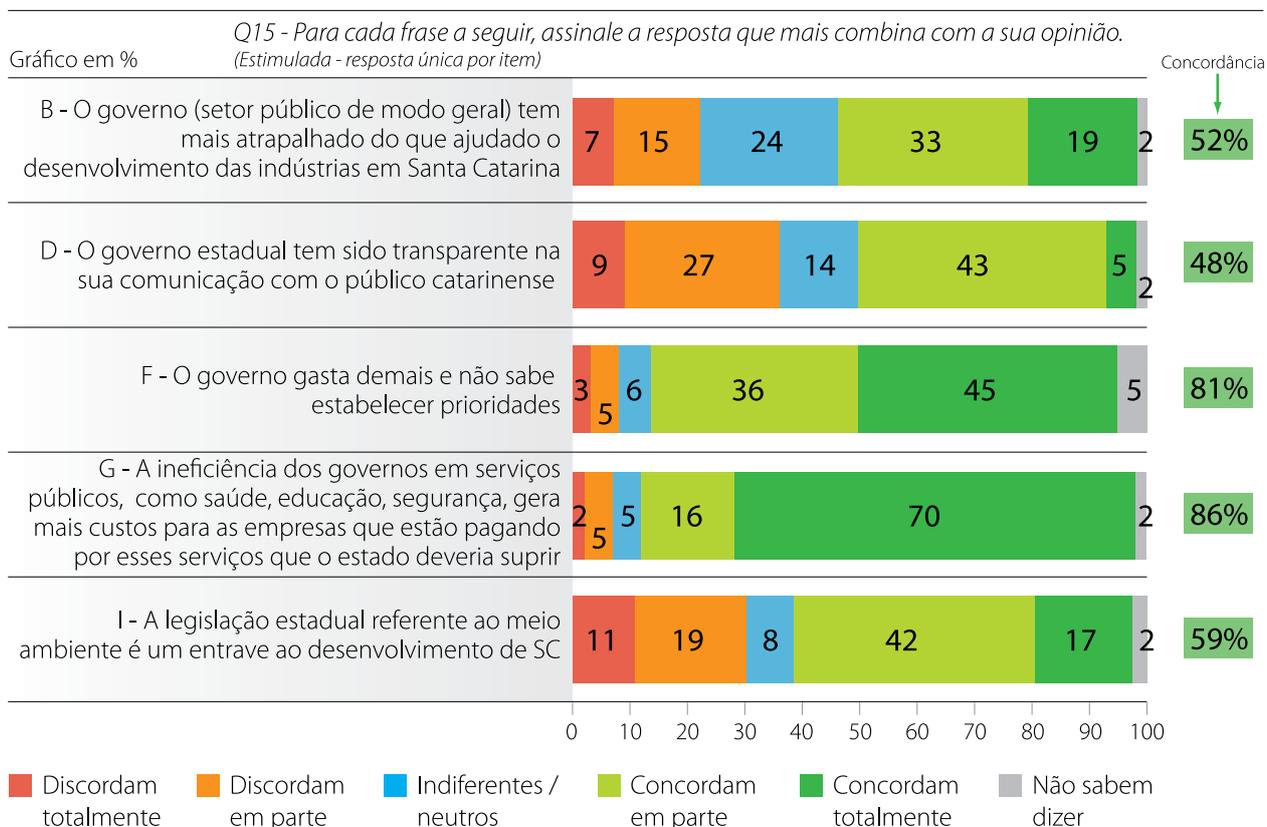
1.4 Nível de contribuição do governo estadual para o desenvolvimento de SC



Base: 106 empresas
Período de coleta: março-abril/2010
Fonte: Instituto MAPA

O governo estadual tem contribuído para o desenvolvimento de SC, porém para a maioria dos industriais de forma tímida ou, no mínimo, satisfatória.

1.5 Outras percepções quanto à atuação do governo



Base: 106 empresas
 Período de coleta: março-abril/2010
 Fonte: Instituto MAPA

De modo geral, a atitude dos industriais não é favorável à atuação do governo estadual. Transparência na comunicação é o item menos crítico, mas o estado ineficiente nos serviços sociais básicos, perdulário e autoritário em alguns aspectos é um entrave ao desenvolvimento do estado, afetando também as indústrias.

**Estado OMISSO onde deveria ter forte atuação
(infraestrutura e serviços sociais básicos e essenciais)**

X

**Estado PRESENTE EM EXCESSO
na gestão privada**

Quali – Conceituação de DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Em geral muito limitado – empresários de modo geral não têm a visão ampla de abrangência do conceito
- Algumas conceituações englobam:
 - » Condições de competitividade para as empresas locais
 - » Condições para a empresa se manter no mercado, crescer com equilíbrio financeiro
 - Incentivos fiscais, acesso ao crédito
- Engloba também e tem que se conciliar com a questão do meio ambiente
 - » Alguns empresários restringem o conceito de desenvolvimento sustentável apenas às questões do meio ambiente
- Cadeias produtivas sustentáveis = responsabilidade social das grandes empresas
 - » Empresa grande => cadeia produtiva forte
 - » Desenvolvimento de cadeia de fornecedores
- Alguns empresários com visão um pouco mais ampla conceituam:
- Três vertentes:
 - » Equilíbrio econômico
 - Desenvolvimento da empresa conciliando processos de tecnologia, custos de produção, de obtenção de matéria-prima e de vendas
 - » Sustentabilidade ambiental
 - Impactos ambientais da produção
 - » Responsabilidade socioambiental
 - Educação e emprego
- Para alguns já é claro o impacto positivo de uma atuação sustentável na economia
 - » Provando que desenvolvimento sustentável é compatível com crescimento econômico

“Cobre várias áreas: estimular o desenvolvimento das empresas, ver suas necessidades, acesso a recursos financeiros – não dados –, criar condições de escoamento – para a indústria não precisar sair de sua cidade [...] acesso em condições favoráveis aos fornecedores e aos clientes, mão de obra qualificada, custo de produção otimizado, acesso à tecnologia. [...] O governo tem que resolver a empresa local, a economia local, não adianta pensar em fazer favor para a sociedade, sem gerar emprego.”

Média indústria, Grande Florianópolis

“A tecnologia é um aliado. Hoje se produz de uma forma muito mais sustentável e correta do que antigamente.”

Média indústria, Vale do Itajaí

“É você crescer sem agredir o meio ambiente, sendo amigo do meio ambiente. Eu sempre associo esse negócio e também o lado social, pagando o preço justo aos nossos colaboradores, orientando para que consigam galgar posições, nos auxiliar mais. É muito difícil, todas as empresas, isso não é conversa mole não, falam na questão de manter talentos, formar talentos, atrair talentos. Na nossa política de qualidade, o pilar central é o nosso sistema de excelência. São as melhores pessoas. Isso não são palavras jogadas ao vento. Nessa questão de sustentabilidade eu enxergo assim: é o meio ambiente e as pessoas.”

Grande indústria, Sul

“Desenvolvimento sustentável é aquele que permite o crescimento ano após ano, com o investimento e produtividade e o crescimento em tecnologia e desenvolvimento humano.”

Grande indústria, Joinville

“Sustentabilidade é você produzir de uma maneira a não poluir, ser viável economicamente e até deixar o ambiente onde você está produzindo tão bom quanto antes ou melhor do que antes, sustentável.”

Grande indústria, Oeste

2 – Expectativas com relação a ações do governo

Quali – Os papéis e ações que cabem a cada parte

Empresários

- Busca e contribuição para o desenvolvimento do estado
- Melhorias nos processos produtivos
- Investimentos em P&D - aproximação com governo e universidades para o desenvolvimento de novas tecnologias e processos sustentáveis
- Divulgação de suas demandas, necessidades e novas tendências requeridas na qualificação de profissionais para o mercado de trabalho – aproximar-se das universidades e governo para viabilização da oferta dessa formação de mão de obra
- Responsabilidade social (papel ainda mais acentuado entre as grandes indústrias, que têm maior impacto sobre suas comunidades)
- Busca de nichos de atuação diferenciada agregando valor à indústria catarinense
- Investimentos na divulgação do seu negócio e da sua marca, na angariação de clientes e na comercialização de seus produtos e serviços

Governo

- Condições / desenvolver / modernizar a infraestrutura para produção, escoamento e exportação (diferentes modais) da produção
 - » Investir com base em projetos planejados e integrados
- Estímulos tributários / incentivos fiscais, com programas bem definidos
 - » Benefícios não devem ser usados como ferramenta política nem ser concedidos sem a exigência de contrapartida / retorno
- Busca pelo equilíbrio entre os incentivos oferecidos nos diferentes estados
- Incentivos à criação de novas empresas / estímulo ao empreendedorismo
- Políticas de estímulo ao crescimento das indústrias já instaladas
- Regulamentação e condições de acesso ao crédito
- Promoção de condições de atuação sustentável às empresas
- Atuação como regulador na educação (interferência na grade curricular das universidades), propiciando melhor e mais qualificada formação de profissionais, contemplando também as necessidades do mercado
- Reformas fiscal-tributária, política e trabalhista-previdenciária
- Criação e apoio a unidades de P&D (universidades públicas) e fornecimento de recursos para elas nas principais áreas de vocação do estado (tecnologia, têxtil etc.)
- Identificação das necessidades locais (sociedade e empresas), visando criar condições mais favoráveis de atuação às empresas locais
- Marketing do estado
 - » Divulgar o potencial do estado ao país e ao exterior
 - » Ser um aliado dos empresários na divulgação dos potenciais do estado
- Propiciar condições / ambiente para o estabelecimento de diálogo entre governo, empresas, universidades e a sociedade

Quali – Os papéis que cabem a cada parte

“Precisa ter uma equipe que saiba montar um projeto com competência. Grande parte das obras de infraestrutura não caminha por causa disso, pela falta de capacidade do estado em desenvolver projetos adequados.”

Grande indústria, Joinville

“O estado não tem que estar fazendo favor para ninguém. [...] O estado não tem que ajudar, não tem nada que ajudar ninguém, tem é que cobrar menos.”

Média indústria, Vale do Itajaí

“O papel do governo hoje é muito mais de criar os incentivos fiscais e eu diria divulgar o que é o potencial do estado. [...] O governo tem que também identificar que condições as empresas precisam para se desenvolver; ninguém quer padrinho, ninguém quer doação, nada, nada. [...]”

(Média indústria, Grande Florianópolis)

Quali – Onde o governo deve atuar

Diretamente

- Saúde
- Saneamento básico
- Educação básica
- Segurança pública

Como regulador

- Infraestrutura (energia, telecomunicações, logística de transporte e escoamento da produção)
- Educação profissionalizante
- Transporte coletivo nas cidades
- Habitação



Condições para o desenvolvimento econômico

“Muitas coisas as pessoas acham que o governo deveria fazer. Mas não. O governo deveria regular. Tem que criar regras e regular, só isso. Controlar ou fiscalizar.”

Média indústria, Grande Florianópolis

2.1 Para o fomento do desenvolvimento econômico do estado

Principais citações

Q5 - Que ações do governo estadual o(a) sr(a) acha mais importantes para fomentar o desenvolvimento econômico de SC?
(Estimulada - ATÉ 4 PRINCIPAIS - resposta múltipla)

Gráfico em %



Resposta múltipla, total superior a 100%

Base: 106 empresas

Período de coleta: março-abril/2010

Fonte: Instituto MAPA

Incremento da infraestrutura logística é a prioridade para fomentar o desenvolvimento econômico do estado. Favorecer a circulação de capital, propiciar formação de mão de obra adequada e gerir o estado de forma eficiente são as prioridades a seguir.

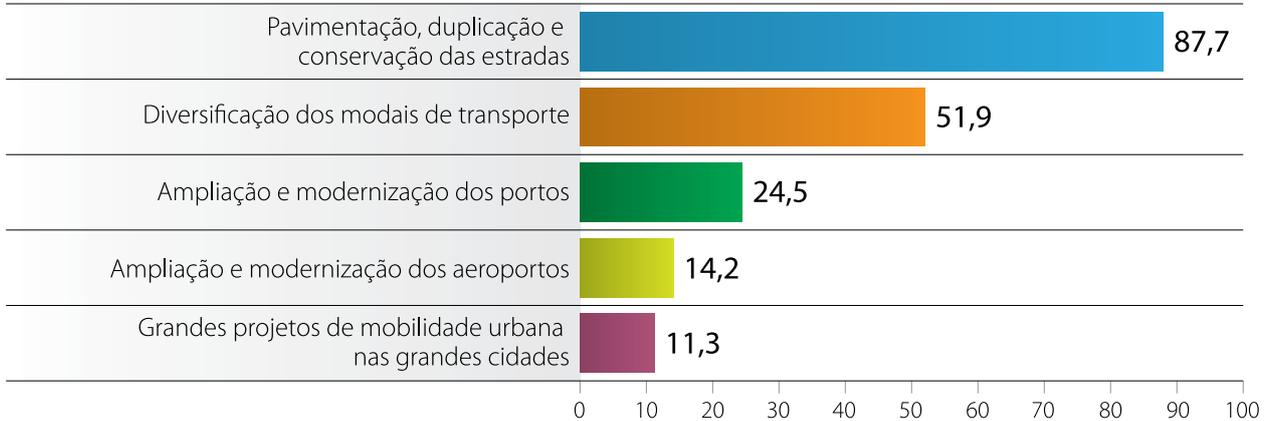
2.2 Na área de transportes / infraestrutura logística

Principais citações

Q7 - Quais destes itens na área de transportes devem, na sua opinião, ser os prioritários no próximo governo estadual, pensando no desenvolvimento econômico de SC?

(Estimulada - ATÉ 2 PRINCIPAIS - resposta múltipla)

Gráfico em %



Resposta múltipla, total superior a 100%

Base: 106 empresas

Período de coleta: março-abril/2010

Fonte: Instituto MAPA

As estradas devem ser o principal foco de ação do governo, na área de transportes / infraestrutura logística. Com isso resolvido ou em andamento, a prioridade deverá ser então a diversificação dos modais de transporte, segundo os industriais.

Quali - Na área de transportes / infraestrutura logística

"O transporte mais barato que devia ser incentivado é o transporte ferroviário. Nós não temos praticamente nada em SC. [...] No Brasil praticamente não existe o transporte marítimo de cabotagem, é muito caro. Teria que melhorar a infraestrutura e baratear esses custos."

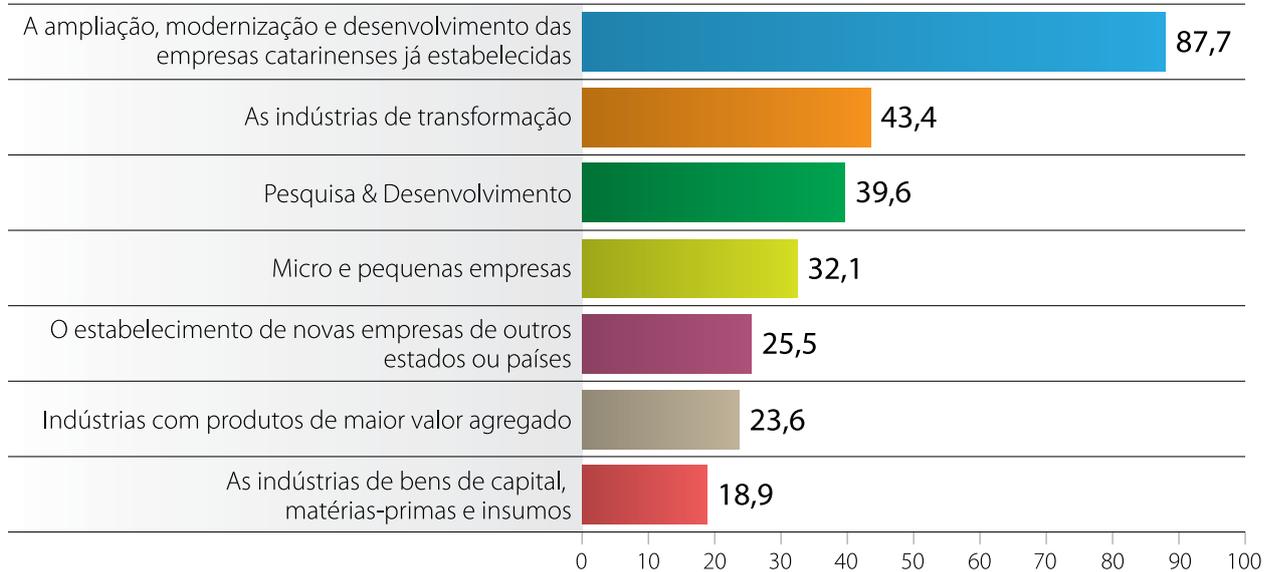
Média indústria, Planalto Serrano

2.3 Direcionamento dos incentivos fiscais e outras formas de apoio

Principais citações

Q6 - Na sua opinião, os incentivos fiscais e outras formas de apoio às empresas devem ser mais dirigidos em SC para: ...
(Estimulada - ATÉ 3 PRINCIPAIS - resposta múltipla)

Gráfico em %



Resposta múltipla, total superior a 100%

Base: 106 empresas

Período de coleta: março-abril/2010

Fonte: Instituto MAPA

Segundo os industriais, é preciso que o governo tenha um olhar especial e priorize as empresas locais já estabelecidas, acima ainda dos incentivos a novas empresas de fora. Indústrias de transformação, P&D e as MPEs devem ser a prioridade.

“O governo pode estimular a questão do polo tecnológico, ou polo de negócios; criar unidades de pesquisa e desenvolvimento, as vocações que tem, não só a tecnologia. Tem que olhar cada segmento, como o polo têxtil: como é que eu posso ter uma área de pesquisa no polo de desenvolvimento de tecnologias patrocinado pelo governo, com recursos, e dali criar novas ideias para que eu possa melhorar os processos nas empresas, obter soluções para as empresas. [...] Acho que o governo pode ter um papel muito grande em unir o governo, a universidade e as empresas.”

Média indústria, Grande Florianópolis

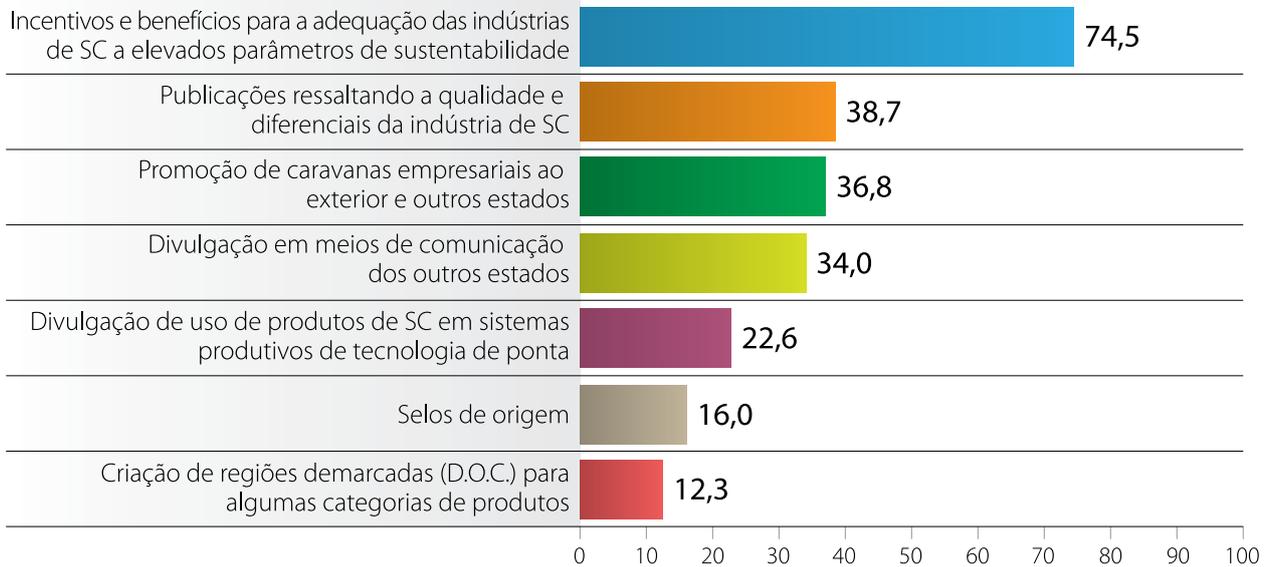
2.4 Para valorização da indústria catarinense

Principais citações

Q14 - Na sua opinião, quais ações de apoio o governo de SC deveria realizar no sentido de buscar uma maior valorização da indústria catarinense?

Gráfico em %

(Estimulada - ATÉ 3 PRINCIPAIS - resposta múltipla)



Resposta múltipla, total superior a 100%

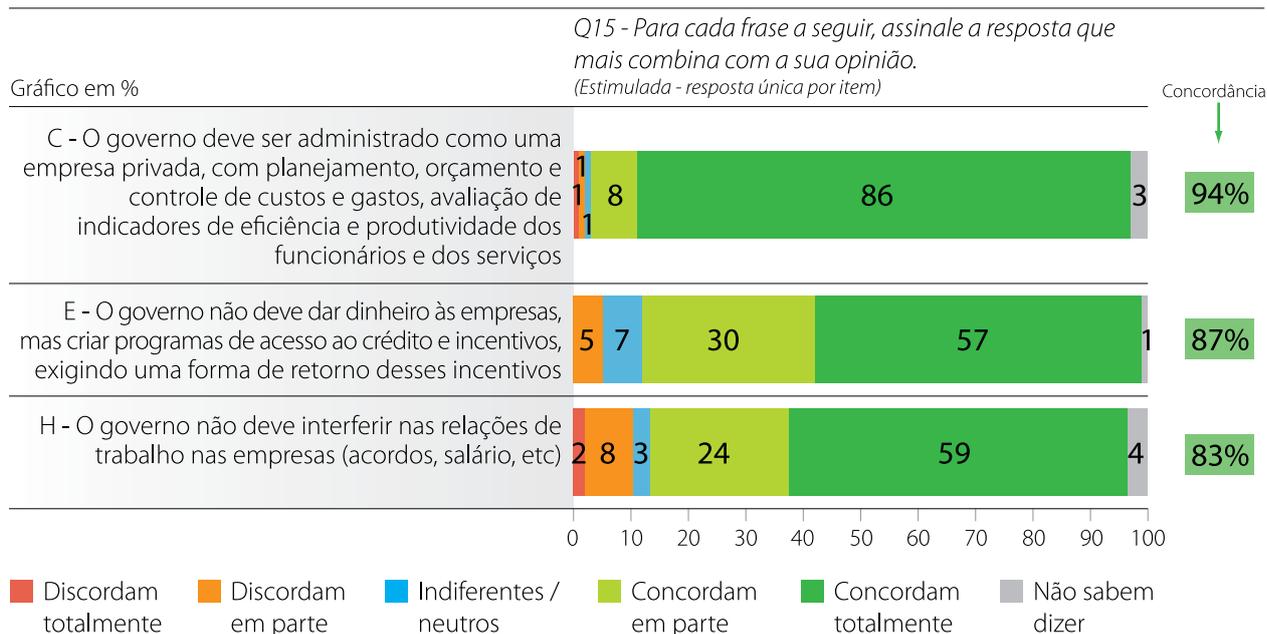
Base: 106 empresas

Período de coleta: março-abril/2010

Fonte: Instituto MAPA

Segundo os industriais, promover condições para a adequação das indústrias de SC a elevados padrões de sustentabilidade é o que resultará em maior valorização das mesmas. Ou seja, a visão de futuro (exigida hoje) é o diferencial que agregará valor.

2.5 Na atuação do governo



Base: 106 empresas
Período de coleta: março-abril/2010
Fonte: Instituto MAPA

Os industriais esperam do governo uma administração pública profissional e eficiente, sem paternalismo e sem ingerência na esfera privada.

"Eu acho que a atuação do Estado é ineficiente, faz muito pouco, retribui muito pouco pelo que ele nos cobra e o que ele nos custa. [...] Sou a favor do Estado mínimo.[...] A gente gostaria que o nosso dinheiro, o dinheiro público, fosse tratado com lisura e honestidade. [...] Para mim, a solução realmente é diminuir o tamanho do Estado em todos os níveis. [...] Problema de desonestidade no governo é um problema da sociedade, a sociedade inteira paga, então é melhor tirar o Estado de tudo que é atividade. [...] Aí, o que caberia ao Estado? Manter uma estrutura para regular a concorrência, cuidar para não se criarem monopólios, cartéis."

Média indústria, Vale do Itajaí

Quali – Sobre a implantação de uma política industrial em SC

- Justifica-se apenas em nível macroeconômico:
 - » Estimular a criação e o crescimento das indústrias
 - » Divulgar o potencial da região
 - » Propiciar condições de acesso ao crédito
 - » Estimular a exportação para outros estados e países
 - » Procurar sinergia com as vocações e condições do estado
 - » Desenvolver planejamento para explorar as oportunidades com competência, objetivos e foco
- Não pode ser direta ou indiretamente restritiva

- Deve ter a participação da iniciativa privada
 - » Diálogo entre os setores público e privado

“Com certeza (cabe pensar numa política industrial para SC), discutida com a FIESC, com as federações, com pessoas que entendam. Não só dentro (do governo), com os políticos, porque deputado não entende de indústria, não entende de comércio [...]”

Grande indústria, Vale do Itajaí

3 – Avaliação do setor industrial catarinense

Quali – Percepções quanto ao desenvolvimento da atividade produtiva industrial em SC

- Modelo produtivo que é referência no país
 - » Eficiência, qualidade e busca de inovação (alguns setores)
 - » Aspectos que têm favorecido a exportação
- Em crescimento
- Volumes significativos de investimentos têm ocorrido no estado
 - » Locais empresariais
 - » Empresas de fora do estado e do país

“A marca Santa Catarina por si só é um selo de garantia.”

Grande indústria, Vale do Itajaí

PORÉM:

- O volume de investimentos no estado poderia ser ainda maior (muitas empresas instalando unidades em outros estados, muitas nem consideram SC)
- Investimentos de empresas de fora no estado são muitas vezes subsidiados (incentivos, redução de impostos, isenções etc.) pelo governo de SC
- E por outro lado faltam mais incentivos à geração de novas empresas locais e à consolidação de novas marcas geradas localmente
 - » Mercado calcado nas grandes empresas tradicionais, já consolidadas
 - » Mas também faltam incentivos à expansão e modernização destas
- “Custo Brasil” => redução da competitividade de seus produtos
 - » Impede um desenvolvimento ainda maior
 - » Abre brechas para a concorrência de produtos importados
 - » Limita oportunidades no exterior

"[...] A indústria catarinense, como a brasileira, talvez a indústria catarinense mais, porque ela é mais voltada ao exterior, está sofrendo duplamente, pelo 'custo Brasil' e uma taxa cambial que lhe desfavorece."

Grande indústria, Joinville

"Se o camarada bota uma unidade de confecção lá em Goiás, o problema não é por que lá a mão de obra é mais brata, é por que ele tem um incentivo fiscal e isso é uma injustiça."

Média indústria, Vale do Itajaí

"Se for uma indústria de fora tem muito mais atenção (do governo) para investir que a indústria catarinense, isso não tem dúvida. Se qualquer empresa (de fora) quiser gerar meia dúzia de empregos, meu Deus do céu! Daí vem todo mundo. Mas para empresa catarinense não."

Grande indústria, Sul

"A atividade industrial de SC cresceu e vem se consolidando em cima das mesmas marcas, são as mesmas marcas em muitos anos. As indústrias médias e menores que se localizam em torno ou querem se desenvolver têm um problema muito sério de se posicionar como empresas competitivas no mercado, justamente por quê? Por falta de recursos."

Média indústria, Grande Florianópolis

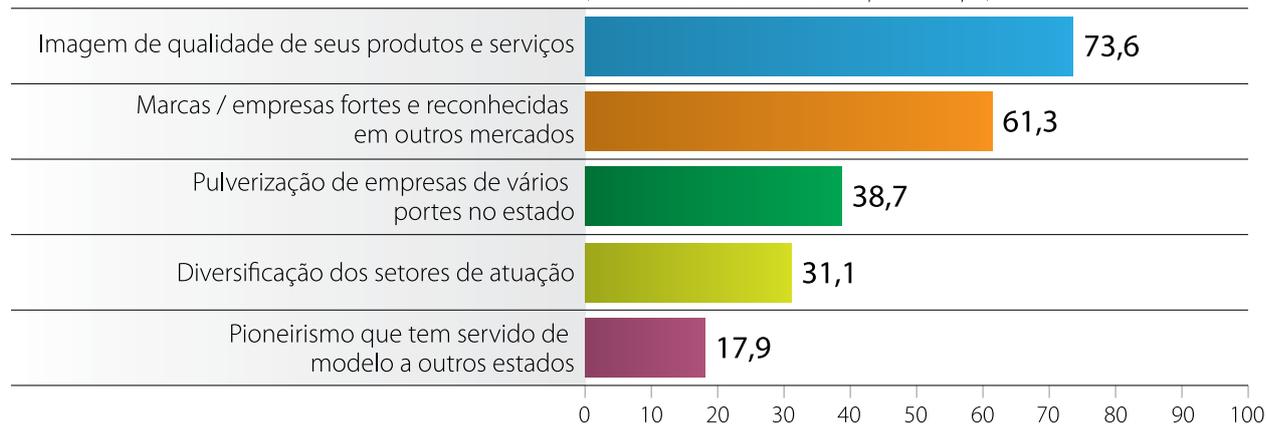
3.1 Pontos fortes da indústria catarinense

Principais citações

Q8 - Quais pode se dizer que são os pontos fortes, os marcos positivos, da indústria catarinense?

(Estimulada - ATÉ 3 PRINCIPAIS - resposta múltipla)

Gráfico em %



Resposta múltipla, total superior a 100%

Base: 106 empresas

Período de coleta: março-abril/2010

Fonte: Instituto MAPA

Imagem de qualidade e marcas fortes são, na visão dos industriais, as âncoras da indústria catarinense. Depois destes, a diversificação de portes e setores de atuação das empresas catarinenses são os pontos mais fortes.

Quali – Percepções de pontos fortes no estado de SC

- Diversificação de características e da economia do estado
 - » Geográfica, climática, etnográfica e economicamente
- Busca e investimentos em inovação
- Marcas industriais consolidadas e reconhecidas nacional e internacionalmente
- Cultura do povo catarinense
- Vocação para o trabalho / povo trabalhador
 - » E com essa qualidade reconhecida dentro e fora do país

“SC tem um potencial muito grande, porque existe uma diversificação em todo o seu território e indústrias localizadas, com atividades diferentes.”

Média indústria, Planalto Serrano

“É o nosso caso. A gente (empresa entrevistada) não para de investir no desenvolvimento de novos produtos, novas tecnologias, construímos máquinas e assim por diante. [...] Nesse momento, a gente está até tentando fazer um projeto junto com o BNDES para financiar o desenvolvimento de projetos que a gente está prevendo para o próximo ano...”

Grande indústria, Grande Florianópolis

“Santa Catarina tem uma vantagem, a região Sul tem uma vantagem sobre o restante do país, eu não sei se é pela colonização ou não, o nível cultural médio das pessoas é muito elevado, então eu imagino que todas as indústrias que queiram vir para cá conseguem uma mão de obra qualificada e diferente do restante do país.”

Grande indústria, Joinville

“O empresariado catarinense é muito dinâmico, ele está participando de feiras, está viajando, está muito globalizado.”

Média indústria, Planalto Serrano

“Cada vez mais a informalidade está diminuindo. Pela própria consciência do empresariado, desde pequeno porte, de sair da informalidade.”

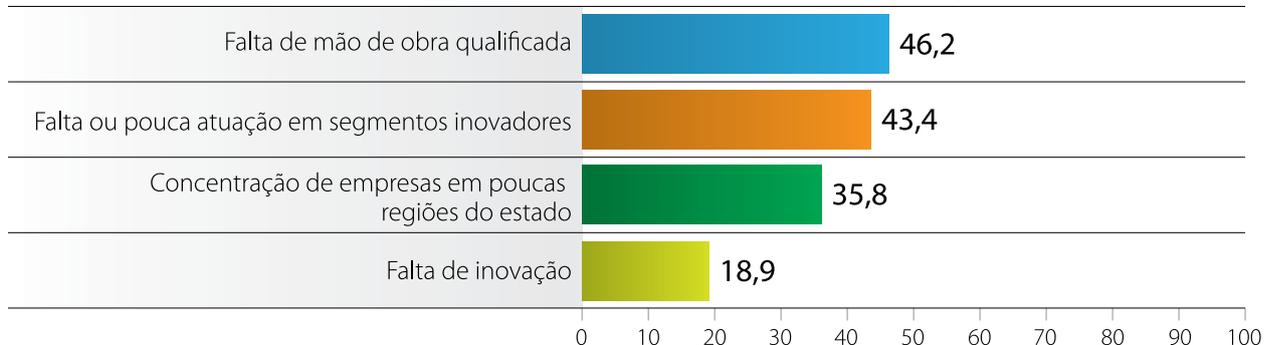
Grande indústria, Joinville

3.2 Pontos fracos da indústria catarinense

Principais citações

Q9 - E quais podem ser considerados os pontos fracos, as deficiências, da indústria catarinense? (assinale até 3 principais)
(Estimulada - ATÉ 3 PRINCIPAIS - resposta múltipla)

Gráfico em %



Resposta múltipla, total superior a 100%

Base: 106 empresas

Período de coleta: março-abril/2010

Fonte: Instituto MAPA

Falta de mão de obra qualificada é o item mais crítico da indústria catarinense, segundo os empresários. Outras principais deficiências dizem respeito à inovação (segmentos de atuação, mas também a processos) e à concentração geográfica.

Quali – Percepções de pontos fracos no estado de SC

- Carga tributária elevada
 - » Matérias-primas
 - » Vendas
 - » Trabalhista
- Incentivos a empresas de fora muitas vezes maiores do que para as indústrias catarinenses já instaladas → sentimento de pouca valorização do que é local
- Mão de obra despreparada
 - » Muitas vezes o próprio empresariado tem que investir em formação profissional de seu pessoal
- Alto custo do crédito
- Legislação ambiental: confusa, abre brechas para subjetivismos e favoritismos
- Falta de divulgação da indústria de SC
 - » Restringe a expansão para outros mercados
 - » Mas o próprio mercado de SC não absorve – por vezes não valoriza – o que o próprio estado tem a oferecer

“Pontos fracos são vários. Primeiro, uma carga brutal; segundo, é uma complexidade absurda, cada empresa tem que ter pelo menos três ou quatro funcionários que só ficam fazendo cálculos de impostos [...] e a gente não vê o retorno desses impostos em termos de infraestrutura, educação e saúde.”

Grande indústria, Joinville

“Vamos dar incentivos para empresas catarinenses, empresa local, para que ela possa se desenvolver e exportar e não só querer trazer empresas para cá. Muitas vezes nós estamos trazendo empresas que vêm competir com as empresas que têm vocação aqui dentro. Nós estamos matando uma empresa que tem know-how, que tem diferencial, para trazer uma outra empresa para se instalar aqui e que muitas vezes só vem aqui para sugar incentivos fiscais, redução de tributos por muito tempo, e aí, quando passa esse período, ela se muda daqui.”

Média indústria, Grande Florianópolis

“Na parte de indústria pelo menos do nosso segmento a gente tem bastante, uma problemática bem grande com a mão de obra. Não tem mão de obra qualificada, então tem que ter mais cursos técnicos para a parte de costureiras, porque tem curso de designer de moda, não sei o que de moda e no final a parte operacional mesmo está faltando. E os impostos. A nossa dificuldade é a carga tributária em cima da pequena empresa e a mão de obra que está faltando e a gente está buscando em oficinas de confecções, mão de obra terceirizada, e no final essas pessoas acabam trabalhando em casa, as chamadas facções, que também não têm carteira assinada para os funcionários, justamente pelo excesso de carga tributária, e a gente acaba utilizando a mão de obra deles.”

Microindústria, Grande Florianópolis

“A questão de infraestrutura, quer dizer, escoar a produção aqui em SC é muito difícil, seja por estradas... A gente está vendo o que está acontecendo com a BR-101, com a ligação do sul com São Paulo, que cai barreira, que você fica sem condição de levar mercadoria, os portos que estão estrangulados... [...] A maior cidade do estado não tem um aeroporto no qual se possa confiar.”

Grande indústria, Joinville

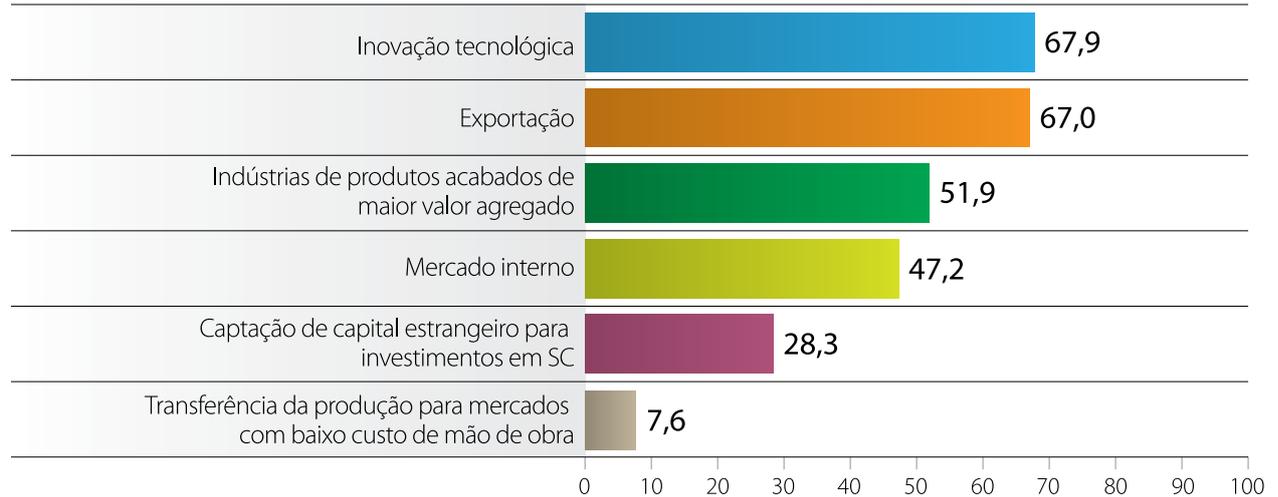
3.3 Oportunidades de crescimento da indústria catarinense

3.3.1 Opções de oportunidades

Principais citações

Q10 - As principais oportunidades de crescimento e desenvolvimento do segmento industrial de SC, segundo a sua percepção, podem estar principalmente em quais destas opções? (Estimulada - ATÉ 3 PRINCIPAIS - resposta múltipla)

Gráfico em %



Resposta múltipla, total superior a 100%

Base: 106 empresas

Período de coleta: março-abril/2010

Fonte: Instituto MAPA

Inovação tecnológica e exportação são apontadas como as principais opções para o crescimento e desenvolvimento da indústria catarinense. O foco deve estar na produção de itens de maior valor agregado. Depois da exportação, focar o mercado interno. Observa-se novamente a ênfase na valorização das empresas já estabelecidas.

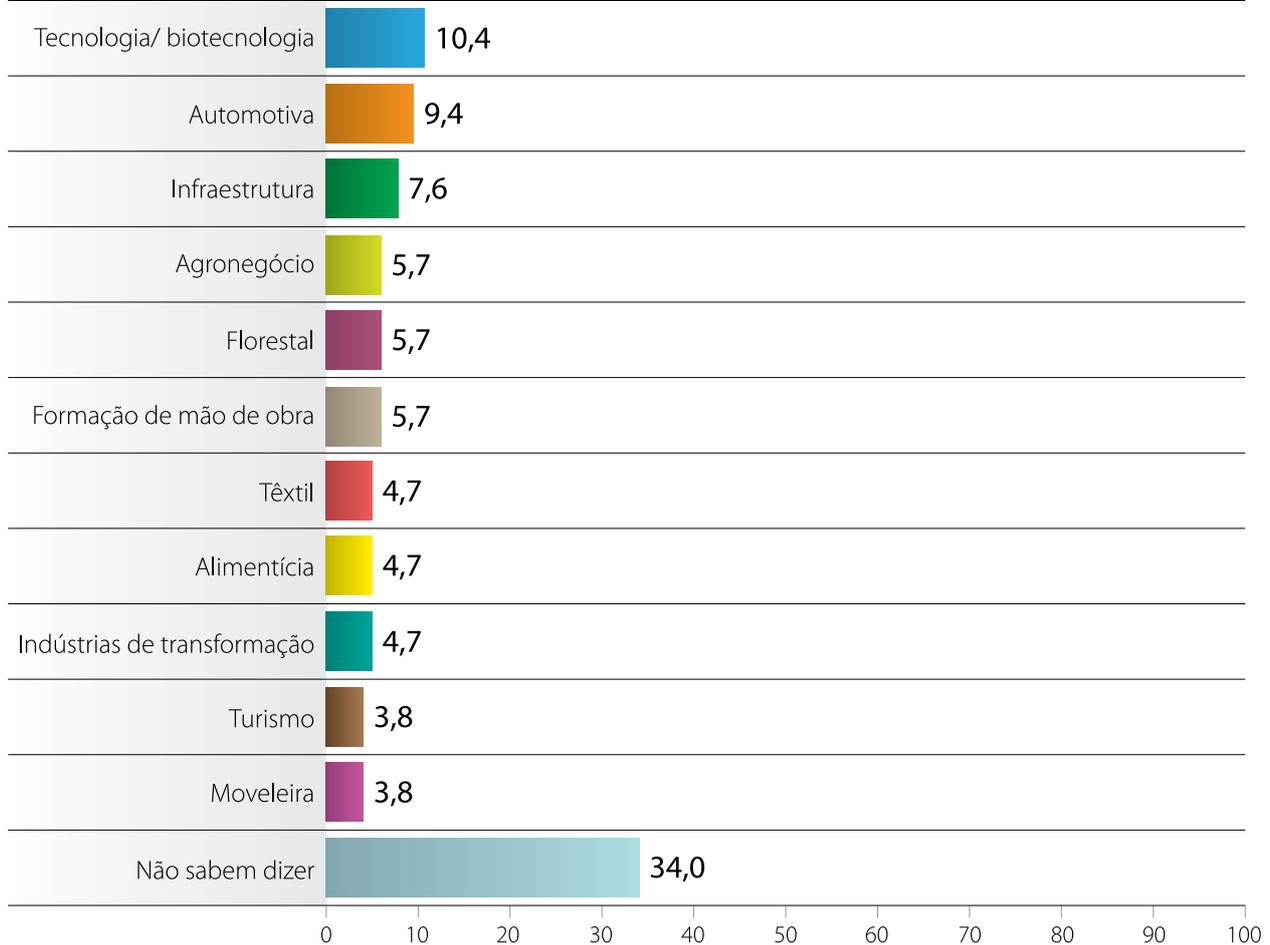
3.3.2 Novas áreas percebidas como oportunidades

Principais citações

Q11 - Quais novas áreas ou setores, que representem novas oportunidades de negócios, deveriam ser mais incentivados, pelos próximos governos, pensando na ampliação e consolidação do parque industrial e no desenvolvimento sustentável de SC?

Gráfico em %

(Espontânea - resposta múltipla)



Resposta múltipla, total superior a 100%

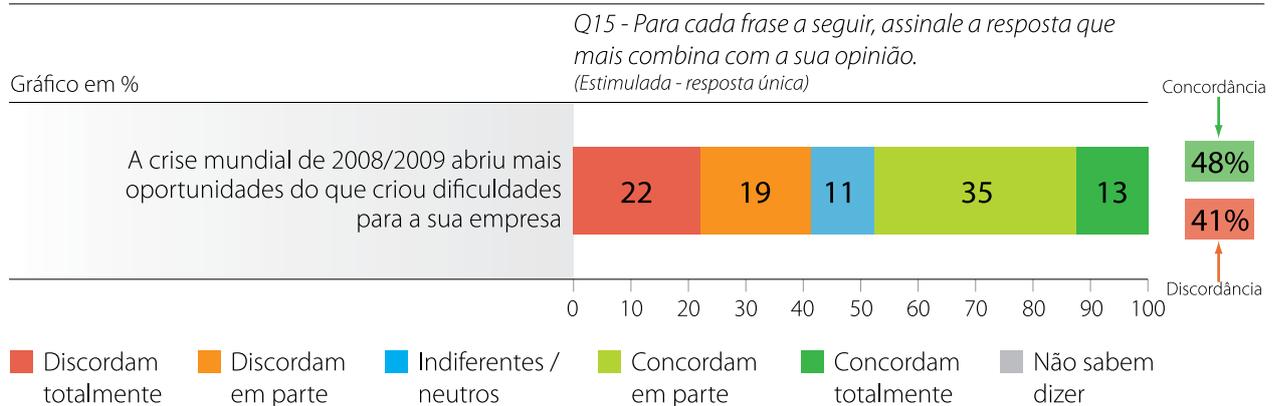
Base: 106 empresas

Período de coleta: março-abril/2010

Fonte: Instituto MAPA

As áreas de biotecnologia, automotiva e de infraestrutura foram as mais apontadas como possíveis novas oportunidades de negócios no estado. Mas um em cada três industriais não tem uma visão a esse respeito. Para alguns, as oportunidades residem nas próprias deficiências (formação de mão de obra, setores inovativos).

3.3.3 A crise mundial e as oportunidades nas empresas



Base: 106 empresas
 Período de coleta: março-abril/2010
 Fonte: Instituto MAPA

Os resultados da crise econômica mundial deflagrada em 2008 não tiveram uma predominância positiva ou negativa para as indústrias de SC: para algumas, trouxe mais oportunidades; para outras, mais dificuldades.

- Crise econômica mundial deflagrada em 2008:
 - » Inovação e equilíbrio foram a tônica para o Brasil vencê-la
 - » E com ele também Santa Catarina

"A chamada crise mundial, que assustou muita gente, de certa forma abriu muito mais oportunidades do que criou dificuldades em relação a novos negócios. É claro que houve ceticismo do mercado, uma paralisação da atividades em muitas áreas, mas foi um momento que o Brasil soube superar. As empresas brasileiras ganharam até um certo respeito no mercado nacional e internacional, em função do próprio equilíbrio que se teve durante esse período... Muito investimento em inovação..."

Média indústria, Grande Florianópolis

Quali – Percepção das vocações do estado de Santa Catarina

- DIVERSIDADE, PLURALIDADE e REGIONALIDADE
 - » De cidades e regiões – geográfica e climaticamente
 - » Importantes características positivas
 - » Condições propícias a vocações diversas – evita a monodependência
- Algumas das principais vocações, em decorrência e pelo histórico cultural de colonização:
 - » Turismo – favorecida pelas belezas naturais e diversidade regional
 - » Cultura – favorecida pela colonização de origem europeia
 - » Portos – favorecida pela geografia e condições da costa do estado
 - » Indústria da pesca – favorecida pelas condições naturais já existentes
 - Agricultura e agroindústria / agricultura familiar

- Tecnologia
- Cooperativismo
- Indústrias em geral
- Têxtil
- Metalmeccânica
- Eletroeletrônica
- Plásticos
- Madeireira / moveleira

“Uma das vocações do estado é esse tipo de modelo cooperativo. [...] Se for mais para o Oeste, lá a vocação agrícola e de carne é um modelo de sucesso. Eles têm aquele sistema de cooperativa. [...] Na nossa região aqui (Blumenau) o nosso modelo dessas indústrias (frigoríficos, laticínios) faliu [...] principalmente por que os nossos frigoríficos não trataram muito bem os seus fornecedores.”

Média indústria, Vale do Itajaí

“É inegável que o setor têxtil da nossa região [...] o pessoal aqui dispõe de uma tecnologia [...] a gente vê que o conhecimento [...] essa área têxtil ainda vai subsistir por muito tempo. [...] A atividade têxtil é uma indústria dos primeiros estágios do desenvolvimento [...] grande absorvedora de mão de obra [...] por isto hoje ela está tendo grande sucesso em países com mão de obra mais barata. Mas no segmento de primeira linha, [...] quando a gente fala de produto têxtil de maior valor agregado, ainda é aqui [...] as nossas empresas aqui ainda têm bastante chance de sucesso. [...] Nós estamos nos transformando um pouco num centro de moda.”

Média indústria, Vale do Itajaí

Quali – Percepção da exploração das atuais vocações do estado de Santa Catarina

- DE MODO GERAL: fraca, muito aquém do potencial que ainda pode ser explorado. Longe de estarem esgotadas, embora a maioria seja de vocações tradicionais, de longa data
- TURISMO: fraca / precária. Perde para muitos outros estados.
 - » “Deitado em berço esplêndido” em função das belezas naturais, que por si só não sustentam o setor economicamente
 - Falta melhor infraestrutura, divulgação e estímulos diretos
- INDÚSTRIA: fraca / precária.
 - » Falta ação, incentivo e divulgação para se posicionar de forma mais ampla e agressiva nos mercados nacional e internacional
 - » Consolidação em cima das mesmas marcas de sempre
 - » Dificuldade para novas marcas se posicionarem competitivamente no mercado
- PESCA: evoluiu do artesanal para ‘indústria da pesca’
 - » Mas ainda faltam apoio e recursos para se desenvolver
- PORTOS: fraca / precária.
 - » Requer investimentos urgentes na ampliação e modernização

- SETOR MADEIREIRO:
 - » Exploração sem ou com pouca agregação de valor
- **COOPERATIVISMO:** ainda há muito a explorar, o governo deve incentivar mais a formação entre pequenos agricultores

“O setor de turismo é um grande potencial do estado e o que falta, falha, é a infraestrutura.. [...] tanto de rodovias, quanto de aeroportos, ou até, veja, os navios, todos eles gostam de fazer escala por aqui, mas... Só que de novo esbarra um pouco nessa infraestrutura [...] Acho que isso limita muito o desenvolvimento do estado.”

Média indústria, Vale do Itajaí

“Na verdade é feita uma imagem muito bonita, mas quando o turista chega aqui não tem uma infraestrutura adequada. Essa parte ambiental, tem coisas assim que a gente vê, você vai no Rio de Janeiro e todas as praias têm um chuveiro, têm banheiros nas areias, com porta. Por exemplo, se está com uma bolsa tem aqueles armarinhos para a pessoa guardar. Florianópolis não tem isso. Assim, o turista não fica à vontade. Até as estradas também estão péssimas, começam a fazer obras na época de alta temporada. Então falta um pouco de planejamento. E essas leis ambientais eu acho que tem que ter, que é importante, mas tudo tem que ter um bom senso.”

Microindústria, Grande Florianópolis

“Nós temos toda a infraestrutura portuária para isso e não exploramos. Os nossos portos não são equipados suficientemente para isso (escoamento da produção, armazenamento, exportação, importação por SC).”

Média indústria, Grande Florianópolis

“SC, pelo potencial litorâneo que tem, ainda não está sendo bem explorada. Nós (SC) estamos no litoral e a área de estaleiros, construção de plataformas, está sendo muito pouco explorada.”

Média indústria, Planalto Serrano

“SC já tem a cultura de cooperativas. Isso tem que ser estimulado: o pequeno e o médio se juntarem em cooperativas para poder armazenar e vender de forma cooperativada. Isso é um cuidado que se tem que tomar para evitar que as pequenas e médias fiquem totalmente dependentes dos grandes compradores.”

Média indústria, Grande Florianópolis

Quali – Percepção de novas oportunidades e novas vocações requeridas

- 1 - Tecnologia
 - » SC já detectou e já se apropriou dessa oportunidade, inclusive exportando tecnologia
 - É preciso consolidá-la → Indústria da informação

 - 2 - Novas fontes de energia
 - » Ampliação e redistribuição da importância das fontes dentro da matriz energética
 - » Mercado de créditos de carbono

 - 3 - Cultura

 - 4 - Serviços

 - 5 - Setor naval
 - » Desdobramento natural da vocação portuária
 - » Elevado investimento já em curso no estado
 - Requer urgência na educação / formação profissional para aproveitamento das oportunidades de emprego

 - 6 - Exploração da camada pré-sal
 - » Setores de apoio (tecnologia e serviços: serviços portuários, estaleiros, equipamentos, formação de mão de obra adequada)
 - » SC não pode ficar de fora

 - 7 - Infraestrutura portuária (entreposto portuário, logística)
 - » Ir além do básico, dos portos
 - » Transporte de cabotagem
- ❖ É preciso, no entanto, manter e ampliar a diversificação, para garantir receitas ao estado

Crises setoriais têm menos impacto negativo numa economia diversificada

“A gente sabe que a área de serviços tende a aumentar a sua participação no PIB, na geração de riquezas do estado. O pré-sal é uma oportunidade. O estado já está se movimentando para atrair investimentos nessa área.”

Grande indústria, Joinville

“Essa indústria de alta tecnologia que está surgindo na região da Grande Florianópolis é que vai puxar o progresso.”

Média indústria, Planalto Serrano

“Eu não vejo o estado com indústria muito pesada, acho que não é nossa vocação. Nós vamos ficar em indústrias talvez mais de tecnologia. A gente ouve falar muito na área de informática e parece que aqui no estado existem alguns nichos de excelência.”

Média indústria, Vale do Itajaí

“Uma das grandes apostas é o estímulo a outras fontes energéticas. [...] O governo pode. [...] Aquilo que você faz em benefício ao meio ambiente pode virar um crédito. Não é só crédito de carbono no mercado internacional, vira crédito de repente no próprio estado. Temos que estimular isso através de pequenos incentivos.”

Média indústria, Grande Florianópolis

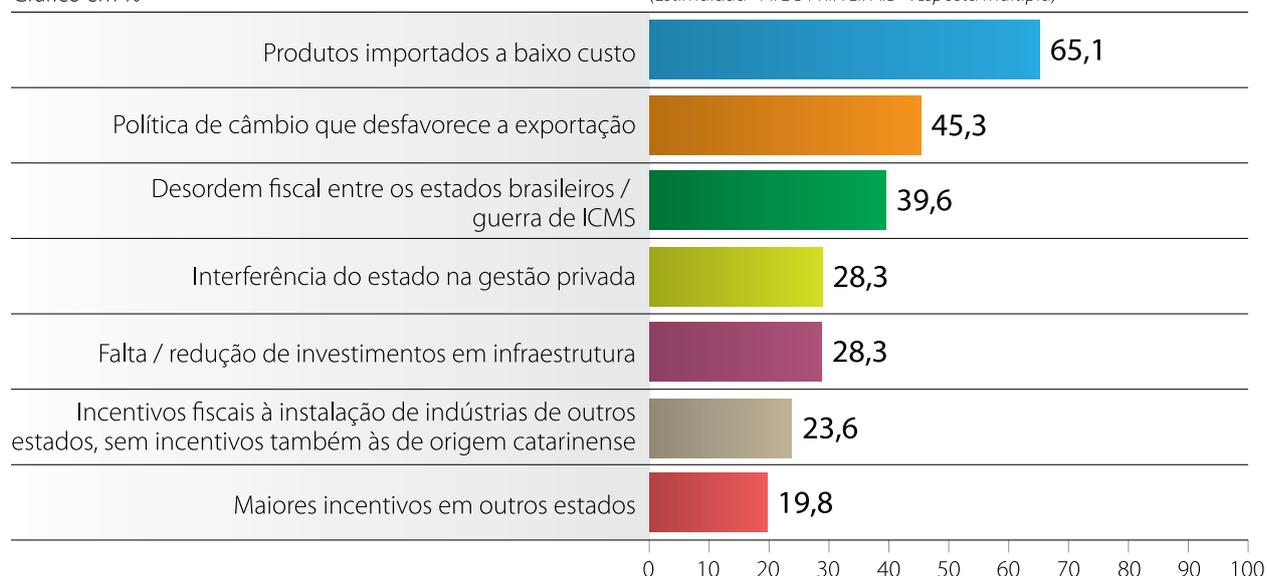
3.4 Ameaças à indústria catarinense

Principais citações

Q12 - Por outro lado, onde o(a) sr(a) vê as principais ameaças às indústrias de SC?

(Estimulada - ATÉ 3 PRINCIPAIS - resposta múltipla)

Gráfico em %



Resposta múltipla, total superior a 100%

Base: 106 empresas

Período de coleta: março-abril/2010

Fonte: Instituto MAPA

A concorrência de produtos importados de baixo custo – principalmente chineses – é vista hoje como a principal ameaça à indústria catarinense. Em parte, resultado da política de câmbio que tanto favorece essa importação quanto desfavorece a exportação. A chamada ‘guerra de ICMS’ entre os estados no país é vista como a terceira principal ameaça.

Quali – Percepções de ameaças à indústria catarinense

- Similares aos demais estados do Brasil:
 - » Internas –
 - Falta de competitividade (Custo Brasil)
 - ✦ Tributos, legislação, políticas cambiais e de juros
 - ✦ Má gestão administrativa do estado, corrupção, sonegação
 - Apoio maior de outros estados à instalação de indústrias
 - Crescente estatização de alguns setores
 - ✦ Ampliação da participação do governo no sistema produtivo
 - » Externas –
 - Falta de competitividade dos produtos brasileiros
 - ✦ Principalmente setores têxtil e cerâmico
 - No exterior:
 - ✦ Custo inferior de mão de obra
 - ✦ Carga tributária menor
 - ✦ Política cambial mais favorável a exportações e menos a importações
- Exemplo mais gritante e preocupante: China

“Temos que cuidar com interferências do estado na gestão privada, como aconteceu com o salário mínimo regional. [...] Isso não ajuda, não gera emprego, não gera renda. Pelo contrário, isso desestimula investimentos.”

Grande indústria, Joinville

“Acabou se criando no estado a ‘indústria das tradings’, que gera imposto para o governo, mas foi esquecido que é a indústria produtiva que gera emprego e que gera o imposto. O investidor (da trading) não arrisca nada, não compra um metro de terra, não constrói, não faz nada, só importa. [...] E nós investidores (industriais) é que ficamos com o risco e não temos o incentivo.”

Grande indústria, Vale do Itajaí

“O governo de SC prejudicou muito a indústria através desses programas de incentivo fiscal para importação. Esse tal de Pró-emprego. Se analisarem profundamente ele não gera nada. Só gera prejuízo para as indústrias estabelecidas em SC.”

Média indústria, Planalto Serrano

“Uma Hering, uma Marisol, uma Malwee, Lunender, enfim, hoje só essas fábricas dão mais de “n” mil empregos no Norte e Nordeste. Saíram do estado e foram buscar incentivos lá. E fábricas belas, maravilhosas, modernas. Por quê? Primeiro, que não tem mão de obra aqui; segundo, incentivos.”

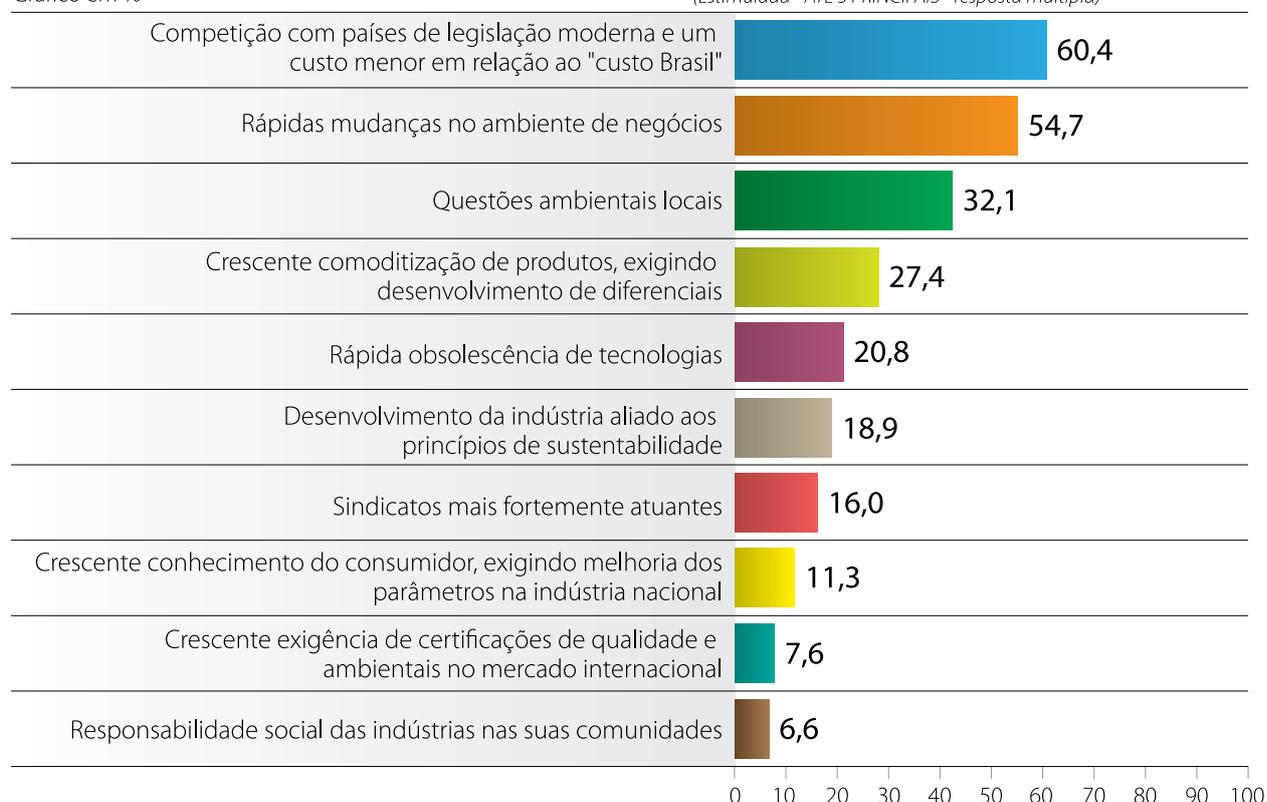
Grande indústria, Vale do Itajaí

3.5 Principais desafios à indústria catarinense

Principais citações

Q13 - Na sua opinião, quais são os principais desafios que a indústria de modo geral enfrenta, no momento?
(Estimulada - ATÉ 3 PRINCIPAIS - resposta múltipla)

Gráfico em %



Resposta múltipla, total superior a 100%

Base: 106 empresas

Período de coleta: março-abril/2010

Fonte: Instituto MAPA

Vencer a concorrência internacional de menor custo de produção é o principal desafio, no momento, seguido das rápidas mudanças que caracterizam o ambiente de negócios da atualidade. Um em cada três empresários apontam ainda as questões ambientais locais.

Quali – Percepções de mudanças e grandes desafios no ambiente de negócios

- Mudanças rápidas / maior dinamismo
 - » Paradigmas, consumo, demandas
- Globalização
 - » Competição com países com legislação mais moderna e menores custos de produção (Custo Brasil)
 - » Necessidade de conhecer e acompanhar rapidamente tudo que há de novo no mercado internacional
 - » Formação de grandes conglomerados em nível mundial
 - Concorrência mais difícil com 'gigantes'
 - Indústria refém de poucos fornecedores

- A questão do desenvolvimento sustentável e as questões socio-ambientais
 - » Vista como problema / desafio para alguns
 - » Já incorporada como caminho inevitável de desenvolvimento para outros
- Tendência à estatização em alguns setores (exemplo: petroquímico - Petrobras)
- Área sindical mais atuante / atuação mais agressiva
- Vencer a letargia do estado em agir como parceiro e condutor de processos para vencer desafios e para apropriar-se das novas oportunidades de crescimento

“A gente vê hoje que em muitas áreas eles não podem mais pensar como um produtor nacional, têm que pensar já como um produtor mundial que sofre a concorrência do mundo inteiro.”

Média indústria, Vale do Itajaí

“[...] Uma porção de regras com respeito à sustentabilidade e o seu concorrente, em outro lugar, não obedece regra nenhuma.”

Média indústria, Vale do Itajaí

“Falta incentivo por quê? Por que eu não consigo competir no salário com a China; não consigo competir nos impostos com a China. Só que a matéria-prima, o preço é igual no mundo. Se o governo federal abrisse mão um pouquinho do imposto dele, o estadual um pouquinho do imposto dele, olha quanta coisa a gente ia fazer com o social, só com esse montinho ali! [...] Falta vontade política.”

Grande indústria, Vale do Itajaí

“É essa questão de a gente buscar esses padrões internacionais de eficiência.”

Grande indústria, Sul

“Um desafio que eu vejo é: hoje em dia você tem o mundo globalizado, então você vai criar uma coisa aqui e aquilo já está disseminado pelo Brasil, pelo mundo e você vai ter que buscar o nicho correto para poder desenvolver o seu produto, a sua empresa, para conseguir alcançar o que você pretende. A gente procura hoje achar nichos para poder trabalhar. Você também não pode ser uma empresa que faz sempre a mesma coisa, você tem que procurar diferenciar, dizer “não, eu quero fazer aquela técnica”, “ah, mas eu não conheço”, mas vou ter que ir atrás, ter que procurar tecnologia, investir em equipamento, em mão de obra, para poder qualificar, para poder fazer uma coisa a mais. [...] Como desafio, é aquela questão da reinvenção.”

Pequena indústria, Planalto Serrano

“O desafio, na verdade, é a velocidade da informação, isso aí é o principal fator hoje, é você estar acompanhando o que está ocorrendo no mundo.”

Média indústria, Planalto Serrano

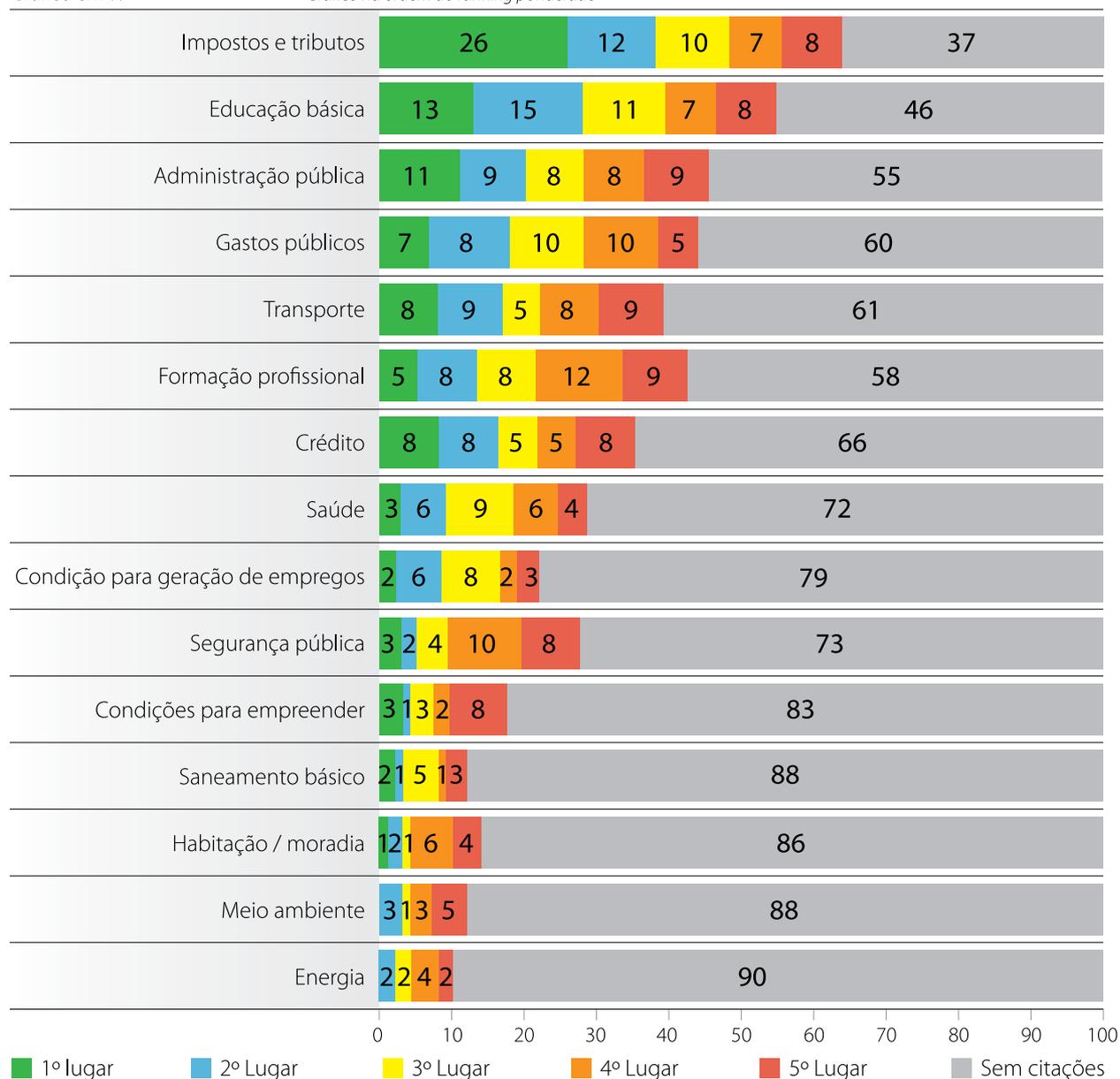
4 – Prioridades para ação dos governos, visando o desenvolvimento de Santa Catarina

4.1 Ranking de prioridades testadas na pesquisa

Principais citações

Q16 - Coloque estas 16 áreas numa ordem de importância para o desenvolvimento de SC. Para isto, indique qual dessas áreas, na sua opinião, é a mais importante em 1º. lugar? // E qual o(a) sr(a) colocaria em 2º. lugar? // E em 3º. lugar? // E em 4º. lugar? // E em 5º.? (Itens estimulados - resposta única por item e por colocação)
Gráfico na ordem do ranking ponderado

Gráfico em %



Telecomunicações não teve citações na 1ª, 2ª, e 3ª. colocações e 97% dos respondentes não citaram este item como um dos 5 mais importantes.

Base: 106 empresas

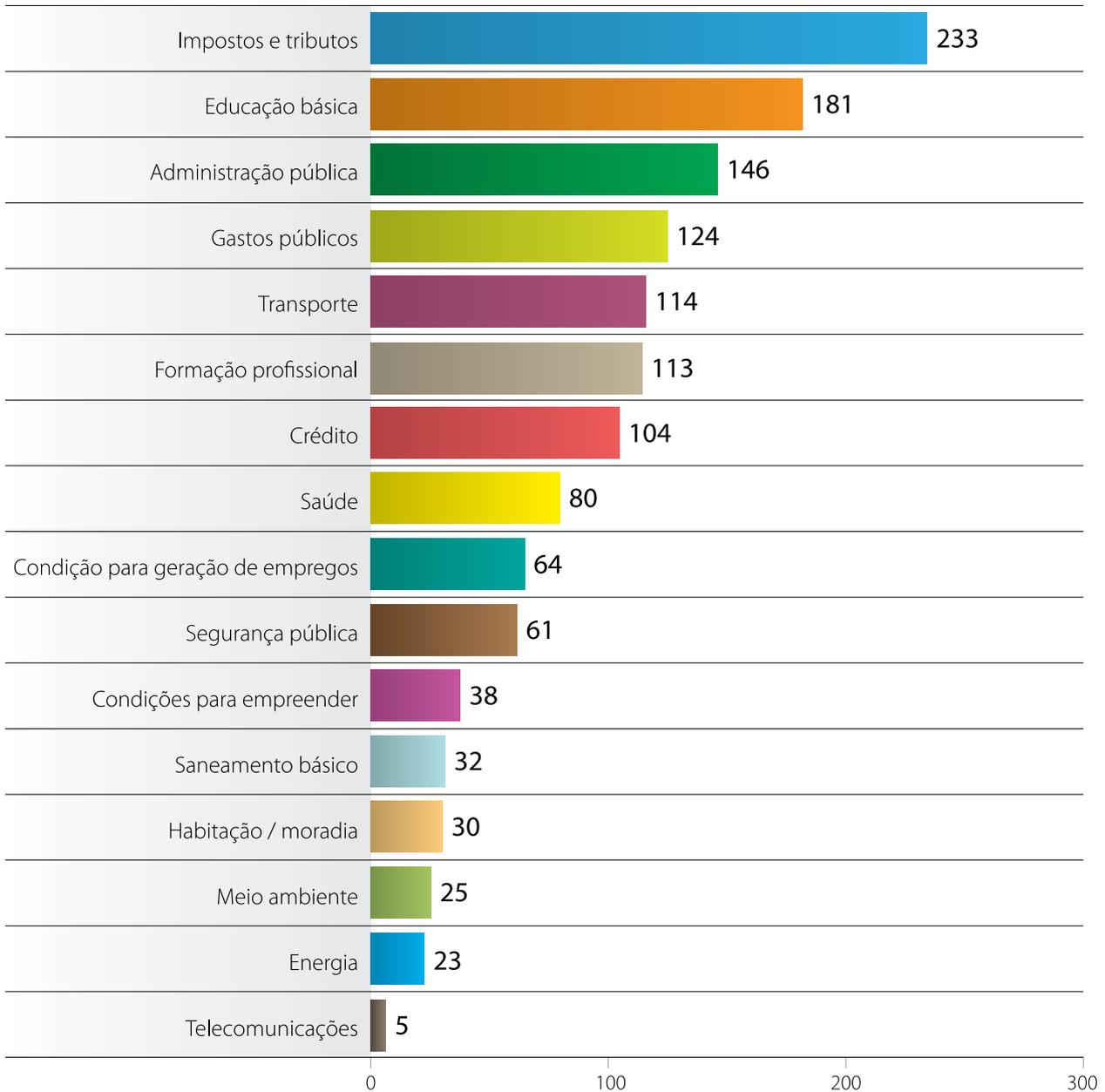
Período de coleta: março-abril/2010

Fonte: Instituto MAPA

Industriais priorizam seus interesses: impostos e tributos são a área mais citada como prioridade de ação do governo para o desenvolvimento de SC, entre 16 testadas. Na sequência são elencadas educação básica e eficiência na administração pública.

Ranking e pontuação das prioridades para ação do governo, segundo a percepção das empresas, a partir das 5 maiores prioridades citadas

Os números desta escala representam apenas pontos a partir do ranking feito pelos respondentes da pesquisa

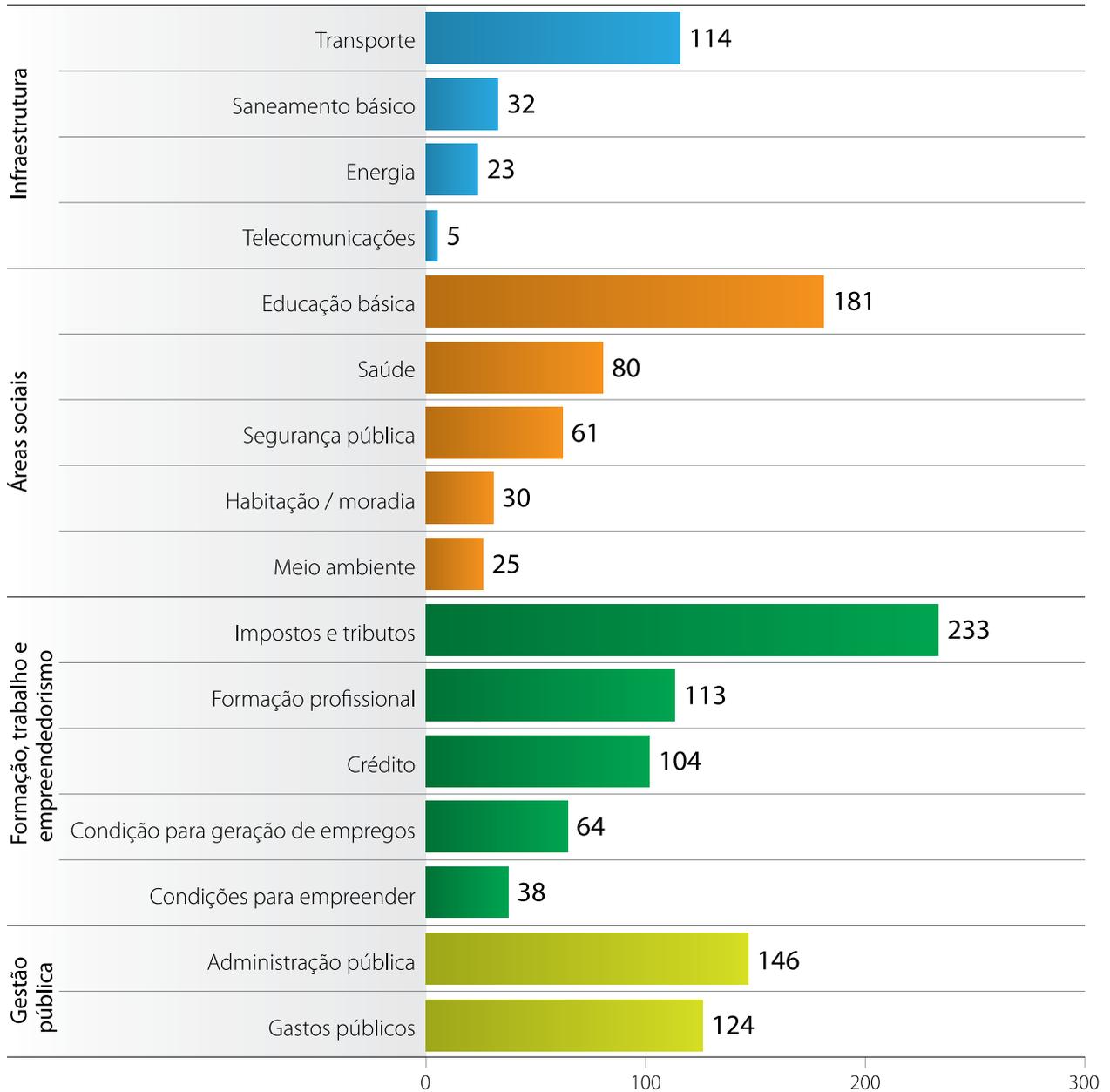


Base: 106 empresas
Período de coleta: março-abril/2010
Fonte: Instituto MAPA

O gráfico acima indica o número de pontos obtido em cada item, a partir da frequência de citações a cada colocação (1º ao 5º lugar) e da não citação como um dos 5 itens mais importantes. Telecomunicações, em último lugar, pode estar mais associado como atribuição da iniciativa privada e de performance atual satisfatória.

Ranking ponderado das prioridades para ação do governo, segundo a percepção das empresas, a partir das 5 maiores prioridades citadas

Os números desta escala representam apenas pontos a partir do ranking feito pelos respondentes da pesquisa



Base: 106 empresas

Período de coleta: março-abril/2010

Fonte: Instituto MAPA

A melhoria dos aspectos de gestão pública é prioridade, inclusive acima dos itens de infraestrutura e da maioria dos da área social. Segundo os industriais, na área de infraestrutura a prioridade é o transporte. Nas áreas sociais, a educação básica. Dentro do contexto de formação, trabalho e empreendedorismo, é crucial tratar a questão de impostos e tributos, item prioritário entre todos.

4.2 Outras prioridades elencadas pelos empresários

Q17 - O(a) sr(a) acha importante incluir outras áreas prioritárias na lista acima?

(Espontânea - resposta múltipla)

Apenas seis empresários citaram outras áreas:

Porte da empresa que fez a citação	Áreas citadas
Pequena	Inovação, tecnologia
Pequena	Simplificação do sistema tributário
Média	Planejamento urbano / Reforma do Judiciário / Reforma eleitoral (mudanças na representação e no número de representantes nos Legislativos)
Média	Combate à corrupção
Grande	Incentivo à busca de autossuficiência na produção de grãos
Grande	Combate à corrupção e à sonegação

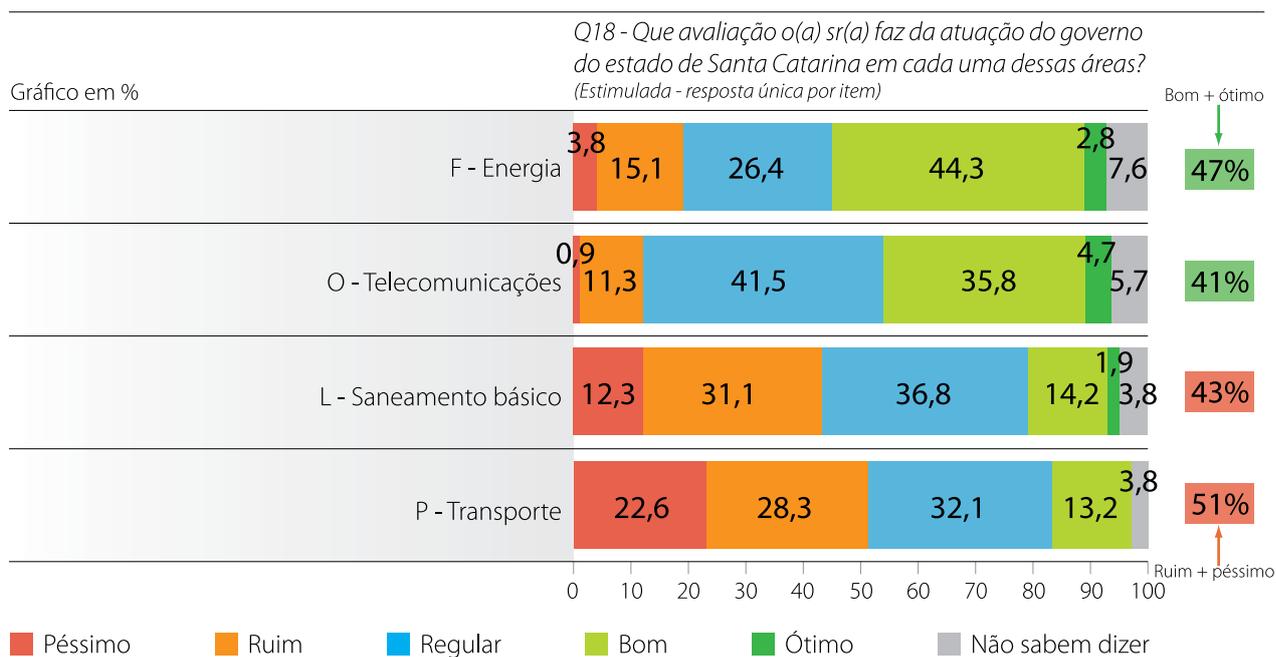
5 – Avaliação de desempenho do governo estadual

Quali – Formas de avaliar e monitorar o governo

- Voto
- Câmaras Municipais
- Entidades de classe
 - » devem cobrar
 - » devem ter assento no governo e poder de fiscalização
 - » mecanismos e ferramentas de avaliação da gestão pública
 - » criar prêmios para exemplos de boa gestão pública em vários setores e instâncias
- Proximidade com vistas à avaliação e à prestação de contas
 - » Prestações de contas mais práticas e profissionais, menos políticas
- Mídia
 - » divulgação do próprio governo e da mídia por sua própria iniciativa
- Como forma inicial de avaliar o governo estadual, esta pesquisa introduziu a questão solicitando aos empresários e população respondente a avaliação do atual governo estadual* com relação aos mesmos 16 itens que foram solicitados a colocar em ordem de importância para a atuação do governo.

* Devido à época da pesquisa, os resultados de avaliação refletem tipicamente a atuação do Governador Luiz Henrique da Silveira.

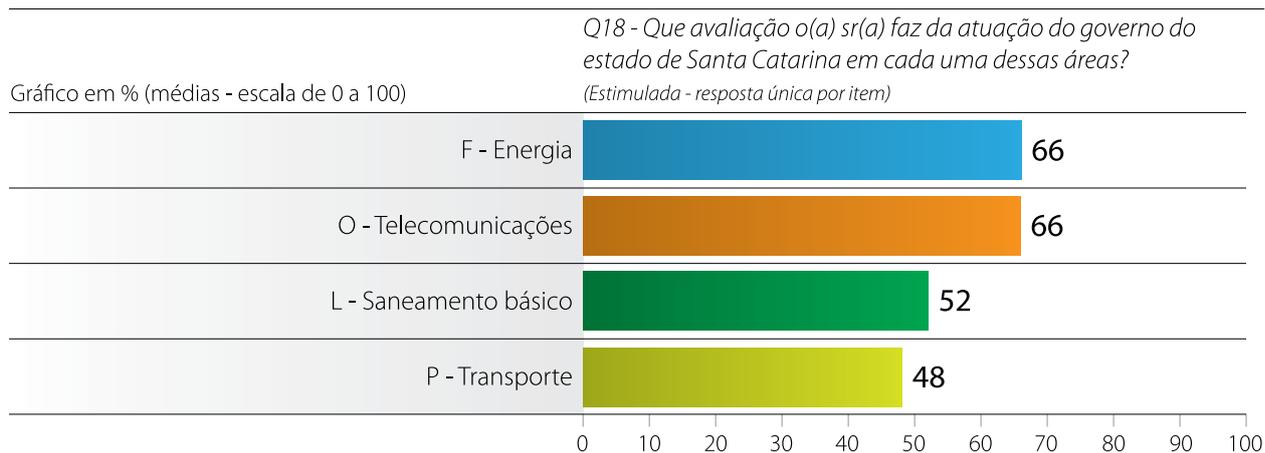
5.1 Infraestrutura



Base: 106 empresas
 Período de coleta: março-abril/2010
 Fonte: Instituto MAPA

Aos olhos dos industriais, nas áreas relacionadas à infraestrutura o governo está tendo desempenho regular em energia e telecomunicações.

Mas está apresentando mau desempenho em saneamento básico e principalmente transportes.

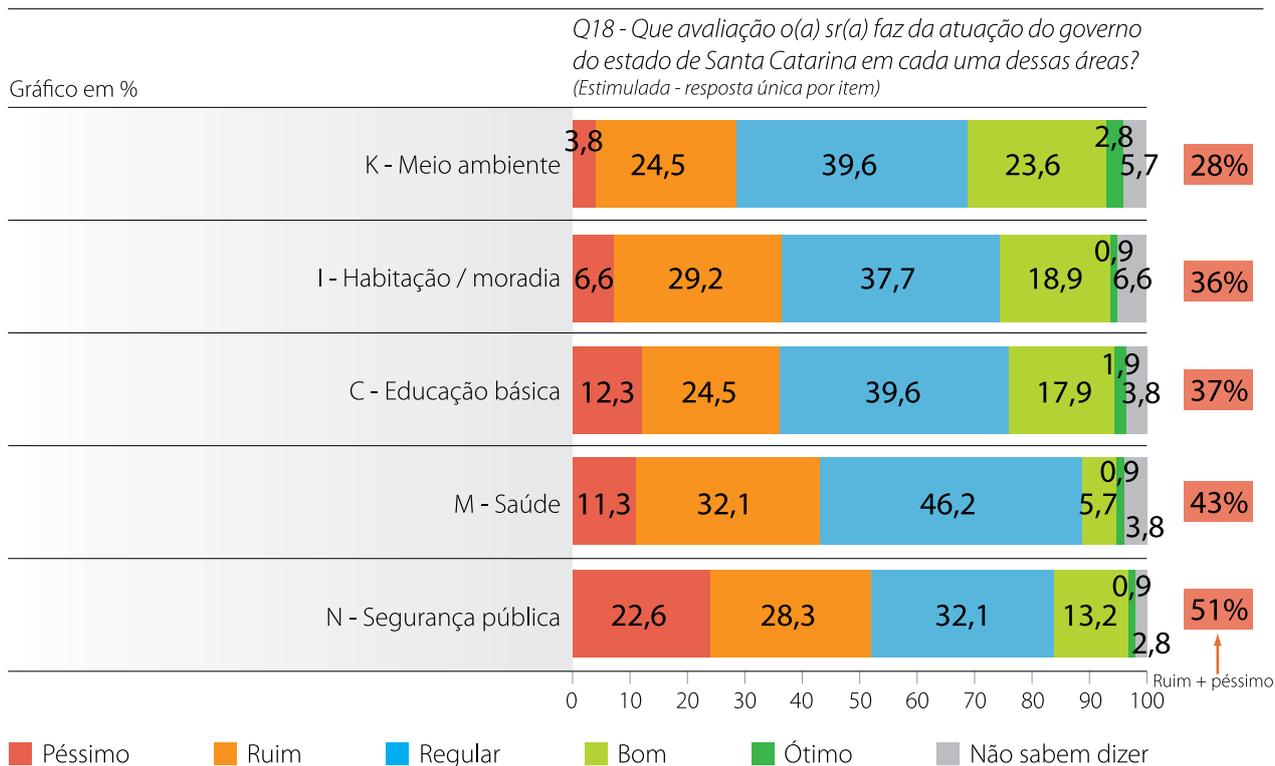


Base: 106 empresas
 Período de coleta: março-abril/2010
 Fonte: Instituto MAPA

Aos olhos dos industriais, nas áreas relacionadas à infraestrutura o governo está tendo desempenho regular em energia e telecomunicações.

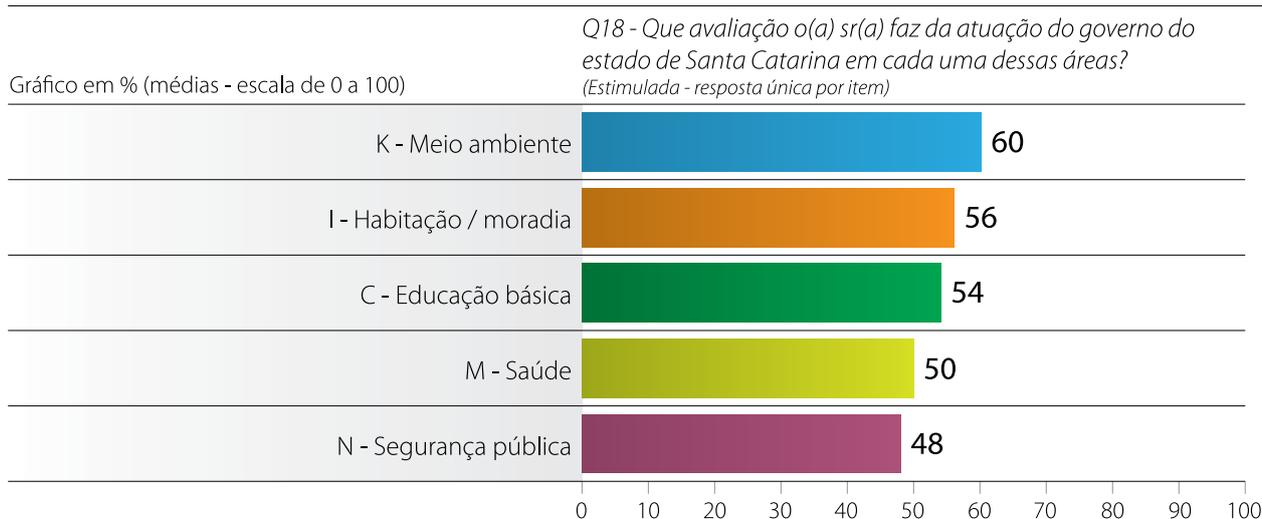
Mas está apresentando mau desempenho em saneamento básico e principalmente transportes.

5.2 Áreas sociais



Base: 106 empresas
 Período de coleta: março-abril/2010
 Fonte: Instituto MAPA

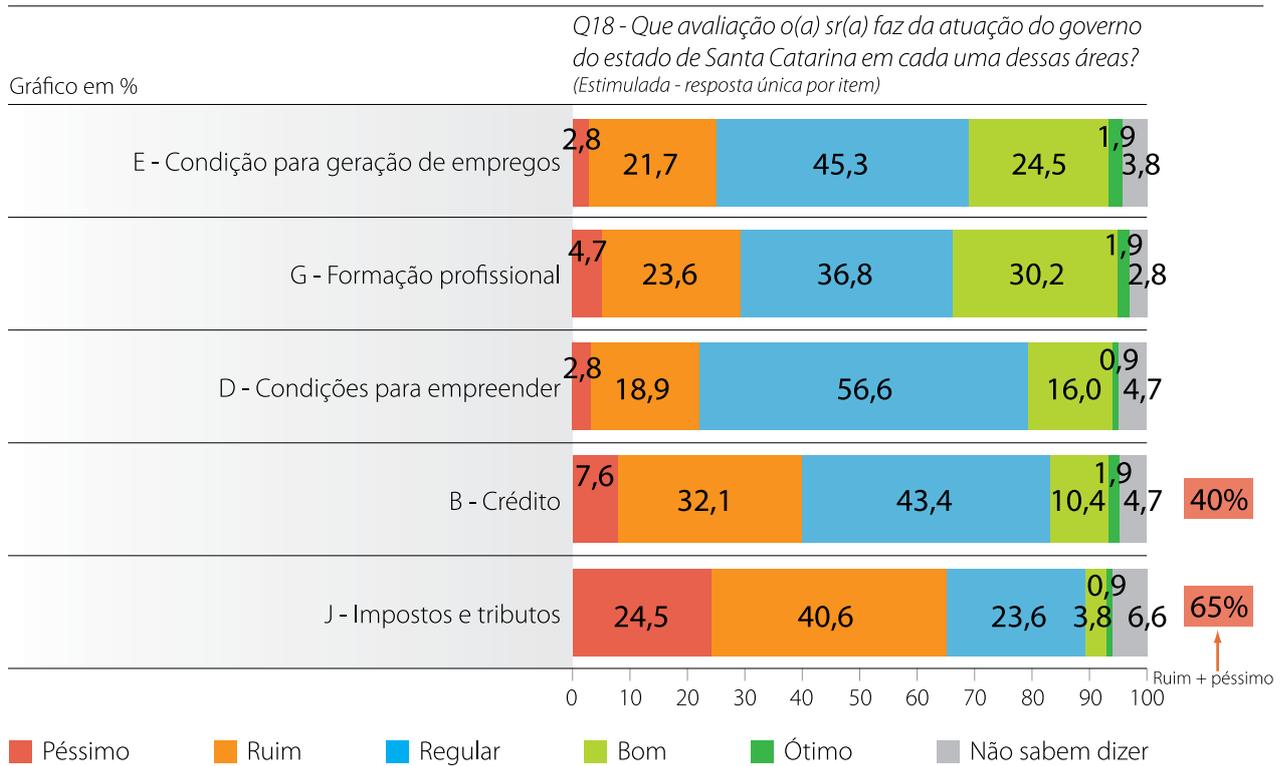
Nas áreas sociais, o governo é alvo de avaliação regular no quesito meio ambiente e vai piorando nos itens mais básicos à população, sendo o mais crítico o de segurança pública.



Base: 106 empresas
 Período de coleta: março-abril/2010
 Fonte: Instituto MAPA

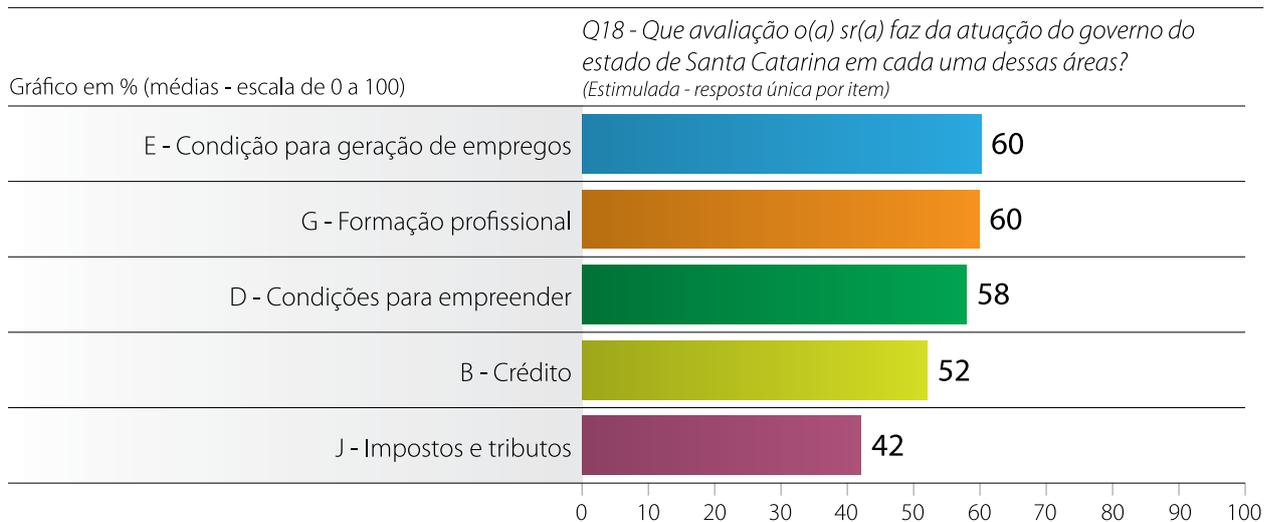
Nas áreas sociais, o governo é alvo de avaliação regular no quesito meio ambiente e vai piorando nos itens mais básicos à população, sendo o mais crítico o de segurança pública.

5.3 Formação, trabalho e empreendedorismo



Base: 106 empresas
Período de coleta: março-abril/2010
Fonte: Instituto MAPA

Nos itens referentes às condições para se empreender no estado, o governo tem desempenho regular nas áreas de emprego, formação profissional e condições para ser empreendedor propriamente. Mas seu desempenho cai ainda mais no que se refere ao crédito e é considerado pior em impostos e tributos.

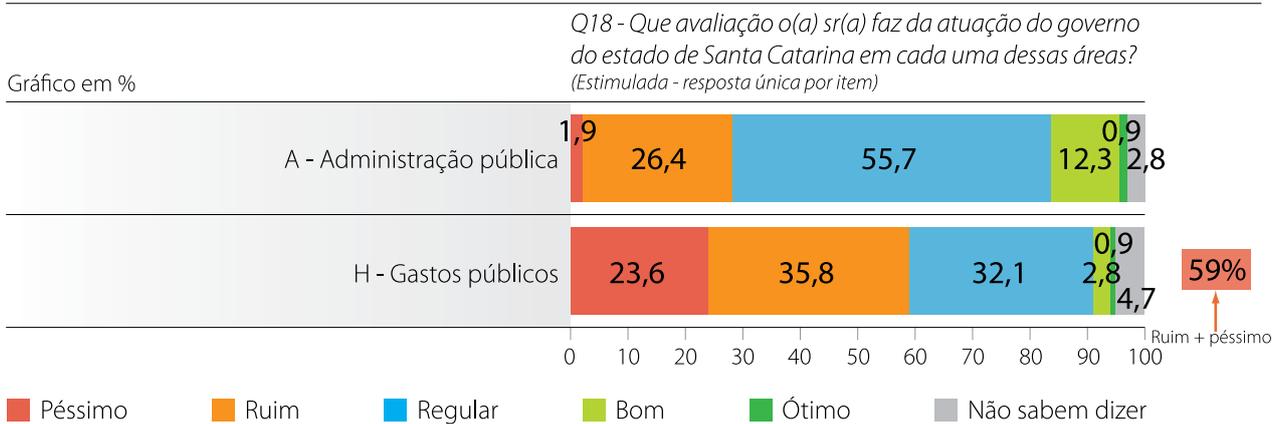


Base: 106 empresas
Período de coleta: março-abril/2010
Fonte: Instituto MAPA

Nos itens referentes às condições para se empreender no es-

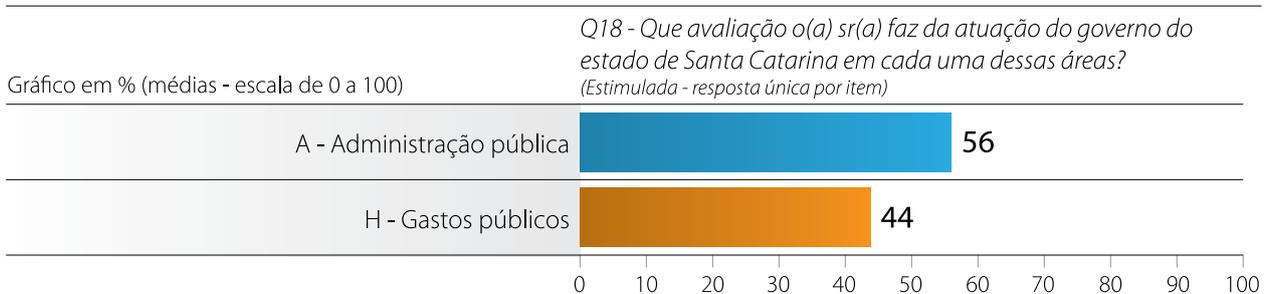
tado, o governo tem desempenho regular nas áreas de emprego, formação profissional e condições para ser empreendedor propriamente. Mas seu desempenho cai ainda mais no que se refere ao crédito e é considerado pior em impostos e tributos.

5.4 Gestão pública



Base: 106 empresas
Período de coleta: março-abril/2010
Fonte: Instituto MAPA

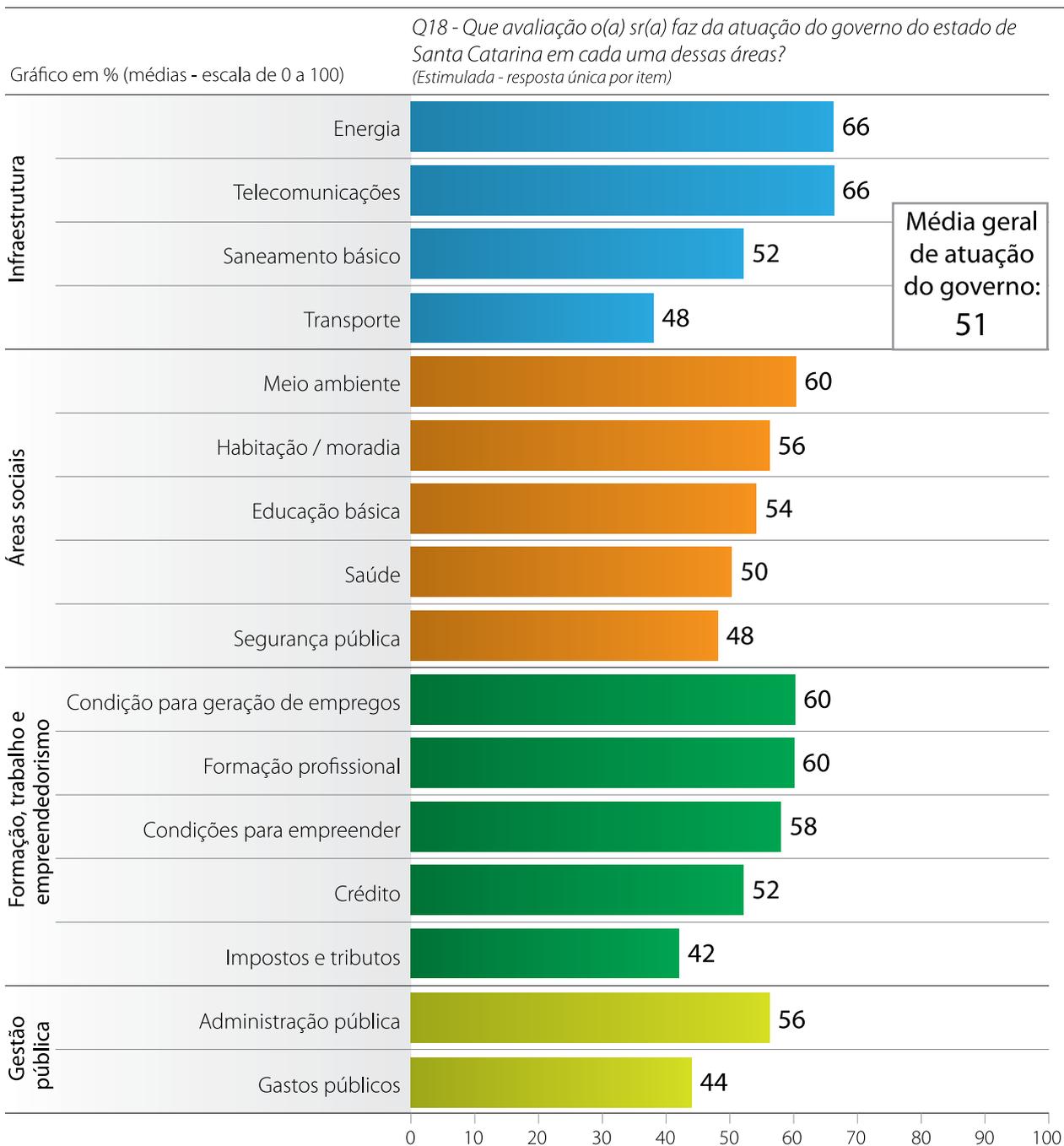
A gestão pública de SC é alvo de avaliação entre regular e ruim, sendo pior avaliada nos seus gastos.



Base: 106 empresas
Período de coleta: março-abril/2010
Fonte: Instituto MAPA

A gestão pública de SC é alvo de avaliação entre regular e ruim, sendo pior avaliada nos seus gastos.

5.5 RESUMO



Base: 106 empresas
Período de coleta: março-abril/2010
Fonte: Instituto MAPA

O ranking de prioridades para ações do governo reflete em parte as avaliações feitas: impostos e tributos, educação básica, administração pública, gastos públicos e transporte (os mais prioritários para ação, pela ordem) estão entre os itens menos bem avaliados.

Quali – A administração pública

- Infraestrutura administrativa
 - » Executivo e órgãos mistos – lentidão nas respostas/ ações/ processos, excesso de burocracia
 - » Legislativo – parcialidade na legislação/ favorecimentos pequenas e médias empresas “esquecidas” nos projetos de incentivos regionais/ locais
 - » Judiciário – lento/ emperrado atravança/ prejudica o desenvolvimento
- Burocracia
 - » Demora nas licenças/ processos
 - » Falta de legislação clara e mais específica
 - » Falta de definição clara das jurisdições, especialmente no que se refere ao meio ambiente
- Gestão do poder público
 - » Ineficiente
 - » Repercute diretamente nos custos da iniciativa privada (educação, saúde, segurança)
 - » Elevados gastos para montar “a máquina”



Necessidade de padrões empresarias de administração

- Transparência / comunicação:
 - » Existe parcialidade na comunicação
 - Governo prioriza o marketing político. Muito marketing e pouca ação. Minimiza a prestação de contas e as informações em si
 - » Comunicação é vista pelos empresários como marketing
 - » O empresariado não tem como referência (por não ser usual) e, portanto, não tem como expectativa a informação de prestação de contas (fora do seu alcance, não que não queira)

Tudo isso tem levado à falta de credibilidade



- Como / o que o governo deve divulgar
 - » Serviços/ ações, prestação de contas e não “palanque”
- Reforma política deverá abranger também a transparência na comunicação com a sociedade

QUALI – A forma de administrar o estado

- Avaliação da situação atual
 - » Avaliação regular, tendendo a positiva
 - » Alguns empresários manifestam certa condescendência ‘com a máquina’
 - » Descentralização
 - Formato novo, recém-implantado no estado
 - Ideia, em princípio, vista como positiva
 - Resultados ainda não são visíveis. Precisa fazer funcionar efetivamente e com a figura pública do governador/ equipe
 - » Falta ação / coragem / determinação
- Expectativas
 - » Governar com parâmetros empresariais – metas, avaliação, competências
 - » Controle de gastos públicos / administração eficiente
 - » Formação de equipe competente
 - » E saber se comunicar com a população

“O Estado brasileiro, seja na esfera municipal, estadual ou federal; Executivo Legislativo ou Judiciário, não funciona bem. É uma máquina inchada, cobra muito da sociedade e devolve pouca qualidade de serviço.”

Grande indústria, Joinville

“A não ação (na área de infraestrutura de transportes e logística) acarreta aumento dos custos das mercadorias, tornando-as menos competitivas em outros mercados.”

Grande indústria, Grande Florianópolis

“Um governo inteligente tem que investir, não adianta só correr atrás. Infelizmente no Brasil há esse mau hábito de sempre correr atrás. Às vezes, nem correr atrás, deixar acontecer e ir ajeitando para ver como é que fica.”

Grande indústria, Vale do Itajaí

6 – Ações esperadas do governo – Bases para a construção de uma agenda de ações –

Insights da etapa qualitativa da pesquisa

Quali – Áreas / setores onde o governo deve investir

- Apoio às áreas / setores que representam novas vocações e às novas oportunidades a serem exploradas:
 - » Tecnologia, setor naval, exploração do pré-sal etc.
- Apoio às áreas que representam as vocações tradicionais mas ainda potencialmente rentáveis (até para torná-las assim):
 - » Turismo, cultura,
 - » Indústria (ampliação dos polos industriais típicos para as cidades circunvizinhas = interiorização do desenvolvimento)
 - » Pesca (profissionalizar para ganhar mercados)
 - » Entendimento e criação de planos inovativos visando setores estagnados ou em involução
- EDUCAÇÃO
 - » Formação básica e superior de qualidade
 - » Acesso
 - » Formação profissionalizante moderna, de ponta, contemplando também as vocações do estado e as necessidades do mercado empregador
- EXPORTAÇÃO
 - » Inclusive de tecnologia

Quali – Como base para planejamento de um desenvolvimento sustentável

- Programas de incentivos à redução da poluição ambiental e a ações de sustentabilidade na produção
 - » Redução de impostos
 - » Compensações a investimentos na redução de poluição
- Mapeamento do que a indústria privada vem fazendo em prol do desenvolvimento sustentável para disseminação de conhecimento, práticas e incentivos
- Estimular a criação de cadeias produtivas no estado, com base na identificação das vocações, concedendo benefícios tributários dentro da cadeia

Quali – Em infraestrutura - TRANSPORTES

► Para escoamento da produção / comercialização / negócios –

- Rodovias
 - » Duplicar BR-101 Sul, Rodovia do Vale, SC-280 e SC-470
 - » Modificar traçados de estradas importantes (mesmo duplicadas), que atravessam cidades
 - » Aumentar a segurança nas rodovias (assaltos noturnos) => restrição de horários de circulação, encarecimento do frete, atrasos nas entregas
- Portos
 - » Ampliação, modernização (todos e implantar o de Imbituba)
 - » Desenvolvimento portuário da Baía da Babitonga (Norte)
 - » Melhorar infraestrutura de todos, inclusive de armazenamento
- Postos de fiscalização
 - » Modernizá-los e torná-los mais ágeis
- Outros modais de transporte
 - » Desenvolver o transporte ferroviário e navegação de cabotagem
 - Ferrovia do Frango (Oeste até os portos)
 - » Intermodalidade de transportes
- Aeroportos
 - » Ampliação e modernização (contatos do exterior x modéstia da porta de entrada no país)
 - » Acessos / localização

► Para a população –

- Novas vias
 - » Abrir novas vias de escoamento rápido nas grandes cidades
 - Ferroviário
 - Metrô de superfície
 - Vias circundando a cidade, sem necessidade de passar pelo centro
 - Mais ligações com o continente (em Florianópolis)
- Melhorar a qualidade do transporte público atual, incentivando seu uso em detrimento dos veículos individuais no dia a dia
- Campanhas de sustentabilidade
 - » Conscientização sobre o uso abusivo dos veículos

Quali – Em infraestrutura – MATRIZ ENERGÉTICA

- Fontes
 - » Investir na substituição de fontes e processos poluentes (ex.: carvão mineral) em programas de longo prazo, visando o desenvolvimento das regiões atualmente produtoras de carvão
 - Exemplo: energia eólica (ainda que cara) – Laguna, Água Doce, Bom Jardim da Serra, Alto do Quiriri etc.
 - » Acompanhar novas alternativas em estudos e desenvolvimento no país e no exterior
 - » Incentivar o desenvolvimento da produção de energia a partir de biocombustíveis e queima de produtos renováveis e de descartes
- Pequenos geradores
 - » Apoiar as pequenas indústrias de geração de energia hidrelétrica
 - Opções limpas em relação àquelas ligadas à extração de carvão
 - Melhoram a qualidade da energia de modo geral (fornecedores ao longo das redes)
- Equilíbrio
 - » Equilibrar as novas alternativas com o interesse econômico por trás das fontes em uso (carvão, petróleo)
- Situação atual satisfatória: atende a demanda, mas com quedas em horários de pico
 - » Receio do futuro próximo

Quali – Em PESQUISA & DESENVOLVIMENTO

- Governo deve investir mais -
 - » Empresas devem realizar parcerias com universidades (principais polos tecnológicos).
 - » Incentivar mais para não tornar a indústria do estado obsoleta
 - » Criação ou estímulo à criação de parques tecnológicos
 - Não existe nada por parte do governo estadual
 - Poderia estimular o Sapiens Parque
- Apoiar/ incentivar P&D na iniciativa privada
 - » Menor burocracia e mais agilidade para a concessão de linhas de crédito do BNDES e outras

Quali – Mecanismos de ACESSO AO CRÉDITO

- Objetivos: desenvolvimento, crescimento via recursos do governo ou bancários (na forma de crédito, não de doações ou mero subsídio)
 - » Captar dinheiro para a empresa se desenvolver sem uso de recursos próprios

- » Mais linhas de crédito / programas para investimentos
- Expectativas / demandas da indústria:
 - » Juros devem ser reduzidos / crédito deve ter menor custo
 - Atualmente é muito elevado
 - » Linhas de crédito de mais longo prazo, que possibilitem equilíbrio do fluxo de caixa
 - » Oferta e estímulo à oferta de microcrédito
 - » Criação de um fundo de desenvolvimento com recursos do retorno das próprias empresas às quais já tenha sido concedido algum empréstimo
 - » Desburocratização do acesso, principalmente para as micro e pequenas empresas
 - Redução da burocracia e do excesso de garantias exigidas
 - Mas o governo deve ser seletivo de alguma forma, não concedendo as mesmas facilidades a todos e sempre exigindo o retorno
 - Governo estadual só incentiva por meio de parcelamento do ICMS
 - Governo federal vem atuando via BNDES – pós-crise
- Sistema bancário a serviço do sistema produtivo e não o contrário

Quali – Em REFORMA TRABALHISTA

- Vista como obrigatória
 - » Carga tributária elevada
 - » Indústrias reféns de sindicatos e entidades
- Mudança necessária também no âmbito do funcionalismo público
 - » Fazer melhorar a qualidade do serviço público
- Governo não deve interferir na gestão privada
 - » salário mínimo regional
 - » redução da jornada de trabalho
 - desestimulam investimentos
 - não levam à geração de empregos
 - não geram renda para o trabalhador

Quali – Em REFORMA TRIBUTÁRIA E FISCAL

- União e estados devem agir efetivamente para a realização de reforma tributária
 - » Urgente e importante
 - » Imposto único
 - » Acúmulo de impostos não deixa claro quanto vai para o governo. Falta transparência
 - » Os governos perderam a noção da finalidade dos tributos
 - » Reforma evitaria a sonegação

- Desordem federativa
 - » Uma ilusão / falta de compromisso das empresas beneficiadas (quando são de fora, se estabelecem no estado em geral para especulação)
- Reduzir número de impostos
- Não tributar em cascata produtos dentro de uma mesma cadeia produtiva
- Aumentar a fiscalização (pagantes não devem pagar por sonegadores)
- Não conceder subsídios

Desenvolvimento de Santa Catarina na visão da População Economicamente Ativa (PEA)

E O QUE PENSA A POPULAÇÃO CATARINENSE SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO?

Objetivos da pesquisa

Conhecer a visão da **população economicamente** ativa de Santa Catarina sobre as ações necessárias e esperadas dos próximos governos estadual e federal para o desenvolvimento sustentável do estado



Levantar percepções quanto à situação vigente

e às suas demandas e expectativas,

dentro de diversos temas relacionados ao desenvolvimento de SC, especialmente renda, trabalho e qualidade de vida

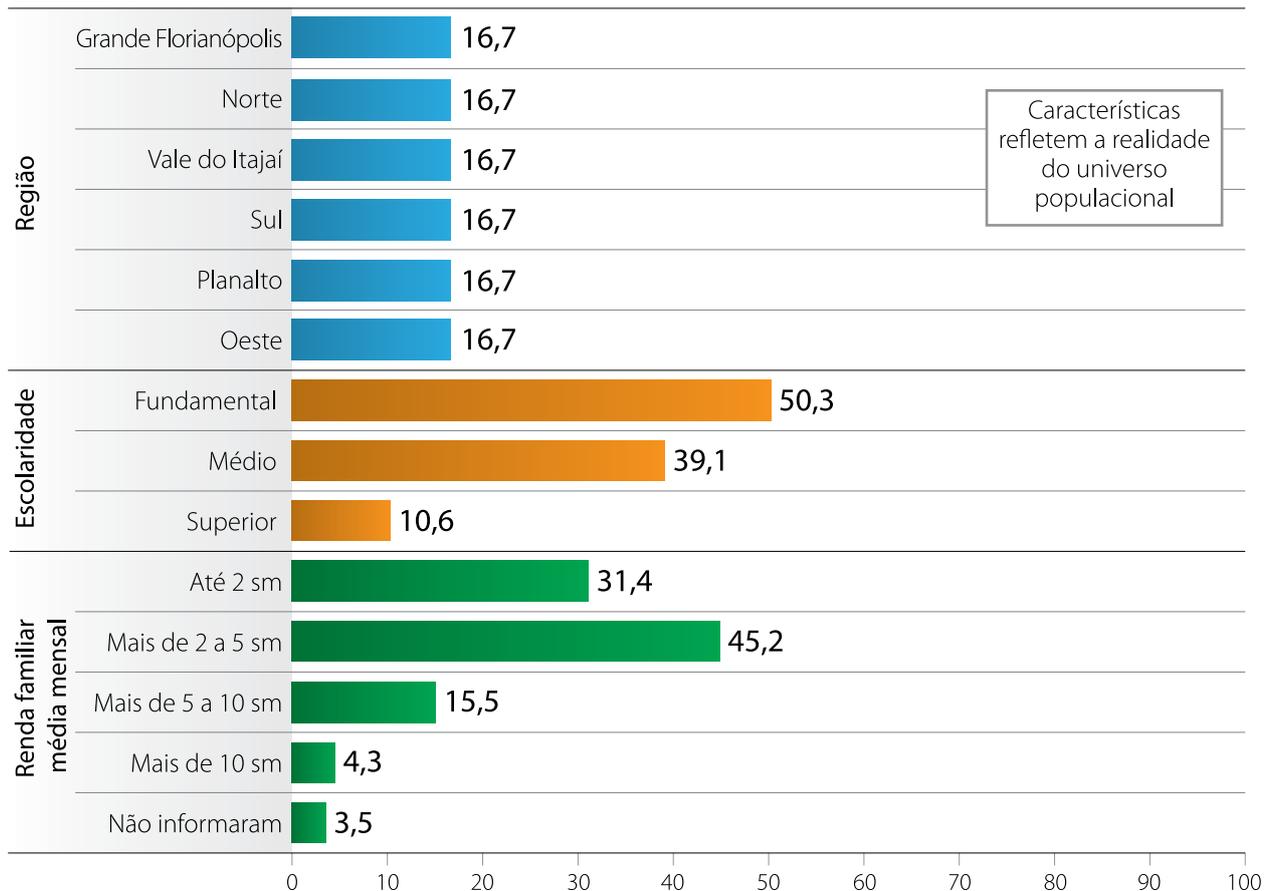
Metodologia

- **Método:** Pesquisa quantitativa, descritiva, por amostragem.
 - » Precedida de oito entrevistas em profundidade como base para questionário
- **Técnica de coleta de dados:** entrevista pessoal, individual, aplicada em locais de fluxo do público objetivado, a partir de abordagem do mesmo ('intercept').
- **Instrumento de coleta de dados:** questionário estruturado, de perguntas fechadas.

- **Universo de público objetivado:** homens e mulheres da **população economicamente ativa (PEA)**, entre 18 e 65 anos de idade, das classes econômicas A, B, C e D, residentes nas cidades selecionadas para a pesquisa e há no mínimo dois anos em SC.
- **Amostra:** 624 casos (entrevistas finais completas válidas), distribuídos nas seis mesorregiões de SC.
- **Seleção da amostra:** não probabilística, estratificada por cotas cruzadas de região do estado, município, gênero, faixa etária e escolaridade, proporcionais à composição da população de Santa Catarina segundo dados do IBGE.
- **Margem de erro amostral máxima:** 3,9 pontos percentuais para os resultados do total do estado, dentro de um intervalo de confiança de 95%.
- **Período de coleta dos dados em campo:** 8 a 16 de abril de 2010.

Características da amostra

Gráfico em %

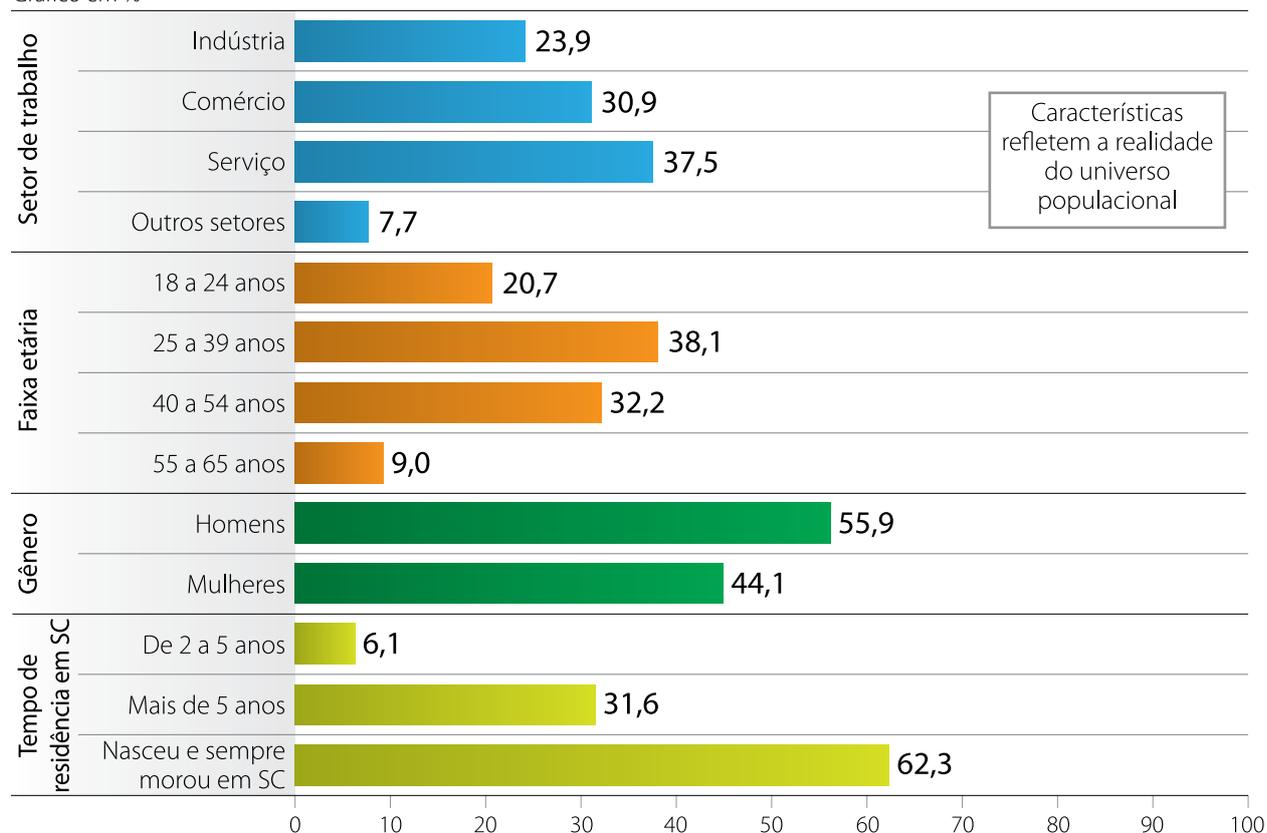


Base: 624 entrevistados
Período de coleta: abril de 2010
Fonte: Instituto MAPA

sm= salários mínimos

Características da amostra

Gráfico em %



Base: 624 entrevistados

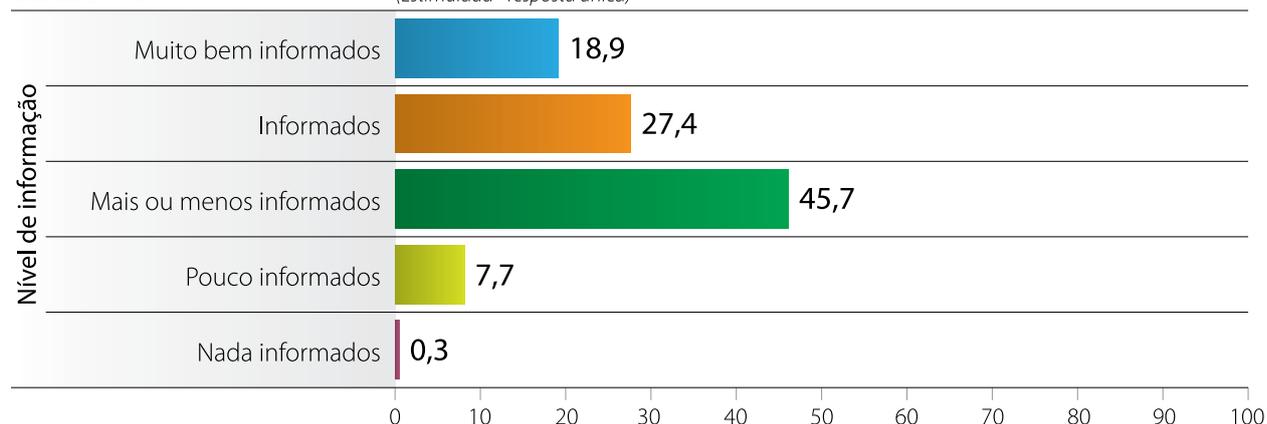
Período de coleta: abril de 2010

Fonte: Instituto MAPA

Características da amostra

Gráfico em %

Q1 - O(a) sr(a) se considera uma pessoa: ...
(Estimulada - resposta única)



Base: 624 entrevistados

Período de coleta: abril de 2010

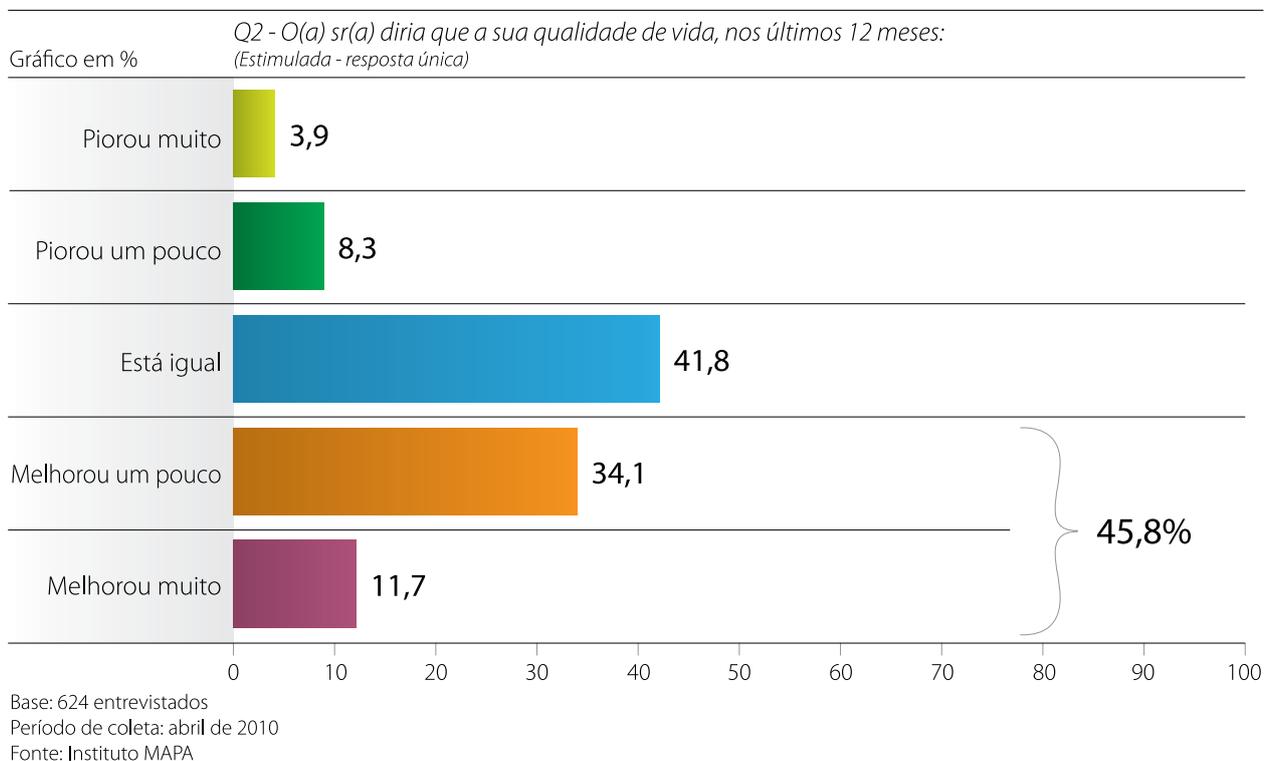
Fonte: Instituto MAPA

População economicamente ativa considera-se relativamente informada.

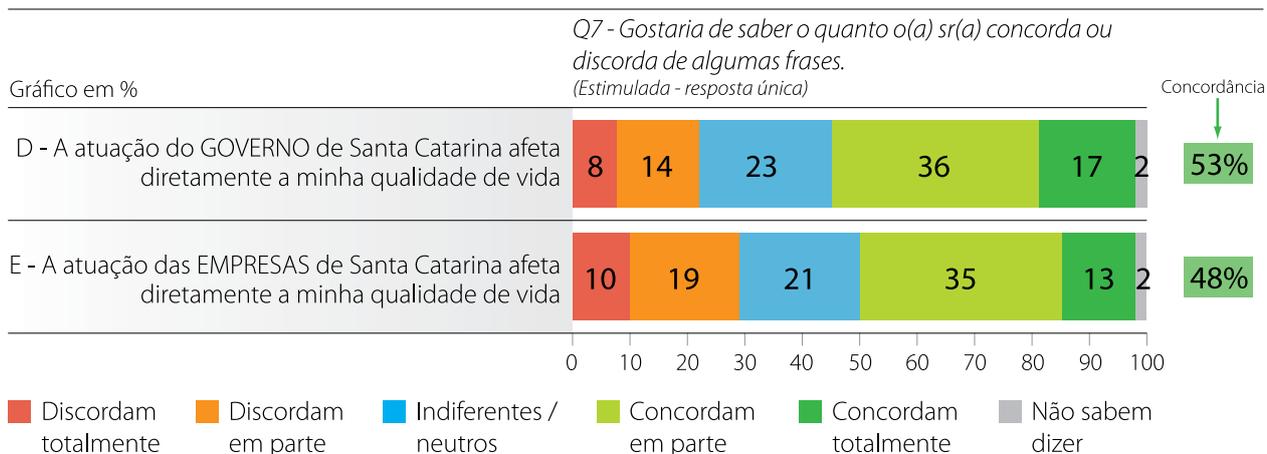
RESULTADOS DA PESQUISA JUNTO À PEA

1 – Percepções quanto à qualidade de vida em SC

1.1 Qualidade de vida individual



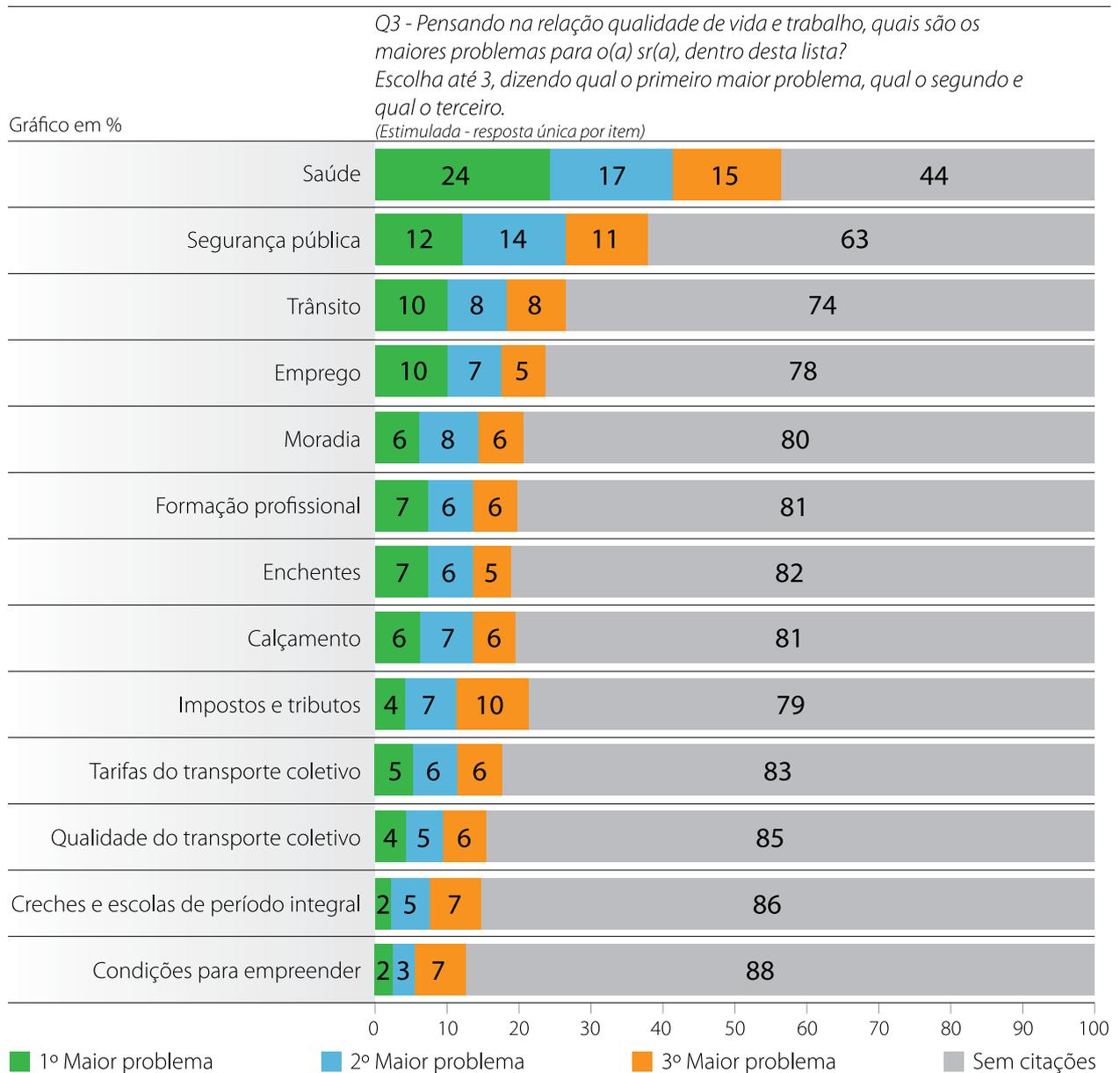
Avaliação da população tende a uma percepção positiva: 46% percebem melhora, enquanto 42% avaliam sua qualidade de vida como estável.



A população tende a concordar que a atuação do GOVERNO de SC afeta diretamente a sua qualidade de vida.

E a atuação das empresas afeta quase tanto quanto a do governo.

1.2 Maiores problemas dentro da relação qualidade de vida x trabalho

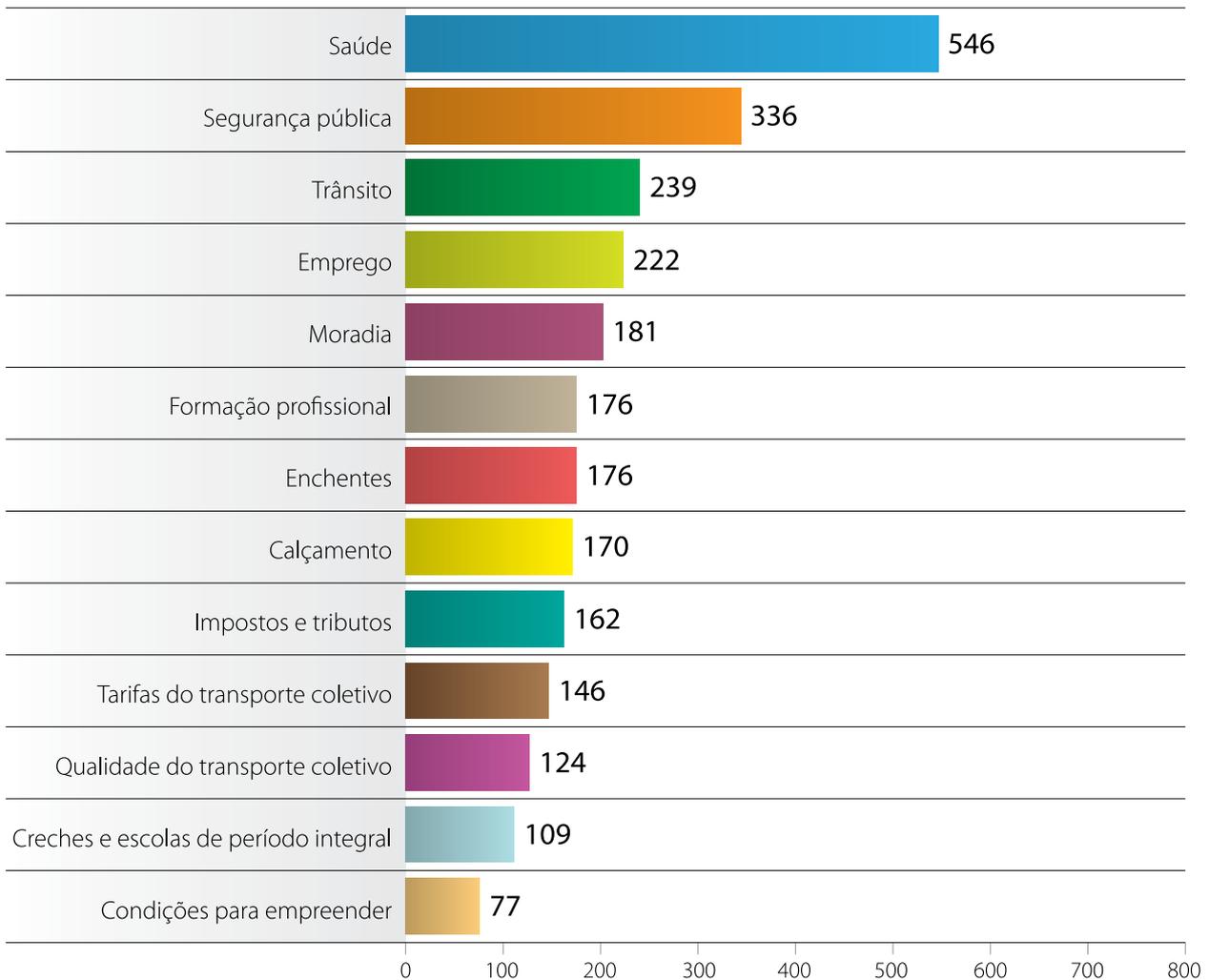


Base: 624 entrevistados
Período de coleta: abril de 2010
Fonte: Instituto MAPA

SAÚDE é visto pela população como o problema mais crítico, com destaque sobre os demais, na relação qualidade de vida x trabalho. Segurança pública é apontado como o segundo maior, seguido do trânsito e dificuldade de conseguir emprego.

1.2 Maiores problemas dentro da relação qualidade de vida x trabalho

Ranking e pontuação dos problemas, segundo a percepção da população, a partir dos 3 maiores problemas citados

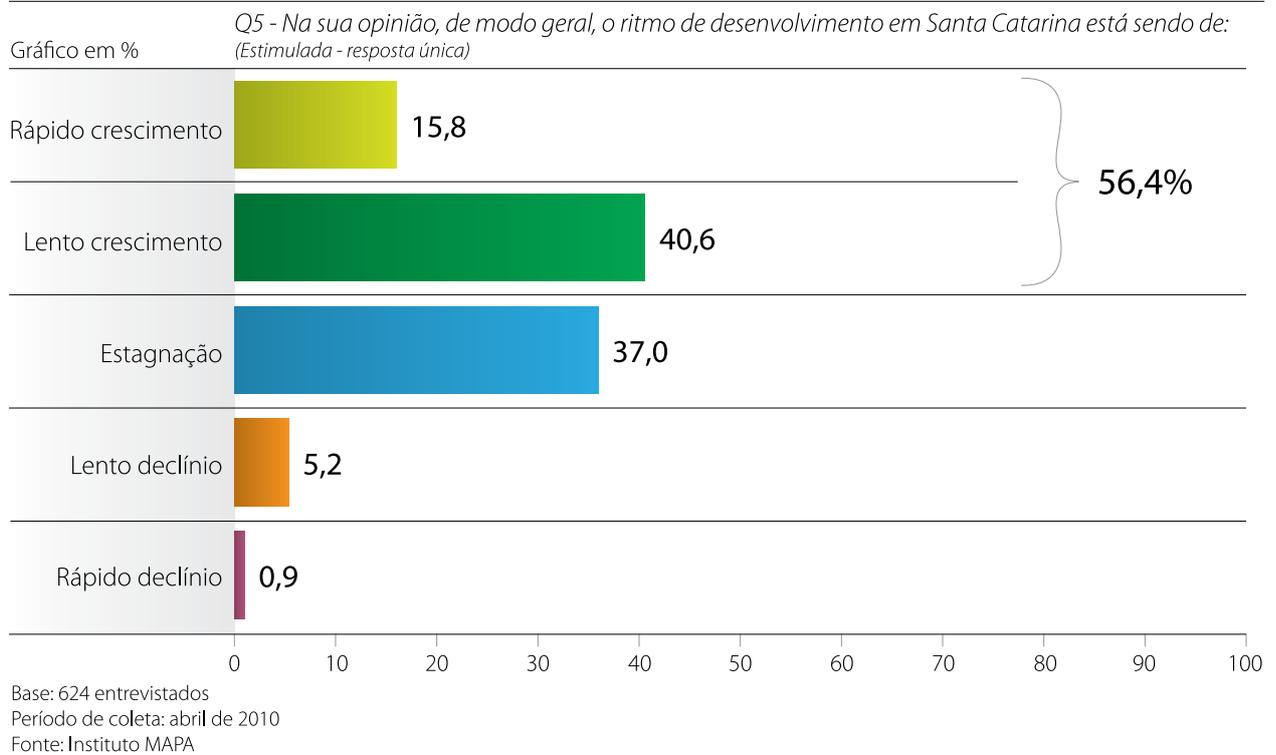


Base: 624 entrevistados
Período de coleta: abril de 2010
Fonte: Instituto MAPA

SAÚDE é visto pela população como o problema mais crítico, com destaque sobre os demais, na relação qualidade de vida x trabalho. Segurança pública é apontado como o segundo maior, seguido do trânsito e dificuldade de conseguir emprego.

2 – Percepções quanto ao desenvolvimento de SC

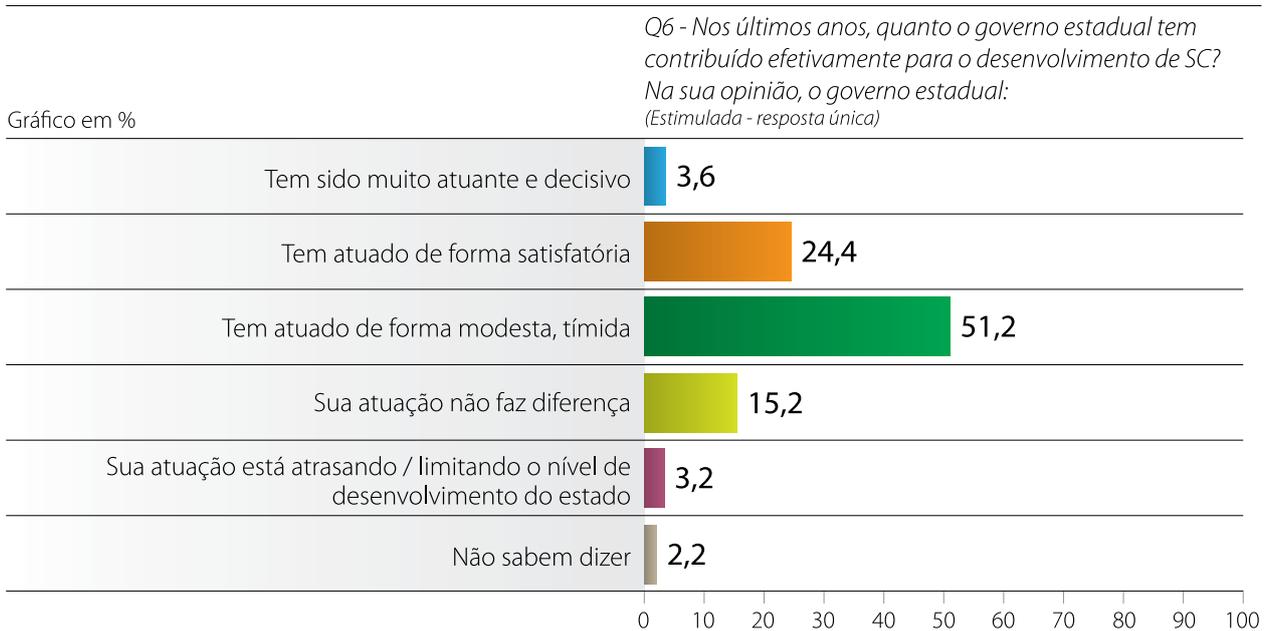
2.1 Ritmo de desenvolvimento de SC



Prevalece, entre a população, uma percepção de lento crescimento a estagnação no ritmo de desenvolvimento em SC.

Percepção menos positiva que a dos industriais (90% apontaram crescimento).

2.2 Nível de contribuição do governo estadual para o desenvolvimento de SC

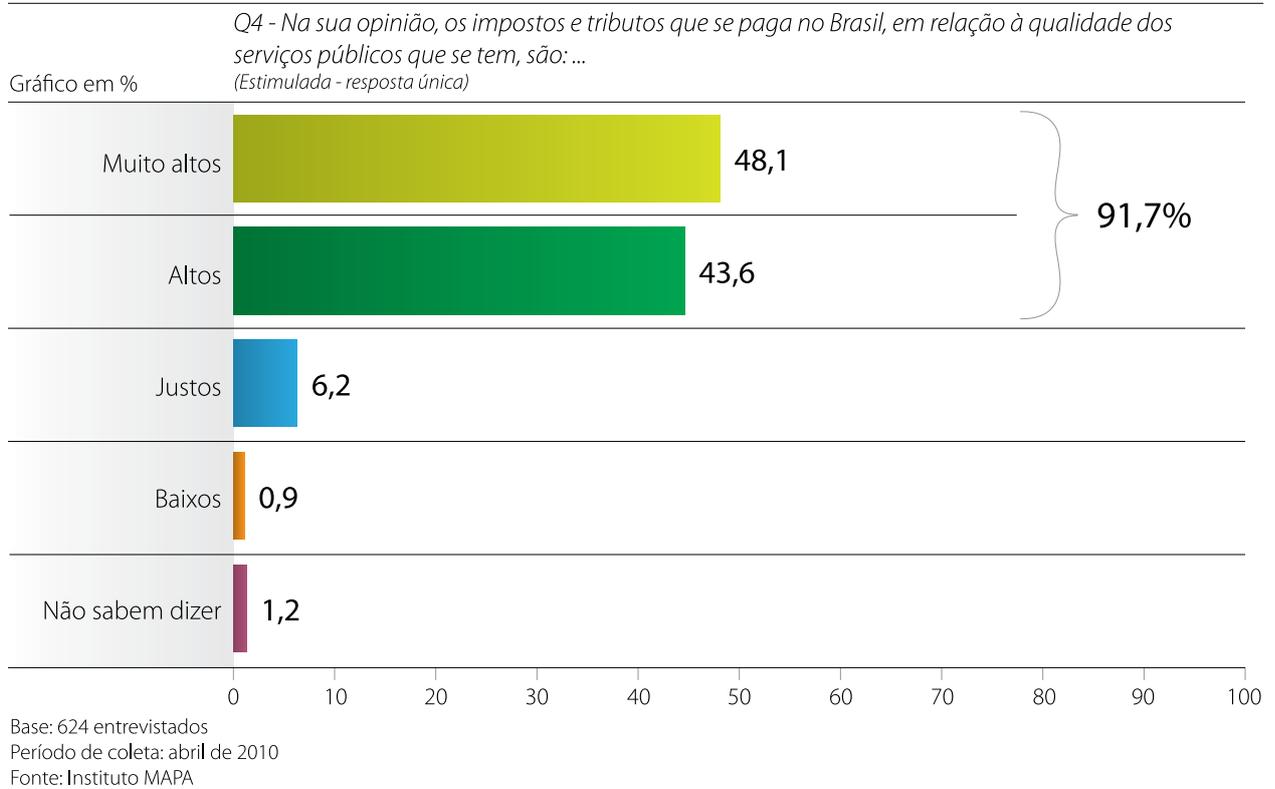


Base: 624 entrevistados
Período de coleta: abril de 2010
Fonte: Instituto MAPA

O governo estadual tem contribuído para o desenvolvimento de SC, porém, também aos olhos da população, de forma tímida ou, no mínimo, satisfatória.

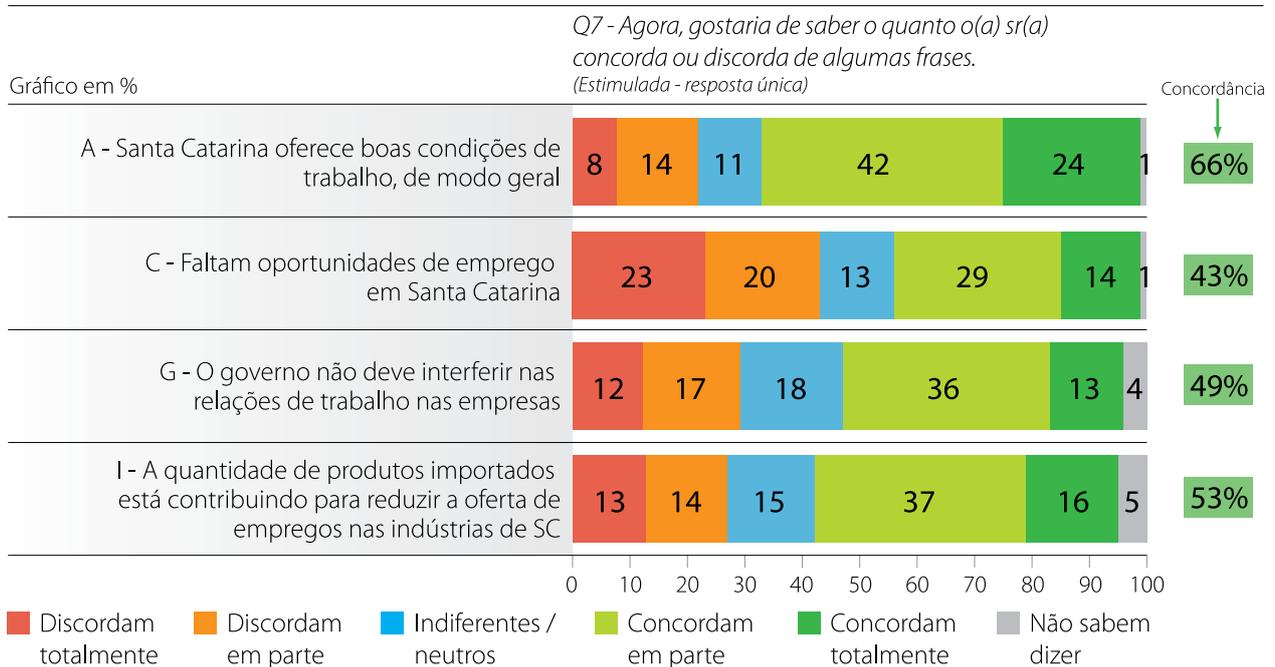
3 – Outras percepções sobre o governo

3.1 Impostos x qualidade dos serviços públicos



É contundente a percepção da população quanto à disparidade do volume de impostos e tributos que se paga no país ('altos') versus a qualidade dos serviços públicos.

3.2 Outras percepções quanto à atuação do governo x emprego



Base: 624 entrevistados
 Período de coleta: abril de 2010
 Fonte: Instituto MAPA

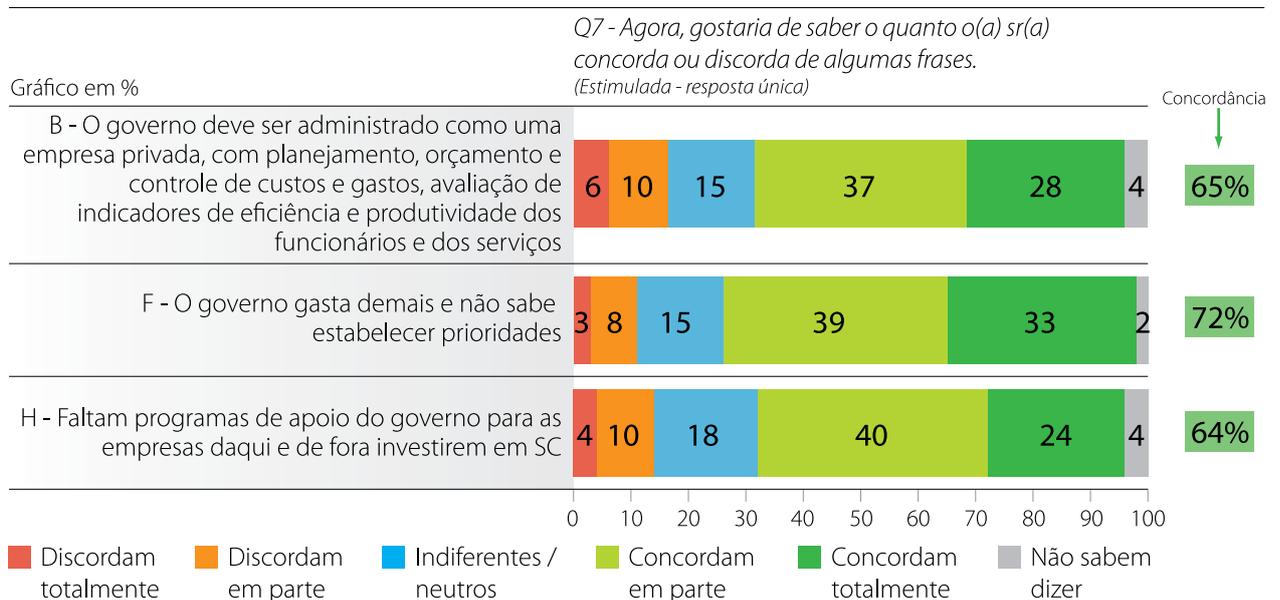
SC é percebida como um estado com boas condições de trabalho. Oportunidades de emprego é tema polêmico, mas a quantidade de produtos importados está contribuindo para a redução das mesmas, segundo a maior parte da população. E prevalece a opinião de que o governo não deve interferir nas relações de trabalho dentro das empresas.

SC oferece boas condições de trabalho, para alguns melhores do que em outros estados.

Mas a dificuldade de conseguir emprego ainda é um dos maiores problemas apontados pela população na relação qualidade de vida x trabalho.

A falta de oportunidade de emprego é apenas parte da questão (pois nem todos concordam que falte). A outra parte diz respeito à formação de mão de obra qualificada – daí a dificuldade de conseguir emprego.

3.3 Outras percepções quanto à forma de administrar o estado



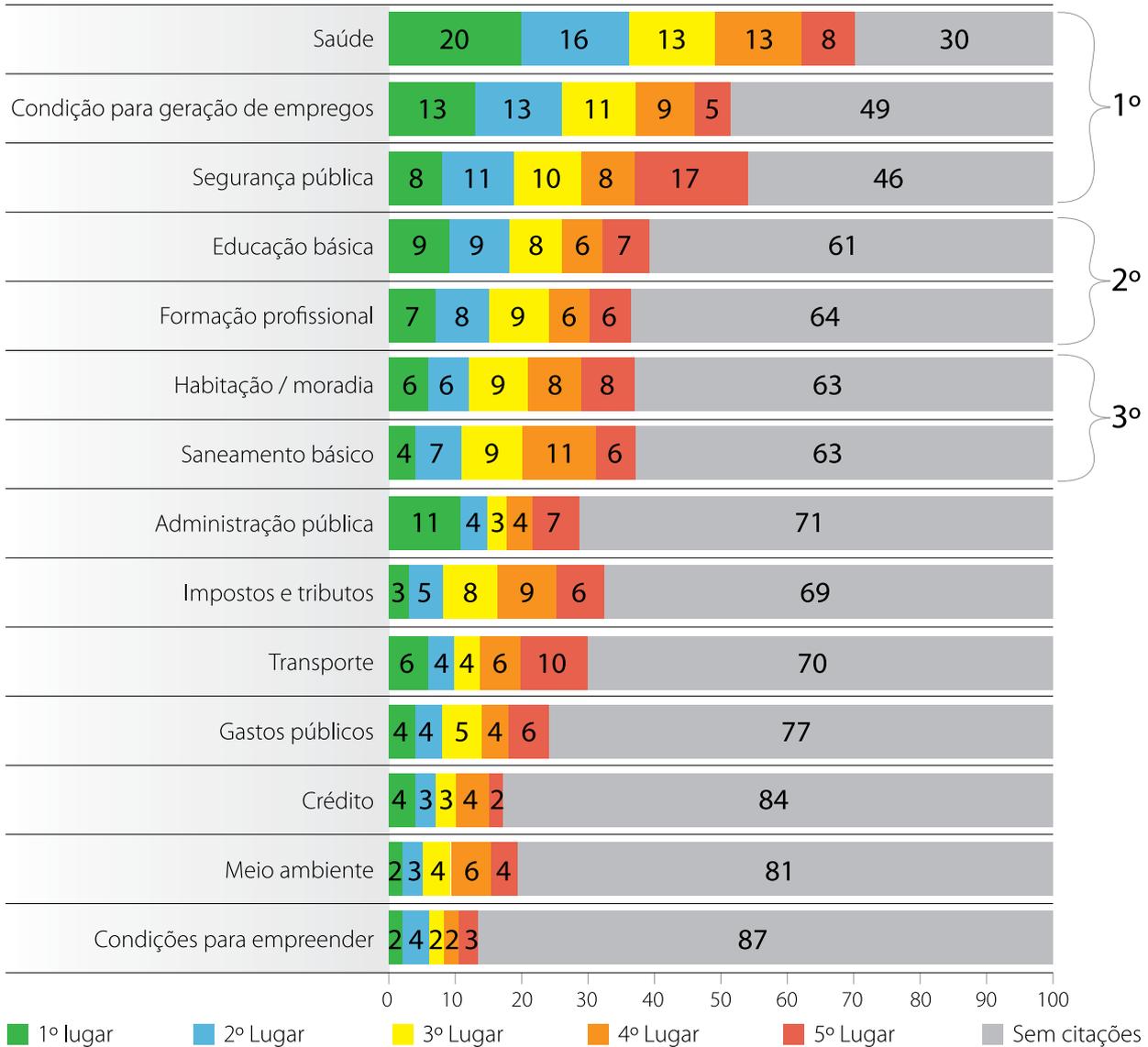
Base: 624 entrevistados
 Período de coleta: abril de 2010
 Fonte: Instituto MAPA

De modo geral, a atitude da população também não é favorável à atuação do governo estadual. É considerado perdulário e que não apoia suficientemente os investimentos privados no estado. A maior parte (65%) preconiza uma gestão à semelhança da iniciativa privada, embora os empresários tenham se mostrado mais enfáticos a este respeito (94%).

4 – Prioridades para ação dos governos visando o desenvolvimento de Santa Catarina

Q16 - Coloque estas 16 áreas numa ordem de importância para o desenvolvimento de SC. Para isto, indique qual dessas áreas, na sua opinião, é a mais importante em 1º. lugar? // E qual o(a) sr(a) colocaria em 2º. lugar? // E em 3º. lugar? // E em 4º. lugar? // E em 5º.? (Itens estimulados - resposta única por item e por colocação)
Gráfico na ordem do ranking ponderado

Gráfico em %

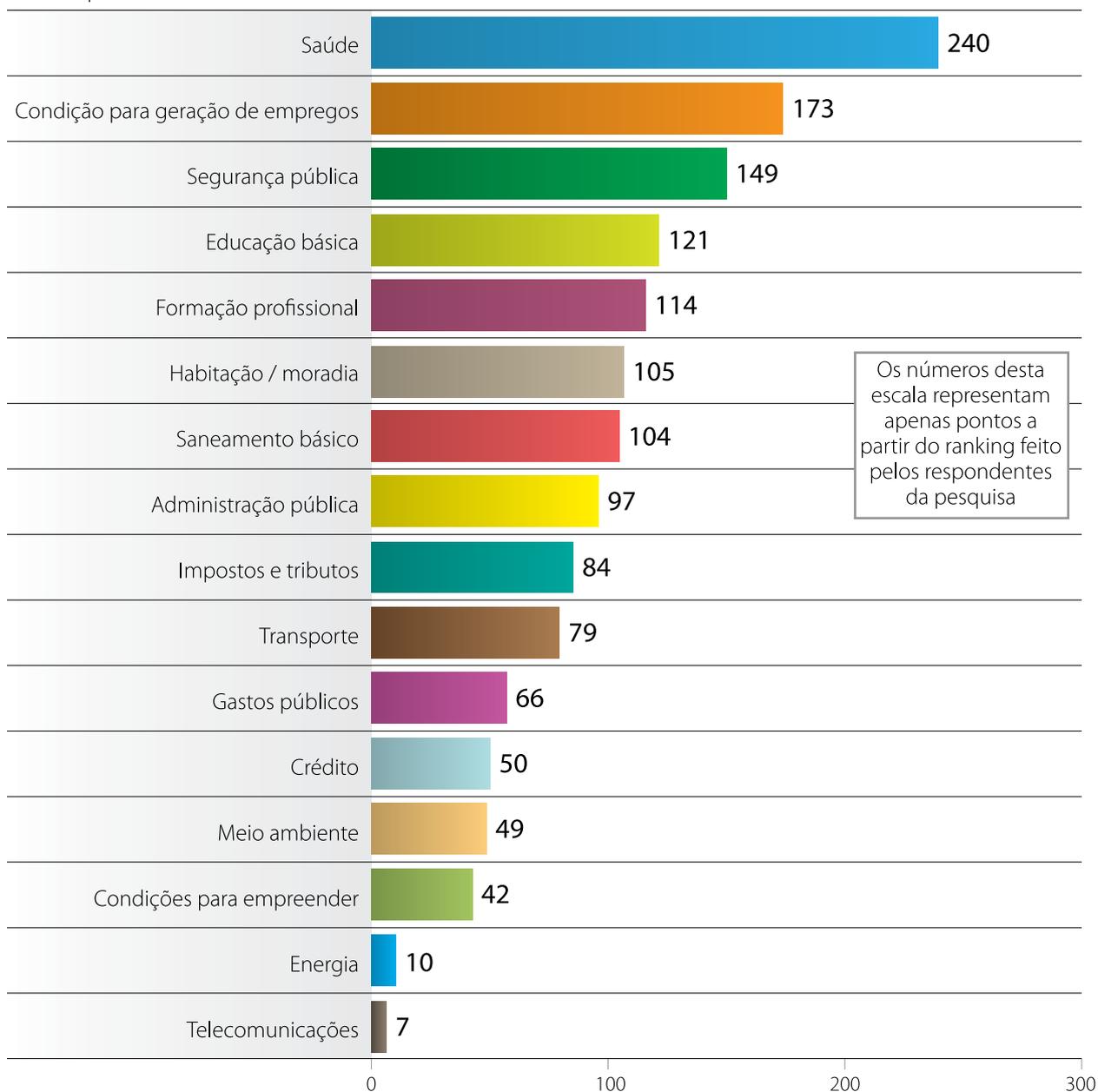


Energia e Telecomunicações: sem citações na 1ª. colocação e 96% e 97% dos respondentes, respectivamente, não citaram estes itens como um dos 5 mais importantes.

Base: 624 entrevistados
Período de coleta: abril de 2010
Fonte: Instituto MAPA

SAÚDE, emprego (condições para a geração de emprego) e segurança pública: este é o tripé que o governo deve atacar com prioridade, visando o desenvolvimento do estado, segundo a população. Educação é a prioridade a seguir: tanto básica quanto a formação profissional.

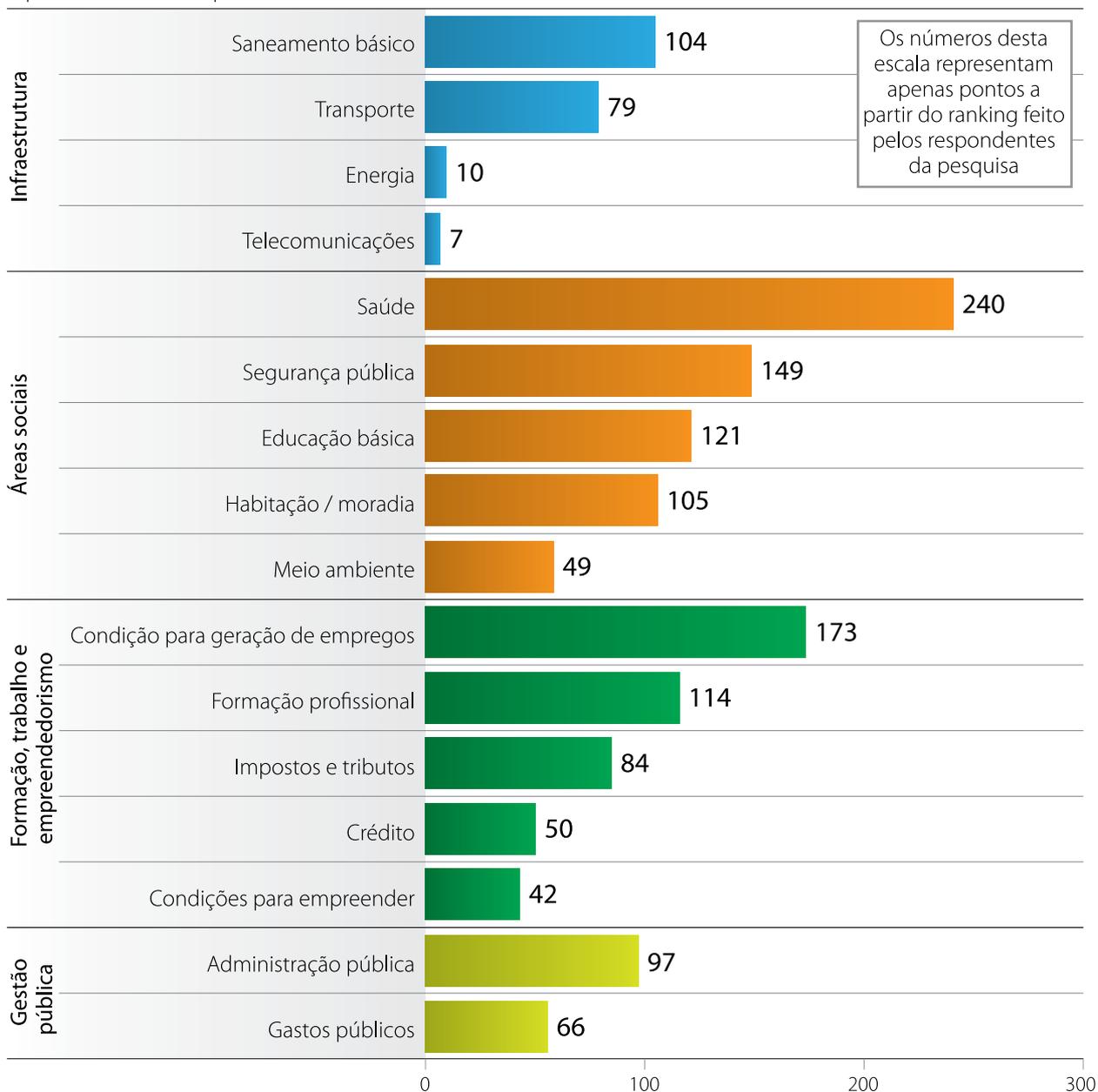
Ranking e pontuação das prioridades para ação do governo, segundo a percepção da população, a partir das 5 maiores prioridades citadas



Base: 624 entrevistados
 Período de coleta: abril de 2010
 Fonte: Instituto MAPA

SAÚDE, emprego (condições para a geração de emprego) e segurança pública: este é o tripé que o governo deve atacar com prioridade, visando o desenvolvimento do estado, segundo a população. Educação é a prioridade a seguir: tanto básica quanto a formação profissional.

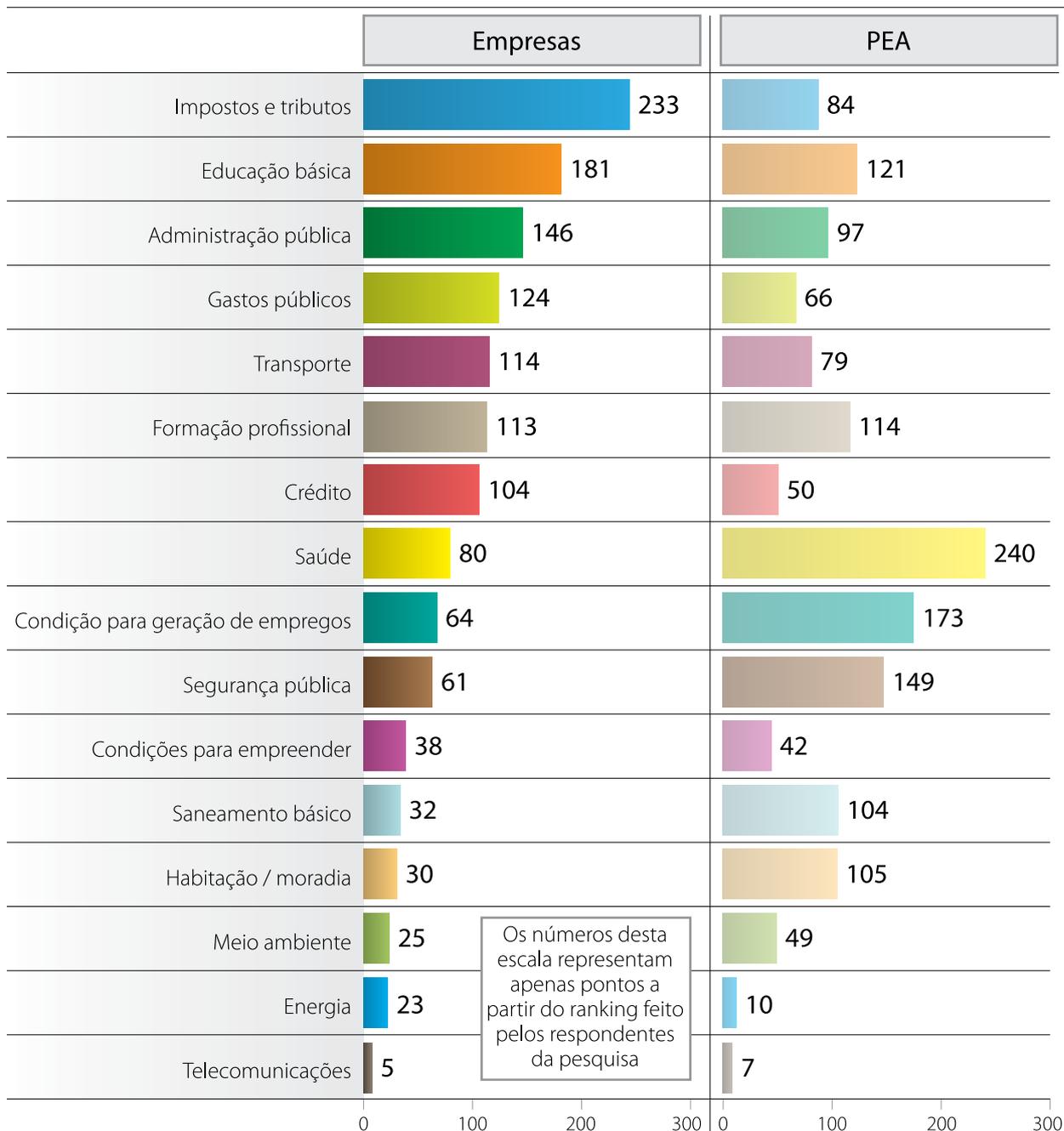
Ranking ponderado das prioridades para ação do governo, segundo a percepção da população, a partir das 5 maiores prioridades citadas



Base: 624 entrevistados
 Período de coleta: abril de 2010
 Fonte: Instituto MAPA

Segundo a população, na área de infraestrutura as prioridades são saneamento básico e transporte. Nas áreas sociais, o governo deve priorizar a saúde. Dentro do contexto de formação, trabalho e empreendedorismo, é crucial gerar condições de emprego e tratar da formação (qualificação) profissional. A melhoria dos aspectos de gestão pública é prioridade, mas aquém das áreas sociais.

Ranking ponderado das prioridades para ação do governo, segundo Empresas x População, a partir das 5 maiores prioridades citadas

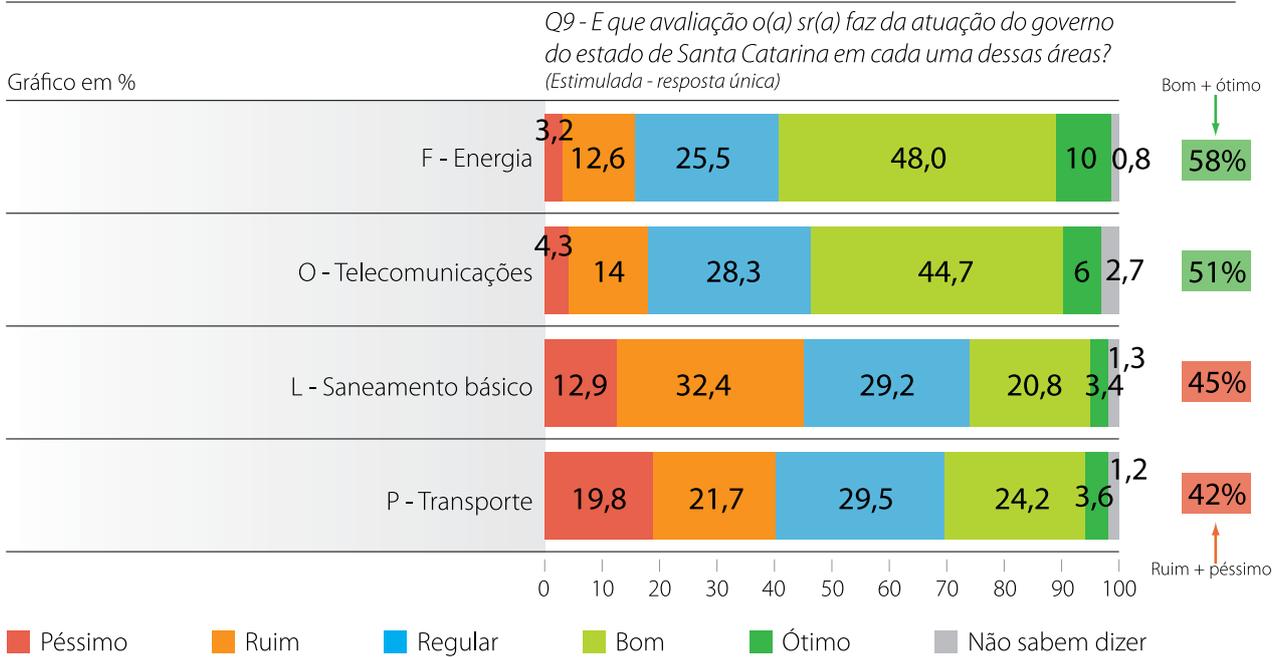


Bases: 106 empresas
624 entrevistados
Período de coleta: março-abril/2010
Fonte: Instituto MAPA

Na comparação entre o que industriais e o que a população economicamente ativa vê hoje como prioridades para ação dos governos, observa-se a maior importância dada à área social pela PEA versus a visão de gestão pública e empresarial dos industriais. Educação básica está entre as cinco principais em ambos os públicos pesquisados.

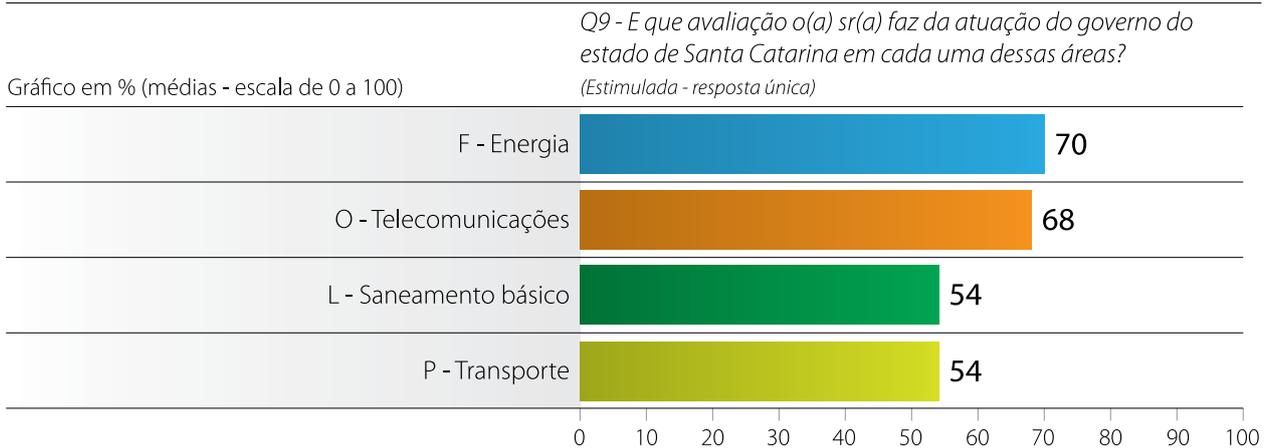
5 – Avaliação de desempenho do governo estadual

5.1 Infraestrutura



Base: 624 entrevistados
Período de coleta: abril de 2010
Fonte: Instituto MAPA

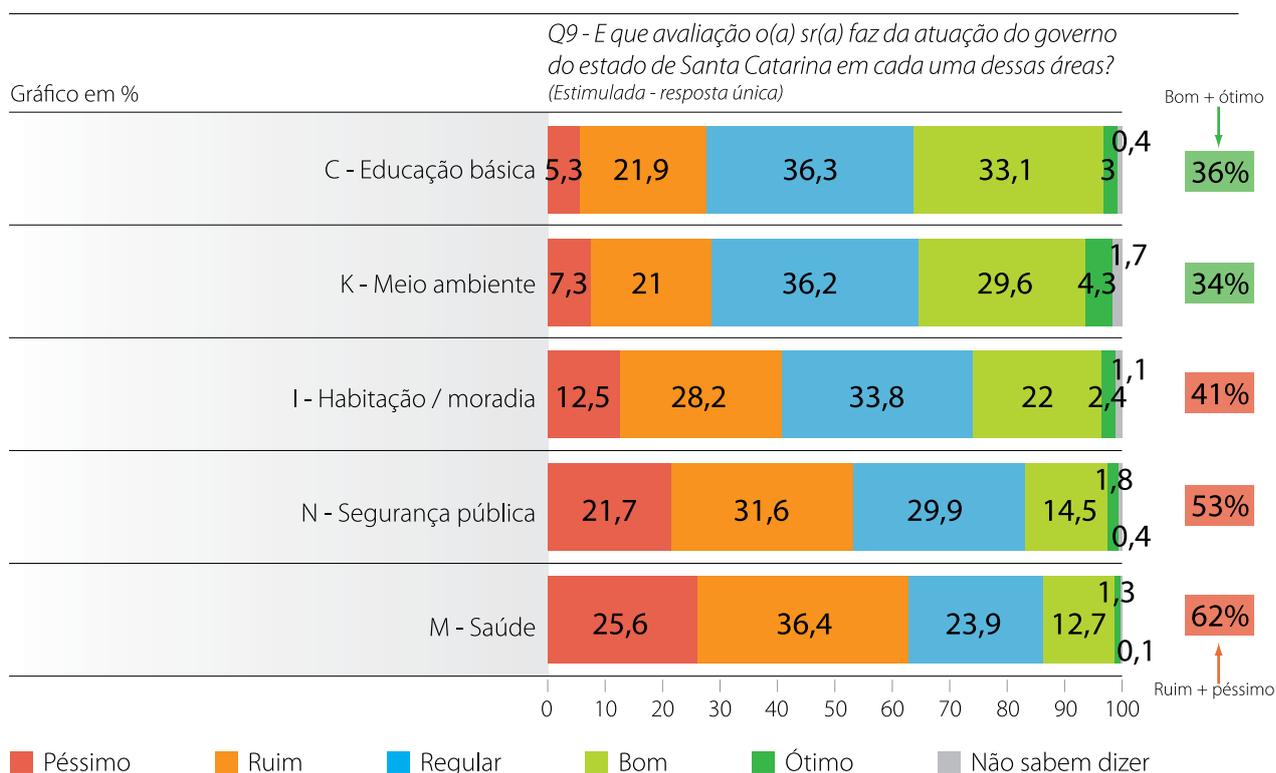
Nas áreas relacionadas à infraestrutura, o governo está tendo desempenho relativamente bom aos olhos da população.
Mas está apresentando mau desempenho em saneamento básico e transportes.



Base: 624 entrevistados
Período de coleta: abril de 2010
Fonte: Instituto MAPA

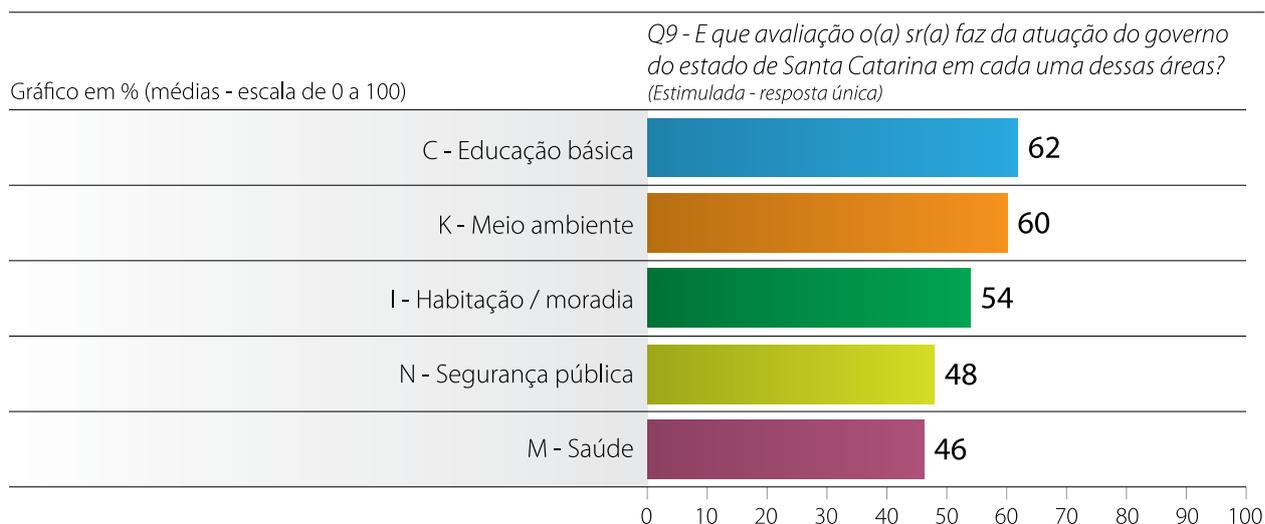
Nas áreas relacionadas à infraestrutura, o governo está tendo desempenho relativamente bom aos olhos da população.
Mas está apresentando mau desempenho em saneamento básico e transportes.

5.2 Áreas sociais



Base: 624 entrevistados
 Período de coleta: abril de 2010
 Fonte: Instituto MAPA

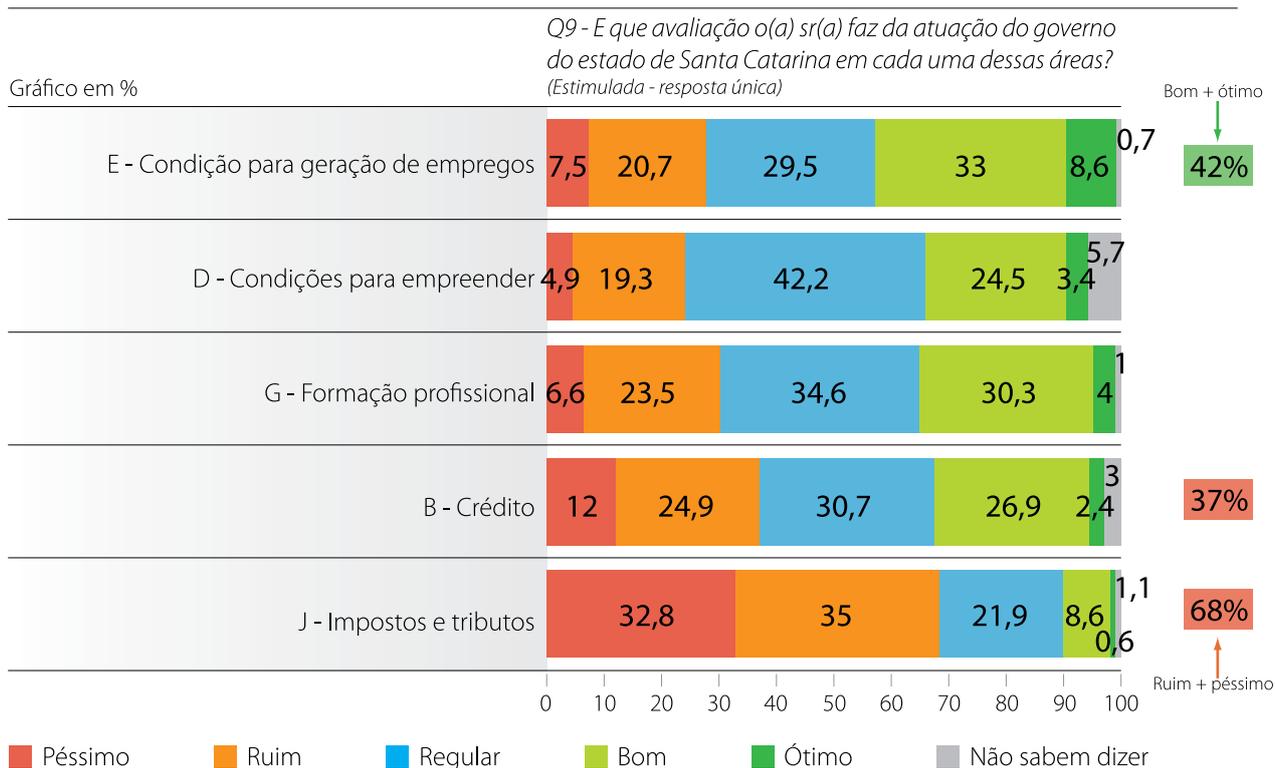
Nas áreas sociais, o governo é alvo de avaliação regular nos quesitos meio ambiente e educação básica, cai ainda mais na questão de moradia e piora consideravelmente nos itens saúde e segurança pública.



Base: 624 entrevistados
 Período de coleta: abril de 2010
 Fonte: Instituto MAPA

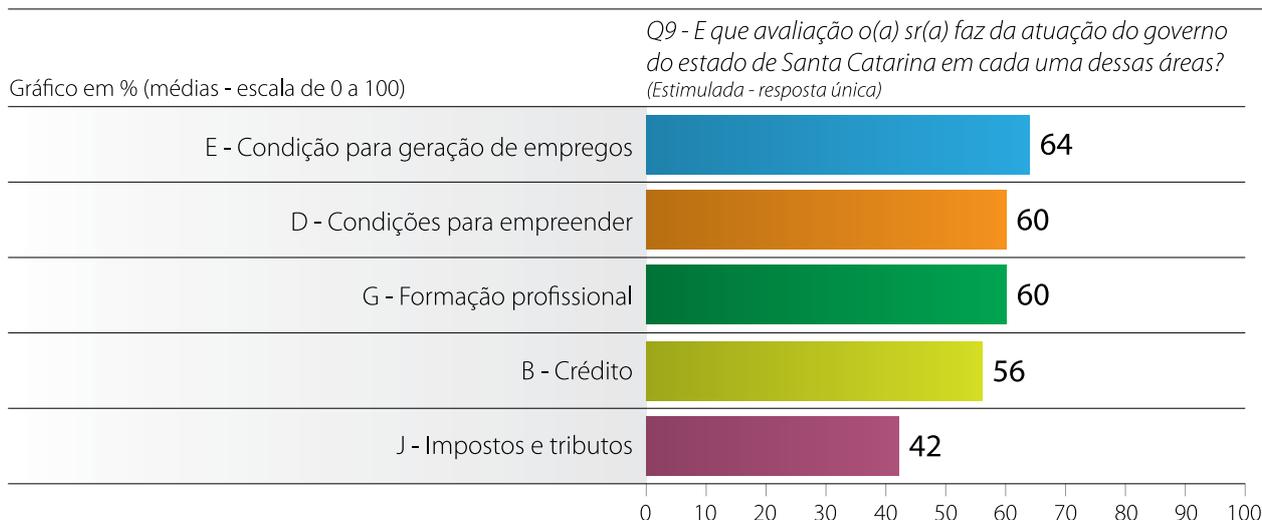
Nas áreas sociais, o governo é alvo de avaliação regular nos quesitos meio ambiente e educação básica, cai ainda mais na questão de moradia e piora consideravelmente nos itens saúde e segurança pública.

5.3 – Condições de empreender



Base: 624 entrevistados
 Período de coleta: abril de 2010
 Fonte: Instituto MAPA

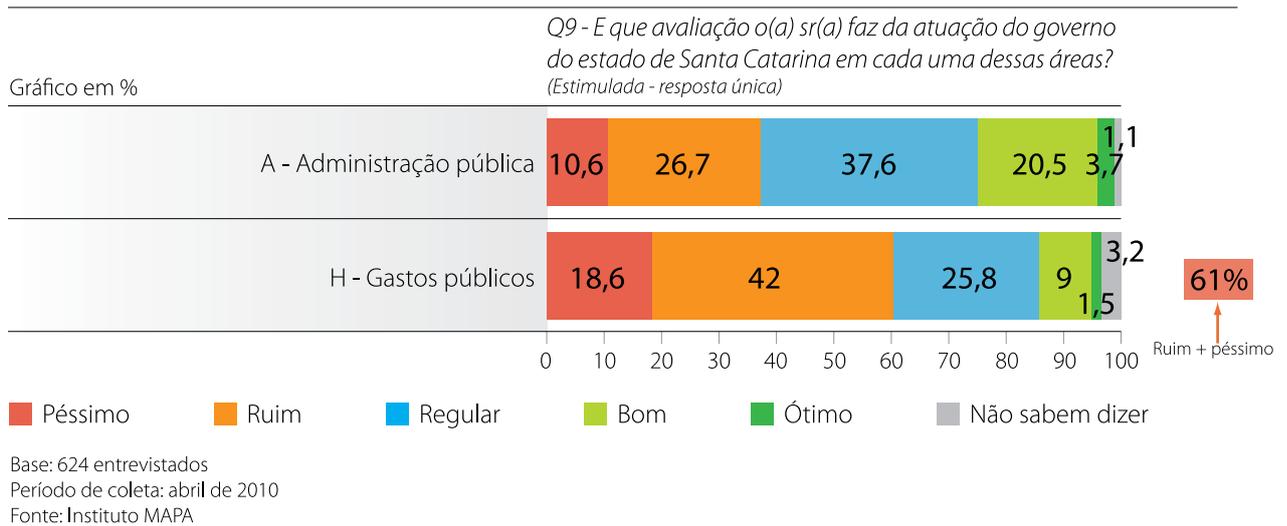
Nos itens referentes às condições para se empreender no estado, o governo tem desempenho regular nas áreas de emprego (condições para a geração de empregos), formação profissional e condições para ser empreendedor propriamente. Mas seu desempenho cai no que se refere ao crédito e é ainda pior em impostos e tributos.



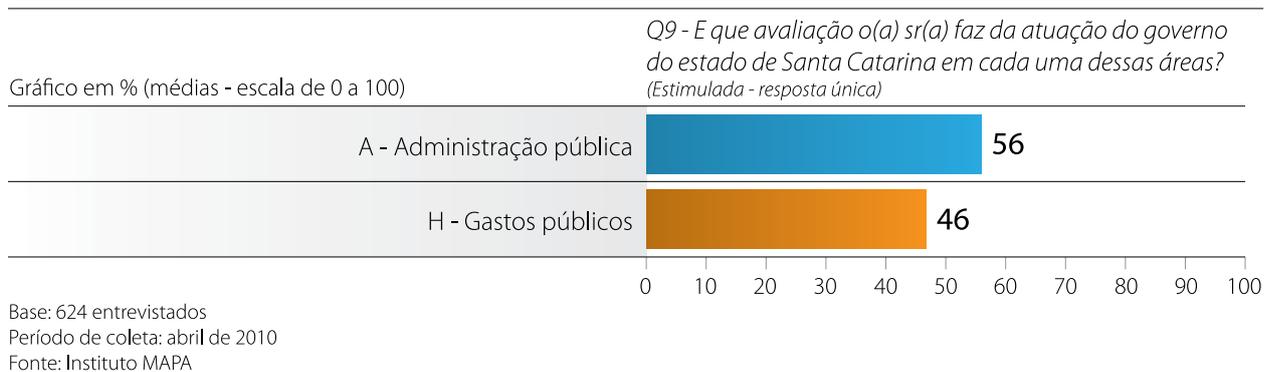
Base: 624 entrevistados
 Período de coleta: abril de 2010
 Fonte: Instituto MAPA

Nos itens referentes às condições para se empreender no estado, o governo tem desempenho regular nas áreas de emprego (condições para a geração de empregos), formação profissional e condições para ser empreendedor propriamente. Mas seu desempenho cai no que se refere ao crédito e é ainda pior em impostos e tributos.

5.4 Gestão pública

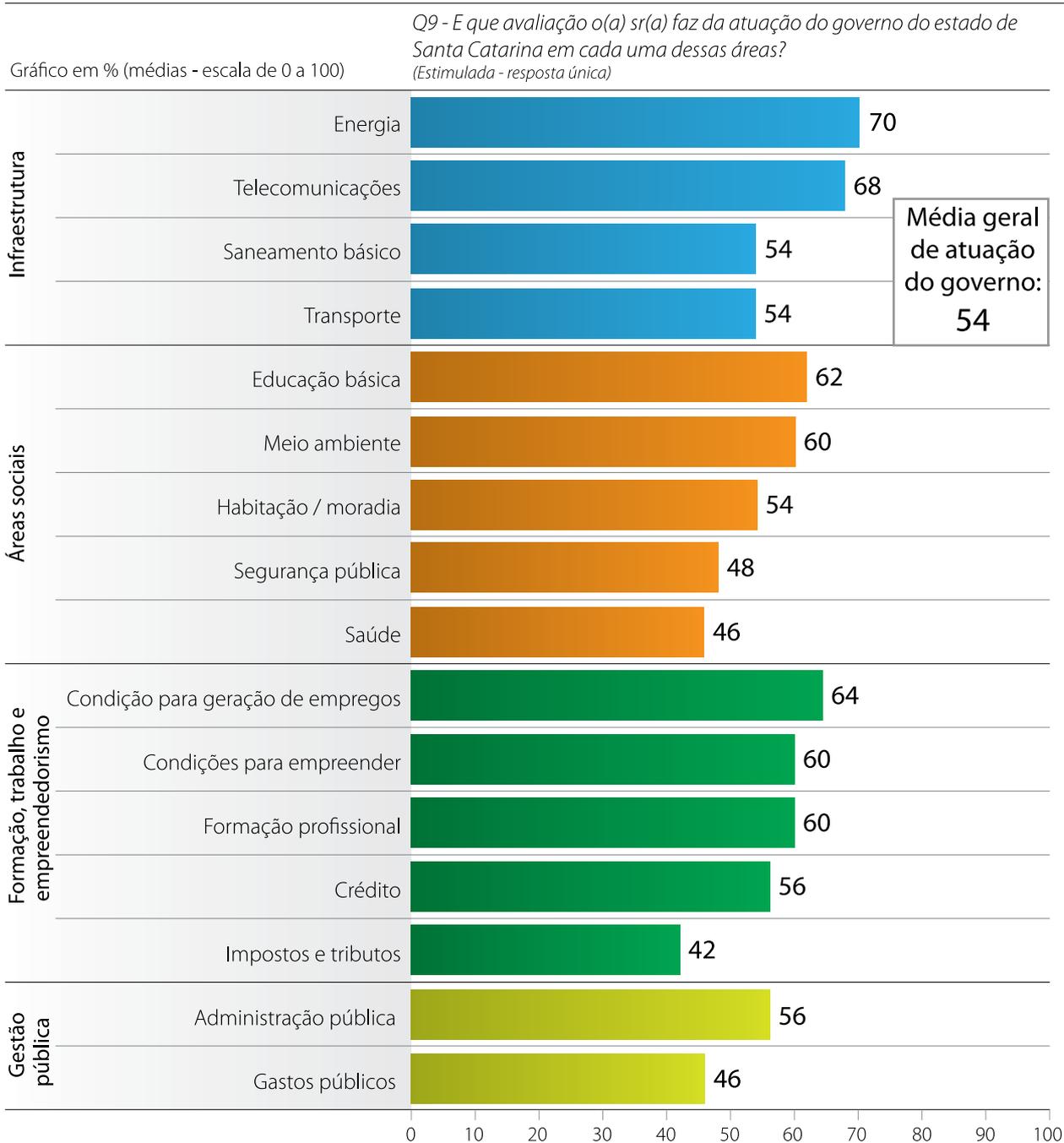


A gestão pública de SC é alvo de avaliação entre regular e ruim, tal como aos olhos dos empresários, sendo também pior avaliada nos seus gastos.



A gestão pública de SC é alvo de avaliação entre regular e ruim, tal como aos olhos dos empresários, sendo também pior avaliada nos seus gastos.

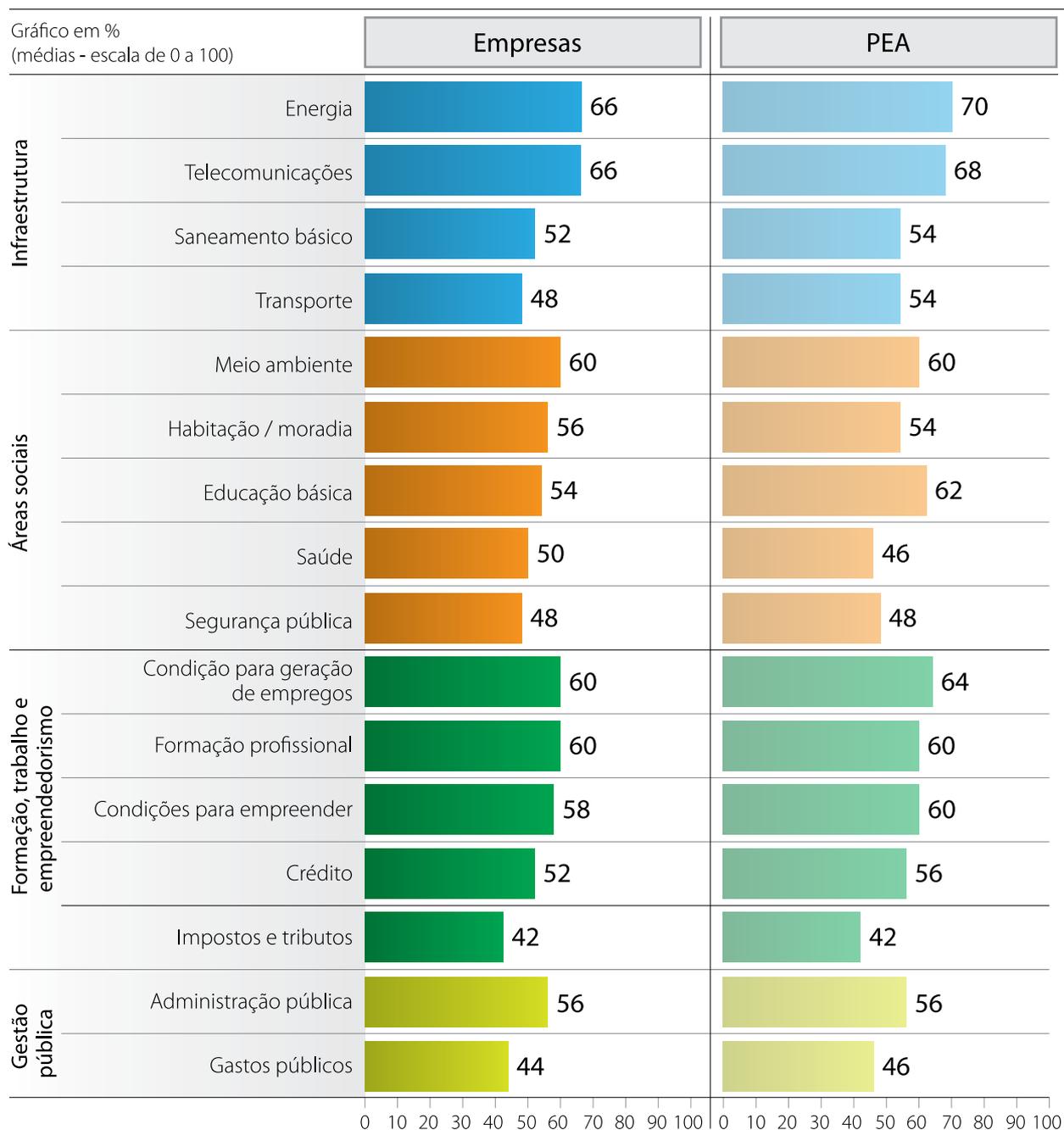
5.6 Resumo



Base: 624 entrevistados
Período de coleta: abril de 2010
Fonte: Instituto MAPA

O ranking de prioridades para ações do governo reflete em parte as avaliações feitas: saúde e segurança pública (entre os mais prioritários para ação, pela ordem) estão entre os itens pior avaliados, ao lado de impostos e tributos e gastos públicos.

5.6.1 Comparativo Empresas X PEA



Média GERAL DO GOVERNO segundo Empresas: 51
PEA: 54

Bases: 106 empresas
624 entrevistados
Período de coleta: março-abril/2010
Fonte: Instituto MAPA

De modo geral, as avaliações feitas por empresas e pela PEA são muito próximas. A PEA tende a ser menos crítica nos itens de infraestrutura e na educação básica. Mas ambos os públicos são muito críticos quanto à gestão pública, a crédito e a impostos.

Assim, faz todo sentido a percepção de que a administração profissional e eficiente do estado terá como consequência inevitável a geração de recursos que podem ser empregados na melhoria dos serviços públicos sociais básicos.

“Nós temos que trabalhar pela melhoria da gestão do poder público. A máquina pública é muito cara. Então, se essa máquina ficar barata, o que vai acontecer? Vai sobrar mais dinheiro para o governo investir em infraestrutura e para reduzir a carga tributária, certo? Nosso governo (todos os âmbitos) precisa de menos dinheiro para manter a máquina pública funcionando. Ele pode liberar mais recursos para investimentos. [...] Nós iríamos ter isso: uma infraestrutura melhor, uma carga tributária menor... Já vai ser de uma grande ajuda.”

Grande indústria, Joinville

III – Conclusões

- Os empresários da indústria em Santa Catarina estão, na maior parte, otimistas quanto ao ritmo de desenvolvimento do estado e do próprio setor industrial.
- Imputam crescimento ao mesmo e percebem investimentos sendo feitos no estado, tanto locais quanto de fora.
- Sentem-se impelidos também ao crescimento, como forma de manter a perenidade de seus negócios.
- E o ambiente de negócios é considerado propício ao crescimento, enquanto ao mesmo tempo instigante e desafiador.
- As condições propícias ao crescimento dizem respeito principalmente às condições naturais do estado, à cultura predominante, à disposição ao trabalho, à diversidade que é marcante no estado e às condições resultantes de um trabalho que já vem sendo feito há tempo e que resultou na atual infraestrutura, na consolidação de um parque industrial respeitado nacional e internacionalmente por sua qualidade, seriedade e tradição.
- Se a tradição, seriedade e qualidade foram suficientes para chegar até aqui com um parque industrial consolidado e que se constitui em importante pilar do crescimento e desenvolvimento econômico do estado, doravante outras qualidades são cruciais para continuar a fazer crescer e desenvolver – tanto a indústria quanto o estado como um todo:
 - » modernidade,
 - » inovação,
 - » eficiência, e, sobretudo,
 - sustentabilidade.

- Desenvolvimento sustentável –
 - » Condição vista como *sine qua non* para o desenvolvimento e para o crescimento econômico

“Não se questiona mais se deve ser assim, mas COMO FAZER ASSIM”

- » É ainda um mito para muitos industriais, sobretudo os menores (não excluindo, infelizmente, alguns grandes)
- » Muitos ainda não descortinaram o total alcance desse conceito
- » Muitos ainda restringem seu entendimento apenas a aspectos ligados ao meio ambiente, esquecendo-se da maior parte da imensa teia socioeconômica-ambiental que forma o conceito

- » O que alerta para o papel que entidades, empresários e governo, que tenham uma visão de futuro, têm na disseminação do conceito e da efetiva prática, começando por si mesmos e chamando a sociedade a um debate acerca de meios e padrões para alcançar um desenvolvimento sustentável.



Descortinar o cenário do COMO FAZER

- A visão de futuro de um desenvolvimento sustentável impõe a necessidade de uma agenda de ações inseridas principalmente nos vetores de:
 - » 1 - Infraestrutura
 - Exigindo modernização e ampliação,
 - Com um olhar para novas possibilidades que garantam a sustentabilidade em longo prazo do crescimento econômico almejado

 - » 2 - Áreas sociais
 - Estrutura básica eficaz que garanta uma vida digna aos habitantes do estado e futuras gerações, para que este continue a ser referência
 - ↔ Saúde, segurança, habitação e saneamento

 - Estrutura na qual se faz mister ainda priorizar a educação como forma de legitimar a cidadania dos habitantes do estado alcançando-os à posição também de agentes transformadores e indutores do desenvolvimento
 - ↔ Educação básica e educação profissionalizante com base em programas planejados, não restritivos e que contemplem as necessidades de formação de cidadãos críticos e conscientes e ao mesmo tempo as necessidades da sociedade moderna (novas profissões, novas habilidades requeridas nos âmbitos social e profissional)

- » 3 - Políticas fiscal-tributária, cambial e trabalhista
 - Com as reformas por demais aguardadas e cada vez mais cruciais frente o passar inexorável do relógio, que tem testemunhado o rápido avanço de outros países enquanto o Brasil adormece em cima de sua teia emaranhada e envelhecida de leis e políticas que, se úteis foram no passado, hoje servem sobretudo à burocracia, estão em dissonância com as necessidades de um estado e indústria modernos e retardam o crescimento
- » 4 - Pesquisa & Desenvolvimento
 - O estado que investe e que propicia condições para as atividades de pesquisa e desenvolvimento tem mais chances de inovar e conquistar novos mercados, diminui sua dependência e condição de 'colônia' de outros mercados.
- » 5 - Modernização da gestão pública
 - É amplamente generalizada a opinião de que o estado deve ser gerido quase que aos moldes de uma empresa: eficiência, produtividade, cumprimento de prazos, governança, equilíbrio financeiro, entre outros, são ESSENCIAIS.
- Como prioridades a atacar, os empresários apontam principalmente os seguintes itens:
 - » Carga tributária e impostos, educação básica, administração pública e gastos públicos.
 - » Seu entendimento e visão são mais abrangentes: o bom encaminhamento e solução desses itens abre frente para a solução dos demais (geração de recursos para os itens de infraestrutura, das áreas sociais e das condições para oferta de emprego e para empreender no estado).
- Já a população aponta aquilo que lhe está mais próximo, mais dentro do seu alcance de entendimento e onde vê os problemas mais críticos: as áreas sociais (saúde destacadamente, seguida de emprego, segurança pública e educação básica).
- Um ponto, no entanto, aparece em comum entre as máximas prioridades citadas por empresários e pela população: a EDUCAÇÃO básica da população.
- Empresários e população deram, assim, sua contribuição revelando suas expectativas quanto a ações dos próximos governos visando o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.
- A imagem do momento pode parecer relativamente positiva, sugerindo que o estado não está mal. E, de fato, não está mal.
 - » E principalmente na comparação que muitos fazem até com outros estados e países.
- O terreno parece bem preparado para o salto que a indústria e o esta-

- do devem dar rumo ao futuro e ao desenvolvimento.
- Porém, a questão é a escolha do parâmetro a adotar:
 - » o *status quo*
 - » ou a visão de futuro.
 - » E, dentro da visão de futuro,
 - Qual é o modelo de desenvolvimento que se quer para o estado;
 - O que se quer priorizar e para quê.

Desenvolvimento SC: uma visão da indústria

“ O livro sagrado do taoísmo, o Tao Te Ching, diz que estamos constantemente divididos: de um lado, a tentação de dez mil coisas que demandam ação. Todas não essenciais. Do outro lado, está uma única coisa: o essencial, raiz das dez mil perturbações. Sabedoria é deixar o sufoco das dez mil coisas não essenciais e focalizar os olhos na única coisa que é essencial.

... Política é a arte de criar esse espaço ...

... A missão (dos governantes) é criar esse espaço necessário – esse jardim – para que a vida e a convivência humana possam acontecer. Tudo o mais é acessório.

... Como se cria esse espaço? ... Um jardim não começa com dez mil atos. Começa com um único sonho... Começa na cabeça das pessoas. Começa com o pensamento. Se o povo não sonhar com jardins, os jardins não serão criados. ... As senhoras e os senhores (governantes) já pensaram que a sua tarefa essencial é fazer o povo pensar? Que o essencial é educar?”

RUBEM ALVES, in “Conversas sobre Política”

Propostas enviadas por entidades empresariais

a) Conselho das Federações Empresariais de Santa Catarina (COFEM)

FAESC – Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina

FACISC – Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina

FAMPESC – Federação das Micro e Pequenas Empresas do Estado de Santa Catarina

FCDL/SC – Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina

FECOMÉRCIO – Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina

FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

FETRANCESC – Federação das Empresas de Transportes de Cargas do Estado de Santa Catarina

- 1)** Compromisso de não proceder-se aumento de tributos, de qualquer ordem.
- 2)** Maiores investimentos em segurança e na infraestrutura (saneamento, malha viária, transporte aéreo, primários, energia elétrica, abastecimento de água), a fim de preservar-se o crescimento do turismo no estado.
- 3)** Reavaliação do modelo da legislação da Substituição Tributária, preservando-se as características do estado, pois uma política utilizada em São Paulo, por exemplo, não necessariamente pode ser utilizada em Santa Catarina, tendo em vista nossas particularidades, onde, ainda, a concentração não está na mão das grandes redes.
- 4)** Reavaliação, por parte do governo estadual, da política tributária, de forma geral, pois a mesma é gerida sem a participação de todas as partes envolvidas, gerando em muitos casos, após suas implementações, desgastes e dispêndio de tempo, o que poderia ser evitado se houvesse discussões prévias sobre o assunto.
- 5)** Criação de política de valorização de empresas voltadas a programas de sustentabilidade, criando-se linhas de crédito para implementações físicas e de projetos.

b) Federação de Agricultura do Estado de Santa Catarina (FAESC)

1) Política agrícola

- As políticas públicas do setor agrícola devem buscar assegurar um ambiente macroeconômico estável, com segurança jurídica e regras de médio e longo prazos, para permitir o planejamento setorial.
- O crédito rural deve ser concedido com visão de longo prazo, em financiamentos para a propriedade como um todo, e não múltiplos contratos de custeios e investimentos específicos. Crédito para cooperativas e seus associados deve ser facilitado e priorizado.
- Deve ser buscada uma mudança na legislação previdenciária para permitir a criação de microempresas prestadoras serviços no meio rural – para o meio rural, como estratégia de geração de empregos, renda e eficiência na agricultura.
- O planejamento das políticas públicas deve ser democrático e participativo, em planos plurianuais
- O acesso à informação agrícola deve ser amplo, baseado em sistemas de âmbito estadual e nacional visando reduzir a assimetria de disponibilidade de informações entre os vários segmentos das cadeias produtivas. Com isso será possível melhorar o planejamento das safras e obter maior sinalização e estabilidade nos preços.
- Deve ser instituído um sistema amplo de seguro agrícola e de preços mínimos, visando assegurar renda mínima aos produtores
- Já existe o marco legal para a política agrícola, porém há uma grande dependência do MAPA de outros ministérios que controlam o orçamento (Ministérios da Fazenda e Planejamento). ICMS é o maior problema no mercado global.
- Estabelecer políticas e ações de promoção e valorização dos produtos brasileiros no mundo.
- Estabelecer políticas de importações, evitando os prejuízos aos produtores do Brasil.
- Fortalecer os programas de manutenção da sanidade animal e vegetal.

2) Meio ambiente

- A legislação ambiental deve ser revista para se adequar aos parâmetros de sustentabilidade, de acordo com a vocação e as condições ecológicas de cada região do país.
- Nos recursos hídricos, falta a participação do setor nos comitês de bacia e a devida capacitação para tal. Falta o controle de efluentes em cursos d'água pelas atividades agrícola e agroindustrial e do processo de lixiviação dos defensivos utilizados.
- Deve ser buscada uma nova política de meio ambiente, moderna e adequada à realidade brasileira, que permita o desenvolvimento com sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais.
- Deve ser eliminada a insegurança jurídica na averbação de reserva legal.
- Nas mudanças climáticas a pecuária sofre ataque ao sistema de produção. É preciso propor novas metodologias de avaliação das emissões e valoração dos processos de mitigação da atividade agropecuária.

3) Insegurança jurídica

- As invasões de terra e as desapropriações injustas devem ser erradicadas, para proporcionar a segurança jurídica necessária para investimentos na produção e geração de empregos e renda no meio rural.
- O poder Legislativo deve promover a reforma das leis de forma que se elimine a insegurança jurídica e se evite a criminalização do produtor rural.
- Deverá ser promovida uma reforma da legislação cooperativista que permita uma tributação diferenciada na nova lei da cooperativa (Ato Cooperativo).
- O Funrural – já declarado inconstitucional – deve ser eliminado e evitar que o mesmo volte por decreto.
- Deverá ser definido um novo regimento para plantio de transgênicos.
- Deverá ser promovida uma reforma tributária que permita simplificar o recolhimento de impostos e desonerar o setor produtivo.
- A burocracia, que ainda é excessiva, precisa diminuir em todos os níveis e elos da economia.
- Lei da redução da carga horária semanal 44 – 40h: sugere-se que não deva ser aprovada, pois prejudica a competitividade dos produtos brasileiros no mercado e, por consequência, todos os trabalhadores.

4) Alimentos saudáveis

- Promover Mecanismos de Produção Limpa (MDL) que resultem em produtos que atendam as exigências dos consumidores, produzindo alimentos saudáveis.
- A garantia de qualidade dos produtos da agropecuária brasileira deve ser assegurada por uma política nacional.
- Os produtores precisam de segurança para produzir e dessa forma assegurar a comida para alimentar toda a população com alimentos saudáveis, tanto para o consumo humano como para o meio ambiente.

5) Processo tecnológico

- As agroindústrias do setor de carnes já elaboraram um plano estratégico até 2050, no qual se busca transformar o Brasil em um grande fornecedor de proteína animal. Para isso os processos tecnológicos precisam ser modernos e eficientes.
- O Brasil precisa buscar a exploração de jazidas de minerais para fertilizantes.
- Desenvolver políticas para agregar valor aos produtos, através de programas de certificação de origem e qualidade. Exemplo: IGP da carne do Planalto.
- Na pecuária leiteira são necessários estudos e pesquisa em melhoramento de pastagens para aumentar a produção de leite à base de pasto, com alta qualidade e baixo custo.

6) Logística

- Buscar a melhoria da infraestrutura, tanto de portos e ferrovias como de rodovias.
- Investir no cooperativismo para aumentar a capacidade de armazenagem e processamento da produção.

- Desenvolver políticas para aumentar o número de fornecedores de insumos genéticos para a agricultura.
- Melhorar a eficiência dos sistemas de transporte para viabilizar o uso de insumos produzidos no Brasil.
- Reduzir as dificuldades para registrar princípios ativos de agroquímicos no Brasil.
- Investir em programas nacionais de captação, armazenagem e uso de água da chuva para irrigação.
- Incentivar a criação de fundos setoriais de pesquisa, sob o controle do setor privado, que tenha a participação de recursos públicos para pesquisa e desenvolvimento.
- Melhorar a estrutura de comunicação no meio rural, tanto para voz como por dados, incluindo acesso a celular e internet banda larga.

7) Qualificação profissional / Educação

- Instituir programas de qualificação dos produtores rurais, pois educação é questão chave na busca do empreendedorismo
- O meio rural dá uma grande contribuição ao país mas recebe pouca atenção. Portanto é preciso estabelecer iniciativas de valorização da imagem do produtor rural perante a sociedade.
- Capacitar os produtores rurais para melhor gerenciar o negócio, desenvolvendo conhecimento e inovações.
- Implantar medidas de fortalecimento da pesquisa agropecuária através da Embrapa e das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAS).
- Adotar políticas que visam atrair jovens para a agricultura e mantê-los na atividade para serem os sucessores da atual geração de produtores rurais.

9) Questões regionais

- A lei da política agrícola deve respeitar o planejamento e as peculiaridades regionais de associativismo e cooperativismo para a região Sul.
- Para Santa Catarina, criar uma lei de incentivo para setores específicos, como por exemplo a fruticultura.
- Definir o zoneamento agropecuário, evitando os incentivos à produção de produtos de baixa qualidade fora das zonas recomendadas, que denigrem a imagem dos produtos brasileiros.
- Definição da agricultura para pequenas propriedades e acesso a crédito.
- Criar um programa de financiamento da casa própria para o produtor rural.
- A questão legislação ambiental de Santa Catarina deve ser considerada de forma diferenciada.

c) Federação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística no Estado de Santa Catarina (Fetrancesc)

- 1) Manutenção dos benefícios fiscais conquistados pelo setor.

- 2) Infraestrutura – Programa para solução dos gargalos das rodovias estaduais.
- 3) Obrigatoriedade de balanças nas rodovias estaduais para coibir o excesso de peso, com isso diminuindo a manutenção.
- 4) Integração de logística para atender a demanda e a produção da economia catarinense.

d) ACIB – Associação Empresarial de Blumenau

1) INFRAESTRUTURA

- Duplicação da BR-470 e execução imediata das vias marginais nos trechos urbanos do Vale do Itajaí.
- Implantação do Anel Perimetral da cidade de Blumenau:
 - » Início imediato de estudos e projetos para a ligação Velha – Garcia, com túneis e viadutos para evitar problemas ambientais. Para se ter uma ideia da importância dessa ligação prevista pelo governo Felix Theiss há 35 anos, basta sair do centro da cidade em direção ao morro da Cia. Hering em final de tarde e observar o grande congestionamento da Rua 7/ Alameda Rio Branco em direção ao Bairro Garcia.
 - » Ponte da Rua Bahia a partir do trevo de acesso a Pomerode, que faz parte do Anel Perimetral.
 - » Ligação Garcia – Vorstadt, pelos fundos do Centro Esportivo do SESI.
 - » Ligação do Vorstadt (SESI) com a Rua Samuel Morse.
- Viaduto da Via Expressa sobre a BR-470 e prolongamento da Via Expressa até a Vila Itoupava (nova SC-474).
- Conclusão dos acessos a Blumenau e região e construção de novas pontes ligando a BR-470 à SC-474. Citando a Ponte de Ilhota e a Ponte de Gaspar que deve ser complementada pelo Anel Rodoviário de Gaspar, tirando o intenso tráfego do centro da cidade.
- Melhorias no Aeroporto Regional de Blumenau (Quero-Quero), para acesso a aviões de pequeno/médio porte.
- Ampliação e revitalização do Aeroporto Internacional de Navegantes, com a construção de nova pista, novo terminal de passageiros e área de alfândega.
- Complexo Intermodal Catarinense na região de Araquari.
- Maiores investimentos em ferrovias, rodovias, melhorias na logística do estado etc. No tema ferrovias defendemos a construção da ferrovia Ferroeste, que liga o Oeste com o Litoral de Santa Catarina.

2) MOBILIDADE URBANA

- Sistema de transporte coletivo urbano na cidade sobre trilhos, de preferência suspenso, independente do trânsito de veículos e livre de enchentes ao menos até a cota 12,50 do leito do Rio Itajaí-Açu (90% das enchentes da cidade são abaixo dessa metragem). Apenas como observação – se a RFFSA, há mais de um século, foi inteligente o suficiente para projetar pontes e viadutos acima da cota 12,50,

por que hoje, com todas as novas tecnologias, não se poderia fazê-lo? A base é a infraestrutura de mobilidade. Não podemos mais levar horas para chegar aos municípios vizinhos a menos de 30 quilômetros de Blumenau, assim como nunca expandiremos a atividade industrial e a indústria do turismo de eventos sem rodovias de acesso e escoamento.

3) TRIBUTOS/IMPOSTOS

- ICMS: políticas pelo menos igualitárias ao que os demais estados da Federação oferecem. Exemplo: 7% na alíquota de ICMS interna no estado de São Paulo.

4) INCENTIVOS

- Incentivos para a criação de Centrais de Distribuição.
- Incentivos para a importação de tecnologia para modernização das fábricas têxteis, mesmo quando temos similares nacionais.

5) EDUCAÇÃO

- Ampliação dos cursos técnicos vinculados às vagas oferecidas pelas indústrias de Santa Catarina.
- Defesa da Universidade Federal do Vale do Itajaí, a ser instalada em Blumenau.

e) Associação Empresarial de Criciúma, CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas e FIESC Regional Sul

- 1) Conclusão do Anel de Contorno Viário de Criciúma.
- 2) Construção da Via Rápida, ligando Criciúma à Rodovia BR-101.
- 3) Conclusão das obras do Aeroporto Regional de Jaguaruna.
- 4) Porto de Imbituba;
- 5) Aceleração das obras de duplicação da BR-101 no trecho Palhoça/Passo de Torres, visando a sua rápida conclusão.
- 6) Implantação da Ferrovia Translitorânea.
- 7) Fazer a ligação rodoviária do Oeste catarinense, ligando a BR-282, com o Porto de Imbituba, passando pela Serra do Corvo Branco.
- 8) Criar barreiras para proteger as indústrias dos produtos importados da China e de outros países e com preços fora de mercado.
- 9) Promover a redução tributária através de reforma político-partidária e de reforma tributária, em nível federal e estadual, ou na pior das hipóteses não permitir o aumento da carga tributária.
- 10) Agilizar o processo de liberação dos projetos de incentivos fiscais concedidos pelo Prodec e Proemprego.
- 11) Alteração da legislação, para que os mandatos do poder Legislativo sejam coincidentes aos do poder Executivo e que deputados federais, estaduais, senadores e vereadores possam ter somente dois mandatos.
- 12) Maior investimento por parte do estado na educação básica, com destinação de partes dos recursos da UDESC para instituições habili-

- tadas no atendimento educacional às pessoas de baixa renda, como por exemplo o Bairro da Juventude de Criciúma.
- 13)** Normatizar créditos do PIS e da COFINS para o setor de confecções;
 - 14)** Retornar ao Governo do Estado a participação acionária (controle) da SCGás que há alguns anos foi passada para a CELESC.
 - 15)** Revisão do contrato de concessão do gás natural, adequando-o às condições macroeconômicas atuais e resgatando os princípios constitucionais de um serviço de infraestrutura para o desenvolvimento socioeconômico.
 - 16)** Fortalecimento da AGESC, dando-lhe estrutura adequada, profissionalização, independência e autonomia para exercer o papel fiscalizador do estado.
 - 17)** Dar iguais condições de competição a todas as empresas, através do exercício de uma fiscalização mais eficiente e abrangente.
 - 18)** Modernização da legislação trabalhista.
 - 19)** Tornar permanente e definitiva a alíquota zero para o IPI dos materiais de construção.
 - 20)** Melhorar distribuição da arrecadação, aumentando o percentual a ser administrado pelos municípios.
 - 21)** Liberação dos créditos de ICMS acumulados pelas empresas exportadoras.
 - 22)** Liberação dos créditos de PIS e COFINS acumulados pelas empresas exportadoras e permissão para a compensação com o INSS.

f) Associação Empresarial de Joinville – ACIJ

I. Para presidente da República, senadores e deputados federais

- 1) Reforma Política, com:**
 - Fidelidade partidária.
 - Estatuto dos partidos políticos com renovação periódica obrigatória de sua administração, ou seja, mandatos limitados a uma única reeleição ou 10 anos cumulativamente.
 - Suspensão dos direitos políticos e perda de mandato em virtude de condenação por tribunal, mesmo que não seja decisão final.
 - Perda dos direitos políticos em caso de condenação irreversível e impedimento para ocupar cargos administrativos em comissão.
 - Mandatos de cinco anos, sem reeleição, e eleições em datas coincidentes para todos os cargos e níveis.
 - Obrigação do cumprimento do mandato para o qual for eleito, exceto no caso de renúncia.
 - Eliminar necessidade de autorização do poder Legislativo para que parlamentares possam ser julgados.
 - Eliminar possibilidade de renúncia como subterfúgio para evitar a cassação do mandato ou para viabilizar uma nova candidatura em eleição subsequente.

- A renúncia ao cargo eletivo não poderá interromper ou sustar o processo de cassação já iniciado.

2) Reforma Fiscal, com:

- Edição de normas compulsórias mais rígidas para a contenção dos gastos públicos, sobretudo com custeio (coibindo remunerações excessivas, jornadas reduzidas, aposentadorias precoces, vantagens cumulativas, excesso de pessoal etc.).
- Redução da carga tributária e simplificação da legislação fiscal.
- Adotar a proposta global de reforma fiscal contida no programa “Brasil Eficiente”.
- Eliminar a possibilidade de servidor emprestado a outro órgão ou que assuma cargo eletivo ou em comissão optar pela maior remuneração.
- Instituir igualdade nos sistemas de aposentadoria aos trabalhadores / servidores públicos e privados.

3) Reforma Trabalhista, com:

- Flexibilização e modernização da legislação trabalhista e das relações de trabalho.
- Desoneração da folha de pagamento.
- Valorização da atuação dos sindicatos na formulação das convenções coletivas e na solução de conflitos.
- Revogar a permissão de fixação de pisos salariais estaduais.

4) Questões pontuais:

- Recomposição da competência municipal sobretudo assegurando exclusivamente aos municípios legislar sobre o uso e ocupação do solo urbano.
- Proibição da cobrança de taxas a qualquer título.
- Validade mínima de 180 dias para certidões negativas de débito.
- Obras públicas: duplicação da BR-280, ferrovia litorânea e transversal em Santa Catarina.
- Refinaria da Petrobras.
- Usina de regaieificação em São Francisco do Sul.
- Aeroporto de Joinville: instalação do ILS, terminal de cargas e ampliação da pista.
- Consolidação em Joinville do campus da UFSC e do parque tecnológico.
- Valorização do trabalho voluntário com a criação do Estatuto do Bombeiro Voluntário, privilegiando estes em prol da Defesa Civil.
- Consolidação da legislação ambiental com clara definição de competências.
- Instalação de uma ZPE (Zona de Processamento de Exportações) em Araquari.

II . Para governador e deputados estaduais

- Adotar métodos modernos de administração pública (Gestão Pública).
- Adotar posturas que assegurem a independência entre Executivo e Legislativo.
- Cuidar firmemente da questão da segurança pública, inclusive no aparelhamento dos órgãos de segurança (presídios, penitenciária, outros de recolhimento etc.).
- Completar o projeto de ampliação física e operacional do Aeroporto de Joinville.
- Eliminar o piso salarial estadual.

Questões pontuais:

- Anel viário de Joinville.
- Duplicação da estrada Dona Francisca no trecho situado no município de Joinville.
- Despoluição do Rio Cachoeira.
- Combate à informalidade.
- Estímulos fiscais aos pagadores de impostos que atuem com pontualidade.

g) Núcleo de Comércio Exterior da ACIC (Chapecó): subscreve propostas da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) para modernização do comércio exterior brasileiro (www.aeb.org.br).

h) Sugestões para infraestrutura do sr. Fernando Camacho, de Joinville, que não foram incorporadas na pauta mínima.

- Avaliação da inserção do estado de Santa Catarina no contexto dos estudos desenvolvidos para implementação dos corredores bioceânicos (pacífico / atlântico) de integração dos países do Mercosul.
- Projetos de pavimentação de estradas rurais no interior de Santa Catarina.
- Estudos e pesquisas para avaliar as possibilidades de utilização de materiais e técnicas alternativas nas obras rodoviárias utilizando rejeitos industriais.
- Inventário e avaliação das condições de todas as obras de arte especiais das rodovias estaduais.
- Levantamento das condições atuais das desembocaduras dos principais rios litorâneos de Santa Catarina, visando adequação para atividades econômicas como pesca, construção naval artesanal e estimular o turismo náutico através da implantação de marinas.
- Estudos preliminares de viabilidade técnico-econômica da eletrificação da ferrovia Teresa Cristina, e ferroviária litorânea.

- Inventário das condições dos aeródromos públicos catarinenses visando melhoramentos.
- Atualização dos estudos desenvolvidos pelo IAC – Instituto de Aviação Civil para internacionalização de aeroporto de apoio à aviação subregional no Mercosul (Acordo de Fortaleza – 1996).

O.F. VP-SC N° 008/2010

Lages (SC), 22 de abril de 2010

Ilustríssimo Senhor:
ALCANTARO CORRÊA
Presidente do Sistema FIESC
Florianópolis – Santa Catarina

Senhor Presidente:

Primeiramente vimos expressar nossa satisfação em tê-lo recebido no último dia 15, juntamente com os Senhores: Glauco José Côrte, Henry Uliano Quaresma e de mais membros da equipe técnica, ocasião em que com a presença de líderes empresariais locais, tivemos a oportunidade de conhecer o programa capitaneado pela FIESC – Desenvolvimento de Santa Catarina: uma visão da Indústria.

Diante do exposto e visando somarmos as fileiras da Federação das Indústrias para a consolidação e o posicionamento do segmento, em relação as nossas prioridades, apensamos ao presente as propostas da Serra Catarinense, para a qual pedimos destaque no documento final, por tratar-se reconhecidamente da Região mais necessitada de novos investimentos nas mais diversas áreas.

Permanecendo ao dispor de Vossa Senhoria para esclarecimentos adicionais que se façam necessários, renovamos nossos protestos de consideração e apreço.

Cordialmente,

CÂNDIDO BAMPI FILHO
Vice-Presidente da FIESC para
Assuntos da Serra Catarinense

FIESC Sistema
CIESC Federação
SESI das Indústrias
SENAI do Estado de
IEL Santa Catarina

Vice-Presidência Serra Catarinense

**DESENVOLVIMENTO DE SANTA CATARINA:
UMA VISÃO DA INDÚSTRIA**

PROPOSTAS DA REGIÃO DA SERRA CATARINENSE



Lages (SC), Abril de 2010

1 - Competitividade da Indústria Agroalimentar:

- Programa de adensamento da atividade pela atração de novas empresas;
- Estímulo à criação de pequenas agroindústrias para agregação de valor aos produtos da Região;
- Estímulo e fortalecimento da fruticultura e seus processamentos.

2 - Competitividade da Indústria de Base Florestal:

- Maior influência nas políticas públicas para a questão florestal;
- Mapeamento da área plantada de reflorestamento na Região;
- No âmbito federal, atribuir a normatização do Setor ao Ministério da Agricultura e no âmbito estadual, à Secretaria da Agricultura;
- Pesquisa genética para o melhoramento da madeira, em especial para as espécies pinus e eucalipto;
- Estímulo ao empreendedorismo para a utilização da madeira também de forma artesanal;
- Estímulo às indústrias fabricantes de móveis sob medida e políticas públicas para a atração de novas empresas;
- Profissionalização de mão de obra para o setor;
- Ações organizadas para a resolução e defesa de questões ambientais, trabalhistas e tributárias do Setor, tanto nas esferas: federal, quanto na estadual e municipal;
- Adensamento da cadeia produtiva da madeira.

3 - Competitividade da Indústria Metal-Mecânica:

- Divulgação dos potenciais estratégicos e logísticos da Região para a instalação de novas empresas;
- Incentivos para a implantação de novas indústrias do Setor na Região;
- Incentivos tributários e de infra-estrutura para as indústrias já instaladas na Região;
- Formação e profissionalização de mão de obra para o Setor;

4 - Infra-Estrutura:

- Criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE);
- Criação do Porto Seco;
- Construção da via férrea Lages/Ibituba;
- Criação da via férrea Lages/Itajaí;
- Viabilização do aeroporto para cargas e pessoas, com sistema aduaneiro;
- Criação do sistema intermodal de logística;
- Viabilização do Parque Orion para a tecnologia da informação;
- Viabilização do Parque de Inovação da Serra Catarinense para o Setor Metal-Mecânico;
- Melhorias de trafegabilidade nas rodovias municipais e intermunicipais;
- Melhorias e ampliação do Anel Viário da Madeira, por intermédio das seguintes providências e conforme mapa em anexo:
 - Estadualizar a rodovia entre os município de Campo Belo do Sul e São José do Cerrito, ligando a SC 459 à BR 282, com projeto de pavimentação asfáltica de 40 km;
 - Pavimentação asfáltica da SC 457, ligando os municípios de São José do Cerrito a Curtitibanos, com aproximadamente 40 Km;
 - Pavimentação asfáltica da SC 425, ligando os municípios de Ponte Alta e Otacílio Costa, com trecho de aproximadamente 34 Km;
 - Pavimentação asfáltica das Rodovias SC 425 e 427, no município de Otacílio Costa;

- Pavimentação asfáltica das Rodovias SC 438 e 439, entre o Distrito de Santa Izabel (São Joaquim) e o município de Urupema;
- Estadualizar e pavimentar a rodovia entre a Usina de Paequerê e o Rio grande do Sul, até o município de São Joaquim (SC).

orientados a fazer o pedido mensalmente. Algumas empresas vem procedendo dessa forma, todavia, os pedidos vem sendo negados;

- A Receita Federal somente passa a analisar os créditos federais sobre exportação após um ano do pedido e ainda assim com mandado de segurança obtido em juízo. Outro ponto a ser avaliado é que os créditos são compensados ou restituídos sem qualquer tipo de acréscimo de correção monetária gerando enormes perdas ao exportador. Alguns empresários vem obtendo êxito por intermédio do STF;
- No caso de parcelamentos concedidos pelo governo federal tipo REFIS DA CRISE, que tanto quando da publicação das Provisórias e posteriormente da Lei propriamente dita, é importante que exista mais clareza nos seus artigos e parágrafos, visto que as interpretações são diversas, mesmo dentro das próprias repartições da Fazenda, como dos grandes tributaristas;
- Mudança nos cálculos de aproveitamento dos créditos de ICMS (Benefício da Lei Kandir) em que o exportador a cada mês vai acumulando créditos em conta gráfica impossíveis de serem usados como transferíveis e muito menos utilizado em vendas no Mercado Interno.. Podemos chamar de um crédito inútil neste caso.

6 - Educação:

- Fortalecimento e criação de novos cursos de graduação direcionados à atividade industrial;
- Fortalecimento e criação de novos cursos de mestrado e doutorado em pesquisas tecnológicas, direcionados à atividade industrial;
- Fortalecimento dos programas de capacitação de gestores, visando aprimorar a qualidade dos serviços;
- Fortalecimento e criação de novos programas e cursos de qualificação de mão de obra.

7 - Capital Social:

- Criação do programa de fortalecimento do Capital Social da Região;
- Criação de programas para a viabilização dos produtos e serviços da Região;
- Criação de programas de desenvolvimento e fortalecimento do associativismo e do cooperativismo da Região.

Lages, 15 de setembro de 2009

Ilmo. Sr.

Engº. William Ernest Wojcikiewicz

Diretor de Planejamento e Projetos do DEINFRA

Departamento Estadual de Infra-Estrutura

Rua Tem. Silveira, 261 – 3º a

88 010 – 300 Florianópolis – SC

Encaminhamos as solicitações de inclusão no Plano Diretor do DEINFRA das seguintes reivindicações de infra-estrutura viária nas Regiões de Lages e Curitibanos:

O CORREDOR CHAMADO O "ANEL DA MADEIRA"

- 1) Estadualizar a estrada entre Campo Belo do Sul e São Jose do Cerrito ligando SC-458 à 459 BR-282, projeto e pavimentação asfáltica, trecho aproximadamente 40 km;
- 2) Pavimentação asfáltica à SC-457 – São Jose do Cerrito a Curitibanos, aproximadamente 40 km. Falta refazer o projeto para adequar as normas atuais do DEINFRA;
- 3) Projeto e pavimentação asfáltica do trecho entre Ponte Alta do Sul(BR-116) a Otacílio Costa (SC-425), aproximadamente 34 km;
- 4) Projeto e pavimentação asfáltica do Trecho entre Otacílio Costa (SC-425) à SC-427 e BR-282.

JUSTIFICATIVA:

Este anel rodoviário tem continuação via Urubici a São Joaquim(estradas já implantadas) e é chamado na região de ANEL DA MADEIRA. A justificativa é que nessa região estão plantados 320.000 hectares de Pinus e Eucalipto, dos 500.000 hectares que tem em todo o território catarinense. Estão localizadas ao longo destas rodovias as grandes indústrias de Madeiras, Papel e Celulose de Santa Catarina: Alguns exemplos: Curitibanos a Empresa Berneck, Correia Pinto, Klabin e Kimberly Clark, Otacílio Costa, Klabin e Sudatti, Lages, Madepar, Indusflora, Madeireira Schmidt, Pandolfo S.A., Madeireira Esperança, Madeireira Irmãos Tomazzi, Tractebel Energia (Usina de Biomassa) e outras

Estas Rodovias interligarão também com as áreas as áreas produtoras de frutas, vinho e cereais, bem como servirão para turismo.

Estas sugestões já fazem parte de reivindicações da AMURES-Associação dos Municípios da Região Serrana desde 1993.

RODOVIAS NA COXILHA RICA

Rodovia a ser Estadualizada partindo da BR-116 (Vigia) à Usina do Pai Querê, ligando ao Rio Grande do Sul e com continuação para São Joaquim.

JUSTIFICATIVA:

A Coxilha Rica , como o nome por si só define, é a área mais preservada de Santa Catarina e por isso tem uma vocação especial para o Turismo Rural e de Aventura(Cavalgadas, Rafting, etc) bem como potencial hídrico para geração de energia elétrica.

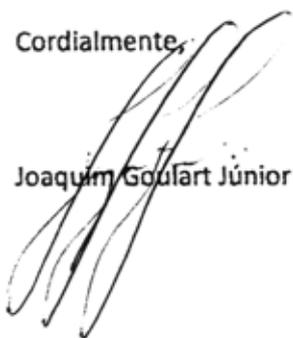
Como na região estão se localizando 10 Usinas Hidrelétricas, sendo a Usina do Pai Querê, com capacidade para geração de 292 MW e mais PCHs, que juntas gerarão mais de 100 MW, há necessidade de infra-estrutura viária para que isto aconteça.

Por cima da barragem da Usina Pai Querê , que fica no Rio Pelotas, haverá uma passagem para o Rio Grande do Sul. O Consórcio dono do Empreendimento, capitaneado pela Votorantin Energia, fará 47 km de estradas nos municípios de Capão Alto,partido da BR-116(localidade de VIGIA) e Lages, onde fica eixo da Barragem e mais 24 km no RS, ligando a Usina à estrada que vai de Vacaria a Bom Jesus. A empresa se propõe a fazer a retificação das estradas existentes, construir as pontes para 100 ton. e a abertura de um trecho que vai em direção à barragem, com pavimentação básica, sem a capa asfáltica o que pode ser feito pelo Estado ao transformar estas rodovias em SCs. A proposta é tornar uma rodovia estadual , pois liga os dois Estados e pode ter continuação , através da Coxilha Rica, passando sobre o Rio Lavatudo até São Joaquim, ligando ao Caminho das Neves, ora em construção pelo Estado.

Sem mais, subscrevemos-nos.

Cordialmente,

Joaquim Goulart Júnior



NOVAS ALTERNATIVAS ECONÔMICAS:

- Estímulo ao empreendedorismo das atividades tradicionais (Agropecuária e Madeira);
- Criação de empresas especializadas em biotecnologia animal e vegetal;
- Estímulo e fortalecimento ao P & D em biotecnologia animal e vegetal;
- Identificação e aproveitamento do potencial mineral da Região;
- Criação de um pólo regional de produtos diversos;
- Fortalecimento da indústria do turismo, pela valorização da cultura local e dos recursos naturais (turismo de eventos);
- Estímulo à criação do pólo têxtil;



COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA AGROALIMENTAR

- Programa de adensamento da atividade pela atração de novas empresas;
- Estímulo à criação de pequenas agroindústrias para agregação de valor aos produtos da Região;
- Estímulo e fortalecimento da fruticultura e seus processamentos;



COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA DA MADEIRA

- Maior influência nas políticas públicas para a questão florestal;
- Mapeamento da área plantada de reflorestamento;
- Atribuir a normatização do Setor ao Ministério da Agricultura;
- Pesquisa genética para o melhoramento da madeira (pinus, eucalipto e outros);
- Estímulo ao empreendedorismo para a utilização da madeira, também de forma artesanal;
- Estímulo às indústrias fabricantes de móveis sob medida e políticas públicas para atração de novas empresas;
- Profissionalização da mão-de-obra para este setor;
- Ações organizadas para a defesa das questões ambientais, trabalhistas e tributárias do Setor, tanto nas esferas: municipal quanto na estadual e federal;
- Adensamento da cadeia produtiva da madeira.



INFRAESTRUTURA:

- Criação da zona de processamento de exportação (ZPE);
- Criação do porto seco;
- Construção da via férrea Lages/Imbituba;
- Construção da via férrea Lages/Itajaí;
- Viabilização do aeroporto para cargas e pessoas com sistema aduaneiro
- Criação do sistema intermodal de logística;;
- Melhoria e expansão do anel viário (anel das águas)
- Melhorias de trafegabilidade nas rodovias municipais e intermunicipais;
- Garantia de fornecimento de energia elétrica à Região;
- Viabilização do parque orion (tecnologia da informação)
- Viabilização do parque de inovação da Serra Catarinense (metal mecânico)



EDUCAÇÃO

- Fortalecimento a criação de novos cursos de graduação direcionados à atividade industrial;
- Fortalecimento e criação de novos cursos de doutorado e mestrado em pesquisas tecnológicas destinados à atividade industrial;
- Fortalecimento dos programas de capacitação de gestores (aprimorar qualidade);
- Fortalecimento e criação de novos programas e cursos de qualificação de mão-de-obra

CAPITAL SOCIAL

- Criação do programa de fortalecimento do capital social da Região;
- Criação de programas para a valorização dos produtos e serviços da Região;
- Criação de programas de desenvolvimento e fortalecimento do associativismo e do cooperativismo da Região;



Lages (SC), 15 de fevereiro 2010

Of.nº 002/LA/10

À
FIESC

O Projeto Lages do Amanhã, objetiva compor e reunir ideias, conhecimentos e soluções que possam gerar propostas e soluções para o desenvolvimento sustentável de Lages.

A decisão de realizar um trabalho conjunto pelo desenvolvimento de Lages surgiu ainda em 2009, no intuito de implantar e operacionalizar um Plano de desenvolvimento para a cidade.

Embora sendo um grupo informal, reúne várias instituições, como SEBRAE, Prefeitura de Lages, ACIL, CDL, SDR/Lages, AMPE, FIESC, IFSC, SENAI, UNIPLAC, Sindicato/Associação Rural e se fortalece com a inclusão de outras entidades, originando o Projeto Lages do Amanhã.

Propostas de desenvolvimento:

1. Viabilização do Parque Órion (Tecnologia da Informação)
2. Viabilização do Parque de Inovação da Serra Catarinense (Metal Mecânico)
3. Criação da Zona de Processamento de Exportação - ZPE
4. Criação de Porto Seco
5. Criação de Via Férrea - Imbituba -Lages - Antofagasta
6. Criação de Via Férrea - Para conexão Lages - Itajaí
7. Programa de Viabilização do Aeroporto para Cargas e Pessoas c/ sist. Aduaneiro
8. Programa de Garantia de Fornecimento de Energia Elétrica na Região
9. Criação de Sistema Intermodal de Logística
10. Infra estrutura viária, melhoria e criação de anel viário (anel das águas) intermunicipal
11. Criação do Instituto de Planejamento Urbano de Lages (IPUL)
12. Criação de Observatório Socioeconômico





-
13. Implantação da Rede de Gás Natural
 14. Implantação de Rede de Energia Eólica
 15. Fortalecimento ou criação de uma agencia local de desenvolvimento.
 16. Política pública para preservação dos mananciais de água, remunerando o proprietário
 17. Projeto de Fortalecimento/Criação de Cursos de Graduação X Atividades Econômicas
 18. Projeto de Fortalecimento de Cursos de Mestrado, Doutorado e Pesquisas Tecnológicas
 19. Projeto de Criação/Fortalecimento de Cursos Técnicos integrados as Atividades Econômicas
 20. Programa de Capacitação de Gestores (aprimorar qualidade)
 21. Programa de Qualificação e aprimoramento da Mão de Obra
 22. Estímulo ao Empreendedorismo e Criação do Pólo têxtil.

Atenciosamente,

Margareth Vianna

Secretária Executiva

Projeto LAGES DO AMANHÃ

(49) 9982-1038

(49) 3224-0600

margarethvianna@hotmail.com



Propostas do Grupo da Madeira

ORDEM	GT	Sistemas Indutores
1	NA	Projeto de Estimulo ao Empreendedorismo de Atividades Tradicionais
2	ED	Projeto de Fortalecimento/Criação de Cursos de Graduação X Atividades Economicas
3	ED	Projeto de Fortalecimento de Cursos de Mestrado, Doutorado e Pesquisas Tecnológicas
4	ED	Projeto de Criação/Fortalecimento de Cursos Tecnicos integrados as Atividades Economicas
5	ED	Projeto de Criação/Fortalecimento de Cursos de Engenharias
6	ED	Programa de Capacitação de Gestores (aprimorar qualidade)
7	ED	Programa de Qualificação e aprimoramento da Mão de Obra
8	NA	Estimulo a criação de empresas em Biotecnologia Vegetal e Animal
9	NA	Estimulo a P&D em Biotecnologia Vegetal e Animal
10	NA	Criação ou Fortalecimento de Centro de P&D em Biotecnologia Vegetal e Animal
11	AG	Estimulo a criação de empresas Agroalimentar
12	AG	Criação de Centro de P&D Agroalimentar
13	MAD	Estimulo a P&D em Agregação de Valor em Madeira
14	MAD	Estimulo a criação de empresas inovadoras em Madeira
15	MAD	Condomio Empresarial de Agregação de Valor à Madeira
16	INFRA	Viabilização do Parque Orion (Tecnologia da Informação)
17	INFRA	Viabilização do Parque de Inovação da Serra Catarinense (Metal Mecanica)
18	NA	Projeto de Identificação e Aproveitamento do Potencial Mineral Regional
19	NA	Projeto de Consolidação do Pólo Comercial da Serra Catarinense
20	NA	Projeto de Revitalização do Comercio Regional
21	INFRA	Criação da Zona de Processamento de Exportação _ZPE
22	INFRA	Criação de Porto Seco
23	INFRA	Criação de Via Ferrea - Imbituba -Lages - Antofagasta
24	INFRA	Criação de Via Ferrea - Para conexão Lages -Itajai
25	INFRA	Programa de Viabilização do Aeroporto para Cargas e Pessoas C/ sist. Aduaneiro
26	INFRA	Programa de Garantia de Fornecimento de Energia Elétrica na Região
27	NA	Projeto de criação de um Polo Regional de Distribuição de Produtos
28	INFRA	Criação de Sistema Intermodal de Logística
29	AG, MAD,NA	Projeto de Adensamento de Atividades Economicas pela atração de Empresas
30	AG	Projeto de Estimulo ao Empreendedorismo Jovem e Feminino, respeitando as relacao de genero no trabalho
31	NA	Fortalecimento do Turismo pela Valorização da Cultura local e Recursos Naturais (turismo de evento)
32	AG, MAD,NA	Projeto de Especialização dos Serviços Tecnicos da Região
33	AG	Estimulo a Criação de Pequenas Agroindustrias Associativas Para Agregação de Valor a Produtos da Região
34	AG	Programa de Estimulo e Fortalecimento a Fruticultura e seus processamentos
35	NA	Projeto de Fortalecimento do Turismo de Eventos
36	NA	Programa de Instalação de Equipamentos de Atração à Turistas
37	CS	Programa de Fortalecimento do Capital Social Local
38	ED	Programa de Formacao Tecnica e Tecnologica

39	INFRA	Infraestrutura viária, melhoria e criação de anel viário (anel das águas) intermunicipal
40	INFRA	Criação do Instituto de Planejamento Urbano de Lages (IPUL)
41	INFRA	Criação de Observatório Socioeconômico
42	INFRA	Implantação da Rede de Gas Natural
43	INFRA	Implantação de Rede de Energia Eólica
44	NA	Criação de Polo Textil
45	INFRA	condições de trafegabilidade e acesso as propriedades rurais
46	INFRA	criação de secretaria específica para infra estrutura rural
47	CS	projeto de valorização dos produtos e serviços de Lages
48	ED	criação de política de avaliação para implantação de novos cursos (nível técnico,)
49	ED	criação de política de avaliação para implantação de novos cursos (superior)
50	ED	criação de política de avaliação para implantação de novos cursos (pós graduação)
51	ED	Inserir empreendedorismo no currículo escolar
52	INFRA	Fortalecimento ou criação de uma agência local de desenvolvimento.
53	NA	Criar um banco de pesquisadores locais (mapear)
54	NA	Condomínios e incubadoras de empresas
55	NA	Programa de desenvolvimento de serviços de saúde (centro de reabilitação)
56	CS	Programa de desenvolvimento e aprimoramento de lideranças locais
57	CS	Desenvolvimento de associativismo e cooperativismo
58	CS	Fomentar o empreendedorismo pelo associativismo e cooperativismo
59	AG	Retêr os Jovens no campo como empresários Rurais
60	INFRA	Resgatar a escola de "direção consciente" (motoristas de veículos pesados)
61	NA	Mapeamento Geológico
62	INFRA	Política pública para preservação dos mananciais de água, remunerando o proprietário

Ordem	Grupos Temáticos	Sigla	Nº propostas
1	Consolidação de Potenciais e de Novas Alternativas Economicas	NA	18
2	Competitividade Agroalimentar	AGRO	8
3	Competitividade da Madeira	MAD	5
4	Fortalecimento do Capital Social	CS	5
5	Fortalecimento do Capital Humano	ED	9
6	Consolidação de Infra-estrutura para Atratividade Empresarial	INFRA	19
			64

ORDEM	Sistemas Indutores
13	Estimulo a P&D em Agregação de Valor em Madeira
14	Estimulo a criação de empresas inovadoras em Madeira
15	Condomínio Empresarial de Agregação de Valor à Madeira
29	Projeto de Adensamento de Atividades Economicas pela atração de Empresas
32	Projeto de Especialização dos Serviços Tecnicos da Região

Influenciar nas políticas públicas na questão florestal

Capacitação de recursos humanos

Ações organizadas para defesa dos aspectos trabalhistas e legais da região (junta de conciliação local/ conselho de arbitragem Trabalhista)

Balcão de Negócios

Associação dos produtores Florestal

Formação de empreendedorismo para a utilização da madeira artesanal

Estimulo a fabricação de móveis sob medida

Profissionalização da mão de obra em móveis

Pesquisa genética na madeira (eucalipto benthami, Araquaria e outros)

Cooperativa de Pequenos Produtores (Central de Comercialização e Compras)

Mapeamento da área plantada de reflorestamento

Atribuir a normatização do setor ao ministério da agricultura

Articulação político institucional para o fortalecimento à madeira

Madeira como elementos de sequestro do carbono

Desenvolvimento de Certificação ambiental do reflorestamento

Proteção dos Investimentos Florestais de forma coletiva (incêndio)

Reuniões regionais

Uma das bases para elaboração do documento Desenvolvimento SC: uma visão da indústria foram as reuniões regionais, que congregaram mais de 200 empresários em cinco cidades: Joinville, Criciúma, Chapecó, Lages e Blumenau. O objetivo foi ouvir reivindicações e colher sugestões para a elaboração da Agenda para a Competitividade e das Propostas da Indústria. Muitas das sugestões, principalmente as mais abrangentes e que se revelaram mais repetitivas, configurando-lhes mais peso, foram incluídas na Pauta Mínima, publicada no corpo do documento principal. A seguir, um resumo das principais sugestões apresentadas nas reuniões regionais. Cada uma das sugestões não pode ser atribuída à comunidade empresarial das cidades, visto que refletem visões particulares. A análise do conjunto, entretanto, permite vislumbrar os temas mais importantes para a comunidade empresarial do estado e de suas regiões.

Joinville – 5 de abril de 2010

Setor público

- Buscar maior eficiência na gestão do setor público.
- Incentivar pessoas competentes a seguir a carreira política.
- Realizar reforma política.

Tributos

- Realizar reforma fiscal.

Representatividade institucional

- Promover maior união regional para aumentar força política.

Políticas públicas

- Estabelecer política industrial para desenvolvimento do setor de mineração em Santa Catarina.

Infraestrutura

Transportes

- Finalização da duplicação da BR-101.
- Execução do anel viário de Criciúma.
- Via férrea Norte-Sul (Litorânea).
- Ligação férrea da BR-282 com o Porto de Imbituba.
- Construir um aeroporto na região de Criciúma.

Energia

- Evitar taxaço ao setor carbonífero (trabalhar junto com a CNI nesta frente).
- Revisão do contrato de fornecimento do gás natural em SC.
- Passar o controle acionário da SCGás para o governo do estado.

Educação

- Qualificação de mão de obra (maiores recursos para o ensino básico e profissionalizante).
- Investimentos em educação para pessoas de baixa renda/moradores de favelas.
- Mais pragmatismo nos cursos profissionalizantes (atualmente têm pouco efeito prático e não são muito efetivos).
- Conclusão da Reforma Trabalhista.

Meio ambiente

- Órgãos ambientais devem ter foco no desenvolvimento e não agir como elementos dificultadores.

Representatividade institucional

- Maior e melhor representatividade do setor industrial no Senado e na Câmara Federal.

Tributação/incentivos fiscais

- Reduzir ou pelo menos não aumentar a carga tributária.
- Maior agilidade na concessão dos incentivos fiscais estaduais (exemplo: Prodec).
- Inversão na distribuição da arrecadação dos impostos: fatia maior para os municípios, depois estados e por último a União.
- Simplificação do sistema tributário.
- Manter o IPI em 0% para materiais de construção.
- Revisar o mecanismo do Super-Simples, pois o percentual de repasse aos municípios vem reduzindo.

Setor público

- Alterar a legislação para que o mandato do poder Legislativo seja igual ao do poder Executivo (exemplo: deputados, senadores e vereadores possam ter somente dois mandatos).

Infraestrutura

- Levar gás natural para região Oeste.
- Construir ferrovia Leste-Oeste.
- Revitalizar BR-283 (trecho Concórdia-Chapecó).
- Duplicar BR-282 e BR-153.
- Incrementar infraestrutura do porto seco de Dionísio Cerqueira.

Políticas públicas

- Instituir planejamento estratégico para o estado.

Educação

- Vincular benefícios sociais à qualificação profissional.
- Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes.
- Orientar formação profissional às necessidades do mercado.

Tributos

- Simplificar legislação tributária.

Meio ambiente

- Implementar Código Ambiental de Santa Catarina.
- Acabar com conflito jurisdicional de órgãos ambientais, fator gerador de insegurança jurídica.

Representação institucional

- Aumentar o poder político regional: região Oeste é constantemente preterida pelo setor público (investimentos).

Trabalho

- Diminuir idade mínima para trabalho formal.

Comércio exterior

- Simplificar procedimentos para exportação.
- Alterar política cambial (dólar fixo para exportações e tributação de capital estrangeiro).

Políticas públicas

- Criar políticas de desenvolvimento diferenciadas para a região, que enfrenta estagnação ou mesmo decadência econômica.
- Reforçar o *cluster* da madeira.

Infraestrutura

- Viabilizar aeroporto regional para cargas e pessoas.
- Duplicar BR-282.
- Recuperar e ampliar corredor rodoviário conhecido como Anel da Madeira.

- Estadualizar e pavimentar rodovias da região da Coxilha Rica.
- Criar ZPE.
- Criar Porto Seco.
- Construir linha férrea Lages-Imbituba.
- Viabilizar parque tecnológico.

Blumenau – 20 de abril de 2010

Infraestrutura

- Duplicação da BR-470.
- Construção das ferrovias Leste-Oeste e Norte-Sul.
- A ferrovia do Oeste deverá passar pelo Vale do Itajaí (e não no Paraná).
- As ferrovias devem ser planejadas para receber também trens para passageiros e não somente carga.
- Devem ser previstas ciclovias ao longo das ferrovias que serão construídas.
- Analisar a possibilidade de execução do complexo intermodal catarinense (que prevê, entre outras ações, a construção de um aeroporto em Araquari).

Educação/mão de obra

- Aumentar a oferta de mão de obra para o setor industrial.
- Aumentar os investimentos na construção e melhoramento das ciclovias em SC, de forma que os trabalhadores possam ir e voltar das empresas de bicicleta (benefícios: redução da poluição, melhoria da saúde dos trabalhadores pela maior atividade física etc.).

Meio ambiente

- Maior autonomia ao estado para poder decidir sobre assuntos relacionados ao meio ambiente.
- Finalização do Código Ambiental Brasileiro, que legitima as regulamentações específicas de cada estado.
- Reavaliar a gestão do Comitê das Bacias Hidrográficas de SC.
- Apoio do setor industrial à bancada ruralista, no que diz respeito ao Código Florestal.

Representatividade institucional

- Maior cobrança da classe política (deve ser feita de forma consolidada pela classe empresarial, de forma a se conseguir maior efetividade)

Tributação/incentivos fiscais/financiamento

- Analisar e eventualmente rever os critérios do Fundo de Participação dos Municípios.
- Facilitar o financiamento/acesso ao crédito.

Outros

- Melhorar a segurança pública nos municípios de SC.
- Reduzir o número de empresas informais.
- Rever o tema relativo a terceirizações junto ao Ministério do Trabalho.

Desenvolvimento SC: uma visão da Indústria

Coordenação Técnica: Diretoria de Relações Industriais e Institucionais da FIESC

Texto final: Vladimir Brandão

Sistema FIESC

Alcantaro Corrêa – Presidente do Sistema Fiesc
Glauco José Côrte – 1º Vice-Presidente do Sistema Fiesc

FIESC

Alcantaro Corrêa – Presidente do Sistema FIESC
Glauco José Côrte – 1º Vice-Presidente do Sistema FIESC
Mario Cezar de Aguiar – Diretor 1º Secretário
Maurício César Pereira – Diretor 2º Secretário
César Murilo Barbi – Diretor 1º Tesoureiro
Carlos Toniolo – Diretor 2º Tesoureiro

Vice-Presidentes para Assuntos Regionais

Álvaro Luis de Mendonça – Alto Uruguai Catarinense
Germano Emílio Purnhagen – Alto Vale do Itajaí
Gilberto Seleme – Centro-Norte
Anselmo Zanellato – Centro-Oeste
Astor Kist – Extremo Oeste
Michel Miguel – Litoral Sul
Albano Schmidt – Norte-Nordeste
Waldemar Antônio Schmitz – Oeste
Arnaldo Huebl – Planalto Norte
Cândido Bampi Filho – Serra Catarinense
Vitor Mário Zanetti – Sudeste
Guido José Búrigo – Sul
Rui Altenburg – Vale do Itajaí
Durval Marcatto Júnior – Vale do Itapocu

Vice-Presidentes para Assuntos Estratégicos

Alfredo Piotrovski
Carlos Vitor Ohf
Ingo Fischer
Jorge Luiz Strehl
Mário Lanznaster
Ovandi Rosenstock

Diretores

Adolfo Fey
Afonso Eliseu Furghestti
Aldo Apolinário João
Alexandre d'Ávila da Cunha
Bárbara Paludo
Carlos Alberto Barbosa Mattos
Carlos Ivanov Hristo
Célio Bayer
Charles Alfredo Bretzke
Conrado Coelho Costa Filho
Diomício Vidal
Edvaldo Ângelo
Flávio José Martins
Günther Knolseisen
Ida Áurea da Costa
Jayme Antônio Zanatta
Johni Richter
Luiz César Meneghetti
Maury Santos Júnior
Moacir Antoninho Sartori
Murilo Ghisoni Bortoluzzi
Ney Osvaldo Silva Filho
Paulo Sérgio Arias
Renato Rossmark Schramm
Valter Ros De Souza

Conselho Fiscal

Fred Rubens Karsten
Leonir João Pinheiro
Walgenor Teixeira
Flávio Henrique Fett
Tito Alfredo Schmitt
Woimer José Back

Delegação junto à CNI

Efetivos

Alcantaro Corrêa
Glauco José Côrte

Suplentes

Mario Cezar de Aguiar
João Stramosk

CIESC

Alcantaro Corrêa – Presidente do Sistema FIESC
Glauco José Côrte – 1º Vice-Presidente do Sistema FIESC
Ester de Souza Ferreira de Macedo – Diretora 1ª Secretária
Adalberto Roeder – Diretor 1º Tesoureiro
Aldo Nienkötter – Diretor 2º Tesoureiro

Conselho Consultivo

Amilcar Nicolau Pelaez
Evandro Müller de Castro
Fernandes Luiz Andretta
Jair Philippi
Jairo Becker
Lino Rohden
Luciano Flávio Andriani
Luiz Antônio Botega
Luiz Gonzaga Coelho
Marcio Anselmo Ribeiro
Odelir Battistella
Osmar Telck

Conselho Fiscal

Álvaro Weiss
Dario Luiz Vitali
Nivaldo Pinheiro
Konstantinos Meintanis
Salvador Ramiro Navidad
Sônia Regina Hess de Souza

SESI

Conselho Regional

Alcantaro Corrêa – Presidente
Glauco José Côrte – 1º Vice-Presidente do Sistema Fiesc
Henrique de Bastos Malta – Representante da Fiesc junto ao Conselho Regional do Sesi

Representantes da Indústria

Titulares

Cid Erwin Lang
José Fernando da Silva Rocha
Luís Carlos Guedes
Sérgio Luiz Pires

Suplentes

Alfredo Ender
Amauri Alberto Buzzi
Carlos Kracik Rosa
Ramiro Cardoso

Representantes Institucionais

Efetivos

Luis Miguel Vaz Viegas – Representante do Ministério do Trabalho e Emprego

Célio Goulart – Representante do Governo do Estado de Santa Catarina

Ari Oliveira Alano – Representante dos Trabalhadores da Indústria

Suplentes

Carlos Artur Barboza – Representante do Ministério do Trabalho e Emprego

Antônio Carlos Poletini – Representante do Governo do Estado de Santa Catarina

Carlos Alberto Baldissera – Representante dos Trabalhadores da Indústria

SENAI

Conselho Regional

Alcantaro Corrêa – Presidente

Glauco José Côrte – 1º Vice-Presidente do Sistema Fiesc

César Augusto Olsen – Representante da Fiesc junto ao Conselho Regional do SENAI

Representantes da Indústria

Titulares

Ademir Luiz Dalla Lana

Cidnei Luiz Barozzi

José Suppi

Nilton Gomes Paz

Suplentes

Humberto Barros Silva

Jader Jacó Westrupp

Oswaldo Luciani

Vincenzo Francesco Mastrogiácomo

Representantes Institucionais

Efetivos

Luis Miguel Vaz Viegas – Representante do Ministério do Trabalho e Emprego

Consuelo Aparecida Sielski Santos – Representante do Ministério da Educação

Ari Oliveira Alano – Representante dos Trabalhadores da Indústria

Suplentes

Carlos Artur Barboza – Representante do Ministério do Trabalho e Emprego

Rosângela Mauzer Casarotto – Representante do Ministério da Educação

Carlos Alberto Baldissera – Representante dos Trabalhadores da Indústria

IEL

Alcantaro Corrêa – Presidente

Glauco José Côrte – 1º Vice-Presidente do Sistema Fiesc

Adalberto Roeder – Diretor Tesoureiro

Israel José Marcon – Representante da Fiesc junto ao Conselho Regional do IEL

Conselho Consultivo

César Gomes Júnior

Giordan Heidrich

Haroldo da Silva Bremen

Heleny Mendonça Meister

Hélio César Bairros

Isabel Christina Antunes Baggio

Neivaldo Suzin

Álvaro Schwegler

Antônio Wiggers

Celso Panceri

Eduardo Seleme

Guido Jackson Bretzke

Jaime Franzner

Paulo Rubens Obenaus

Conselho Fiscal

João Paulo Schmalz

Marcus Schlösser

Norberto Dias

Ismar Lombardi

Luiz Eduardo Broering

Maria Regina L. R. Alves

Representantes Institucionais

BRDE

FAPESC

Fundação CERTI

SEBRAE/SC

Sistema ACAFE

UDESC

UFSC

Diretoria Executiva do Sistema FIESC

FIESC / CIESC

Henry Uliano Quaresma – Diretor de Relações Industriais e Institucionais

Fernando Pisani de Linhares – Diretor Administrativo e Financeiro

SENAI / SC

Sérgio Roberto Arruda – Diretor Regional

Marco Antônio Dociatti – Diretor de Desenvolvimento Organizacional

Antônio José Carradore – Diretor de Educação e Tecnologia

SESI / SC

Hermes Tomedi – Superintendente

Daniel Thiesen Horongoso – Diretor de Administração e Finanças

Leocádia Maccagnan – Diretora de Operações Sociais

IEL / SC

Natalino Uggioni – Superintendente

Fernando Pisani de Linhares – Diretor Administrativo e Financeiro

Diretoria Jurídica do Sistema FIESC

Carlos José Kurtz – Diretor Jurídico



A FORÇA DA INDÚSTRIA CATARINENSE

Rodovia Admar Gonzaga, 2765 | Itacorubi | Florianópolis | SC | 88034-001

Fone: 48 3231 4100 | Fax: 48 3334 5623 | www.fiescnet.com.br